



TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DO CONSERVADORISMO

Jamerson Murillo Anuniação de Souza

TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DO CONSERVADORISMO

Jamerson Murillo Anunciação de Souza



Editora
UFPE

RECIFE
2020

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, micro-filmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedadas a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

S729t Souza, Jamerson Murillo Anunciação de.
Tendências ideológicas do conservadorismo [recurso eletrônico] /
Jamerson Murillo Anunciação de Souza. – Recife : Ed. UFPE, 2020.
Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFPE.
Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Serviço Social, 2016) sob o
mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-87-0 (online)

1. Serviço social. 2. Conservantismo. 3. Ideologia. 4. Sincretismo. 5.
Política social. I. Título.

361

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-124)



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50740-530
Fone: (81) 2126.8397
publicacoes.editora@ufpe.br
www.ufpe.br/edufpe

AGRADECIMENTOS

A Ângela Amaral, pela orientação e amizade fraterna.

A César Maranhão e Henrique Wellen, pelas interlocuções sempre generosas e pela amizade que atravessa bons anos. A Henrique, agradeço especialmente pelo Prefácio!

A Ana Elizabete Mota, intelectual ímpar e de referência teórico-política.

A Juliane Peruzzo, pela presença marcante, instigante e provocativa nos anos que dividimos na UFPE.

A Marcelo Sitcovsky, presença inspiradora de generosidade humanista!

Os acertos do livro, divido com os nomes acima. As lacunas, são de minha responsabilidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, pela bolsa de pesquisa.

“[...] sou um sujeito respeitoso e, por assim dizer, trago as sobrancelhas sempre levantadas, como todo homem a quem coube a dádiva divertida, mas provinciana, de ter fantasia. Ninguém se torna um homem no mundo por obra dela, pois a fantasia nos ‘preserva’ - se é que cabe o termo elogioso - de toda superioridade até a velhice. Ter fantasia não significa ser capaz de inventar uma coisa, e sim de levar as coisas a sério - e isso não é próprio do homem do mundo.”

MANN, Thomas

Travessia marítima com Dom Quixote

APRESENTAÇÃO

Este *ebook* é uma versão integral da tese de doutorado defendida em agosto de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sem alterações de forma ou conteúdo. A tese original recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese, em 2017, e foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por intermédio de bolsa de pesquisa e “taxa de bancada”. A presente publicação foi financiada com recursos da CAPES/PROEX, e aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 2020.

O objeto de estudo, o conservadorismo, ampliou sua relevância histórica no decorrer desses quatro anos, sobretudo no Brasil. A perspectiva teórica e o método de análise empregados na tese, inspirados pela dialética materialista, justificam essa nova forma de publicação. A abordagem de pesquisa impôs algumas delimitações, de modo que o objeto, em sua processualidade, tem determinações que não puderam ser contempladas aqui. Permanecem, pois, como campos abertos de investigação.

Uma vez que toda pesquisa acusa o contexto histórico em que foi realizada, algumas observações são pertinentes para orientar a

leitura contemporânea desta obra. Antecipo a seguir, rapidamente, alguns limites a serem superados e caminhos a serem desenvolvidos para avançar algumas das ideias centrais apresentadas em *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Começo pelo que avalio como o conjunto de preocupações que resultaram em alguns acertos analíticos. Espero que fiquem claros os nexos ídeo-políticos que não puderam ser problematizados em 2016, mesmo que suas tendências tenham sido antecipadas naquele momento. Na auro-ra dessa nova década, eles estão mais explícitos e desenvolvidos, mais profundos e complexos.

O conservadorismo apresenta muitas nuances: políticas, teóricas, sociais, econômicas, culturais, religiosas, até mesmo territoriais. Essa qualidade lhe confere especial complexidade e amplitude. Quando decidi abordá-lo como *ideologia*, minha preocupação era situar suas raízes no processo de reprodução social. A referência filosófica em que me apoiei, para tanto, foi a obra *Para uma ontologia do ser social*, de Gyorgy Lukács. Minhas motivações eram de natureza teórico-metodológica. Ao percorrer parte da literatura conservadora, notei uma característica peculiar: a tentativa de cristalizar as posições conservadoras como imanentes à “natureza humana”. Algo análogo ao que os liberalismos tentam fazer: naturalizar e sacralizar uma determinada forma histórica de produção universal de mercadorias – o capitalismo, na dimensão intangível e etérea de uma “forma de ser” do “ser humano”.

Percebi que, para superar uma crítica moral, e enfrentar essa matriz explicativa em sua totalidade, seria necessário um aporte filosófico robusto, que iluminasse os fundamentos da sociabilidade - a subjetividade e o cotidiano da sociedade capitalista. Ou seja, a relação dialética entre a produção e a reprodução social, entre o indivíduo social e a totalidade. Sem esse aporte, não seria possível ultrapassar um debate superficial, restrito ao universo dos valores e costumes.

Tomar o conservadorismo como *ideologia* permitiu uma contraposição à sua naturalização e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para suas capacidades de orientação das lutas das classes sociais, adaptando-se conforme as necessidades. Isso porque, ao tempo em que ele funciona como frente de atuação de setores dominantes, oferece um sistema de crenças coerente o suficiente para dar suporte ideológico e valorativo aos setores dominados. Eis uma contradição dessa *ideologia* que merece destaque no contexto da luta de classes no Brasil. Essa capacidade se ampliou quando o “bolsonarismo” tomou corpo e hegemonizou as posições conservadoras a partir de 2015.

Mas esse esforço inicial de pesquisa não era suficiente, embora tenha sido indispensável. Minha ideia era acoplar, à crítica teórica, um esboço de “linha do tempo”, de modo a destacar pontos importantes. Por esse motivo, procurei resgatar o momento de gênese do conservadorismo, no turbulento e contraditório nascedouro da modernidade capitalista. O manancial de posições ídeo-políticas daquele período é inesgotável, porque o leque de antagonismos e conflitos de classe era igualmente muito amplo e multifacetário. Na esteira de outras pesquisas, acredito que é uma tarefa importante apresentar as raízes das ideias conservadoras, raízes que expressam interesses classistas ao se apresentarem como sistemas interpretativos e ideológicos.

Esse movimento me conduziu à obra de Edmund Burke. Apesar das polêmicas, seu pensamento é apontado, na maior parte da literatura conservadora, como ponto de partida dessa tradição. E com razão, posto que, em síntese, trata-se de um manifesto anti-revolucionário, anti-moderno e antidemocrático, um elogio irracionalista ao *antigo regime*. Muitos conservadores “bolsonaristas” acabaram explicitando suas inspirações burkeanas, inclusive a partir de *think tanks* robustecidos na conjuntura que conduziu o ex-captão do Exército, Jair Messias Bolsonaro, ao Palácio do Planalto.

Ao adentrar em Burke, revelando seus pontos de contato com o “bonapartismo” e com as tendências autoritárias de poder político concentrado, foi possível reunir condições para entender a fonte das ideias do discurso de ódio que tomou conta do debate público, com seu desprezo pelas instituições republicanas e democráticas. O conservadorismo de Burke e as formas do “bonapartismo” ajudam a explicitar algumas das características específicas das classes dominantes brasileiras: sua mentalidade escravocrata, seu desprezo pelos setores subalternizados, sua retórica anti-intelectual e práticas fisiologistas, seu incômodo com algumas das restrições democráticas e constitucionais, sua negação da legitimidade dos direitos sociais, seus impulsos de subserviência aos Estados Unidos, seus autoritarismos e mandonismos internos - contra os “de baixo”.

Embora esse arco de reflexões tenha sido importante, minha intenção era perseguir o desenvolvimento histórico da tradição de pensamento conservadora. Estava convencido de que essa era uma mediação viável para que a investigação pudesse ter pistas de suas tendências na esfera da produção de conhecimento, com repercussões para suas expressões na arena política e cultural. A escolha foi consciente: ao sublinhar a sofisticação e ampliação da tradição conservadora no século XX, seria possível identificar as expressões desse núcleo ideológico em movimentos, intelectuais, partidos, personagens de relevo, que girassem em redor do conservadorismo.

Essa ampliação do repertório conservador me impôs a adoção da forma plural: conservadorismo(s), posta a diversidade, as vertentes e adaptações que se apresentavam no âmbito da filosofia, da sociologia e da teoria política, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Pensando à distância desses quatro anos, considero que esse seria um objeto de estudo em si mesmo, e dos grandes. Ao tempo em que identifiquei a amplitude da discussão, só pude dar

conta de um leque limitado de autores e tendências, e de maneira apenas aproximativa.

Contribuição que pode ser destacada, nesse momento da pesquisa, foi a exposição de obras e autores conservadores que, à época, eram pouco debatidos pela literatura inspirada pela tradição dialética. No debate interno do Serviço Social brasileiro, nomes como Russel Kirk, Michael Oakshott, Roger Scruton, pareciam estranhos à primeira vista. De fato, meu ponto de partida não era endógeno à profissão. A mira estava voltada para a produção editorial conservadora. Esses autores estavam se tornando material obrigatório para a formação da militância de direita e extrema-direita. Aos poucos, eles povoaram *think tanks*, empresas e corporações, nacionais e internacionais de diferentes setores, atuantes no Brasil. Hoje são facilmente encontrados (e recomendados) nas maiores livrarias físicas e on-line. São citados por expoentes conservadores de língua portuguesa.

A ideia era fazer avançar essas análises para que pudessem contemplar algumas características marcantes do conservadorismo no Brasil. Essa mediação me parecia fundamental, porque essa *ideologia* no Brasil apresenta alguns elementos específicos, que não são derivações mecânicas das formulações internacionais. Esses elementos tem a ver com a formação sócio-histórica desse capitalismo dependente e heterônimo.

A relação entre as classes sociais, a formação do Estado nacional, as formas autocráticas e oligárquicas do poder político, as desigualdades regionais e sociais, a concepção autoritária e preconceituosa das classes dominantes sobre a sociedade civil, a tradição positivista e conservadora das forças militares, as imposições do coronelismo, as marcas da concentração da propriedade fundiária e produtiva, a industrialização tardia, eram elementos constitutivos de uma sociedade com muitos entraves à construção democrática. Nela, o conservadorismo assumiria características próprias.

A ideia era reunir esses elementos e colocá-los em perspectiva, tentando rastrear como eles exerceriam pressão política e cultural sobre o Serviço Social, tomado como profissão e área de conhecimento. Pressão tipicamente conservadora, cujos resultados seriam de retrocesso em relação aos avanços do “projeto ético-político”. Tentei situar os problemas do sincretismo e do eclétismo frente às tendências conservadoras na política, na cultura e na ideologia, que se avolumavam na segunda metade da década de 2010. Já eram graves desde então.

O Serviço Social me parecia especialmente suscetível ao que a conjuntura estava sinalizando (e depois veio a se concretizar): avanço da extrema-direita reacionária, articulação de grupos fascistas, discurso de ódio às esquerdas e a democracia, radicalização do ataque aos direitos sociais e à Constituição da República, odes à ditadura militar, revisionismo histórico, ataques às assim chamadas “minorias”, rebaixamento do valor da força de trabalho, retração de direitos, retórica de anticorrupção seletiva, acirramento das opressões de raça, gênero e etnia, xenofobia e preconceito de classe.

Poucos dias depois da defesa da tese (12/08/2016), a Presidente Dilma Rousseff sofreu o Golpe de Estado que estava sendo preparado meses antes, numa intensa movimentação tectônica das elites políticas antipetistas. Desse ponto em diante, as tendências que tentei explicitar ao longo da pesquisa, rapidamente, cresceram em proporção, volume e profundidade. Elas auxiliaram, como anteparo ideológico, as reformas trabalhista e previdenciária do Governo Michel Temer, ao mesmo tempo em que ofereceram recursos ídeo-políticos aos enxames do “bolsonarismo”, com desdobramentos profundos para os setores à esquerda do espectro político brasileiro.

Fechei o arco de pesquisa, naquele momento, tentando identificar, no cenário internacional, os movimentos ídeo-políticos em ascensão no século XXI. Sem desconhecer os levantes que

sucederam a chamada “Primavera Árabe”, em defesa de direitos e avanços democráticos, realizei um levantamento bibliográfico e documental que registrou a ascensão substantiva da extrema-direita na Europa, Oriente Médio e nas Américas. A internet foi uma fonte valiosa de consulta.

Partidos políticos de inspiração nazifascista, ou retórica e práticas correlatas, cresceram em número e em influência política, vencendo eleições parlamentares e fazendo performances robustas para o Executivo. Observando o panorama internacional, pude enxergar o cenário nacional com mais clareza. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, foi decisiva para vitória do “bolsonarismo” nas eleições presidenciais de 2018, pelos métodos, pelos instrumentos de manipulação, pelo discurso de ódio, pelo extremismo conservador, pela retórica anticomunista requeitada.

Doravante, as novas tecnologias da informação, as *redes sociais*, os “memes” (produzidos como caricaturas feitas para se tornarem virais), as *fake news*, os canais extremistas do *YouTube*, em articulação com o conjunto de crenças e teorias da conspiração do ex-astrólogo Olavo de Carvalho (e seguidores), conferiram novas mediações para o conservadorismo no Brasil. Olavo de Carvalho, “sócio” menor do estrategista Steve Bannon e guru da família Bolsonaro, traduziu para o Brasil ferramentas de manipulação política estadunidenses, inspirando, inclusive, formas de pensar de altas patentes do Exército, herdeiras das doutrinas de segurança nacional e das ideias da Escola Superior de Guerra. O “bolsonarismo-olavismo”, assim, despontou como corrente hegemônica do espectro conservador – essa me parece ser uma nova e interessante hipótese de trabalho.

Essas mediações fizeram repercutir no Brasil os escândalos de manipulação (e mercado) de dados da *Cambridge Analytica*, que influenciaram vários processos eleitorais mundo afora, reforçando as posições das extremas-direitas com algoritmos capazes de

fornecer informações e tendências do público eleitor. Com base nisso, mensagens específicas para públicos específicos foram produzidas e disparadas em massa. Isso alterou profundamente qualquer ideia consensual sobre eleições “livres” nas democracias liberais, talvez de forma definitiva.

A ideia de “soberania nacional”, já frágil de berço, na era dos algoritmos e do aprendizado de máquina e redes neurais, tornou-se talvez mera figura de linguagem. Os algoritmos são uma arma poderosa quando utilizadas por segmentos neofascistas. A programação inserida para seu funcionamento pode ser instrumentalizada para reforçar e ampliação dos sistemas de opressão vigentes. Representa, para o capitalismo monopolista, possibilidades de manipulação inimagináveis no século passado. Talvez essa a tônica do capitalismo do século XXI: a manipulação extrema e o estreitamento ainda maior de qualquer concepção de liberdade substantiva, em paralelo ao progressivo rebaixamento do valor da força de trabalho – com as repercussões políticas esperadas.

Retomando: função central nesse movimento de construção da hegemonia “bolsonarista-olavista” foi desempenhada, também, pelas corporações neopentecostais, em franca ascensão e capilaridade desde 1980. Essas empresas/corporações da fé adaptaram seus ritos e discursos teológicos à conjuntura política de 2016 a 2020. Por vezes, uma das estratégias utilizadas foi a fusão do trocadilho do (Jair) “Messias” (Bolsonaro), com a imagem ancestral e comovedora do “escolhido de Deus”. A capacidade manipulatória dessa identificação, no senso comum, não pode ser subestimada. Ela move afetos subjetivos para uma determinada posição política e ideológica. De hábito, essa posição reforça, com pitadas de fanatismo, as formas de reprodução da sociedade capitalista.

Tendências ideológicas do conservadorismo realizou um esforço de pesquisa peculiar. Insistiu numa perspectiva de método e buscou expor raízes históricas e mediações ídeo-políticas de seu

objeto de estudo, apoiada no método dialético. Evidentemente, não pretendia esgotar as determinações de seu objeto. A colocação dos problemas é que, acredito, foi seu maior acerto.

JAMERSON MURILLO ANUNCIAÇÃO DE SOUZA

João Pessoa, Agosto de 2020

PREFÁCIO

Na atualidade, o termo conservadorismo passou a transitar em espaços discursivos bastante diversos. De ambientes acadêmicos a mídias e jornais, de diálogos cotidianos às chamadas “redes sociais”, palavras como “conservador” ou “conservadorismo” se encontram bastante presentes. E, se tal fenômeno demarca um momento conjuntural internacional, na realidade brasileira, pelas peculiaridades do nosso contexto atual, assim como pelas nossas condições históricas estruturais, a sua manifestação ocorre de forma potencializada.

De um lado, é fato que, na análise da história brasileira, é bem difícil encontrar alguma temporalidade ausente de posturas e condutas conservadoras. Mas, de outro modo, é inegável que as expressões do conservadorismo têm recebido, nos últimos anos, uma carga mais elevada. Os próprios espaços políticos governamentais evocam e entoam, muitas vezes de forma explícita e brutal, cânticos típicos das piores versões desse fenômeno.

O conservadorismo é um fenômeno de diversas faces e finalidades. Seu escopo extrapola os elementos ideológicos e, mesmo que não seja imediatamente examinado dessa forma, possui um lastro econômico. Os efeitos mais observados se encontram no

campo da cultura ou mesmo em formas comunicativas carregadas de teor superficial, agressivo e preconceituoso.

De fato, na atual quadra história e em especial no Brasil, conservadorismo virou sinônimo de intolerância e de agressividade. As práticas cotidianas dos personagens de maior destaque na nossa realidade, que se potencializam no seio familiar, exemplificam bem essas posturas. A interdição de qualquer forma de diálogo com quem é diferente e as ameaças de perseguição e violência lhes explicitam uma impossibilidade de empatia. Nesse grupo, essas posturas se explicitam em momentos mais trágicos (como a que vivemos atualmente por causa da pandemia). A estranha ausência, por menor que seja, de sentimentos de compaixão, aparece como uma regra dessa postura conservadora.

Enraizado nas piores determinações estruturais de um país colonizado, dependente e periférico, esse ideal conservador se depara com uma grande contradição. Ao passo que busca destruir as raízes populares e de resistência contra a submissão imposta historicamente, também precisa se subordinar aos ditames e preconceitos xenofóbicos internacionais. Deseja-se, pois, ser uma classe dominante a serviço de outra classe dominante; uma elite que opera como capacho de outra elite. E, como regozijo, deleita-se na agressão daqueles que lutam pela igualdade.

Claro que essas características conservadoras não são sempre explícitas. Às vezes elas se escondem por detrás de palavras e posturas menos obtusas e brutais. Contudo, mesmo assim, essas manifestações escamoteiam as suas especificidades de classes, relevando um caráter moral e valorativo. Mesmo dispersos em polifonias e em apelos moralistas, a sua vinculação econômica não pode ser facilmente escondida.

As supostas “redes sociais” operam como grandes catalizadores desse fenômeno, tornando-o, ao mesmo tempo, mais radiativo e fugaz. Nesse caso, não se trata somente de meios de comunicação

que, subsumidos pela forma mercadoria, direcionam-se, de forma tendencial, para os operadores e representantes do capital. Ferramentas como *facebook*, *instagram* e *whatsapp* já perderam, há muito tempo, o seu invólucro místico de anúncio de liberdades comunicativas globais. Mesmo tendo contradições, essas redes são empresas que operam a serviço do capital.

As dimensões globais desses empreendimentos permitem tanto uma rápida forma de diálogo e de contato, como se tornaram extremamente potentes em quesitos mercadológicos. Não se estranha mais o fato de que, logo depois de pesquisas na internet, recebe-se, quase que de imediato, anúncios de vendas de mercadorias específicas, que são consonantes com os nossos perfis ou, em termos mais diretos, com os nossos algoritmos.

Não obstante, esse processo de identificação de gostos e valores, cristalizando-nos em fórmulas matemáticas, remete a processos muito mais profundos. Não se trata somente de tentar condicionar formas e padrões de consumo. Como demonstraram vários processos eleitorais recentes, esses condicionantes também operam diretamente e, ao que parece, com bastante eficácia, em escolhas e comportamentos políticos.

Hoje já existe uma importante literatura sobre esses elementos, que destacam desde o caso da *Cambridge Analytica*, passando pelas diferentes façanhas dos *Five Eyes*, até se chegar à chamada *Guerra Híbrida*. O poder apresentado nesses exemplares é somente análogo ao tamanho dos seus investimentos econômicos. Além disso, tal qual um espectro alucinante do evoluir capitalista, os processos de acumulação desse setor saltaram etapas históricas em pequenos espaços de tempo.

Com isso, a visão de uma participação democrática no controle de tais ferramentas representa, no máximo, um desejo utópico. Encontram-se sob a égide do capital e são utilizadas, mesmo que de forma indireta, para assegurar uma regulação que lhe forneça

lastro social. Claro que essa manifestação se apresenta de forma abstrata, mas a sua abstração tem a unidade qualitativa no capitalista coletivo.

Essa forma de comunicação-manipulação se relaciona com questões mais complexas que também incidem no livro agora apresentado. Ainda que, mesmo nesse interior, formas de dominação sejam confrontadas por exemplos de resistência, o desequilíbrio de poder e de controle entre esses polos é muito grande. Mas, sendo assim, é possível delimitar essa realidade ao espectro do conservadorismo?

A questão central, ao relacionar essas determinações com o conservadorismo pode ser indicada da seguinte maneira: de que forma a presença do conservadorismo pode ser atestada? É possível certificar a existência desse fenômeno por meio da análise interna desses elementos ou requer-se uma investigação dos seus efeitos e implicações sociais? Uma ideia ou uma teoria é conservadora por si mesma, ou isso só pode ser afirmado e analisado a partir das suas mediações sociais, quando ela foi apropriada e praticada?

No caso das análises das “redes sociais”, as formas de funcionamento padrão parecem indicar uma conclusão menos contraditória. A irascibilidade e o frenesi que resultam da velocidade e da instantaneidade da operacionalização das “redes sociais” incidem em quadrantes políticos e subjetivos. Uma das qualidades do pensamento crítico é a necessidade de mediação, e o instantâneo e o fugaz inviabilizam não somente uma leitura mais atenta, mas a necessidade de superação da aparência do fenômeno.

Sob essa condição, a representação superficial torna-se simulacro da realidade e a capacidade cognitiva delimita-se pelo aparente. E, nesse sentido, posturas críticas, no lugar de requererem profundidade analítica, tendem à superfície moralista. O julgamento moralista é, ao fim e ao cabo, uma forma preconceituosa de

consciência da realidade, carregada de um dever-ser hipostasiado. Com isso, a dialética da história, nas suas variadas contradições, dissolve-se em rótulos pré-fixados de qualidades humanas, chegando-se aos umbrais do conservadorismo.

Outros casos são mais complicados de serem analisados, requerendo, ao mesmo tempo, a indicação da sua quota-parte nessa unidade qualitativa, como também o destaque das suas especificidades. Além do debate mais geral acerca do conservadorismo e das peculiaridades que esse apresenta na formação histórica brasileira, *Tendências Ideológicas do Conservadorismo*, encaminha outras análises que merecem ser destacadas. Para não se alongar em demasia, gostaria de ressaltar apenas algumas grandezas.

Dentre as várias lições herdadas por Marx em relação aos pensamentos aristotélico e hegeliano, talvez uma das mais importantes tenha sido a necessidade de conhecer a realidade a partir do seu desenvolvimento. A sua famosa frase de que *a anatomia do homem explica a anatomia do macaco* tem bastante analogia com a *dinamis* aristotélica, assim como a assertiva de Hegel, de que *a coruja de Minerva levanta voo ao cair do crepúsculo*.

Nessa esteira, Lukács, por sua vez, intentou algo inédito e bastante arriscado: identificar, a partir dessa postura histórica, quais elementos configurariam a própria estrutura dessa formação. A tentativa de sistematizar esse esforço demarcou os últimos anos de vida desse pensador, que intentou, nos seus derradeiros esforços, deixar essa análise como principal legado para o pensamento marxista, a sua *Ontologia do Ser Social*.

Foi ancorado nesses pensadores e, especialmente, nos escritos do último Lukács, que Jamerson Souza fez a sua parametração e partiu para enfrentar alguns dilemas e desafios teóricos e políticos contemporâneos. De imediato, para ultrapassar as manifestações fenomênicas do conservadorismo, realizou uma incursão em pilares teóricos e políticos desse objeto de análise.

O autor aterrissou no século XVIII para investigar Edmund Burke (1729-1797). O nosso bravo materialista não passou vergonha e encarou o irlandês de frente, tratando-o como ponto de partida para o conservadorismo clássico. As análises lhe permitiram indicar fundamentos históricos e teóricos das raízes do conservadorismo, assim como apontar para a relação presente entre conservadorismo e bonapartismo.

Superada essa peleja inicial, Jamerson Souza não se fez de satisfeito e rumou ao enfrentamento de outras personalidades importantes do conservadorismo. Saltou séculos e chegou a dois pilares do conservadorismo contemporâneo: Anthony Giddens (1938-) e Ulrich Beck (1944-2015). A convocação dos dois sociólogos para o duelo adveio das suas características e responsabilidades pelo desenvolvimento do conservadorismo, que o tornou, ao mesmo tempo, mais sofisticado e mais influente.

Contudo, os principais desafios se apresentam nas partes seguintes de *Tendências Ideológicas do Conservadorismo*. Tratam-se, respectivamente, das análises do conservadorismo na formação histórica brasileira, e como esse fenômeno se desenvolve dentro do Serviço Social no Brasil. Para a primeira tarefa, o autor evocou autores clássicos da análise brasileira, que indicaram as contradições de uma formação econômica e social atrasada, periférica e dependente. Deitada em raízes coloniais e escravistas, a herança conservadora brasileira operou, quando comparada a países centrais, a partir de elementos mais crassos, em que os elevados índices de desigualdade social inviabilizam até mesmo ganhos mais simples de uma democracia burguesa.

Não obstante, o desafio que, a meu ver, releva melhor a qualidade desse livro, encontra-se na sua parte final. Ao analisar o Serviço Social brasileiro, nos seus elementos históricos, teóricos e políticos, Jamerson Souza traz à tona uma categoria ainda não plenamente investigada e enfrentada: o chamado sincretismo.

Tendo por base as importantes pistas investigativas relegadas por José Paulo Netto, a análise do sincretismo toma corpo em *Tendências Ideológicas do Conservadorismo*.

O principal dilema desse desafio se releva na sua perspectiva metodológica, que grassa acerca do encaminhamento das suas complexas determinações, desde elementos ideológicos até o seu núcleo ontológico. O eclecismo, expressão fenomênica bastante presente do sincretismo é tema de destaque que, entretanto, recebe a sua carga de determinação que o consubstancia.

É que o eclecismo não representa a fonte do sincretismo. Mas, antes, é uma expressão, nas suas especificidades teóricas e metodológicas (assim como acadêmicas) desse fenômeno. As bases investigativas do sincretismo se encontram na análise dos fundamentos dessa profissão, diante de uma contradição basilar entre o acesso aos direitos sociais e a prevalência de uma sociedade baseada na exploração do trabalho e na desigualdade econômica.

Enfim, *Tendências Ideológicas do Conservadorismo* representa um importante livro a todas as pessoas que estejam interessadas em refletir sobre esse fenômeno, que é bastante atual. O livro apresenta reflexões de extrema importância na atualidade e está ancorado por uma sólida referência teórica e metodológica. Também se destaca a capacidade expositiva e a estilística do autor, que tornam questões de complexa assimilação e investigação bem mais acessíveis.

HENRIQUE WELLEN

Natal, agosto de 2020

SUMÁRIO

23 **Introdução**

66 **1 Conservadorismo como posição ontológica?**

67 Produção e reprodução social: a composição ontológica do ser social

95 Determinações do processo de reprodução social

110 A emergência e a função das ideologias conservadoras nas sociedades de classes

132 Mediações entre o modo de produção capitalista e a fundação do conservadorismo como pensamento político-social

147 **2 A formação do conservadorismo clássico**

148 Edmundo Burke e a gênese do conservadorismo

175 Conservadorismo e bonapartismo: convergências

196 Contribuições do pensamento social contemporâneo ao conservadorismo

207 3 A ampliação do conservadorismo na contemporaneidade

- 208 Expressões do conservadorismo norte-americano e britânico no cenário brasileiro
- 240 A sofisticação do conservadorismo a partir do pensamento sociológico de Anthony Giddens e Ulrich Beck
- 264 Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade

274 4 “Conservadorismo à brasileira” e Serviço Social

- 275 Bases sócio-históricas do “conservadorismo à brasileira”
- 300 A renovação do Serviço Social brasileiro e a emergência da crítica ao conservadorismo profissional
- 312 Sincretismo e ecletismo como singularidades conservadoras no Serviço Social

326 Considerações finais

364 Referências

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é o conservadorismo, tomado como ideologia, como tradição de pensamento¹ e ação fundada na modernidade e atuante na contemporaneidade. A pesquisa tem natureza teórica. Em termos de método, a abordagem se vincula à perspectiva dialética, e como tal, articula-se à concepção materialista da história e à categoria de totalidade como articulação complexa das principais categorias do ser social.

Desse modo, a investigação e a exposição do objeto de estudo ocorre por meio de aproximações sucessivas, partindo das determinações mais abstratas e gerais em busca daquelas que são mais concretas. As determinações mais concretas do objeto de estudo

23

1 Antonio Candido reputa como importante, para a seleção e o tratamento de uma tradição de pensamento, a busca do que ele designava como sendo sua “coerência”. Segundo o autor: “Por coerência, entende-se aqui a integração orgânica dos diferentes elementos e fatores, (meio, vida, ideias, temas, imagens, etc.), formando uma diretriz, um tom, um conjunto (...)” (2014, p. 39). Procuramos assimilar, para este trabalho (guardadas as devidas especificidades em termos de objeto de estudo), tal orientação metodológica, de modo que possibilite a identificação de elementos de continuidade e de influência dos autores modernos sobre os contemporâneos.

coincidem com suas expressões particulares e singulares, num dado momento histórico. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com opção pela revisão bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias.

De uma forma geral e abrangente, abstraindo especificidades nacionais e locais, por *modernidade*, conceito central citado acima, entendemos o período histórico de emergência e consolidação do modo de produção capitalista na Europa. A destituição do antigo regime feudal e a definição das bases da sociedade burguesa foram processos marcados por revoluções e rápidas transformações nas relações sociais, motivadas pelas novas contradições suscitadas pelo capitalismo. A luta de classes e a construção ideológica burguesa, que inclui o movimento intelectual do iluminismo, redefiniram as instituições vigentes, a estrutura da propriedade privada e a divisão social do trabalho.

A fim de adotar referências mais concretas, incorporamos a delimitação sugerida por Eric Hobsbawm (que não pretende ser rígida ou absoluta), em *A era das revoluções 1789-1848* (2006), para quem é possível situar a modernidade entre a Revolução Francesa de 1789 e as revoluções de 1848. A modernidade, portanto, é herdeira também da pluralidade das ideias e ideais iluministas. Para o autor, essa época “[...] transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro” (2006, p. 16).

O objetivo principal que norteou sua construção foi o de apresentar o conservadorismo como ideologia da crise. Nesse contexto específico, tomamos uma concepção abrangente de crise, entendendo-a como momento de instabilidade política ou econômica numa dada formação social ou no conjunto do sistema do capital. Essa concepção abrangente, genérica, de crise, é necessária porque o conservadorismo faz ofensivas ideológicas e políticas em momentos de instabilidade, que podem ser desencadeadas por diferentes processos.

Por isso, tanto em momentos agudos da crise estrutural do capital, quanto em momentos de crise econômica de menores proporções, ou crises específicas, de natureza institucional, política, ou crises em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, ou nos momentos históricos em que convergem várias dessas crises, o conservadorismo avança ideológica e politicamente.

Isso não significa indiferença ou abstração em relação ao tipo de crise na sociedade, pois, evidentemente, nos momentos mais agudos da crise estrutural do capital, em que todas as contradições imanentes do sistema se aprofundam, o conservadorismo emerge com mais força. Ele emerge com destaque, também, nos momentos de crise de hegemonia, em função de suas especificidades.

Sobre as crises de hegemonia, é oportuno esclarecer, que elas geralmente se originam de uma profunda modificação das relações de forças entre as classes sociais, caracterizada essa mudança, também, pela ausência de uma clara perspectiva revolucionária. No dizer de Gramsci:

Trata-se, na verdade, da dificuldade de construir uma direção política permanente e de longo alcance, não de qualquer dificuldade. A análise não pode deixar de examinar: 1) porque houve a multiplicação dos partidos; 2) porque tornou-se difícil formar uma maioria permanente entre esses partidos parlamentares; 3) do porque, ainda, os grandes partidos tradicionais têm perdido o poder de guiar, o prestígio etc. (*apud* BIANCHI, 2013, p. 143, 144).

Um intérprete acreditado de Gramsci no Brasil, acrescenta as seguintes observações:

Sem poder assimilar a sociedade, a capacidade burguesa de articular o consenso e a legitimidade da ordem foi abalada. Abre-se, então, uma situação de contraste entre representantes e representados. Em momentos como esse os grupos sociais se afastam de suas organizações e seus

líderes não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração, comprometendo de forma decisiva a capacidade dirigente desses grupos. Gramsci chamou esses processos de 'crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto'. A crise de hegemonia é, assim, uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente. O aspecto mais visível é a crise dos partidos e das coalizões governamentais (...) A divisão dos partidos e as crises internas que os atravessam são, assim, manifestação dessa crise. A dificuldade de encontrar uma direção estável e os choques permanentes entre as diferentes classes reproduzem nos partidos os mesmos problemas encontrados no governo e no parlamento. Nos choques entre as diferentes frações e partidos, a corrupção encontra terreno fértil para se desenvolver. Cada fração considera a si mesma a única com condições de superar a crise do partido, assim como cada partido considera-se o único capaz de superar a crise da nação (BIANCHI, 2013, p. 143,144).

O analista avança ainda mais:

A característica fundamental da crise de hegemonia não é o 'vazio de poder', que a rigor poderia ser ocupado por qualquer um, até mesmo por um aventureiro ou um grupo deles. A crise de hegemonia se caracteriza, antes de tudo, por uma multiplicidade de poderes. É claro que a situação não pode se prolongar indefinidamente. Sem nenhuma capacidade dirigente, a burguesia ou frações dela podem ser deslocadas do poder, deixando de ser dominantes. (BIANCHI, 2013, p. 144, 145).

Nesses momentos de instabilidade flagrante, para finalizar, temos que:

Partidos alinham-se e realinham-se, blocos são formados e dissolvidos. Líderes são criados e depostos. A velocidade desses processos pode surpreender, o ritmo é rápido e

fulminante se comparado com os tempos normais. Mas a crise, é verdade, acelera essa dimensão, recriando a noção de tempo. (...) As classes dirigentes tradicionais, ao contrário das classes subalternas, contam com grande número de intelectuais, numeroso pessoal especializado capaz de formular esses projetos e organizar seus defensores. Pode mudar de pessoal dirigente, de programa e mesmo de partido de modo a oferecer, rapidamente, uma saída para a crise. Não raro, constroem a unidade que até então parecia impossível que atingissem, perfilando-se sob a direção do partido que melhor encarna as necessidades de toda a classe naquele momento. E as necessidades, nessas ocasiões, não são outras que a superação da própria crise. Mas mesmo tendo condições mais favoráveis para decidir rapidamente o conflito a seu favor, as classes dirigentes tradicionais nem sempre o conseguem. Isso ocorre quando já amadureceram contradições na estrutura que as classes sociais - que atuam para conservá-las e defendê-las - não conseguem resolver, ao mesmo tempo em que as classes que lutam pela sua transformação profunda não conseguem tornar-se dirigentes (BIANCHI, 2013, p. 147, 148).

27

Quando se conjugam a crise econômica e a crise de hegemonia, temos a chamada *crise orgânica*. Essas passagens de Gramsci e de Álvaro Bianchi fornecem, sob todos os aspectos, elementos importantes para uma interpretação acurada do atual momento político do Brasil, ou seja, o contexto do *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff. Há muitos indícios de que está configurada uma crise orgânica.

Mas, retomando a argumentação anterior, nossa perspectiva vai no sentido de que o estudo da ideologia do conservadorismo não está condicionado a uma concepção conceitual prévia e específica sobre os vários processos de crise. Sendo assim, ao adotar essa concepção genérica, não obedecemos a uma escolha subjetiva, nem negamos a importância de concepções precisas sobre os

diferentes tipos de crises nas sociedades capitalistas, bem como suas distintas repercussões para a sociabilidade, mas tão somente seguimos uma determinação que é própria do objeto.

Por suposto, também não estamos afirmando, por outro lado, que em todas crises deve necessariamente tomar corpo o conservadorismo. O processo histórico, incluindo os momentos de crise, é um leque essencialmente aberto de alternativas e possibilidades e, dentre elas, o horizonte revolucionário comunista pode se constituir como alternativa mais concreta na luta de classes. A revolução bolchevique é um exemplo concreto dessa questão.

Nosso argumento, no entanto, visa se constituir de modo inverso, isto é, afirmamos que, como tendência geral, quando avança o conservadorismo, a sociedade se encontra em momento de crise, de maior ou menos amplitude e desdobramentos.

28

Os motivos que determinaram a escolha e definição do objeto de estudo têm relação com a nossa trajetória acadêmica, concentrada nos acúmulo dos debates em torno dos chamados fundamentos teórico-práticos do Serviço Social.

Entre esses motivos, está o acúmulo teórico possibilitado pela elaboração da dissertação de mestrado, defendida em 2009 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Naquela ocasião, concluída a pesquisa, nos primeiros momentos posteriores, já identificávamos a necessidade do adensamento e aprofundamento do debate teórico.

Nessa pesquisa de mestrado, cujo objeto de estudo foi a categoria de totalidade (tomada a partir do referencial marxiano e lukacsiano) e sua apropriação pelo Serviço Social, nossa ideia foi a de realizar uma recuperação teórica e sistemática de uma das categorias centrais do método crítico-dialético, para então colocar em perspectiva analítica a sua apropriação pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Alcançado esse estágio, procedemos, então, a um

estudo sobre as formas singulares de expressão do debate teórico e das Diretrizes Curriculares no ementário e nos programas das disciplinas do eixo de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior Públicas da região Nordeste do Brasil.

Entre outras conclusões, identificamos dificuldades diversas para a implementação dos conteúdos definidos pelas Diretrizes Curriculares e pelo debate dos clássicos do marxismo. Tais dificuldades evocaram diferentes dimensões e pudemos perceber a necessidade de adensar e aprofundar os estudos que pudessem iluminar as determinações mais gerais, que implicam e conformam certa distância entre, de um lado, os conteúdos elaborados pelos autores clássicos do marxismo sobre a categoria de totalidade, a sua apropriação pelo debate intelectual do Serviço Social, expressa nas Diretrizes Curriculares, e, de outro, sua implementação na atividade acadêmica cotidiana.

29

Em síntese, percebemos que, apesar da presença efetiva de alguns problemas locais e conjunturais, as determinações essenciais desse distanciamento precisavam ser buscadas, prioritariamente, para além das instâncias diretamente envolvidas na formação profissional – muito embora tais instâncias constituíssem o ponto de partida da investigação.

Ilustram esses problemas: a frágil apropriação teórica do marxismo e das ciências sociais de uma forma geral; o reforço do discurso da dicotomia entre teoria e prática; a desarticulação entre os conteúdos das disciplinas do eixo de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social com os demais eixos, a saber: o eixo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o eixo de fundamentos do trabalho profissional (esses três eixos, em conjunto e articuladamente, conformam a base da formação profissional, segundo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS); a repetição

de conteúdos nas disciplinas de diferentes eixos; a apresentação do debate marxista a partir do ponto de vista liberal, positivista ou pós-moderno.

Tais problemas, se tomados isoladamente, poderiam conduzir a conclusões unilaterais. Quando colocados em perspectiva de totalidade, todavia, torna-se possível distinguir suas singularidades e particularidades em relação às tendências histórico-universais da sociedade brasileira, expressas, entre outras dimensões, na ascensão do conservadorismo, no acirramento das contradições entre as classes sociais, na hegemonia do grande capital especulativo-parasitário e nas várias tentativas de neutralização do pensamento crítico, no ambiente acadêmico e no debate político, teórico, institucional e partidário.

30

Desse modo, para ajudar a lançar luz sobre essas determinações, procuramos recuperar, como parte de um programa de estudos posteriores ao mestrado e que foi incorporado ao doutorado, algumas das teses fundantes acerca do significado social do Serviço Social na sociedade burguesa madura e consolidada. Nosso foco consistiu na tentativa de rastrear elementos que contribuíssem para elucidar, desde uma perspectiva mais ampla, macrosocietária, quais mediações atuam como propulsoras dos problemas identificados, naquele momento, na dissertação.

Além disso, outro objetivo era o de ampliar os horizontes de pesquisa, de modo a constituir um objeto de estudo que remetesse para além de um debate endógeno à profissão. Longe de significar uma ruptura com o tema dos fundamentos teórico-práticos do Serviço Social, essa ampliação obedeceu a uma questão de método. Isto é, a percepção de que as determinações sociais e históricas nas quais a profissão se inscreve é que respondem pelas suas características, dilemas e contradições, extrapolando o perímetro das especificidades endógenas. Com esse novo ponto de partida, tornou-se necessária a delimitação de outro objeto de estudo.

Em paralelo aos acúmulos da dissertação, ao novo programa de estudos e às novas descobertas e inquietações, a atividade docente² e a inserção em entidades representativas da categoria³ atuaram em conjunto para a formulação da pergunta norteadora desta pesquisa, porque contribuíram na explicitação de mediações políticas, culturais e econômicas que, muito embora tenham relação mediata com a formação profissional, são mais abrangentes e totalizadoras, o que ajudou a compor uma problematização de maiores proporções.

Desta feita, o percurso da investigação e da exposição parte da questão que nos parece central e acompanha a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro: a questão do conservadorismo e suas características macrossocietárias, ideológicas e políticas. Tais características se expressam no cotidiano profissional sob formas variadas, acionadas por mediações diversas, mas geralmente relacionadas à questão do sincretismo e do ecletismo.

Ao tomar a questão do conservadorismo como objeto de estudo, acreditamos ser possível adotar uma perspectiva metodológica de totalidade, ainda que seja esta uma totalidade, evidentemente, delimitada e articulada a outras totalidades⁴. A reprodução

2 No Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

3 No Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 13ª região, 2011 a 2013 e na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, regional Nordeste, de 2012 a 2014.

4 Em termos de método, a categoria de totalidade é trabalhada por György Lukács em vários momentos de sua obra. É possível, no entanto, destacar *Para uma ontologia do ser social I* (2012), em seu capítulo IV, como especialmente voltada para debater essa questão. Segundo sua perspectiva, o ser social se estrutura como uma unidade não identitária, na qual cada componente, desde o indivíduo até as categorias universais, são totalidades complexas, de maior ou menos abrangência. Nesse sentido, todo objeto de estudo pertencente ao ser social é uma totalidade articulada a outras, mais amplas e mais restritas. As tendências histórico-universais do gênero humano, nesse ínterim, são aquelas

e, prioritariamente, a ascensão recente do conservadorismo no cenário intelectual, cultural e político da sociedade brasileira, são elementos centrais que contribuem para determinar a permanência de alguns dos principais problemas, dilemas e contradições por que passa a profissão de Serviço Social nos anos 2010.

A continuação de problemáticas tais como o sincretismo e o ecletismo (NETTO, 2009) exemplificam essa questão – sem embargo ou abstração de suas novas características na entrada do século XXI, nem de sua historicidade, que é responsável pela sua estruturação ontológica e, por isso, lança elementos de continuidade que permanecem até o presente momento.

O debate sobre a estrutura sincrética do Serviço Social – que inclui a discussão do sincretismo ideológico e científico, do ecletismo e da prática indiferenciada, que marcaram o processo de gênese e institucionalização do Serviço Social até os anos 1960 no Brasil –, tal como formulado por José Paulo Netto (2009), na entrada nos anos 1990, retoma e aprofunda a questão do significado social da inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho, dando continuidade e ampliando as problematizações que Iamamoto e Carvalho (2012) avançaram originalmente nos anos 1980.

Ao esmiuçar o significado da articulação ontológica do Serviço Social com as políticas sociais, tal como estruturadas na sociedade burguesa madura – para fazer frente à assim chamada “questão social”, baseando-se numa determinada racionalidade formal-abstrata de inspiração positivista –, essa profissão, historicamente, apresenta determinadas características e contradições que

de maior amplitude e, por isso, requisitam graus mais elevados de abstração racional para serem corretamente interpretadas. Exemplificam algumas dessas tendências: a divisão internacional dos mercados e do trabalho, o desenvolvimento desigual e combinado entre os países e regiões do mundo, a desregulamentação dos capitais, o imperialismo, entre outras.

remetem à própria estrutura da sociedade de classes. Portanto, estão longe de serem endógenas.

Considerando a atual ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira, como proposta teórica e ideológica e como modalidades de ação e discursos cotidianos, torna-se possível sinalizar algumas tendências históricas que convergem para a manutenção e ampliação de alguns traços da estrutura sincrética da profissão. Evidentemente, mediadas por contradições em processo, atinentes às novas qualidades e características que a profissão tem assumido na sociedade brasileira nas últimas décadas.

Não apenas as contradições da condição de assalariamento e a inserção na lei do valor da sociedade capitalista, tal como pioneiramente definiram Yamamoto e Carvalho (2012), mas também os limites ontológicos da atuação profissional – sua intervenção ao nível do cotidiano, a manipulação de variáveis empíricas e o confronto diário com as mais variadas expressões da “questão social” – impõem restrições que são macrossocietárias e institucionais.

Dentre elas, a requisição de uma atuação com “bases científicas” (NETTO, 2009), visando a superação do cariz voluntarista e caritativo das “protoformas do Serviço Social”⁵, o que coloca a necessidade contraditória da qualificação teórica para intervenção profissional, ao mesmo tempo em que favorece as perspectivas ecléticas ou de corte positivista e conservador, uma vez que a dinâmica da institucionalidade burguesa não entra em contradição com teorias ou substratos de teorias que se limitam à apologia direta, ou até mesmo indireta, do capitalismo⁶. Pelo contrário,

5 As “protoformas do Serviço Social” são descritas e analisadas por Yamamoto e Carvalho em *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (2012), especificamente, no capítulo II da parte II do livro.

6 As categorias *apologia direta* e *apologia indireta do capitalismo* são expostas por György Lukács em *Marx e o problema da decadência ideológica* (2010a).

requisita-as, configurando uma tensão permanente com o projeto de formação e atuação profissional com perfil crítico e generalista, hegemonizado pelo marxismo e sua perspectiva de emancipação humana⁷, sem embargo do pluralismo na interlocução e confronto entre ideias e teorias (ABEPSS, 1997).

Segundo Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1997), o pluralismo é um princípio fundamental da formação profissional em Serviço Social, consoante com o posicionamento democrático da profissão (democracia entendida em seu sentido substantivo, não meramente formal). Supõe a exposição e o debate aberto, franco e crítico entre diferentes perspectivas teóricas e concepções de mundo, representativas de perspectivas de classe, que não se reduzem simples esquemas lógicos ou discursivos. O pluralismo, no entanto, não pode ser confundido com o ecletismo.

34

Designam, respectivamente, teorias que celebram, justificam ou legitimam a sociedade burguesa, de um lado e, de outro, todo um conjunto de teorias que elaboram críticas parciais ou meramente românticas do capitalismo. Ambas não ultrapassam o horizonte da sociabilidade burguesa.

- 7 A *emancipação humana* pressupõe a superação revolucionária da ordem social subordinada aos imperativos do capital. A *emancipação humana* significa, tal como Marx expõe em *Para a questão judaica* (2009), uma sociabilidade voltada para o atendimento das necessidades autenticamente humanas, sem a regência da propriedade privada dos meios de produção, das classes sociais, da acumulação capital e do Estado. Marx estabelece, nessa obra, o contraponto à *emancipação política*, representada pela era burguesa ao destituir as relações do antigo regime. A *emancipação política*, segundo ele, significou um avanço histórico importante, mas circunscrito ao estabelecimento da sociedade burguesa, subordinada aos imperativos da acumulação de capital. Por isso, não seria capaz de elevar, por força de suas contradições internas, as relações sociais a um patamar superior liberdade, entendida como a possibilidade de pleno desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, pressupondo também o atendimento de suas necessidades.

O ecletismo, sobreposição acrítica de teorias, ou extratos pragmáticos delas, é um dos flancos sobre os quais avança as diferentes posições políticas e teóricas conservadoras na profissão. O ecletismo contribui para uma visão reificada da própria função social da produção de conhecimento e elaboração de teorias, pois tende a identificá-las, abstratamente, a simples manifestações discursivas que se equivalem. Seriam meros “olhares”, tantos quantos possam ser elaborados pelos sujeitos. Tal visão, como se pode notar, flui em sentido contrário ao materialismo, pois retira a prioridade ontológica do objeto e o entroniza.

Nesse sentido e contexto, o conservadorismo assume uma posição central no que diz respeito às contradições da profissão porque, por intermédio de mediações tanto intelectuais, quanto institucionais, resulta inscrito nas dimensões cotidianas da profissão, tanto naquelas eminentemente operativas, quanto em seu amadurecimento como área de conhecimento (MOTA, 2013).

Sobre essa questão em particular, é importante ressaltar que, em artigo recente, intitulado: *Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento*, Ana Elizabete Mota (2013) aponta como uma das tendências contemporâneas mais importantes do Serviço Social a sua colocação como área de produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais aplicadas e sociais.

Partindo de alguns dados objetivos relativos ao crescimento e diversificação da produção, do público e das temáticas no âmbito da pós-graduação, bem como do reconhecimento das agências de fomento e da incorporação e relevância, para outras áreas, das pesquisas realizadas pelo Serviço Social, a autora sinaliza um elemento tendencial importante: ao se firmar como área de produção de conhecimento, essa profissão pode ampliar sua autonomia relativa frente ao debate hegemônico nas ciências sociais e na filosofia, de corte crescentemente conservador. Isto pode representar um avanço importante no sentido da contraposição ao ecletismo

e, mediatamente, às práticas sincréticas, que são características contraditórias do Serviço Social na contemporaneidade.

Retomando a argumentação, temos que, no âmbito prático-operativo, comparece, como tendência-limite e sincrética, por meio do discurso e da reiteração de procedimentos, de acordo com o receituário institucional – expresso, geralmente, em metas, objetivos específicos, prazos, público-alvo, planejamento, estatísticas, balanços, metodologias, sistematizações, em síntese, um conjunto de atividades racionalizadoras –, ele mesmo expressão da reprodução ampliada da sociedade burguesa. Sem cancelar as possibilidades de uma atuação crítica e generalista, ainda que dentro desses limites, tais exigências institucionais, bem como os condicionamentos que elas significam, não podem ser abstraídas, sob pena de deslizar para uma concepção voluntarista ou messiânica⁸.

As mediações intelectuais, ligadas à produção de conhecimento, relacionam-se com a hegemonia do pensamento liberal e positivista, de caráter hiper-racionalista⁹, de um lado, e de outro, com

-
- 8 O messianismo, assim como o fatalismo, são duas tendências-limite opostas que comparecem com certa frequência no discurso dos Assistentes Sociais. Ambas são tema de debate e crítica em *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* (2011), de autoria de Marilda Yamamoto.
- 9 György Lukács expõe e faz a crítica às características centrais e consequências sociais da predominância de uma concepção de mundo hiper-racionalista no âmbito das ciências e da filosofia, cuja expressão central é a hipertrofia do caráter puramente manipulatório do conhecimento. Trata-se de uma das tendências mais importantes do neopositivismo. O autor discute essa questão no primeiro capítulo de *Para uma ontologia do ser social I* (2012). Segundo ele: "(...) a ciência contemporânea não é mais simplesmente um objeto do irresistível desenvolvimento social no sentido da manipulação generalizada, mas participa ativamente de seu aperfeiçoamento, de sua imposição generalizada" (2012, p. 46). Pouco mais de uma década depois da produção da *Ontologia*, em 1972, Carlos Nelson Coutinho situou tal tendência como uma das características da *miséria da razão*, na obra *O estruturalismo e a miséria da razão* (2010). Coutinho, para elaborar a

as tendências irracionalistas e “pós-modernistas”, no âmbito do pensamento social e filosófico, dentro e fora da academia. O avanço do Serviço Social como área de conhecimento, mantida a hegemonia marxista como direção, supõe agora um patamar mais elevado na relação com as ciências sociais e com a filosofia.

Para além do diálogo crítico com tais sistemas de saber, o Serviço Social se coloca como produtor de conhecimentos que se contrapõem, hegemonicamente, à lógica apologética e conservadora que preside majoritariamente o debate intelectual burguês no Brasil. Portanto, também sob esse ângulo, a questão do conservadorismo apresenta-se como problemática crucial, nesse caso mediata, para o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Em paralelo, são igualmente decisivas as tendências conservadoras da política institucional do Estado brasileiro, com as quais se relacionam mais diretamente as entidades representativas da categoria.

Reforça essa ideia o fato de que a crítica ao conservadorismo ocupa lugar de destaque nas produções teóricas do Serviço Social que se voltam para o tema dos seus fundamentos teórico-práticos. Reproduzindo no plano da racionalidade crítica os dilemas e contradições reais, os intelectuais do Serviço Social construíram uma literatura que aborda sistematicamente essa questão. É possível afirmar que a construção dessa literatura compõe um avanço importante para a formação de uma massa crítica¹⁰ ao conservadorismo, prioritariamente aquele que caracterizou boa parte de sua

categoria *miséria da razão*, foi claramente inspirado pela polêmica lukacsiana presente em *El asalto a la razón* (1972), na qual o filósofo húngaro esmiúça a trajetória do irracionalismo na filosofia alemã, culminando no fenômeno hitlerista. A autor aponta o irracionalismo como responsável pela *destruição da razão* (1972).

10 Sem prejuízo de outras produções, é possível destacar, como representativas, algumas obras fundadoras: NETTO (2005, 2009), IAMAMOTO (2011, 2012), GUERRA (2010), MOTA (2010).

trajetória histórica e institucionalização – sem embargo das novas problematizações, que têm focado algumas determinações contemporâneas, tanto teóricas quanto políticas, dessa ideologia¹¹.

Por suposto, a formação dessa massa crítica não é capaz, em si mesma, de transformar radicalmente as relações sociais nas quais está inserido o Serviço Social. Todavia, ela contribui efetivamente para elucidar a origem, a natureza e a função social das determinações com as quais a profissão se relaciona.

Cumprindo esse papel fundamental, a produção de conhecimento sobre essa temática coopera no sentido de desmistificar as perspectivas ideológicas e teóricas de perfil moralizante, ou apoloético; superar o messianismo e o fatalismo; situar os limites e as possibilidades da política, e da política institucional burguesa, no âmbito da reprodução capitalista; encaminhar alternativas mediadas, que envolvem a articulação com outros sujeitos coletivos.

Um balanço mais acurado dessa literatura especializada revela, porém, algumas tendências. As análises aparecem com enfoques, perspectivas e até mesmo propostas metodológicas heterogêneas, conforme será exposto a seguir. Com base nesse balanço é que elaboramos a pergunta norteadora deste estudo: quais as mediações ideológicas, teóricas e políticas, bem como conjunturais, que funcionam como suportes para o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira dos anos 2010 e, por consequência, contribuem para a ampliação contraditória da ressonância conservadora sobre o Serviço Social?

Identificamos que, na literatura referida, a ênfase recai sobre os elementos conservadores presentes nas ideologias que

¹¹ Entre outras produções que atualizam o debate, podem ser citados alguns estudos: ESCORSIM NETTO (2011), SANTOS (2007), SANTOS (2011), SILVA (2013), IAMAMOTO (2007), MOTA e AMARAL (orgs.) (2014), BARROCO (2015), BOSCHETTI (2015) e SOUZA (2015).

caracterizaram o período de institucionalização da profissão no Brasil, quais sejam, o neotomismo e o funcionalismo. Tal perspectiva problematiza o objeto sob um ponto de vista duplo: a partir de um tipo específico de intervenção do Serviço Social sobre a “questão social”, subsidiado por essas ideologias, expõe a consequente adesão ao projeto de desenvolvimento burguês vigente naquele período; e analisa os limites ontológicos dos pressupostos teóricos tanto da chamada doutrina social da igreja, quando do ideário positivista e funcionalista. Influenciado por ambos, o Serviço Social se institucionaliza determinado pelo ideário e pelas práticas conservadoras.

As contribuições de Yamamoto (2011, 2012) exemplificam esse aspecto, sobretudo, chamando a atenção para o significado sócio-histórico do que ela denominou, nos anos 1990, como “arranjo teórico-doutrinário”¹² no Serviço Social – combinação eclética entre o neotomismo e o funcionalismo, vigente entre os anos 1940 e 1950.

Peculiaridades do conservadorismo passaram a ser debatidas também por intelectuais do Serviço Social preocupados com os rumos internos que as vertentes da “renovação” (NETTO, 2005) adquiriram entre 1965 e 1975. A partir da abordagem de José Paulo Netto (2005), publicada na entrada dos anos 1990, foram expostas e criticadas as raízes conservadoras das correntes “renovadoras” que se basearam em releituras do positivismo e da fenomenologia.

O autor indicou os elementos de mediação entre essas referências teóricas, seus resultados interventivos e a dinâmica mais geral da reprodução social subsumida ao capital. Suas reflexões colocaram, ainda, o problema central da estrutura sincrética do Serviço Social (2009), incluindo a questão do ecletismo, cujas mediações ajudam a esclarecer a reprodução contraditória do

12 O chamado “arranjo teórico-doutrinário” é um tema essencial em *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* (2011), de Marilda Yamamoto.

conservadorismo no Serviço Social hegemônico pelo “projeto ético-político”.

Recentemente, na transição entre o final da década de 1990 e os anos 2000, duas outras ramificações enriqueceram a massa crítica que aborda o conservadorismo no Serviço Social. De um lado, os estudos que discorrem sobre o assim chamado “neoconservadorismo pós-moderno”. De outro, aqueles que priorizam o conservadorismo clássico, isto é, o que floresce como discurso antirrevolucionário no período da revolução francesa.

As produções que polemizam o campo “teórico” chamado de “pós-modernidade”, costumam identificá-lo como constitutivo do “neoconservadorismo” – uma designação que, ao que tudo indica, é provisória e genérica, por carecer de especificidades que a solidifiquem como um ramo substancial do conservadorismo clássico. Elas atêm-se, em geral, à crítica dessas correntes por representarem um retrocesso em direção à *destruição da razão*, isto é, uma das linhas de continuidade do irracionalismo.

Entre outras estudiosas desse campo, Santos (2007) destaca-se como uma das pioneiras, ressaltando algumas das qualidades essenciais do debate “pós-moderno”, sobretudo, seu caráter contrarrevolucionário. Rodrigues (2006), com sua crítica à Foucault, dilata o debate com uma tese específica sobre esse influente pensador francês.

No que tange aos esforços concentrados em esclarecer o conservadorismo clássico, as análises de Escorsim Netto (2011) podem ser consideradas como um novo ponto de referência. O debate – até então predominantemente concentrado sobre o neotomismo, o funcionalismo e o “pós-modernismo” – é ampliado e o conservadorismo é tomado como tradição autônoma de pensamento e ação.

A autora assinala as raízes setecentistas e francesas do pensamento conservador, distingue sua origem intelectual: Edmund Burke, e culmina o estudo tratando das formas metodológicas

que Émile Durkheim constrói para essa ideologia, que representam uma tentativa de alçar o pensamento conservador ao estatuto de “ciência” – cujo referencial, à época, eram as metodologias das ciências da natureza. Adicionalmente, apresenta uma síntese aproximativa do debate marxista sobre a temática, resgatando apontamentos de Hebert Marcuse e György Lukács.

Paralelamente, é oportuno destacar, de passagem, que o conservadorismo assume sentidos diversos no discurso do cotidiano político (intrainstitucional inclusive) dos assistentes sociais. Comumente, quando comparece nessa dimensão, seu significado tende a se estreitar. No geral, serve para designar posições alinhadas à direita do (amplo) espectro político, isto é, aquelas que não contribuem para o avanço da democratização do poder político, em quaisquer de suas particularidades.

Numa tal acepção, o conteúdo do conservadorismo aparenta se diluir, ante a infinitude de possibilidades políticas, individuais e coletivas, que resultam, em última análise, no reforço da sociedade burguesa. Tal acepção costuma, por essa via, fazer abstração do caráter contraditório da profissão. O resultado, como tendências-limite, são avaliações que não vão além de julgamentos de valor.

Ao servir como termo genérico para enquadrar toda e qualquer posição política que não seja revolucionária, o uso do termo *conservador* ou *conservadorismo*, com toda probabilidade, terá pouco potencial explicativo para contribuir com o enfrentamento dos problemas e contradições centrais da sociedade e da profissão.

Ante esse quadro referencial, sumariamente delimitado, indicante dos avanços e limites do Serviço Social em direção ao amadurecimento da crítica ao conservadorismo, pode-se perceber também, entretanto, que outras determinações da temática lhe escapam. Exemplificando, é possível advertir sobre a relativa ausência de uma abordagem mais cuidadosa em relação à formação do pensamento conservador a partir da reflexão fundadora de

Edmund Burke. As referências ao autor, normalmente, apresentam um caráter excessivamente sintético e, por vezes, mediado por intérpretes, eles mesmos, conservadores, entre os quais podemos citar Robert Nisbet (1987).

Avaliamos que, em se tratando da tradição conservadora, é necessário, mas não suficiente, apontar seu fundador. Consideramos imprescindível a realização de uma leitura crítica sistêmica, vertical, que tenha como objetivo a exposição do núcleo de ideias fundantes do conservadorismo. Tal núcleo pode ser encontrado em *Reflexões sobre a revolução na França* (2014), de Edmund Burke.

Por suposto, essa obra não esgota a amplitude e a complexidade do objeto. Todavia, diante da impossibilidade de realizar, nos limites desta pesquisa e dadas as escolhas metodológicas, uma abordagem que contemple todos os autores mais proeminentes do conservadorismo clássico – Joseph de Maistre (1753-1821), Benjamim Disraeli (1804-1881), Benjamim Constant (1767-1830), James Mill (1773 -1836), Alexis de Tocqueville (1805-1859), entre outros –, parece-nos adequado tomar como ponto de partida o pensamento burkeano, porque é fundante desta matriz.

Depois de Burke, é oportuno ressaltar de passagem, boa parte da tradição conservadora clássica, francesa e inglesa, passou a assumir algumas ideias básicas do liberalismo, muito embora com ressalvas. A imagem do mercado como mediador da sociabilidade pode ser definida como uma das mais importantes nesse sentido. Ela permeia as produções dos autores acima citados, assim como aquela que define o indivíduo como essencialmente egoísta, protagonista e mola-mestra do desenvolvimento econômico. Tais ideias liberais são estranhas à interpretação medievalista do conservadorismo de Edmund Burke.

Com a ascensão conservadora contemporânea, autores estadunidenses à sua frente – destaque para Russel Kirk –, pode-se perceber uma retomada eminentemente burkeana no discurso e

nas propostas políticas, com forte ênfase sobre o fortalecimento das instituições do Estado atinentes ao monopólio da violência e da coerção, crescimento da intolerância e questionamento da validade dos institutos democráticos.

No entender desse conservadorismo contemporâneo, a democracia e seus ritos procedimentais, “atrasariam” o encaminhamento ágil de decisões e soluções para os “problemas sociais”. Por isso, a democracia costuma ser concebida mais como um entrave do que como a via mais adequada aos regimes políticos. Nessa ramificação do conservadorismo contemporâneo, as ideias liberais costumam figurar em papel secundário, subsumido ao programa conservador.

Esse ramo do conservadorismo da atualidade é um dos mais influentes no cenário intelectual e político de certos setores mais atuantes da direita brasileira. Como Burke, ele ressalta a centralidade das instituições, tradições e costumes, a importância da adesão dos indivíduos, grupos e classes ao projeto de desenvolvimento heterônimo do capitalismo brasileiro, sem ferir, apesar do aparente paradoxo, a atual hegemonia do capital especulativo-parasitário.

Nesse ínterim, surge outro aparente paradoxo, ou seja, alguns cânones da “teologia” neoliberal, como ideia da onipotência do indivíduo egoísta e do livre mercado como sacrossanto mediador civilizacional, precisam colocados em segundo plano, ante a força moralizadora, agregadora e tradicionalista do conservadorismo. O paradoxo se desfaz, todavia, ao se observar a manutenção da ordem burguesa, seja sob hegemonia conservadora, seja sob hegemonia liberal.

No entanto, essa observação não pode dar vazão a uma equalização precipitada entre a hegemonia liberal-democrática e a conservadora-bonapartista, como se fossem idênticas, já que mantém intactos os fundamentos do modo de produção capitalista. Uma equalização desse tipo não permite destacar os traços mais reacionários do conservadorismo, em relação ao liberalismo.

Apesar de preservarem as estruturas do modo de produção, há nítidas diferenças qualitativas entre uma e outra hegemonia, sobretudo no que diz respeito às garantias formais e legais das liberdades democráticas, dos direitos civis, políticos e sociais. No atual cenário de crise estrutural do capital¹³, uma guinada conservadora na hegemonia das classes sociais também pode, contraditoriamente, abrir um período de consequências¹⁴ revolucionário para a luta de classes.

Avançando além disso sobre a literatura do Serviço Social que trata do conservadorismo, é possível identificar ainda certa carência em relação a uma problematização ontológica desse objeto. Isto é, um tipo de problematização que aborde o significado social do conservadorismo, tanto como sistema de saber quanto como proposta política, para a reprodução do ser social no tempo presente. Desta feita, é preciso ampliar o debate para além dos avanços até então acumulados.

Para tanto, julgamos que seja imprescindível recuperar o pensamento lukacsiano, não apenas pressupondo ou subentendendo determinadas categorias, mas concentrando a atenção sobre o núcleo teórico duro da *Ontologia do ser social* (2013), no sentido de extrair daquele referencial os quadros analíticos necessários para explicitar em quê e como o conservadorismo representa um retrocesso civilizacional.

¹³ Tomamos a categoria *crise estrutural do capital* segundo Mészáros (2002).

¹⁴ A categoria *período de consequências* é abordada por György Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II* (2013). Designa, em poucas palavras, o acionamento de cadeias causais a partir de um determinado evento na sociedade. Não é possível prever, ou controlar, o resultado final de um *período de consequências*. Todavia, é possível indicar algumas tendências, de acordo com a capacidade de análise, dos sujeitos individuais e coletivos, das determinações históricas e contemporâneas. Para exemplificar, é possível dizer que a sociedade burguesa atual ainda vive o *período de consequências* aberto pela Revolução Francesa de 1789.

Essa tarefa está condicionada, segundo avaliamos, à recuperação da articulação categorial do ser social. Desse modo, não é possível desarticular, abstrair, seccionar, ou “pinçar” uma ou outra categoria que sirva para debater um ponto específico da temática, sob pena de recair sobre uma elaboração formalista.

É por isso que a categoria da ideologia, por exemplo, requisita a explicitação dos nexos causais ativados pela categoria trabalho, pois a ideologia é um de seus desdobramentos. Igualmente, o debate sobre as tendências da reprodução social, isto é, as formas renovadas de relação da polaridade indivíduo e totalidade social (LUKÁCS, 2013), é ininteligível sem o suporte dos demais complexos do ser social, incluindo a ideologia, a divisão social do trabalho e as classes sociais, que envolvem, por sua vez, formas complexas de teleologias (posições teleológicas) e causalidades fundadas pelo trabalho. Visando evitar esquematismos ou reducionismos, optamos, metodologicamente, por recuperar essa estrutura teórica em seu conjunto, em sua unidade, reservando espaço para exposição de suas relações.

Tal opção é reforçada pelo fato de que a contribuição lukacsiana ao Serviço Social brasileiro amadurece reconhecidamente. Em vista disso, segundo nosso ponto de vista, é oportuna e necessária uma abordagem que situe os fundamentos ontológicos das ideologias conservadoras no âmbito da reprodução do ser social, ajudando a esclarecer a particularidade que representa *o conservadorismo* dentre essas ideologias típicas das sociedades de classes.

O filósofo húngaro elaborou, na *Ontologia*, uma das mais abrangentes sínteses que a tradição marxista já produziu, esmiuçando e desdobrando categorias e princípios que, em Marx, dadas as vicissitudes de sua obra e de sua trajetória política, por vezes aparecem de maneira resumida.

Se é verdade que Lukács não pode ser qualificado como um pensador “da política”, é igualmente verdade que, no quadro referencial

mais amplo de sua produção, a política ocupa um lugar de destaque (NETTO, 2012), delimitado por sua função contraditória nas sociedades de classes. Por isso, consideramos adequado extrair da *Ontologia*, também, elementos para uma crítica política do conservadorismo.

Mas há ainda outro motivo, mais fundamental, que explica essencialmente essas escolhas (metodológica e política). Ele advém da constituição do próprio objeto de estudo. Trata-se do significado teórico e social do conservadorismo como ideologia, incompreensível sem uma abordagem ontológica unitária.

Sua estrutura de funcionamento atua essencialmente com os seguintes suportes: cancelar as possibilidades de posições teleológicas de caráter emancipatório ou revolucionário, operando num sentido antirrevolucionário; defender uma concepção teleológica da história, negando ou abstraindo quaisquer alternativas de sociabilidade para além do continuísmo institucional vigente; fazer a crítica positivista das ideologias, afirmando-se como “realismo conservador”, única posição política e teórica supostamente válida na sociedade atual e, nesse sentido, despido de “ideologia”¹⁵; seguir um roteiro antiontológico (o “presentismo” conservador), que resulta na negação do trabalho como categoria fundante do ser social, abrindo a via para a sacralização conservadora das instituições vigentes, tradições e costumes, atribuindo unicamente a elas a capacidade de manter a coesão da sociedade; naturalizar o pensamento e a proposta política conservadora, apoiando-se na suposição de que seriam constitutivos do ser humano, equalizando a permanência da sociedade ao conservadorismo pressupostamente inato dos indivíduos, numa espécie de continuísmo perene das instituições e dos sujeitos (em outros termos, conforme capturou

15 Hannah Arendt, ilustrativamente, afirma: “Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica” (2012, p. 235).

Thomas Mann, o conservadorismo funciona com a máxima “Não se pode ser apolítico, só se pode ser antipolítico, e isso significa ser conservador” (2011, p. 91)); mistificar a função ontológica da política, reduzindo-a à administração “técnica” e imediata das “circunstâncias”, cancelando, por essa via, o sentido da categoria luta de classes e o fundamento do projeto societário socialista e comunista. Há outros suportes, mas os mencionados parecem aceitáveis para justificar uma recuperação dos fundamentos ontológicos do ser social, segundo György Lukács.

Sem eles, a crítica ao conservadorismo tende a perder a perspectiva de totalidade, resultando em uma análise que não apresenta um conteúdo para além de uma análise moral, politicista ou setorial. Sem o arsenal teórico da ontologia do ser social – que compõe o debate da categoria trabalho em sua articulação unitária com as demais categorias (ideologia, reprodução social, classes sociais, e assim por diante) –, a tarefa da crítica ao conservadorismo poderia se estreitar, sem conseguir demonstrar, de um lado, como funcionam e quais são as bases ideológicas do conservadorismo e, de outro, como e quais categorias do ser social são abstraídas ou mistificadas por ele, permitindo sua estruturação como ideologia da crise.

Para exemplificar: a crítica à concepção teleológica da história – que cancela as potencialidades das posições teleológicas dos sujeitos e é própria do conservadorismo – exige que sejam expostas as relações entre causalidade e teleologia, enfatizando as especificidades e limitações da última, exclusivamente pertencente ao ser social e fundada pelo trabalho. As posições teleológicas são a gênese dos complexos valorativos, envolvidos diretamente nas ideologias e na reprodução social.

Estendendo um pouco mais nosso argumento, temos que todo pôr teleológico supõe a prévia-ideação e o espelhamento da realidade, ambos fundados pelo trabalho e influenciados pelo recuo da barreiras naturais, decorrente do desenvolvimento das forças

produtivas. Como se pode notar com esse exemplo, sem a articulação unitária das categorias do ser social, ou partindo de sua pressuposição, a crítica ao conservadorismo poderia recair em unilateralidades ou formalismos. É, portanto, o próprio objeto de estudo que requisita uma recuperação e uma articulação teórica dessa natureza, ou seja, unitária.

Do ponto de vista político, no Brasil dos anos 2010, o conservadorismo aparenta estar acumulando forças para disputar a hegemonia nas relações sociais capitalistas. Entre as expressões políticas cotidianas desse acúmulo de forças, está a ascensão da chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”¹⁶, dos bancos e dos “cartolas do futebol”, uma forma popular de designar o aumento de parlamentares representantes de setores tradicionais das classes dominantes brasileiras, tais como as oligarquias rurais (conhecidos como “ruralistas”) e a alta burguesia industrial, ambos subsumidos ao grande capital internacional.

48

Ao lado desses setores seculares, alia-se, nos últimos anos, o fenômeno do rápido enriquecimento de líderes de igrejas (neo) pentecostais – cujo discurso se imiscui, subordinadamente, com os interesses dessas classes tradicionais. Concomitante a esse enriquecimento se deu a inserção de seus representantes no parlamento, ampliando expressivamente o número de líderes eleitos, ligados às grandes denominações evangélicas.

A referida bancada atua em bloco no sentido do avanço de pautas que representam retrocessos civilizacionais, ameaçando direitos e fazendo coro conservador com discursos de caráter fascista, até mesmo enaltecendo, como um idílio, o regime empresarial-civil-militar instalado em 1964.

¹⁶ Segundo (MARTINS, 2015), essa bancada, na Câmara Federal, tem mais de 40% dos votos. Somados, são 206 deputados, de vários partidos, em um total de 513 assentos. No Senado, são 20 legislaturas, de 81 vagas.

Novamente, não constitui novidade histórica o recrudescimento do discurso e das práticas de direita e extrema-direita no Brasil. Em *A direita explosiva no Brasil* (1996), de José A. Argolo (*et. al.*) e em *Pequena história da ditadura brasileira* (2014), de José Paulo Netto, encontram-se descritos e analisados vários esquemas de espionagem, sabotagem, atentados, perseguições, entre outras rotinas desses setores organizados. É possível encontrar elementos dessa natureza também na história política brasileira da primeira metade do século XX e a Ação Integralista Brasileira, com Plínio Salgado à frente, é um exemplo (FAUSTO, 2013).

O que se constitui como elemento novo posto pelo atual tempo histórico é a atuação conjunta de forças políticas outrora divergentes. Isso não cancela disputas intestinas ou transforma-as em um bloco homogêneo, mas, como é típico dos períodos de crise em que o conservadorismo emerge como discurso aglutinador, institui-se uma tendência à adesão ao projeto conservador, que tenta aparecer como alternativa mais segura ao neoliberalismo e, principalmente, ao ocaso do problemático projeto designado como “neodesenvolvimentismo” (GONÇALVES, 2013).

Outra particularidade é a adesão (consenso ativo) de amplos setores das camadas populares ao discurso conservador, fenômeno típico do “bonapartismo”, estimuladas, entre outros fatores, pela expansão da pauta policialesca e intimidadora que impregna programas da grande mídia e de grande audiência, espalhando, em alguma medida, as formas de pensar dos setores que são representados pela “bancada do boi, da bala e da bíblia”. Uma manifestação dessa adesão pode ser identificada nas expressivas votações de parlamentares eleitos com base na agenda conservadora¹⁷.

17 Nas eleições para a Câmara Federal de 2014, Jair Bolsonaro, expoente representante desses setores, foi o deputado federal com maior número de votos em seu estado, o Rio de Janeiro. Seus filhos Flávio Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro

Por suas características próprias, intensificadas quando situadas no contexto histórico brasileiro, o conservadorismo tende a se estabelecer como ideologia justificadora do “bonapartismo”. O “bonapartismo”, segundo supomos, é outro campo de debates profícuos para uma aproximação mais apurada e crítica do Serviço Social ao conservadorismo, porque a trajetória histórica de nossa formação social e econômica evidencia, em mais de uma ocasião, características políticas “bonapartistas” associadas ao discurso conservador.

A origem do “bonapartismo” são os processos contra e antirrevolucionários da França sob o regime de Napoleão III, isto é, Luís Napoleão. Marx dedicou atenção ao fenômeno em três obras importantes: *As lutas de classes na França* (2012), *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011a) e *A guerra civil na França* (2011c).

50

Como a história não se repete, resta claro que o termo “bonapartismo” serviu para o filósofo demarcar uma singularidade histórica ímpar. Todavia, é possível identificar algumas de suas características em momentos posteriores da história em diferentes países, sem que se pretenda, com essa identificação, formalizar ou universalizar o conceito, transformando-o numa espécie de universal abstrato ou “tipo ideal”. A questão é outra: trata-se de definir as convergências entre conservadorismo e bonapartismo visando estabelecer a contraposição crítica aos setores conservadores que tentam se definir e apresentar socialmente como democráticos.

Por se caracterizar pela defesa da centralização crescente e oligárquica do poder político, com inclinações antidemocráticas,

foram eleitos, com a mesma plataforma, respectivamente, Deputado Estadual do Rio de Janeiro e Deputado Federal por São Paulo. Marco Feliciano, pastor e membro honorário da referida bancada, foi o 3º Deputado Federal mais bem votado de São Paulo. Eduardo Cunha, outro ícone desse setor e atual presidente da Câmara Federal, foi eleito com 232.708 votos pelo estado do Rio de Janeiro. Jair Bolsonaro já anunciou sua pré-candidatura para disputar a presidência da república em 2018.

revelou-se como tendência histórica recorrente dos governos que se depararam com a tarefa de realizar a modernização capitalista (ARCARY, 2013), preparando suas economias para a dinâmica do capital internacional, mas conservando, ao mesmo tempo, algumas das relações sociais de exploração pré-capitalistas.

Um dos elementos de convergência entre o conservadorismo e o “bonapartismo” é a defesa da realização de reformas ou mudanças políticas e econômicas, ou culturais, que ocorram “pelo alto”, planejadas e dirigidas pelos estratos mais altos das classes sociais dominantes, supostamente detentores exclusivos dos pré-requisitos da liderança política. Consoante com o conservadorismo, o “bonapartismo” emerge como um projeto político “salvacionista”, ou seja, procura aparecer como única alternativa viável nos momentos de crise, incluindo as crises de hegemonia.

51

Todos esses elementos de convergência entre o conservadorismo e o bonapartismo fornecem os subsídios teóricos e históricos necessários para enfrentar o discurso ideológico daqueles setores conservadores que pretendem defender o conservadorismo como projeto político democrático. Nosso estudo pretende demonstrar que o conservadorismo é um projeto político muito mais aproximado do bonapartismo do que de quaisquer formas democráticas.

As crises de hegemonia se definem, entre outras características, pela incapacidade de certos setores das classes dominantes se manterem também como classes dirigentes (algo que pode ocorrer em decorrência de vários fatores, inclusive conjunturais) e, ao mesmo tempo, estarem ausentes sujeitos coletivos capazes de implementar, no curto prazo, uma nova hegemonia, de caráter revolucionário e atrelada a um projeto societário emancipatório em relação aos imperativos do capital.

Essas crises perfazem o hiato no qual o conservadorismo tende a aparecer como discurso aglutinador em defesa da “ordem” e contra a desagregação que os “inimigos da sociedade” supostamente

representam. Comumente são considerados “inimigos da sociedade” todos os sujeitos, individuais e coletivos, contrários ao projeto conservador, ou tão somente que representem “problemas” ao sistema, como a população carcerária, a questão da imigração, da população moradora de rua, entre outros, estreitando paulatinamente o círculo da tolerância.

O “bonapartismo” se constitui o tipo de regime político mais coerente com projeto conservador, conforme assinalamos há pouco. Tal como no período de Napoleão III, o discurso de defesa da ordem, da propriedade e da família – contra os “inimigos da sociedade” (os trabalhadores, suas organizações e seu projeto), sob o qual se moviam as classes dominantes francesas do século XIX – apareceu em mais de uma momento histórico no Brasil. Podemos destacar a “Revolução de 1930” e a emergência do Estado Novo (DEMIER, 2013), na primeira metade do século XX, e a sequência de contragolpes de Estado que culminou com a ditadura empresarial-civil-militar no Brasil a partir de 1964 (NETTO, 2014), na segunda metade.

Observando o ocaso do projeto e da ideologia “neodesenvolvimentista” (suposta alternativa à crise do neoliberalismo e dos governos de Fernando Henrique Cardoso) capitaneado pelas gestões do Partido dos Trabalhadores à frente do executivo nacional no Brasil; a ascensão político-institucional de representantes explicitamente conservadores no parlamento da república e nas chefias do executivo de vários estados e cidades importantes; o espraio, para o cotidiano das camadas populares, dos valores, ideias, práticas e discursos tipicamente conservadores e a expressiva expansão do mercado editorial, com destaque para o espaço cedido pelas editoras Record e Três Estrelas aos intelectuais conservadores de renome internacional e nacional, conformando uma espécie de substrato teórico “científico” para o projeto conservador.

É possível perceber tendências políticas no sentido do fortalecimento da confluência “bonapartista” e conservadora, bem como

no do acúmulo de forças para a disputa pela hegemonia no capitalismo brasileiro, de modo a deslocar a liderança abertamente liberal ou neoliberal, muito embora tenda a preservar a inserção subordinada do país na divisão internacional dos mercados e do trabalho, com todas as consequências disso derivadas.

No cenário internacional, o passo da agenda conservadora também avança. As soluções para problemas e conflitos internacionais e nacionais têm apresentado tendências conservadoras. Nos Estados Unidos, Donald Trump, empresário do ramo da construção civil e dono de cassinos, encabeça as candidaturas do Partido Republicano para as eleições de 2016 com uma plataforma que inclui a construção de um muro para impedir a imigração a partir do México, proibir a entrada e deportar muçulmanos no país e uma reforma tributária que favorece ainda mais os mais ricos.

Na Europa, a questão da imigração tem suscitado a explicitação da xenofobia, intolerância e racismo, com casos noticiados de atentados neonazistas às populações imigrantes na Finlândia, Alemanha, Grécia e Noruega (FRANZEN, 2015) (CAMBAÚVA, 2014) (SMALE, 2014). Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, eventos similares também têm sido noticiados. Com isso, o que importa salientar é que a escalada conservadora no Brasil tem seguido, sem embargo de especificidades, uma tendência internacional.

Outra expressão desse acúmulo de forças conservador, no Brasil, reside na significativa produção teórica recente, alinhada e focada no sentido de resgatar o conservadorismo burkeano. Inspirada especialmente pelo conservadorismo norte-americano e inglês, essa produção constitui o escopo, a delimitação do objeto de estudo, por escolha metodológica. São autores de expressão internacional, bem como intérpretes brasileiros, que vêm conformando o conservadorismo em uma concepção de mundo e em um projeto societário autônomos.

A nossa pesquisa, pelo exposto, priorizou a análise bibliográfica, em virtude do recorte necessário ao tratamento do objeto. Por meio dela, procuramos explicitar a formação e o desenvolvimento do conservadorismo a partir de uma abordagem ontológica, que se concentra sobre a origem, a natureza e a função social dessa tradição de pensamento e ação, inserida na sociedade de classes capitalista.

A partir da perspectiva de totalidade, pretende-se reconstruir, racionalmente, as relações dessa ideologia com a dinâmica contraditória das classes sociais. Por isso, o tratamento do objeto se vincula à explicitação das determinações sociais que lhe conferem concretude. É isso o que explica as perspectivas diferenciadas de cada capítulo, isto é, trata-se de capturar particularidades sem perder de vista a totalidade.

A hipótese de trabalho, que cumpriu a função de fio condutor da investigação e da exposição, defende a ideia de que está em andamento, no Brasil atual, a tendência à elevação da ideologia do conservadorismo à direção hegemônica das classes dominantes – por intermédio da associação eclética no campo teórico e da subsunção política dos liberais (ou neoliberais) às propostas conservadoras.

Tal hipótese de trabalho foi formulada com base nas análises das obras dos principais autores conservadores de expressão internacional com ativa incidência no mercado editorial brasileiro, assim como no estudo das principais estratégias e táticas dos movimentos políticos de extrema-direita. Em menores proporções, foram investigadas também algumas obras de intérpretes brasileiros. Esses últimos apresentam, no geral, a tendência de aderir crescentemente ao receituário conservador, deslocando a matriz liberal de sua tradicional posição de centro teórico irradiador das ideias hegemônicas.

As categorias de análise levantadas para a problematização do objeto, obedecem aos pressupostos teórico-metodológicos da

concepção materialista de história, orientadores da perspectiva categorial adotada. Definem-se como elementos constitutivos da realidade material sobre a qual se ergue a ideologia do conservadorismo contemporâneo. A principal e mais abrangente determinação contemporânea do sistema do capital é o processo global de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) e seus desdobramentos para a sociabilidade burguesa. A função específica das categorias de análise, nesse contexto, é distinta daquela exercida pelos “conceitos”, elaborados “*a priori*” pelas metodologias científicas cujas bases repousam, em última instância, sobre concepções idealistas de mundo.

Contrastando com o idealismo representado por essas metodologias, o método dialético marxiano supõe a subsunção do sujeito que pesquisa ao objeto de estudo, na tentativa de capturar sua dinâmica interna e as relações que estabelece com a totalidade social. O objeto de estudo, nesse sentido, é dotado de autonomia ontológica, sua existência objetiva não depende das vicissitudes do sujeito pesquisador e cabe a este o esforço de investigar e expor o sentido e o significado imanente do objeto, inserido nas cadeias causais unitárias (mas não identitárias) da totalidade social. Para tanto, o sujeito parte à captura das determinações fenomênicas e, prioritariamente, essenciais que articulam o objeto de estudo e a realidade sócio-histórica, em unidade não identitária.

O primeiro capítulo procura recuperar os fundamentos ontológicos e o desenvolvimento das principais categorias do ser social. Essa recuperação obedece à necessidade de situar o lugar da ideologia no âmbito da reprodução social. A reprodução social articula indivíduo e totalidade social como polaridades mais evidentes. A ideologia, nesse sentido, é tomada como uma categoria ontológica do ser social.

Segundo a *Ontologia* de Lukács, ela não se restringe à “falsa consciência”, tal como o discurso positivista e conservador costuma afirmar. Seu papel, pelo contrário, é central para a reprodução

social. É uma categoria ativa e mediadora das objetivações superiores do ser social, o que inclui a política, a cultura, a educação, entre outras.

A ideologia emerge como desenvolvimento da estrutura imamente ao trabalho, como desdobramento da categoria do espelhamento, ou prévia-ideação, adotando uma designação mais conhecida. Portanto, é impensável sem o desenvolvimento da categoria fundante do ser social, o trabalho, cuja função no processo de auto-humanização consiste na mediação primária, sócio-metabólica, entre a espécie humana e a causalidade, isto é, a natureza em seu curso ontológico autônomo e independente.

O ser social se eleva da causalidade por meio do salto ontológico representado pela categoria trabalho, que cria uma nova esfera do ser, irreduzível à causalidade, mas íntima e organicamente vinculada à ela. O trabalho é, portanto, a atividade responsável por inserir na causalidade a categoria social da teleologia.

A categoria da ideologia, fundada pela teleologia do trabalho, requisita, por isso, uma exposição que situe sua função no complexo unitário do ser social. A centralidade dessa categoria para esse estudo é uma resposta teórica ao cancelamento das capacidades teleológicas do ser social que resulta do conservadorismo e sua concepção teleológica da história.

A teleologia, raiz da ideologia, passa a ser uma das categorias mobilizadas exclusivamente pelo ser social, no seu metabolismo com a natureza e nas relações sociais que compõem a totalidade. A ideologia cumpre, pois, a função social de objetivar as teleologias (posições teleológicas, mais precisamente) que se destinam não à transformação da natureza, mas a influenciar as escolhas de outros sujeitos, individuais ou coletivos. As sociedades de classes imprimem à formação das ideologias algumas particularidades, que não revertem a função primária da ideologia, mas lhe acrescentam determinações.

As ideologias conservadoras – típicas das sociedades de classes –, de uma forma geral, baseiam-se na mistificação segundo a qual a única possibilidade de reprodução do gênero humano reside na permanência e universalização das relações sociais vigentes num dado momento histórico. O conservadorismo não escapa a essa determinação e essa é a raiz ontológica de seu empenho antirrevolucionário. Comumente, identificam os indivíduos, grupos ou classes sociais contestadores da ordem (revolucionários e, dependendo das particularidades históricas, até mesmo os reformistas) como os “inimigos da sociedade”.

No caso da sociedade burguesa – que é apenas uma particularidade na história das sociedades classes –, o capitalismo, e suas relações de exploração características, são elevados à condição de única sociabilidade possível e desejável. Para além dela, prega o conservadorismo, existe apenas o pesadelo da desagregação generalizada, correspondente à imagem hobbesiana de guerra de todos contra todos (HOBBS, 2014).

As ideologias conservadoras aderem, portanto, a uma concepção teleológica da causalidade e da história e, por isso, cancelam a categoria ontológica da alternativa. A categoria da alternativa, fundada pelo trabalho, além estar relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e aos complexos valorativos, determina em larga medida o sentido da reprodução social.

O conservadorismo tende a invalidar a categoria da alternativa, entre outras formas, por tornar absoluta a fé monoteísta cristã, pois ela passa a ocupar um lugar de teleologia universal, regente de todos os processos da causalidade e da história, retirando dos sujeitos individuais e coletivos a capacidade de decidir sobre seu próprio destino.

Recorrer às cadeias causais acionadas pela categoria trabalho e pelo desenvolvimento do ser social permite a ruptura com o idealismo e a sustentação de uma concepção materialista e não

teleológica da história, evitando tanto o mecanicismo, como o determinismo. Com base nessas observações subsidiadas pela *Ontologia* de Lukács e por algumas indicações de Mézáros (2004), passamos a focar a particularidade histórica representada pelo modo de produção capitalista – o mais elevado estágio das sociedades de classes até então alcançado.

Salientamos algumas de suas categorias e características centrais com o objetivo de apresentar, em traços largos, o cenário sócio-histórico sobre o qual se ergue a ideologia do conservadorismo, qual seja: a emergência do modo de produção capitalista, com suas novas contradições em relação ao antigo regime, alienações e novos processos de exploração da força de trabalho.

A consolidação do modo de produção capitalista e a constituição da burguesia como classe dominante foram os detonadores que impulsionaram a reação aristocrática de Edmund Burke. A burguesia revolucionária irrompe em 1789 (depois de quase dois séculos de intensa atividade mercantil, que lhe renderam um acúmulo considerável de poder econômico) com o apoio das demais classes dominadas porque a continuidade do antigo regime representava uma contradição insolúvel em relação aos seus interesses. O capital não poderia permanecer subordinado aos limites dos regimes políticos feudais.

As bases tradicionalistas do antigo regime, calcadas sobre o privilégio, a desigualdade jurídica, o obscurantismo e o absolutismo, obstaculizavam a circulação das mercadorias. A aristocracia como classe dominante passou a representar, portanto, uma ameaça aos interesses materiais imediatos da burguesia em ascensão, asfixiada com as políticas monetárias e fiscais e com a subordinação jurídica aos senhores feudais.

A ruptura com o antigo regime, por outro lado, expressava o ponto alto de um processo intensivo de desenvolvimento das forças produtivas ainda sob regência feudal. Em vista disso, não

poderia se completar sem a instauração de uma sociedade que não apenas libertasse, mas sobretudo impulsionasse e protegesse as relações sociais tipicamente capitalistas: trabalho livre e assalariado, propriedade privada dos meios de produção – e todo o conjunto jurídico-político institucional necessário à reprodução dessas relações sociais.

A emergência da burguesia como classe social dominante pela via da revolução insurrecional, tal como ocorreu na França, é o cerne da crítica conservadora burkeana, que enxerga e lamenta nesse processo a degenerescência moral dos padrões civilizatórios medievais. O conservadorismo, desde sua origem, é um discurso em defesa da retomada dos padrões morais supostamente perdidos. Essa determinação, em parte, acompanha-o até a contemporaneidade. Essas determinações centrais da emergência do modo de produção capitalista, sua relação com a Revolução Francesa de 1789 e a emergência do conservadorismo, justificam uma abordagem específica.

Para lançar luz sobre o significado social da gênese e consolidação do modo de produção capitalista, nossas fontes teóricas e metodológicas mais importantes foram as obras de Marx, principalmente *O Capital* (1985 a,b,c,d) e aquelas em que ele analisa a trajetória das lutas de classes na França, desde 1789 até o golpe de Estado de Napoleão – o pequeno. Nomeadamente: *As lutas de classes na França 1848-1850* (2012) e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011).

No segundo capítulo, para expor os pontos centrais da reflexão fundante do conservadorismo, a obra de Edmund Burke é debatida verticalmente. Nela, procuramos pelos pilares de sustentação dessa ideologia, localizados em seu irracionalismo, em seus princípios reacionários baseados nos preconceitos de classe, em seus valores aristocráticos, em seus ideais de “elitização” e concentração do poder político e em sua aversão às classes subalternas – no que concerne a seus costumes, ideias, valores, crenças, símbolos e cotidiano.

Montado esse quadro referencial, o conservadorismo pode encampar suas linhas de batalha antirrevolucionárias – ou contrarrevolucionárias, ou ambas, a depender das particularidades históricas. Frente a essas determinações centrais, avançamos em direção à identificação de convergências entre a ideologia do conservadorismo e as formas políticas “bonapartistas”. Tais convergências são saturadas de consequências quando são colocadas em perspectiva as tendências políticas do atual cenário da luta de classes no Brasil.

Encerra o segundo capítulo uma seção que intenta delimitar, em linhas gerais, o processo de ampliação da ideologia do conservadorismo, impulsionado por intelectuais de distintas áreas do saber. Nesse ínterim, além dos subsídios “científicos” fornecidos pela sociologia positivista de Émile Durkheim, é possível destacar, entre outros, o aporte fornecido pelo conceito de “totalitarismo”. Na sequência, abordamos o debate sobre o conservadorismo irracionalista, de origem burkeana, que tem chegado com destaque ao mercado editorial brasileiro.

O conceito de “totalitarismo” foi enriquecido e disseminado principalmente a partir da obra *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo* (2012), de Hannah Arendt. Tanto Konder (2009), quando Zizek (2013) são enfáticos em atribuir à apropriação desse conceito um significado conservador. Os autores criticam a equalização formal entre os regimes nazifascistas e “socialistas” (stalinistas) que a filósofa alemã parece defender. Sob o signo do “totalitarismo”, a autora nivela ambos os sistemas políticos, salientando suas aparentes similitudes: gigantamento do Estado, controle da vida privada, imposição de rotinas, objetivos e a segregação e perseguição dos antagonistas políticos, entre outras.

O fato é que, desde sua entrada no debate do pensamento social, o “totalitarismo” acabou sendo incorporado definitivamente

pelo pensamento conservador como pedra angular de sua crítica aos comunistas, socialistas e até mesmo socialdemocratas. Todos seriam, tanto quanto os fascistas, partícipes das mesmas tendências “totalitárias” (isto é: que objetivam o controle total, massificação, da sociedade e dos indivíduos), à suposta diferença dos liberais e conservadores, que tentam se apresentar como baluartes defensores das liberdades individuais.

O terceiro capítulo perfaz uma tentativa de imersão nas obras de autores de projeção internacional da tradição conservadora contemporânea. A ramificação norte-americana é tomada a partir de Russel Kirk. A britânica, partir de Roger Scruton, Michael Oakeshott e Theodore Dalrymple. Eles têm oferecido um pensamento sistêmico e sistemático para compor o que podemos designar provisoriamente como “programa teórico” do conservadorismo no Brasil.

Este programa se constitui como um compósito eclético, mas de clara inspiração norte-americana e profascista, quando se destacam os elementos políticos. A tradição britânica responde, principalmente, em termos teóricos, pela elaboração de uma concepção de mundo abrangente.

Acreditamos que a divulgação das ideias de Russel Kirk sinaliza as tendências do percurso político do conservadorismo no Brasil. O autor pretende ultrapassar o mero irracionalismo do campo teórico para formar um projeto societário pronto para disputar a hegemonia das classes dominantes no atual momento de crise do capital e esgotamento do assim chamado “neodesenvolvimentismo”.

As obras desses autores são analisadas com o objetivo de capturar não suas intenções subjetivas, mas o conteúdo e o significado social daquelas ideias em relação ao atual momento da luta de classes no Brasil. Segundo supomos, tais ideias respondem pela preparação de um consenso “à direita da direita” para as classes

dominantes brasileiras, fenômeno que é típico dos “bonapartismos”, para retomar um tema também central da pesquisa.

Na sequência, procuramos abordar também o pensamento sociológico de Anthony Giddens e Ulrich Beck, novos protagonistas do conservadorismo de raiz funcionalista. As propostas desses autores, reunidas a partir de sua perspectiva em torno da “modernização reflexiva”, aparentam reatualizar o funcionalismo ao entronizarem as noções de “desencaixe” e “sociedade de risco”. Ambos, avaliamos, seriam os substitutivos dos conceitos clássicos durkheiminianos, construídos para auxiliar a formação de um novo consenso sociológico antirrevolucionário.

Finalizando o capítulo, buscamos salientar algumas características centrais e gerais que o conservadorismo adquire na atualidade, de modo a estabelecer uma perspectiva crítica em relação à autoimagem que essa tradição de pensamento e ação elabora no intuito de conquistar a adesão de novos sujeitos.

É importante frisar, antes de prosseguir, que a escolha dos autores e obras abordados na pesquisa não se vincula diretamente à identificação deles no universo endógeno da literatura do Serviço Social. Eles foram selecionados mediante sua incidência sobre a formação do conservadorismo no Brasil. Portanto, não se trata de rastrear a presença de tais autores no debate profissional, mas de situar sua relevância como protagonistas da formação de uma vertente brasileira do conservadorismo na atualidade.

Nessa medida, não se trata de encaixar a discussão abrangente do conservadorismo contemporâneo ao debate estritamente profissional, mas, tão somente de uma tentativa de salientar as características gerais e novas que essa ideologia assume na atualidade. Com base nesses elementos gerais, podemos indicar algumas determinações mediatas que se relacionam com o Serviço Social brasileiro.

O quarto e último capítulo discute o “conservadorismo à brasileira”, recuperando as formas peculiares, nacionais, de incorporação e

expressão dessa ideologia. Partimos da exposição das raízes econômicas da formação social brasileira, em seus traços estruturantes calcados na presença de três séculos de escravidão, industrialização hipertardia histórico de contrarreformas e contrarrevoluções preventivas, configurando um quadro geral de modernização conservadora no que tange à passagem ao modo especificamente capitalista de produção, do que resulta uma inserção subordinada do país na divisão internacional dos mercados, sobretudo no período imperialista. Para fomentar esse debate, recorreremos a autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista brasileira, tais como Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, entre outros.

O capítulo prossegue com um debate sobre as relações entre o conservadorismo, o sincretismo, o ecletismo e as perspectivas do “projeto ético-político” do Serviço Social, frente às principais tendências conservadoras do capitalismo no Brasil. O ponto de partida é o momento histórico da “renovação” do Serviço Social no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1960 (NETTO, 2005), período em que o conservadorismo da profissão foi transformado em objeto de reflexão e crítica, abrindo o caminho para o pluralismo e a emergência de novos projetos profissionais, em particular, na quadra em tela: o projeto da modernização conservadora, o projeto da reatualização do conservadorismo e o projeto da intenção de ruptura (NETTO, 2005).

A “renovação” do Serviço Social no Brasil constitui a busca por novas bases profissionais, teóricas e práticas, o que ocorre sob o peso da ditadura empresarial-civil-militar (NETTO, 2005). Das vertentes que marcaram esse período, o destaque recai sobre a última, a única que redefiniu cabalmente um novo projeto profissional, capaz de estabelecer a ruptura global com o conservadorismo do Serviço Social tradicional: a “intenção de ruptura” (NETTO, 2005).

Sob a hegemonia do “projeto da ruptura”, porém, é possível perceber que o conservadorismo se reproduz a partir de algumas determinações específicas. Não se trata de um retorno literal e pleno do conservadorismo do tradicionalismo, tampouco se restringe apenas aos dilemas do assim chamado “neoconservadorismo pós-moderno”.

A questão tem relação, aparentemente, com a escalada do conservadorismo sobre a política, a ideologia e a cultura, tanto institucionais quanto no senso comum, na reprodução do cotidiano. O conservadorismo que se mantém na profissão, portanto, é mediado por determinações tanto diretas quanto indiretas, que atuam no sentido de reproduzir as estruturas sociais (majoritariamente institucionais) que implicam o sincretismo no exercício profissional.

64

Por outro lado, no âmbito da produção de conhecimento e da formação acadêmica, o cenário é o do elogio do ecletismo, da superficialidade, do pragmatismo, do aligeiramento, com graves tensionamentos para a hegemonia teórica e política do “projeto ético-político”. Por mediações indiretas e passando pela questão do ecletismo, o conservadorismo mantém sua influência, contraditoriamente, no cotidiano do Serviço Social como profissão e como área de conhecimento – conforme define Mota (2013).

A questão do sincretismo, multifacetária, é um dos eixos prioritários para uma abordagem consequente sobre o problema do conservadorismo no Serviço Social. Segundo supomos, o sincretismo e o ecletismo são as duas principais dimensões que tendem a reproduzir traços do conservadorismo no Serviço Social, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância do conservadorismo crescente na sociedade brasileira.

Concluimos o estudo apresentando um balanço dos movimentos políticos de extrema-direita, na conjuntura política internacional e nacional dos anos 2010. Esses movimentos são entendidos aqui, em conjunto com o pensamento conservador, como partes

constitutivas do conteúdo material da ideologia do conservadorismo na contemporaneidade e expressam suas principais tendências políticas.

Atuando pela mediação de importantes aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos, o conservadorismo tem paulatinamente assumido posição de destaque na disputa pela hegemonia ideológica das classes dominantes, subsumindo, progressivamente, a hegemonia neoliberal. Essa posição de destaque é o resultado do acúmulo de forças construído pela atuação permanente de *think tanks* conservadores nas últimas décadas.

Nesse momento de síntese final, porém provisória, recuperamos muitos dos pontos que foram apenas sinalizados, ou avançados de forma incipiente, desdobrando-os e inserindo novas determinações, fornecendo maior concretude a alguns pontos mais abstratos, porém necessários, da pesquisa.

O texto apresenta, assim, um esforço no sentido de colaborar com o avanço coletivo da crítica do Serviço Social ao conservadorismo, tanto aquele que permeia contraditoriamente seu cotidiano particular, quanto aquele que avança como ideologia da crise sobre a luta de classes no Brasil, sinalizando a construção de uma hegemonia conservadora para as classes dominantes, uma espécie particular de “partido da ordem”, análogo àquele construído no período do bonapartismo clássico. Os impactos dessa construção se fazem sentir nas universidades, na militância política, no discurso dos mais variados sujeitos no cotidiano, na grande mídia, nas instituições do Estado brasileiro.

**CONSERVADORISMO
COMO POSIÇÃO
ONTOLÓGICA?**

1

Produção e reprodução social: a composição ontológica do ser social

Não é suficiente abordar o conservadorismo moderno a partir de uma perspectiva apenas gnosiológica. Embora preserve sua relevância como um dos momentos da crítica, esse enfoque abstrai elementos históricos e ontológicos indispensáveis para uma análise que pretenda situar essa problemática no desenvolvimento histórico e contraditório das classes sociais. O conservadorismo moderno assenta seu sistema de ideias e valores em alguns fundamentos reais da reprodução social. O problema se constitui quando, tal como outras ideologias, esse pensamento hipostasia e reifica esses fundamentos, atribuindo-lhes autonomia absoluta em relação à totalidade social.

Como se sabe, a ideologia como categoria própria do ser social só pode ser apreendida quando capturada a partir do pano de fundo que a fundamenta, qual seja, o trabalho e a reprodução da sociedade como complexo de complexos. As alternativas para o gênero humano disputam a direção da reprodução social por intermédio de construções valorativas e, nesse sentido, atuam como ideologia e resultam, no limite, na conservação ou transformação radical da sociedade. Por esse motivo, é imprescindível recuperar os fundamentos ontológicos da reprodução social e da

ideologia, ambos intimamente vinculados ao trabalho e às lutas de classes.

A tarefa que se impõe para desvendar essa aparente antinomia é recuperar a ontologia do ser social, suas categorias centrais¹ e relações complexas. Essa é a chave teórica que permite delimitar a ontológica necessidade de preservação dos avanços obtidos pelas sociedades, característica que se soma a muitas outras no âmbito da reprodução social, e a transformação dessa qualidade social em ideologia da classe dominante na modernidade. Residem nos problemas gerais da reprodução social, estruturada e movida como um complexo de complexos (LUKÁCS, 2013), os elementos necessários a uma abordagem ontológica do sistema de ideias do conservadorismo moderno. O momento histórico concreto no qual são fundadas as ideias do conservadorismo e os resultados do desenvolvimento do capitalismo para a sociedade burguesa, acionam particularidades e mediações que serão tematizadas adiante.

68

A *Ontologia do Ser Social* (2013), formulada pelo filósofo húngaro György Lukács com o objetivo de desenvolver os fundamentos ontológicos implicados na obra marxiana, captura os alicerces sociais que caracterizam a sociabilidade, em suas contradições, rupturas e continuidades. Vai ao encontro das determinações mais gerais do ser social com o objetivo de explicitar suas especificidades, identificar a relação dialética entre essência e fenômeno e observar os efeitos que o afastamento das barreiras naturais provoca no desenvolvimento do ser social.

O recuo das barreiras naturais, já indicado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007), estabelece níveis cada vez mais

1 As categorias são aqui entendidas conforme indica Marx: “[...] Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (2011 b, p. 59).

puramente sociais na reprodução social, diminuindo, progressivamente, embora nunca eliminando, a influência das bases orgânicas e inorgânicas sobre o ser social. O ser social, conforme o pensamento lukacsiano, constitui-se como nova esfera ontológica distinta da natureza a partir do complexo de categorias acionado com o trabalho. O trabalho, em conjunto com as demais categorias a ele articuladas, inaugura as legalidades específicas e definidoras do ser social, responsáveis pela auto-humanização do homem. Segundo Lukács, “todas as ações, relações etc. – por mais simples que pareçam à primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si” (2013, p. 161).

A influência das barreiras naturais é mais acentuada, todavia, nos estágios iniciais, primitivos, de desenvolvimento do ser social. Por outro lado, é cada vez mais atenuada na medida em que avança o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Os processos de tomadas de decisões que envolvem os destinos de toda a coletividade, por exemplo, passam a ser prioritariamente mediados pela ideologia, não a partir de necessidades estritamente biológicas (LUKÁCS, 2013).

Outro exemplo reside em um dos pilares do conservadorismo moderno, ou seja, a ideia de que o conservadorismo obedece a um impulso humano pretensamente “natural” para manter a ordem existente. Com o apoio da ontologia do ser social, é razoável contrapor a essa ideia de uma natureza humana, supostamente propensa a conservar o existente, a concretude da luta de classes, onde se inclui a formação das ideologias, como eixo central das transformações históricas.

Esse conjunto de reflexões permite esboçar uma melhor angulação para o tratamento crítico do conservadorismo, pois além de revelar suas bases materiais, permite desvendar sua limitação como mais uma formação ideal do período da decadência ideológica da burguesia, apoiada pelo fetiche da eternização

do capitalismo. A crítica ao conservadorismo moderno, tomado como uma ideologia da crise da sociedade burguesa, requisita uma abordagem que parta da ontologia do ser social, com ênfase nas categorias reprodução social e ideologia, sem prejuízo da centralidade ontológica e da qualidade de categoria fundante do trabalho.

A função social de categoria fundante, exercida pelo trabalho, não é uma atribuição subjetiva, uma projeção que o pensamento lukacsiano imputaria a esse complexo social. O trabalho funda, e permanece fundando, o processo de humanização do homem porque é a única categoria a realizar o intercâmbio com a natureza orgânica e inorgânica. É uma interação mediada, atua conjuntamente com outras categorias, a exemplo da reprodução social, da linguagem² e da divisão social do trabalho, mas é a única que atua diretamente sobre a natureza. As demais, fundamentais, são fundadas e suas legalidades são mediadas pelas relações sociais gerais da reprodução social. Seu desenvolvimento depende dos resultados obtidos pelo trabalho. Essa distinção ontológica não significa o estabelecimento de hierarquias ou valorações entre as categorias.

Em estágios altamente desenvolvidos da vida social, a linguagem, a divisão social trabalho, a educação e a política, entre outras, adquirem uma proeminência e uma autonomia relativas relevantes em relação ao trabalho (LUKÁCS, 2013), por exemplo. Nas palavras de Marx em *Grundrisse*: “Em todas as formas de sociedade, é

2 Sobre a função social e o lugar ontológico da linguagem, Lukács afirma: “[...] a linguagem se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento do trabalho, divisão do trabalho e cooperação, tornando-se cada vez mais rica, maleável, diferenciada, etc., para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados. O domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear” (2013, p. 161). Mais adiante, ele coloca: “[...] a linguagem deve figurar como *medium*, como portadora da mediação em todos os complexos do ser social” (2013, p. 251).

uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações” (2011 b, p. 59).

Contudo, nas sociedades de classes, e na capitalista em particular, são possíveis determinados e limitados avanços civilizatórios em algumas categorias da sociabilidade. Tais avanços, desde que permaneçam intocados os fundamentos da exploração do trabalho, tendem a ser reabsorvidos pela estrutura mais geral da sociedade e, no limite, aprimoram as estruturas mesmas da exploração. Uma transformação radical, que altere e emancipe o trabalho, porém, aciona mudanças que incidem sobre a totalidade social. Essa diferença qualitativa é que está em jogo quando se tem por objetivo o processo revolucionário comunista.

71

Outra qualidade específica do trabalho é a síntese primeira que opera entre teleologia e causalidade, duas dimensões que compõem unidade no ser social, muito embora preservem especificidades. Para Lukács, a causalidade é “[...] é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência” (2013, p.48). A causalidade, na qualidade de automovimento dos processos físico-químicos e orgânicos da natureza, é desprovida de qualquer finalidade.

Lukács recusa qualquer visão teleológica para a causalidade, ou seja, aquela que rege os processos naturais sem a intervenção ou consciência humana. Recusa igualmente uma visão teleológica para o ser social, reconhecendo os limites da teleologia no interior das posições singulares do ser social. Critica as ontologias de Aristóteles e Hegel por não terem escapado à ideia de uma teleologia regente dos processos naturais e da história humana.

A causalidade é, portanto, na visão de Lukács, ontologicamente independente de qualquer pôr teleológico e toda posição teleológica deriva exclusivamente do ser social. De acordo com o autor:

“[...] o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material” (LUKÁCS, 2013, p. 51). As cadeias causais da natureza inorgânica e orgânica possuem, portanto, legalidades próprias, muito embora os processos físico-químicos atuem, no limite, também sobre a materialidade do ser orgânico, incluído o ser social.

Por *cadeia causal*, entende-se o acionamento de processos puramente objetivos, isto é, desprovidos de teleologia, nas esferas da natureza inorgânica e orgânica. No caso do ser social, esses processos são objetivos e subjetivos e são ativados por algum pôr teleológico consciente, muito embora esse momento/sujeito fundante não seja capaz de controlar, nem prever, o desenvolvimento ou as tendências finais que o processo possa adquirir. No ser social, as cadeias causais alcançam um grau de complexidade ainda maior, porque frequentemente entram em contato com as objeções dos demais indivíduos e da totalidade social.

As cadeias causais são o que Lukács designa como “período de consequências”, isto é, um movimento de interações naturais ou sociais que resultam de algum evento natural ou alguma objetivação no ser social. No caso do ser social, as cadeias causais são ativadas tanto pelo trabalho quanto por outras categorias, guardadas as devidas especificidades, isto é, geralmente envolvem uma finalidade no momento inicial (LUKÁCS, 2013).

As esferas ontológicas da natureza orgânica e do ser social se reproduzem em interação constante com a natureza inorgânica. Esta última, a mais abrangente e ancestral das esferas ontológicas, caracteriza-se por manter seu curso autônomo de “desenvolvimento” em relação às demais e posteriores formas do ser, ainda que sofra uma influência limitada por parte das posições teleológicas primárias do ser social. Essas últimas distinguem-se por acionarem alterações na causalidade e podem ser designadas

como *causalidade posta*, isto é, resultantes de uma objetivação/exteriorização consciente do ser social.

Esta distinção tem como objetivo assinalar a causalidade como princípio que rege a natureza inorgânica e orgânica, das mudanças que resultam das objetivações do ser social, que desencadeiam séries causais específicas, ontologicamente impossíveis de acontecer sem a interferência dessa esfera do ser. Por isso, ainda que a causalidade posta – exclusiva do ser social – interaja e seja absorvida, no limite último, pelas leis que regem os processos naturais, ela é dotada de uma qualidade peculiar: resulta de uma posição teleológica e por isso não se reduz exclusivamente ao puro desenvolvimento da causalidade.

A causalidade posta, assim sendo, desencadeia legalidades próprias e irreduzíveis à causalidade. O trabalho corporifica e ilustra bem essa questão. Categoria fundante e exclusiva do ser social, o trabalho modifica, dentro de certos limites, o curso autônomo da causalidade e impõe determinações sociais ao objeto de trabalho. O objeto de trabalho, ainda que transformado, não deixa de ser regido, em última instância, pelas leis da natureza inorgânica. Porém, passa a ter uma legalidade também social, posta, criada pela teleologia no ato do trabalho e designada por Lukács como *objetivação* (LUKÁCS, 2013). Em Marx, esse ponto é formulado com os seguintes termos:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despartá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e

vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos à incorpora-se ao consumo individual como *meios de subsistência* ou a um novo processo de trabalho como *meios de produção*. (1985, p. 153, grifos nossos).

Por outro lado, a teleologia é uma categoria do ser social, definida de sua distinção ontológica em relação às esferas do ser sobre as quais se ergue o ser social. Isso de nenhum modo implica que o processo de desenvolvimento do ser social possua uma finalidade intrínseca e irrevogável, mas tão somente que as categorias do ser social são movidas por objetivações que possuem, na sua origem, um ato conscientemente posto, ainda que o desenrolar último desse ato escape ao controle ou ao conhecimento do sujeito.

74

O ser social, portanto, diferencia-se como único ser em que a consciência tem papel decisivo no seu processo de desenvolvimento, compondo a humanidade como gênero e indicando a categoria da alternativa para a reprodução social. Para Lukács, “a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico” (2013, p. 48).

Ao apontar tal limite, o autor, afirmando a ontologia marxiana, reforça a ruptura com as ontologias idealistas anteriores, de natureza filosófica ou religiosa, que “permitia ao princípio teleológico, tomar conta, livremente, de todo o universo” (2013, p. 48). O traço distintivo das ontologias idealistas é a atribuição da prioridade ontológica à teleologia, seja ela de origem divina ou de um princípio lógico imanente aos processos. Segundo essas ontologias, tal teleologia submete a causalidade à sua finalidade.

A ontologia materialista de Marx e Lukács inverte esse princípio ontológico, pois qualquer teleologia só existe mediante intervenção do mais alto grau do ser, o ser social. Mais à frente, Lukács afirma: “[...] Marx nega a existência de qualquer teleologia fora do

trabalho (da práxis humana)” (2013, p. 51). E precisamente por ser desprovida de um processo teleológico intrínseco³, a reprodução da sociedade é um processo aberto à alternativa, isto é, à escolha entre a conservação ou a transformação radical das relações sociais de produção em vigência.

Não é por acaso, portanto, que o conservadorismo tente declarar o cancelamento, precisamente, da categoria da alternativa, muito embora seja esta uma impossibilidade ontológica. Isto é, da objetividade do ser social surge, ontologicamente, a possibilidade de alterar ou manter os rumos humano-genéricos da reprodução social. O filósofo húngaro acrescenta:

[...] é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, se seu ser distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo, baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pôres teleológicos. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

75

3 Segundo Lukács, as concepções de mundo idealistas, que supõem, equivocadamente, a existência de uma teleologia na história humana, compõem a base ideal legitimadora de uma filosofia e de uma práxis meramente contemplativa do mundo. Como o processo essencial que conduz a história humana seria teleológico, daí que a contemplação, a captura meramente racional do sentido dessa história, seja a mais alta possibilidade de realização do ser social, posto que esteja interdita a possibilidade de transformação humana da história. Nas palavras do autor: “Com efeito, uma vez que o fundamento inabalável da essência da realidade objetiva era o seu caráter teleológico, o homem só podia ter com ela, em última análise, uma relação contemplativa; a autocompreensão dos próprios problemas da vida, só parecia possível nessa relação com a realidade” (2013, p. 88).

A categoria trabalho, por sua capacidade imanente de operar a mediação primária entre teleologia e causalidade, produzindo as condições indispensáveis para a reprodução social, funda, e permanece fundando, a sociabilidade. É por essa capacidade exclusiva, qual seja, a de realizar a mediação primária da humanidade com a natureza, que o trabalho é a categoria fundante do ser social.

As objetivações geradas pelo trabalho resultam em conteúdos materiais distintos do sujeito, individual ou coletivo, que executa o trabalho. Também por isso, no contexto da ontologia de Lukács, não há espaço para identidade entre sujeito e objeto, pois a nova materialidade criada pelo trabalho é exterior à consciência do sujeito. Por isso, esse processo recebe a designação teórica de *exteriorização*. Marx, abordando os primeiros elementos do trabalho, afirma:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele a ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (1985 a, p. 149).

Essa é a fonte objetiva da qual deriva a permanente centralidade do trabalho no âmbito das relações sociais de produção, bem como sua incessante mediação com as demais categorias do ser social. Mediação que não se confunde com identidade, derivação imediata ou mecânica das determinações do trabalho para as demais categorias. Todavia, essa qualidade do trabalho é obscurecida pelo conservadorismo, que abstrai o trabalho e entroniza as instituições como fonte e raiz da sociabilidade.

Trata-se de uma relação dialética que, frequentemente, só é possível capturar mediante um processo rigoroso de abstração racional, dado o elevado nível de autonomia relativa que alguns complexos sociais adquirem em relação à categoria trabalho (LUKÁCS, 2013). A arte, a ciência, a linguagem e a política institucional das sociedades de classes, entre outras categorias, ilustram bem essa questão. Ou seja, no âmbito da reprodução social, que é fundada pelo trabalho e pelo desenvolvimento de suas capacidades imanentes, constituem-se as demais categorias centrais do ser social, com legalidades que podem aparecer mais perto ou mais longe da categoria fundante.

O trabalho produz, pelo desdobramento de suas capacidades imanentes: novas objetividades⁴, excedente econômico (conteúdo material da riqueza social), sistemas valorativos, universalização dos saberes, linguagem articulada e pensamento abstrato. Todas essas categorias se elevam e ganham novas determinações com o desenvolvimento do ser social na reprodução social, sem, contudo, perder seu fundamento ontológico na categoria trabalho. Este é o significado do termo *autonomia relativa* que Lukács confere à qualidade das categorias da reprodução social fundadas pelo trabalho, mas não idênticas a ele.

Outra determinação ontológica atrelada à categoria trabalho é o processo de investigação e conhecimento das propriedades e legalidades da natureza e do próprio ser social. No trabalho reside a síntese do conhecimento humano alcançado sobre determinados objetos e sobre as relações sociais estabelecidas. Sem conhecimento sobre as propriedades dos objetos e qualidades dos sujeitos,

4 O pensador húngaro afirma: “[...] o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (*dýnamis*) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho” (2013, p. 160).

ainda que esse conhecimento seja limitado ou até mesmo inadequado, reduzem-se as chances de sucesso nas objetivações do trabalho. Esse impulso ao conhecimento sobre a realidade objetiva que surge da categoria trabalho, ainda que limitado e aproximativo⁵, é designado pelo filósofo da ontologia como *intentio recta*.

A *intentio recta* se caracteriza como um conhecimento desantropomorfizador, ou seja, apreende a realidade objetiva tal como ela é em sua estrutura, em sua causalidade, para que o processo de trabalho possa ocorrer o mais fielmente possível à prévia-ideação, ao espelhamento. Este é o ponto de contato da categoria trabalho com o complexo do pensamento científico. Evidentemente, esse conhecimento não se resume unicamente ao processo de trabalho específico que estiver sendo realizado. Ultrapassa-o, apreende consequências e causalidades adjacentes e mais abrangentes, fixando, assim, conhecimentos generalizáveis.

A consciência captura elementos do real para além da atividade particular do trabalho e pode estar associada a uma visão de mundo mais abrangente. Essa visão de mundo pode adquirir matiz mágico, mitológico ou até mesmo científico, dependendo do período histórico em que estiver inserida. Essa visão de mundo, Lukács a denomina como *intentio obliqua*. A *intentio obliqua* pode ou não ter influência negativa sobre o trabalho e a reprodução social. De acordo com as relações sociais estabelecidas, ela pode tanto obstaculizar, quanto impulsionar seu desenvolvimento.

Nas sociedades de classes, a capitalista em particular, a *intentio obliqua* tende a reiterar elementos de alienação e frear o desenvolvimento das forças produtivas, posto que, geralmente,

5 No capítulo da II do volume II da *Ontologia do ser social*, esse limite fica claro: “[...] é preciso constatar, a respeito de toda práxis, que ela jamais – por princípio, jamais – possuirá a totalidade das determinações como sua base de conhecimento” (2013, p. 218).

transforma-se em ferramenta ideológica da classe dominante. A *intentio obliqua* se define como a antropomorfização do real. Ou seja, a extrapolação, para todas as esferas do ser, das características peculiares do ser social. A teleologia, por exemplo, específica do ser social, passa a ser universalizada e identificada como princípio regente de todo o existente, gerando visões de mundo, dentre outras, religiosas, nas quais a figura de um “deus”, ou de vários “deuses”, assume o papel de centro regente dessa teleologia supostamente universal. Segundo ele:

Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou o fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; [...] Em suma, o ponto no qual o trabalho se liga ao surgimento do pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como investigação dos meios. [...] Uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas, etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim). (2013, p. 57).

79

A ênfase que o autor confere ao que denomina como “investigação dos meios”, ou seja, a raiz ontológica do conhecimento científico,

é motivada pela prioridade que a fixação e reprodução do padrão de desenvolvimento das forças produtivas alcançado por uma sociedade possui em relação ao atendimento imediato das necessidades de sobrevivência. A “investigação dos meios” é o movimento permanente de desenvolvimento das forças produtivas por meio do acúmulo de saberes sobre o processo de trabalho.

Do ponto de vista da totalidade social, é primordial assegurar que os avanços alcançados pelo desenvolvimento das forças produtivas sejam conservados e transmitidos para as próximas gerações, tarefa realizada, prioritariamente, pelos complexos ontológicos da educação e da cultura, não do conservadorismo. O impulso ou a retração do ritmo de desenvolvimento da sociedade depende das relações sociais estabelecidas entre o desenvolvimento das forças produtivas, o conhecimento científico, a educação e a cultura. O conservadorismo, como ideologia, reclama para si, de maneira mistificadora, a função social exercida, ontologicamente, pelos complexos acima citados.

80

O processo de investigação e conhecimento da natureza e da subjetividade, resultantes do trabalho, é a matriz ontológica do pensamento científico. Requer a atuação permanente de uma consciência ativa que acione as posições teleológicas primárias (aquelas que têm a natureza por objeto) necessárias ao alcance de determinadas finalidades. Esse processo de conhecimento realizado pela consciência do ser social funda o que Lukács denomina como “espelhamento” (2013, p. 66).

O espelhamento é uma ideia central na ontologia do ser social, pois é responsável, no nível ontológico, pela reprodução mental, ideal, subjetiva, dos processos que imperam na causalidade. Trata-se de uma dimensão dinâmica, que pode se superar a cada movimento dialético que realiza em relação à causalidade. Por essa razão, no contexto lukacsiano, o “espelhamento” não se reduz à uma mera reprodução intelectual automática, mecânica, estanque, ou “fotográfica”.

É um conhecimento formado pelo sujeito sobre o real e diz respeito ao ser-precisamente-assim existente. Essa reprodução cria, reproduz, uma “objetividade” na consciência do sujeito, que é distinta dos processos atuantes, em si e por si, na causalidade. Como a realidade material excede sempre os limites da consciência, esse conhecimento adquire um caráter de aproximação, que pode ser maior ou menor em relação a determinados objetos ou processos. Disso resulta também a possibilidade permanente do erro, isto é, do distanciamento ou completa incompatibilidade entre o espelhamento e a realidade concreta.

Porém, o espelhamento, em si e por si, não tem a capacidade de alterar a materialidade da causalidade. Por isso, o espelhamento é um momento da categoria trabalho e não possui objetividade fora da consciência. Em si e por si, se for tomado isoladamente, mediante um exercício de abstração racional, o espelhamento, ou reflexo, é um momento de “não-ser”, pois enquanto não for materializado mediante o trabalho manual ou outra forma de objetivação humana, não possui uma objetividade própria e não influencia nos períodos de consequências da causalidade. Por isso, do ponto de vista da reprodução social e da totalidade, os únicos processos de espelhamento que têm relevância são aqueles que se transformaram em objetividade material para além da subjetividade.

Nas palavras do autor: “No espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa ‘realidade’ própria na consciência” (2013, p. 66). E complementa: “[...] no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento da consciência” (2013, p. 66). O espelhamento como momento específico da consciência no processo de trabalho, demarca claramente os limites e as relações entre sujeito e objeto, compondo uma unidade, mas não identidade, entre ambos.

O espelhamento, como momento específico da atividade consciente, é ainda um “não ser”. Mas, nas palavras do autor: “[...] o espelhamento, precisamente em termos ontológicos, em si não é ser, mas também não é uma ‘existência espectral’, simplesmente porque não é ser. Ele é a condição decisiva para a colocação de cadeias causais [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 69). Isto significa que o espelhamento, embora não seja, em si mesmo, uma objetividade material, é parte constitutiva e indispensável de qualquer objetivação, de qualquer pôr teleológico. Com essa ressalva, o filósofo tem como objetivo prevenir qualquer dedução equivocada de sua argumentação ontológica, seja equívoco derivado de uma visão irracionalista ou idealista.

Do espelhamento como “não ser”, não se pode extrair teoricamente nenhum arremate que possa aproximar a ontologia do ser social às teses do trabalho imaterial ou semelhantes, por exemplo. O “não ser” do espelhamento consiste unicamente em uma forma específica e transitória do processo ativo e produtivo do trabalho como totalidade, o instante da prévia ideação. Para ilustrar essa questão e conectá-la com a categoria da alternativa, isto é, da liberdade humana no plano ontológico, com o afastamento das barreiras naturais e com o desenvolvimento das forças produtivas, o autor menciona um exemplo que pode ser estendido à mais complexa estrutura de uma indústria contemporânea:

A pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui mais caráter biológico. Mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida. (LUKÁCS, 2013, p. 71).

O trabalho é a categoria responsável por transformar em ser, o “não ser” transitório do espelhamento, pela mediação da

alternativa. A alternativa será o crivo definidor de quais espelhamentos, ou elementos desses espelhamentos, serão escolhidos ou descartados do processo histórico. O fundamento da categoria da alternativa, solo ontológico da liberdade, reside, pois, nessa relação dialética entre consciência e causalidade, em outras palavras, entre sujeito e objeto.

Cabem à consciência a avaliação, a elaboração e o aprimoramento permanentes de alternativas, que se ampliam e se tornam mais complexas com o desenvolvimento das forças produtivas e com as relações sociais de produção ora estabelecidas.

Evidentemente, toda escolha entre alternativas está delimitada pelo arco presente de necessidades e possibilidades concretas em um dado momento histórico. Seria um erro tomar a categoria da alternativa como elemento abstrato, descolado e independente das relações sociais estabelecidas. Ou, segundo a formulação lukacsiana:

O processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas. (2013, p. 77)

O acúmulo de conhecimentos sobre a adequação ou não de determinadas alternativas, para que sejam atingidos ou definidos determinados fins (o dever-ser estabelecido pela consciência), emerge desse contexto⁶. Esse acúmulo é sedimentado em cadeias de

6 Para Lukács: “[...] o trabalho, com vistas à sua realização sempre mais elevada e socializada, criou a ciência como órgão auxiliar [...]” (2013, p. 75). Sobre a gênese ontológica das ciências a partir do trabalho, temos: “Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações

valores atribuídos a determinadas escolhas feitas no processo de trabalho, tanto em seus fins, quanto em seus meios, que incluem os instrumentos, técnicas e formas de organização adotadas.

A correção ou erro das alternativas se referem aos objetivos definidos pela consciência em relação às condições objetivas ora em curso e pode variar, desde a mais completa falha, até a simples aproximação ou o mais apropriado resultado possível. “Desse modo, as alternativas concretas do trabalho implicam, em última instância, tanto a determinação do fim como a execução, uma escolha entre certo e errado” (2013, p. 79).

O papel ativo da consciência e do sujeito no processo histórico é um elemento essencial da ontologia do ser social⁷. Porém, não pode ser confundido com qualquer subordinação absoluta da causalidade à subjetividade, fazendo da consciência o demiurgo da história, como ocorre em algumas correntes filosóficas idealistas. O que se estabelece é uma relação dialética que, com a mediação da categoria trabalho, produz e insere o novo na causalidade.

Esse novo significa, nesse contexto, uma materialidade transformada pela atuação de uma teleologia para atender necessidades humanas de produção e reprodução social. Ou seja, o novo é aquilo que surge a partir do trabalho e que em nenhuma hipótese

que formam os germes das futuras ciências, cujos inícios no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas” (2013, p. 86). E completa: “[...] o agir finalisticamente necessário, sua correta preparação no pensamento e sua execução podem dar origem continuamente a *formas superiores de práxis* [...]” (2013, p. 86, grifos nossos).

- 7 Lukács afirma sobre esse ponto: “É claro que as qualidades do sujeito (capacidade de observação, destreza, habilidade, tenacidade etc.) influem de maneira determinante sobre o curso do processo de trabalho, intensiva e extensivamente” (2013, p. 104).

surgiria a partir do devir espontâneo e autônomo da natureza inorgânica ou orgânica. Por esse motivo, o trabalho em nenhuma hipótese pode ser considerado como mero processo de adaptação biológica do homem ao ambiente. Segundo Lukács,

A cadeia causal na natureza se desenrola ‘por si’, de acordo com a sua própria necessidade natural interna do ‘se...então’. No trabalho, ao contrário, como já vimos, não só o fim é teleologicamente posto, mas também a cadeia causal que o realiza deve transformar-se em uma causalidade posta. (2013, p. 72)

Trata-se de um “salto ontológico” que aciona cadeias causais ausentes na mera causalidade, operando uma ruptura com o seu ser meramente biológico e abrindo o seu processo de auto-humanização, fundando o ser social. A categoria do indivíduo social, resultante do processo de auto-humanização, é fundada pelo trabalho, na medida em que os indivíduos subsumem os impulsos remanescentes de sua organicidade às escolhas da consciência, de um lado, e de outro, à medida que submetem os valores vigentes na sociedade às suas próprias valorações.

É importante salientar, de passagem, que a imagem de um “salto ontológico” não pode ser confundida, no contexto da ontologia, com nenhuma ideia de processo abrupto, repentino, súbito. O filósofo húngaro, com essa imagem, pretende, tão somente, enfatizar a impossibilidade de redução do ser social à esfera do ser meramente biológico. Algo radicalmente novo surge com a categoria trabalho. A base do ser inorgânico e orgânico está presente no ser social, embora sua influência seja progressivamente diminuída.

As características dessa nova esfera do ser não podem ser apreendidas a partir, exclusivamente, das legalidades que operam na causalidade. Em termos cronológicos, esse processo pode se estender por “milênios” (2013, p. 85). Por isso, “salto ontológico”,

nesse contexto, é uma ideia filosófica. Não expressa imediatamente o tempo decorrido, mas a qualidade do processo⁸.

Ao longo do tempo as novas qualidades peculiares do novo grau do ser passam a predominar sobre o grau anterior (inferior, em termos de complexidade), com legalidades novas e relativamente autônomas em relação à sua base ontológica. “É o que acontece nas relações entre a natureza orgânica e inorgânica e o que acontece agora nas relações entre o ser social e os dois graus do ser natural” (2013, p. 86), argumenta o filósofo.

Ao se caracterizar por tais determinações, o trabalho é considerado por Lukács como “modelo de toda práxis social” (2013, p. 83). O sentido dessa afirmação, contudo, não corresponde à redução de toda atividade humana ao trabalho. Tampouco a derivação puramente lógica de toda práxis⁹ a partir das características do trabalho. O que o filósofo húngaro pretende definir é que nesta categoria ontológica e fundante do ser social, estão contidas as mais importantes e basilares categorias da sociabilidade.

8 Para uma correta interpretação dessa questão, Lukács comenta: “Apenas tal concepção de gênese ontológica, isto é, como gênese de um complexo concretamente estruturado, pode esclarecer porque ela constitui um salto (do ser orgânico ao social) e, ao mesmo tempo, um longo processo de milênios. O salto manifesta-se logo que a nova constituição do ser se efetiva realmente [...]” (2013, p. 85).

9 No contexto da ontologia de Lukács, a ideia de *práxis* é entendida como o desenvolvimento e articulação do trabalho com as demais categorias e objetivações do ser social. Coerentemente com sua maneira de pensar o ser social como um complexo de complexos fundado pelo trabalho, mas irreduzível a ele, o autor alerta: “Exatamente por isso é preciso sublinhar sempre de novo que os traços específicos do trabalho não podem ser transferidos diretamente para formas mais complexas de *práxis social*” (2013, p. 93). Com essa afirmação, o filósofo simultaneamente indica que não é possível compreender as demais categorias do ser social a partir, unicamente, dos elementos que distinguem o trabalho.

Evidentemente, há gradações em termos de desenvolvimento de tais categorias a partir de sua gênese no trabalho. Algumas só podem surgir, ou se desenvolver, em estágios mais avançados da sociabilidade, como a divisão social do trabalho, por exemplo. Outras estão imbricadas no próprio processo de trabalho, como a linguagem e o pensamento abstrato (que o autor designa também como “pensamento conceitual” (2013, p. 85)). Além daquelas que se articulam mediatamente, isto é, mediante autonomia relativa, com a categoria fundante, a exemplo das ideologias, da ciência, dos complexos valorativos¹⁰ e da arte.

A propriedade privada e as classes sociais imprimem determinações específicas, e alienadas, à dinâmica da relação entre o trabalho e a sociabilidade, porém, não destituem essa dimensão ontológica. Esta relação de centralidade do trabalho em relação à dinâmica das demais categorias do ser social é o significado da afirmação lukacsiana do trabalho como “modelo” da práxis. Simultaneamente, essa angulação ontológica e materialista permite a superação da perspectiva teleológica e idealista hegeliana, segundo a qual o desenvolvimento do ser corresponde ao desenvolvimento da consciência de si dos homens.

10 Lukács mantém sua perspectiva materialista acerca dos valores e, nesse sentido, rompe com as concepções idealistas e liberal-abstratas que, em geral, elegem, segundo critérios subjetivos e/ou teológicos, certos valores para serem universalizados e eternizados. Para ele, os valores possuem na objetividade seu critério definidor, tanto aqueles que resultam do trabalho (os valores de uso), quanto aqueles que emergem das categorias mais complexas do ser social. “O fato de o ato de valorar aparecer, nesse tocante, diretamente como ato subjetivo não deve induzir a erro. O juízo subjetivo sobre se esta ou aquela pedra é ou não apropriada para amolar outras pedras depende do fato objetivo do ser apropriado; o juízo subjetivo pode, em casos singulares, passar ao largo do caráter de calor ou da adversidade ao valor objetivas, mas o critério real é constituído por essa constituição objetiva. [...] na práxis, o objetivamente valioso tendencialmente se impõe.” (2013, p. 374).

A lógica hegeliana, que preside a totalidade do processo histórico, equivale à autoconsciência do ser, isto é, do espírito, segundo o léxico de Hegel. A história, nesses termos, é a história do auto-desenvolvimento do espírito em direção a si próprio como absoluto. Como a alienação, nesse debate hegeliano, é a alienação de si mesmo do espírito, cada etapa vencida pelo espírito em direção ao espírito absoluto é um avanço na superação da autoalienação. Tanto Marx e Engels, quanto Lukács rompem com a perspectiva idealista de Hegel.

O trabalho como categoria fundante da sociabilidade, todavia, não se resume às determinações acima citadas. Além dos desdobramentos objetivos acionados com os novos nexos causais postos pelo ser social, há também os efeitos que incidem sobre a subjetividade. A compreensão ontológica da reprodução social fundada pelo trabalho pressupõe uma abordagem que destaque, igualmente, esses efeitos.

Segundo Lukács, os elementos mais diretamente subjetivos se destacam com maior nitidez nos estágios mais avançados do trabalho e das relações sociais de produção. A ênfase da abordagem ontológica passa a recair, também, sobre aquelas posições teleológicas que não atuam diretamente no processo de trabalho, mas sobre outras subjetividades. Isto é, não são posições teleológicas primárias, aquelas que incidem sobre a natureza no metabolismo do trabalho, mas secundárias, ou seja, seu objeto é o próprio ser social, sua consciência, e seu objetivo é provocar mudanças nas escolhas dos indivíduos ou grupos, mudanças que correspondam aos objetivos definidos pelo agente da teleologia.

Correspondentemente, os meios ativados nesse tipo de teleologia secundária, não são idênticos àqueles utilizados no trabalho, mas meios puramente sociais. Na ontologia do ser social, este é o fundamento da categoria da ideologia. Segundo Lukács:

Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, *o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento* – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. [...] Desse modo, *o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de grupo humano*; o pôr do fim já não visa transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem evocar essas intervenções por parte de outros homens. (2013, p. 83, 84, grifos nossos)

89

Do ponto de vista de sua raiz ontológica, as formas de consciência do ser social estão intimamente articuladas às formas estabelecidas de produção e reprodução social. Elas surgem como “instrumento indispensável de tal reprodução” (2013, p. 87). Sua função se amplia e ganha relativa autonomia à medida que avança o trabalho e se expandem as formas de espelhamento. O trabalho funda as formas de consciência.

A consciência intervém de maneira ativa no trabalho, gerando uma relação de unidade e reciprocidade. “[...] o pôr ontológico de cadeias causais concretas pressupõe o seu conhecimento, portanto que sejam postas no plano cognitivo”, argumenta o filósofo (2013, p. 90), acrescentando que a decisão de objetivar o conhecimento em materialidade passa pela categoria da alternativa. Daí deriva o caráter de unidade e de inter-relação indissociável entre o pensamento e a ação, entre a teoria e a prática, no complexo do ser social.

As formas de espelhamento, de pensamento conceitual, bem como sua formulação, universalização e socialização pela linguagem, apreendem e expressam tanto as transformações na

causalidade, quanto as mudanças e alternativas geradas na (e pela) subjetividade. Isto equivale à afirmação de que a consciência é a responsável pela reconstrução racional da relação sujeito e objeto, bem como pela formulação e defesa das alternativas postas para a humanidade, tanto no âmbito do trabalho, quanto no da totalidade social, ou seja, à humanidade tomada como gênero. Por esse motivo, é aceitável supor que a consciência é, ao mesmo tempo, autoconsciência da humanidade.

Na categoria trabalho, a relação entre o homem e a natureza é direta. A natureza, em sua causalidade, não oferece qualquer tipo de resistência ou anuência aos pores teleológicos primários do trabalho. A causalidade da natureza é indiferente às necessidades humanas. O avanço do ser social significa, por outro lado, o correspondente avanço das formas de consciência. Essas se ampliam e capturam (no sentido do espelhamento) realidades, dimensões, possibilidades, subjetivas e objetivas, que extrapolam a atividade e as necessidades do trabalho em sentido estrito. A relativa autonomia das formas de consciência permite que surjam posições teleológicas cujo objetivo consiste em influenciar as decisões de indivíduos ou grupos.

Nesse nível, emerge uma diferença de qualidade importante no processo, pois entram em cena as escolhas, oposições, preferências e todo o conjunto de valores das subjetividades implicadas, determinações inexistentes na causalidade da natureza. Enquanto na categoria trabalho o objeto de trabalho pertence a um grau inferior do ser, ou seja, é natureza orgânica ou inorgânica, na categoria da ideologia o que está em jogo são membros da mesma e mais elevada esfera do ser, o ser social. Toda a historicidade complexa da subjetividade está envolvida no processo ideológico.

A ideologia, caracterizada por ser uma relação entre sujeitos, ainda que mediatamente tenha vinculação com o trabalho, tal como outras categorias que emergem no ser social, pode ser

caracterizada como uma posição teleológica secundária. Evidentemente, nesses termos ontológicos, que dizem respeito ao ser-precisamente-assim do existente, essa anotação segundo a qual o trabalho é designado como a posição ontológica primária e a ideologia como uma posição teleológica secundária, não pode ser tomada do ponto de vista valorativo ou moral abstrato.

O que está em foco é o significado ontológico distinto entre uma posição teleológica produzida no trabalho (“primária”, no léxico lukacsiano) e uma posição teleológica de natureza ideológica (“secundária”, no mesmo contexto). Trata-se, pois, tão somente, da forma objetiva dessas relações no ser social, algo que, para Lukács, corresponde, em termos de método, à correta forma de investigação das categorias do ser social, contraposta às fetichizações suscitadas por vários idealismos, produzidas quando são desconsideradas a gênese e a função ontológicas das categorias.

Por outro lado, “Deve-se rejeitar, do mesmo modo, a ontologia vulgar-materialista que vê as categorias mais complexas como simples produtos mecânicos das mais elementares e fundantes” (2013, p. 117). Evitando, desse modo, tanto a unilateralidade mecânica que desconsidera as particularidades das categorias da reprodução social, quanto a dualidade dicotômica que atribui a qualidade de essência para os elementos mais simples e de mera aparência para os mais complexos.

Segundo anota Lukács:

[...] o homem que age de modo prático na sociedade em-
contra diante de si uma segunda natureza, em relação à
qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se
da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou
seja, deve procurar transformar o curso das coisas, que é
independente de sua consciência, num fato posto por ele,
deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a
marca da sua vontade. (2013, p. 151).

A qualidade da categoria da ideologia adquire contornos muito mais complexos e mediados no interior das sociedades de classes quando comparada às suas características predominantes ao longo período do comunismo primitivo. A existência da estrutura de classes na sociedade já influencia, muito embora não determine e haja possibilidade de ruptura, as escolhas dos indivíduos.

Nas suas palavras: “[...] o pertencimento a uma classe e a participação na luta de classes determinam fortemente as decisões vitais de cada membro da sociedade. Assim surge um espaço de ação para os fenômenos conflituais [...]” (2013, p. 121), de natureza ideológica, podemos acrescentar. Tais conflitos assumem a forma do embate entre valores extraídos da e para a reprodução da sociedade, que se colocam como alternativas para os indivíduos ou para a totalidade social.

No limite, tais valores expressam as necessidades vitais das classes e tendem a se tornar contraditórios, conforme os interesses materiais que expressam. “[...] os valores não poderiam adquirir uma relevância ontológica na sociedade se não se tornassem objetos de tais pores” (2013, p. 122), conforme afirma Lukács. E acrescenta: “[...] uma vez surgidas as sociedades de classes, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas: depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema” (2013, p. 152). Essa possibilidade do confronto entre duas alternativas fundamentais para a reprodução social, a do capital e a do trabalho, é negada pelo conservadorismo, que, desde 1848, afirma que a única possibilidade para reprodução da sociedade é a conservação, ampliação e universalização das relações burguesas de produção.

Os valores, nesse contexto, também são fundados pela categoria trabalho, mas não se resumem a ela. São fundados em sua gênese como resultado da relação de intercâmbio entre o homem e a natureza, na qual os objetos de trabalho, os meios de trabalho

e as formas de execução do trabalho são valorados em sua correspondência efetiva em relação a um determinado fim posto. Com gradações, podem ser considerados úteis ou inúteis, descartados ou aprimorados.

Quando avança o desenvolvimento social, os valores guardam relação com a capacidade de contribuir para a permanência, para a reprodução da totalidade social em questão. Passam a adquirir valoração positiva as escolhas que conservem e ampliem o patamar de desenvolvimento ora adquirido, e negativa, quando em contrário. Essa determinação, que é ontológica, é hipostasiada, exagerada e tornada absoluta pelo conservadorismo.

Agarrando-se a essa determinação, universalizando-a, o conservadorismo teria sua aparente base real, concreta. Mas, esse recorte unilateral é falso, pois a reprodução social não se baseia única e exclusivamente com base na conservação do existente. O trabalho e as demais objetivações superiores possuem a determinação imanente do impulso para além das necessidades imediatas, lançando, sempre, o novo, novos nexos causais e novos períodos de consequências. Além disso, nas sociedades de classes, as contradições e as lutas de classes, responsáveis pelo avanço e desenvolvimento das relações sociais, não se movem sobre bases exclusivamente conservadoras. Como a história não é teleológica ou linear, os projetos das classes entram em confronto, movidos também pela ideologia revolucionária, gênese permanente de criação, projeção e construção de novas objetividades sociais e históricas.

Valores, portanto, não se resumem apenas às objetivações criadas pelas atividades do trabalho e que compõem o complexo social da economia¹¹ (em sua função ontológica de produção da riqueza

11 A base ontológica da economia é, segundo Lukács, a: “[...] ininterrupta socialização da existência humano-biológica que, a partir da reprodução ontológica com o tempo, dá origem a todo um complexo no âmbito do ser social: a esfera da economia” (2013, p. 258).

social, algo que não se identifica diretamente com a moderna “ciência econômica”). Para o autor: “[...] os valores se conservam no conjunto do processo social, renovando-se ininterruptamente; é desse modo que eles, a seu modo, se tornam partes reais integrantes do ser social no seu processo de reprodução, elementos do complexo chamado ser social” (2013, p. 125).

Essa determinação da preservação dos progressos alcançados por qualquer sociedade, por meio da transmissão dos valores, da ideologia e dos costumes para as gerações que se sucedem, é ontologicamente distinta da ideologia do conservadorismo, clássico ou moderno. Observa Lukács que “A conservação de fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior” (2013, p.211). Essa observação é muito próxima ao que o próprio Marx assinala na abertura de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.” (2011 a, p. 26).

A sequência da passagem, em que Marx descreve ironicamente a farsa representada pela fraseologia das revoluções burguesas – calcadas que estão numa autorrepresentação fictícia que tenta se apresentar como portadora dos heroísmos do passado – é uma descrição que pode ser estendida à forma como o *pensamento conservador* tenta se expressar na contemporaneidade:

E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (2011 a, p. 26).

No caso do conservadorismo, seus ideólogos adotam o discurso da defesa dos avanços da modernidade democrática burguesa,

silenciando, abstraindo ou mesmo negando, as contradições de classe que inviabilizam a universalização desses avanços para todos os indivíduos, reproduzindo, assim, a estrutura da desigualdade social, que é a alavanca da acumulação capitalista (MARX, 1985).

Baseando-nos na argumentação ontológica de Lukács, é razoável admitir o conservadorismo como *fetichização*, como teoria e ideologia que emerge da crise e da decadência da sociedade burguesa – algo que não é inédito na história das sociedades de classes. No período de desagregação da *pólis* grega, por exemplo, a figura de Sócrates emerge como porta-voz da restauração utópica dos antigos padrões valorativos, algo que havia se tornado anacrônico e incongruente com as condições objetivas da época (LUKÁCS, 2013).

95

A sociedade capitalista, em particular, produz um nível tão elevado de contradições e alienações, que as escolhas individualistas e mesquinhas, potencialmente negativas para qualquer sociedade, são elogiadas como a expressão máxima de humanidade segundo determinadas correntes de pensamento liberal e conservador, espalhando-se essa concepção também para o senso comum do cotidiano, formando uma determinada imagem de essência humana ideologicamente identificada à essência do homem burguês.

Determinações do processo de reprodução social

Os desdobramentos da categoria trabalho, a partir de sua dinâmica interna, apresentam resultados que incidem sobre o sujeito que trabalha, sobre a causalidade e sobre os demais indivíduos e grupos. Lukács frisa as categorias que emergem do trabalho com o objetivo de situá-lo como categoria fundante do ser social, isto é, como aquele complexo – a categoria trabalho é em si própria um complexo – que permite o surgimento de uma nova e mais elevada esfera do ser, o ser social.

O ser social é um processo de auto-humanização, através da predominância crescente das categorias sociais sobre a base biológica e inorgânica, que permanecem como bases ontológicas de menor complexidade. Contudo, seu grau de influência sobre as escolhas e alternativas do ser social é crescentemente reduzido em função do recuo das barreiras naturais. Ser social significa, por isso, o crescente autocontrole dos impulsos remanescentes da natureza orgânica do ser social. Sem esse autocontrole, a própria atividade do trabalho, a mais primária e elementar atividade do ser social, é posta em xeque.

O trabalho e seus desdobramentos, todavia, ganham densidade e se tornam mais concretos quando tomados sob a perspectiva da reprodução social, que inclui o trabalho, mas não se resume a ele. É na reprodução social que os elementos ontológicos, as categorias centrais do ser social, desenvolvem sua relativa autonomia e adquirem patamares superiores de complexidade, com novas e mais articuladas mediações. E é visando à categoria da reprodução que Lukács inicia sua discussão ontológica pelo trabalho, ou seja, ele parte da categoria fundante, onde as determinações essenciais do ser social podem ser encontradas em seu patamar originário, para apreender ontologicamente a complexidade das contradições que as sociedades de classes, e o capitalismo em particular, apresentam em seu desenvolvimento histórico.

Na reprodução, outras categorias centrais emergem e se tornam mediações fundamentais do ser social. Seja a partir do desenvolvimento das potencialidades imanentes ao trabalho – como a ciência, a linguagem, a economia, a educação, a arte (com algumas mediações específicas) – seja a partir das contradições surgidas com o advento da exploração do homem pelo homem, mediante a propriedade privada – como a categoria da alienação, da divisão social do trabalho, da política, do direito e da política institucional – tais categorias só podem ser apreendidas corretamente do ponto de vista ontológico da reprodução social.

Não há dúvidas quanto à unidade que se estabelece entre o trabalho e a totalidade social por intermédio da categoria da reprodução. Nos estágios mais avançados do ser social, quando as categorias se desenvolvem e diferenciam de maneira heterogênea e com relativa autonomia, o trabalho preserva sua função de categoria fundante, mas a reprodução adquire a função de momento predominante das objetivações humanas. A categoria *momento predominante*¹², tal como formulada por Lukács, refere-se à realidade social tomada como totalidade, como complexo de complexos.

Essa concepção permite ao autor combater o monolitismo liberal-burguês em torno da suposta “essência humana”, o mecanicismo do marxismo vulgar extraído da “causa econômica” e a fetichização das teorias que conferem autonomia absoluta às categorias do ser social – a moderna semiótica e sua interpretação sobre a linguagem¹³, ou algumas doutrinas do direito¹⁴, podem ilustrar essa fetichização.

A categoria que cumpre a função de momento predominante constitui a base histórica de outros complexos sociais, sem a qual esses últimos não podem vir a ser.

12 O *momento predominante* é a categoria que possui a prioridade ontológica ante outras categorias. E “[...] da prioridade ontológica de um modo de ser em relação aos demais não se segue nenhum tipo de posicionamento nem no sentido positivo nem no sentido negativo dentro de alguma hierarquia de valores” (LUKÁCS, 2013, p. 258).

13 A função social da linguagem, segundo Lukács, é “a satisfação de uma necessidade social que surge ontologicamente, em decorrência da relação dos homens com a natureza e entre si [...]” (2013, p. 222).

14 “[...] a nova fetichização consiste nisso, o direito [...] é tratado como uma área fixa, coesa, definida univocamente “em termos lógicos”, e isso não só na práxis enquanto objeto de pura manipulação, mas também teoricamente como complexo imanentemente coeso, que pode ser corretamente manejado, tão somente pela “lógica” jurídica, autossuficiente, fechado em si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 237).

Na sociedade capitalista, a produção de mercadorias cumpre a função de momento predominante da reprodução do capital; a acumulação de capital é o momento predominante para a formação do capitalismo monopolista. O momento predominante, tal como as demais categorias, também é histórico, está sujeito a transformações de forma e conteúdo, bem como a interações recíprocas com os demais complexos. Por isso, não determina inexoravelmente as categorias a ele articuladas. Essas últimas também possuem relativa autonomia em seu desenvolvimento. Sobre essa questão, ele se expressa nos seguintes termos:

[...] até o mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações. (2013, p.162).

98

Tal como o trabalho é um complexo que se diferencia do metabolismo que ocorre entre as espécies naturais e a natureza inorgânica, a reprodução social é ontologicamente distinta da reprodução do ser em geral. Para Lukács, “a reprodução é a categoria decisiva para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo” (2013, p. 170). Todavia, a reprodução social se caracteriza como um processo em que atuam tendências cada vez mais puramente sociais, muito embora essa determinação não signifique a supressão da necessidade da reprodução biológica da espécie humana.

A reprodução social resulta “da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida”, e daí “[...] surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, [...], têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana” (2013, p.170). Isto é, a reprodução é a síntese dos atos teleológicos singulares dos indivíduos. O autor húngaro chama a atenção para algo que Marx indicava em uma famosa passagem da *Introdução* de 1857:

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas subjetivamente. (2011 b, p. 47).

99

Colocando-se dessa forma a questão, em perspectiva ontológica, o resultado é que até os atos mais diretamente derivados da esfera orgânica do ser social, como a alimentação, entre outros, são modificados pela crescente socialização do homem. Sofrem uma ação de retorno das categorias que emergem com a reprodução social, algo que transforma as relações sociais tanto em sua forma quanto em sua essência.

Como se pode notar, essa perspectiva desautoriza qualquer afirmação idealista sobre uma suposta “natureza humana”, incluindo o “homo conservans” do conservadorismo. Segundo essa visão, a “natureza humana” seria dada de uma vez para sempre e coincide com as necessidades da sociedade burguesa: uma “natureza humana” mesquinha, individualista, proprietária privada e belicosa, tal como a discussão, por exemplo, liberal/contratualista da modernidade, tenta garantir.

Do ponto de vista ontológico, a natureza humana corresponde às relações sociais de produção e reprodução social, estabelecidas

a cada período histórico. Tais relações conferem, em larga medida, a qualidade dos indivíduos sociais. O modo de produção incide sobre o processo de individuação e, reciprocamente, os indivíduos, a partir de complexas mediações que envolvem várias categorias do ser social, participam ativamente das tendências da reprodução social. Cada escolha individual (mas também coletiva) possui um período de consequências para a sociedade.

Esse período pode ter maior ou menor influência direta e imediata para a totalidade, esta variação depende das condições e mediações objetivas acionadas por cada posição teleológica dos indivíduos. Seu significado político pode contribuir para reiterar as relações vigentes, tensionar ou até mesmo, numa época de crise revolucionária¹⁵, cooperar nas fileiras da revolução ou da reação.

100

O entendimento lukacsiano sobre o processo de individuação é, pelo exposto, contraposto à noção abstrato-burguesa, que idealiza uma subjetividade rica na medida em que seja negadora da socialidade, em que seja enclausurada e ensimesmada nas necessidades privadas dos “guardiões das mercadorias”.

Para esse tipo de visão, expressar e assumir, no plano da personalidade subjetiva e individual, até as últimas consequências, as necessidades que são oriundas do modo de produção capitalista – acumulação e centralização de capital – representa o êxito econômico e social numa sociedade concebida como arena ampla de concorrência e competição. Dando vazão às palavras do filósofo húngaro:

[...] é preciso romper com a representação igualmente reificada, nascida da oposição abstrata à reificação capitalista, como se um crescente isolamento individual do indivíduo em relação ao seu entorno social, sua independência (imaginária) em relação a ele, pudessem promover ou mesmo

15 Tal como a concebe Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011 a, p. 25); e Lukács na *Ontologia do ser social* (2013, p. 267, 271).

produzir a riqueza e o fortalecimento da individualidade. Quanto mais rica e forte for uma individualidade, tanto mais entrelaçadas estarão suas respostas à vida com o ser-propriadamente-assim da sociedade em que ela vive, tanto mais autenticamente elas serão trazidas à existência pelas questões da época. (2013, p. 270).

No trecho destacado, o pensador da *Ontologia*, além da crítica à concepção liberal burguesa de indivíduo, acima citada, estabelece igualmente a crítica às tentativas românticas de fortalecimento da individualidade a partir de uma suposta ruptura e isolamento do indivíduo em relação à sociedade. Isto é, além das famosas “robinsonadas” (MARX, 2011 b, p. 39), criticadas por Marx na *Introdução* de 1857, Lukács, abordando esse problema a partir da segunda metade do século XX, pode acrescentar também a crítica, inscrita na citação acima, às ideias, por exemplo, presentes em correntes filosóficas de matizes existencialistas¹⁶.

De acordo com o autor, a saída para que uma subjetividade se torne rica e possa apreender o máximo de determinações socialmente construídas, não é seu isolamento em busca de autoesclarecimento, mas a sua penetração cada vez mais funda nas objetivações históricas, nas questões e dilemas de seu tempo. Expressando as contradições de sua época, o indivíduo pode se elevar ao gênero humano e sua individualidade pode passar a reproduzir as grandes questões de seu período histórico.

¹⁶ Na *Ontologia*, lê-se: “Como a sociedade atual produz maciçamente tais deformações (dicotomia aparente entre indivíduo e sociedade – JMAS), é fácil compreender porque movimentos oposicionistas abstratos, como o existencialismo, pensam encontrar seu ideal na personalidade que se livrou de todas as ligações deformantes desse tipo e que depende inteiramente de si mesma [...] se trata igualmente de uma ilusão existencialista decorrente da fetichização apresentar uma personalidade pura, que se completa em si mesma, como possível, que dirá, como modelo universal. (2013, p. 252).

A reprodução social, para Lukács, é delimitada por dois polos em movimento: a totalidade social, de um lado, e o indivíduo¹⁷, de outro, sem que haja nessa polaridade uma escala ou uma dualidade ontológica, ambas compõem uma unidade indissolúvel e irreduzível a um dos polos. A totalidade é a síntese dos atos singulares dos indivíduos e no indivíduo se manifesta as tendências histórico-universais da totalidade.

Todas as reais determinações da personalidade surgem, muito antes, de suas relações práticas [...] com o meio social, com os semelhantes, com o metabolismo entre homem e natureza, com os complexos em que se diferencia concretamente a sociedade como um todo. Uma riqueza de conteúdos da consciência é impossível para o homem, a não ser a partir dessas relações. Também nesse tocante, como em toda parte da vida humana, a sua práxis naturalmente é constituída por alternativas; assim, nesse caso, pelo que surge dentro dele a partir dessas interações, que podem arredondar e consolidar a sua personalidade numa riqueza interior ou fragmentar sua unidade “em parcelas” (2013, p. 252).

102

Fincadas essas relações entre a sociabilidade e a individuação, é possível avançar mais algumas determinações da concepção marxista de Lukács sobre a categoria da reprodução social:

(...) devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é

17 Anota Lukács sobre a substância de uma subjetividade: “A substância de um homem, portanto, é aquilo que no curso de sua vida se encadeia como continuidade, como direção, como qualidade do encadeamento ininterrupto de decisões desse tipo (decisões alternativas – JMAS). Com efeito, nunca se deve esquecer, justamente quando se quer entender o homem corretamente em termos ontológicos, que essas decisões determinam ininterruptamente sua essência, conduzindo-a para cima ou para baixo” (2013, p. 285). Por isso, “[...] o homem é o resultado de sua própria práxis” (2013, p. 286).

modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana. Evidencia-se aí o processo de afastamento da barreira natural [...] (2013, p. 171).

Quaisquer ideias, seja de natureza teórica, seja de natureza teológica, que signifiquem a redução do ser social à mera reiteração dos impulsos biológicos, ou à mera conservação eterna da ordem vigente (tal como afirma o conservadorismo), são rejeitadas no contexto da ontologia do ser social. Aqui, a base biológica não é negada ou abstraída, mas situada em sua dimensão ontológica, isto é, como sendo a base necessária sem a qual o ser social não pode existir. Mas o trabalho e a reprodução social operam um salto e inauguram nova forma de ser, irreduzível à base originária.

Produção e reprodução social, trabalho e sociabilidade, indivíduo e totalidade social, são unidades históricas indissociáveis, mobilizadas pela mediação de categorias cada vez mais sociais, nas quais opera o elemento da teleologia, inexistente nas demais esferas do ser.

A mesma questão pode ser colocada conforme o complemento do próprio autor: “[...] trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e intenso a partir de categorias próprias, categorias sociais” (2013, p. 178). Dessa maneira, a reprodução social pode ter suas tendências de desenvolvimento teleologicamente modificadas.

Essa qualidade não implica qualquer teleologia imanente à própria história, mas tão somente que seja possível, ontologicamente, transformar radicalmente as relações sociais de produção e reprodução a partir de posições teleológicas determinadas.

Resta claro que uma mudança dessa dimensão, que envolva a totalidade social, em regra, implica a necessidade de um projeto societário de classe.

A categoria classes sociais¹⁸, de acordo com o pensamento lukacsiano, estrutura-se a partir das condições objetivas da produção, onde as formas de consciências emergem, diferenciam-se e exercem influência reflexiva sobre a produção. “[...] o ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas, da estrutura da referida formação” (2013, p. 185). Porém, não se resume a essa dimensão objetiva.

A consciência das classes exerce “[...] uma função objetivamente modificadora no ser social da classe” (2013, p. 185) e, mais adiante, temos: “[...] uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes da formação em que se encontra” (2013, p. 185).

Duas dimensões compõem socialmente o ser das classes sociais, de acordo com essa perspectiva: uma dimensão objetiva,

18 Os limites deste estudo impossibilitam uma exposição histórica, ainda que limitada e aproximativa, sobre o surgimento e o desenvolvimento das sociedades de classes. Tomando por base o arco que vai do escravismo antigo ao capitalismo contemporâneo, passando pelas formas heterogêneas de feudalismo e pelo modo de produção asiático, conferir, entre outros: *A ideologia alemã* (2007) e *Manifesto Comunista* (2010), de Marx e Engels; *A luta de classes* (2015), de Domenico Losurdo; *A era do capital* (2005), de Eric Hobsbawm; *A evolução do capitalismo* (1988), de Maurice Dobb e o item 5 do capítulo 2 da *Ontologia do ser social II* (2013), intitulado: *A reprodução da sociedade enquanto totalidade*. Numa perspectiva idealista, mas ainda assim com rica recuperação histórica: *Filosofia da história* (2008), de Hegel. Resumidamente, Lukács oferece a seguinte perspectiva para o surgimento histórico das classes sociais na Antiguidade: “A resposta social à pergunta ‘a quem pertencerá o que foi produzido além do que é necessário à reprodução da vida?’ produz a estratificação de classe da sociedade, e é esta que, desde que surgiu, domina pelo menos até agora o desenvolvimento social da humanidade” (2013, p. 266).

ligada à inserção na estrutura da produção e outra, subjetiva¹⁹, relacionada às formas de consciência, concepção de mundo, que as classes elaboram e organizam para conduzir historicamente seus interesses e contradições²⁰. Ambas se articulam no processo unitário da reprodução social. Toda a análise categorial lukacsiana está construída no sentido de sustentar que o ser social se desenvolve em um processo – por último – unitário. Uma unidade contraditória, heterogênea, diferenciada, articulada, mas, ainda assim, unidade.

Esta unidade é que compõe o gênero humano e é a raiz da ideia de uma sociabilidade estruturada como complexo (unitário) de complexos (a trama das categorias na práxis) – ideia contraposta àquela defendida por alguns “pós-modernismos”, para os quais a realidade social não passaria de uma sobreposição de fragmentos, desprovidos de relações de causalidade e continuidade históricas.

19 Lukács presta detida atenção à relevância da subjetividade no processo da luta de classes. Nas suas palavras: “[...] quanto mais desenvolvidas são as classes no sentido social [...] tanto mais relevante o papel desempenhado em suas lutas pelo fator subjetivo, pela transformação da classe em si numa classe para si, e isso não só em nível geral de desenvolvimento, mas também em seus detalhes, incluindo as respectivas personalidades de liderança [...]” (2013, p. 271).

20 Essa questão surge em vários momentos da obra de Marx. Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, por exemplo, aparece com a seguinte formulação: “Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir de seu fundamento material e partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida de sua atuação” (2011 a, p. 60).

O filósofo manteve, até as últimas consequências, sua rejeição às ideias que procuravam deduzir, da enorme diferenciação que emerge da vida cotidiana capitalista, a fragmentação e pulverização ontológica do ser social – tais ideias estão na base de algumas correntes do assim chamado “pós-modernismo”. Conferindo substrato a esse processo ontológico, está a mediação do mercado mundial, uma das características do modo de produção capitalista, que articula cada indivíduo em sua singularidade à dinâmica universal da reprodução do capital:

O fato fundamental desse processo é a integração econômica da humanidade na forma de mercado mundial, que cria uma ligação factual entre todos os homens que corporificam a humanidade; mesmo que essa ligação seja mediada de muitas formas, ela é incontestável inclusive para a consciência individual. Esse processo e seu resultado, o gênero humano a caminho da sua realização, não são mudos em virtude do seu caráter social. (2013, p. 199).

106

As contradições e antagonismos de classe, expressadas por suas lutas políticas e ideológicas, concretizam-se em diversos níveis. A interpretação lukacsiana sobre a constituição ontológica das classes, conforme assinalamos acima, recusa qualquer monolitismo, unilateralidade ou reducionismo econômico. Nesse sentido, as relações entre as classes apresentam variações tanto históricas quanto econômicas e sociais. E essa concepção dialética do ser das classes não se limita à sociedade burguesa. Lukács percebe e define que há contradições fundamentais entre as classes, principalmente em torno da apropriação privada da riqueza, mas há também antagonismos intestinos entre os interesses constituídos nas fileiras (ou frações) de uma mesma classe social.

Em uma passagem decisiva da *Ontologia do ser social* acerca desse tema – com mediações para compreensão do Estado –, o espírito das afirmações de Lukács, dialogando com Engels, faz ecoar a

riqueza com que Marx abordava essa questão em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (2012), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011 a), e em *A guerra civil na França* (2011 c)²¹:

[...] quanto mais avança o desenvolvimento da sociedade, o antagonismo entre senhores e escravos de modo algum constitui o seu único antagonismo de classe, visto que, por exemplo, na Antiguidade o antagonismo de interesses de credores e devedores, na Idade Média o dos cidadãos e da propriedade feudal etc., desempenharam um papel importante. Por mais que, do ponto de vista da totalidade do desenvolvimento social, interesse em primeira linha aquela luta de classes que tem sua origem nas formas fundamentais de apropriação do mais-trabalho, não se pode negligenciar os antagonismos de classe de outro tipo que dela decorrem em virtude de mediações econômicas [...] só os antagonismos elementares mencionados podem ser resolvidos, dependendo das circunstâncias, puramente com

107

21 Essas obras, tomadas em conjunto, apresentam o balanço que Marx elabora acerca das lutas de classes do período posterior à revolução de 1848. A análise aborda as contradições de classe – aristocracia financeira, burguesia industrial, burguesia latifundiária, pequena burguesia de tendências republicanas, proletariado, camponeses e o lumpenproletariado – que culminaram com o golpe de Estado de Napoleão III, “o pequeno”, em dezembro de 1851. As características do governo contrarrevolucionário e oportunista do sobrinho de Napoleão, que se estendeu o Segundo Império até 1870, deixaram como saldo a neutralização das conquistas de 1848, a repressão crescente às demandas dos trabalhadores, rurais e urbanos, e uma agenda reacionária que unificou as classes dominantes na defesa “da ordem”, subsumindo a pequena burguesia democrática aos interesses da grande burguesia financeira e industrial. O regime bonapartista, situado à direita da direita francesa, sinalizou, para o proletariado, que não havia esperança de avanços para sua pauta de luta se não fossem rompidos todos os laços políticos com os interesses de qualquer fração burguesa – a Montanha incluída – pois esta classe havia perdido qualquer possibilidade de ser revolucionária. A tradição marxista costuma marcar esse período como momento da passagem do proletariado de *classe em si* para *classe para si*.

base no uso direto da força [...] no caso das formas mais mediadas dos antagonismos sociais, reduzir a regulação da ação social ao puro uso da força bruta forçosamente levaria a uma desagregação da sociedade. [...] o interesse de classe nas classes singulares é, na perspectiva histórica, relativamente unitário, mas em suas realizações imediatas ele muitas vezes apresenta possibilidades divergentes e, mais ainda, avaliações divergentes por parte das pessoas singulares envolvidas [...] a imposição inescrupulosa dos interesses globais da classe dominante pode muito bem entrar em contradição com muitos interesses de integrantes da mesma classe (2013, p. 232, 233).

Dessa maneira, no debate marxiano, assim como no lukacsiano, não é possível reduzir as contradições e lutas de classes a um embate único e exclusivo entre as classes sociais fundamentais, ainda que a proeminência desse embate, em particular, tenha peso decisivo na dinâmica da reprodução e possa significar a continuidade ou transformação radical das relações vigentes. Tal proeminência repousa, objetivamente, sobre o significado social que a luta entre a burguesia e o proletariado tem para a dinâmica da produção e da reprodução social.

Por envolver a contradição mais abrangente da sociedade burguesa, que é a conservação da propriedade privada dos meios de produção e seus resultados para a categoria trabalho, esse enfrentamento é central na sociedade capitalista²². Todavia, nas situações concretas em que irrompe uma crise revolucionária, se uma ou outra classe – ou uma classe de transição – assume a direção e

22 Confirma Lukács: “Marx sempre considera com razão as formas básicas dessa apropriação como a característica socioeconomicamente decisiva de uma época, como o traço determinante que diferencia as diferentes formações uma da outra. O papel dominante que ele lhe atribui, porém, de modo algum significa que ele restringiria exclusivamente a elas o problema da estrutura de classe e da luta de classes. Pelo contrário” (2013, p. 268).

a organização da sociedade, pode representar uma profunda diferença no processo de desenvolvimento da formação econômica em questão. Isso vai depender da capacidade de organização e ação das classes em questão. O conservadorismo, nos anos 2010, tem oferecido uma importante contribuição ideológica para a organização das classes dominantes.

Nesses termos, não é possível desconsiderar ou abstrair as diferenças específicas no desenvolvimento socioeconômico entre países submetidos a regimes fascistas e outros pautados por sistemas democráticos, ainda que ambos sejam burgueses na sua essência. “O desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental – se compararmos o da Alemanha com o da França e Inglaterra – ilustra com muita clareza as direções fortemente divergentes de desenvolvimento que surgem daí” (2013, p. 271), exemplifica o filósofo.

109

Do mesmo modo, a concepção lukacsiana sobre a luta de classes rejeita qualquer tentativa de identificação entre essa categoria, exclusiva do ser social em alto estágio de desenvolvimento, e o processo biológico de seleção natural das espécies. Identificação sobre a qual se ergue uma das linhas mais combativas do pensamento liberal, do pensamento conservador e do pensamento positivista, genericamente designada como “darwinismo social”. No contexto do pensamento lukacsiano, luta de classes não se identifica com nenhuma imagem redutora das relações sociais aos impulsos biológicos.

Debate fundado no século XIX, mas significativamente presente no século XXI²³, seu principal objetivo consiste em naturalizar a

23 São abundantes as bibliografias produzidas sob esse tom. Destaque seja feito, então, ao mais recente elogio do capitalismo publicado no Brasil, escrito com claras tonalidades do “darwinismo social”, trata-se do *Capitalismo: modo de usar – porque o Brasil precisa aprender a lidar com a melhor forma de organização econômica que o ser humano já inventou* (2015), de autoria de Fábio Giambiagi – colonista dos jornais *O Globo* e *Valor Econômico*, conselheiro do Conselho Superior de Economia da Federação das indústrias do estado de

desigualdade social como se fosse um simples processo de adaptação dos indivíduos ao ambiente capitalista. O argumento pseudoteórico dessa vertente defende que os indivíduos menos aptos caem no empobrecimento, enquanto aqueles com características genéticas de maior adaptação ao capitalismo obtêm sucesso e ascensão econômica. A linha mais radical, neomalthusiana, recusa a intervenção do Estado na “questão social”, acusando-a (a intervenção) de ser “antinatural” e, além disso, contribuir para a permanência da pobreza na sociedade. O pensamento de Russel Kirk (2014) é alinhado segundo essa posição.

A emergência e a função das ideologias conservadoras nas sociedades de classes

110

Com a divisão da sociedade em classes sociais, emerge uma determinação central para a reprodução social, com implicações para o processo ideológico. A sociedade de classes inaugura uma forma de sociabilidade na qual

[...] a defesa da existência não se dirige mais apenas para a da respectiva comunidade humana em geral e, dentro dela, para a do homem singular [...], mas se volta para “dentro”, convertendo-se em defesa da respectiva formação econômica contra aqueles homens que, em “íntimo”, jamais poderão estar de acordo com essa estrutura, com seu funcionamento, por razões elementares atinentes à sua própria existência, que, portanto, de modo permanente devem ser tidos como seus inimigos em potencial [...] a conservação simples [...] da própria existência e possibilidade de reprodução se

São Paulo e ex-docente da UFRJ e PUC-RJ. O livro é um posto-avancado em defesa das teses radicalizadas da livre-iniciativa e competitividade capitalistas, propondo para o Brasil a adoção irrestrita dos parâmetros da competitividade internacional, o que implica um ataque direto aos direitos dos trabalhadores.

transforma em conservação (e tentativa de melhoria) do *status* socioeconômico (2013, p. 267).

Dessa maneira, as contradições, o conflito de classes, resultam inscritas, ontologicamente, na reprodução do ser social. Não se trata, tal como idealizam algumas correntes liberais, da “criação” “ideológica” da contradição entre as classes sociais (algumas defendem até mesmo a inexistência delas). A contradição é imanente a esse tipo de sociedade, pois a permanência, a conservação e o próprio aprimoramento deste tipo de ordenamento social, por si só, significa a manutenção e ampliação das relações que se definem pela exploração do homem pelo homem.

Por esse motivo, as reformas (tomadas em um sentido genérico, não ligado diretamente ao debate do “reformismo”) que resultem no aprimoramento das sociedades de classes, no limite último e ressalvadas situações peculiares, confluem para a manutenção desse tipo de formação social e econômica.

A classe diretamente interessada na erradicação desse tipo de sociedade torna-se, como pudemos concluir a partir da citação acima, potencialmente “inimiga”, pois seu interesse histórico é a transformação radical da totalidade social, ainda que esse interesse não esteja na “ordem do dia” das disputas políticas mais imediatas. A classe dominante, interessada na manutenção de seus interesses, passa a se apresentar como a classe portadora dos interesses “da sociedade”, “da ordem”, tomada nesse sentido genérico e mistificador, acusando a classe revolucionária de ser a representante da “desordem”, do “caos”, da “desagregação”. Os embates políticos e ideológicos na sociedade burguesa são pródigos na exemplificação dessa determinação ontológica e podem ser encontrados em vários momentos da obra de Marx²⁴.

24 Encontramos esse tipo de problematização em: A ideologia alemã (2007), Manifesto Comunista (2010), As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (2012), O

No fundo, a categoria da ideologia sofre uma importante inflexão com as sociedades de classes. Essa inflexão nem sempre foi corretamente compreendida por algumas vertentes da tradição marxista, principalmente aquelas ligadas, de alguma maneira, ao mecanicismo stalinista ou ao materialismo vulgar. Tais correntes de pensamento, geralmente, reduzem a categoria da ideologia a mero epifenômeno mecânico, derivado diretamente das características da produção material.

Isto equivale à negação filosófica da própria categoria da ideologia, pois esse tipo de concepção mecanicista afirma que ela não possui uma existência própria. Segundo ela, a tarefa da razão seria bastante se, tão somente, capturasse a estrutura econômica, porque, no limite, todos os fenômenos referentes à ideologia derivariam automaticamente das estruturas do ordenamento econômico.

Outra tendência apresentada pela tradição marxista na apreciação da ideologia, de alguma maneira herdeira do assim chamado “marxismo-leninismo”, consiste nas derivações do debate althusseriano. Louis Althusser reúne algumas anotações sobre a ideologia em *Sobre a reprodução* (2008) e em *Aparelhos ideológicos de Estado* (1985). O autor reivindica que suas exposições consistem em uma sistematização do pensamento de Marx, muito embora o filósofo alemão seja acusado, vez por outra, de positivista.

Nessas obras, a ideologia é tratada com um grau tão elevado de formalização que o autor chega a concluir que “a ideologia não tem história” (2008, p. 198), que “a ideologia é eterna” (2008, p. 198), e até mesmo: “A ideologia é pura ilusão, puro sonho, isto é, nada” (2008, p. 196). Ou, no mesmo sentido, postula literalmente sua fórmula: “[...] admitindo que elas (as ideologias – JMAS) não

18 brumário de Luís Bonaparte (2011 a), e em A guerra civil na França (2011 c), Grundrisse (2011 b), O Capital (1985 a), entre outros.

correspondem à realidade e que então elas constituem uma ilusão [...] (ideologia = ilusão/alusão)” (1985, p. 86).

Contra Althusser, Mészáros se posiciona firmemente em *O poder da ideologia*: “Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (2004, p. 65).

Althusser não dedica essa visão mecânica e unilateral apenas à ideologia, que, a partir de sua interpretação, sequer é uma categoria, pois não possui existência própria. A ideologia recebe um tratamento coerente com a maneira geral segundo a qual o pensador francês opera o seu próprio marxismo. A reprodução social, por exemplo, segundo sua concepção, é a mera reposição da base e da superestrutura, interpretadas literal e estreitamente. A mesma lógica é dedicada aos demais – no caso de Althusser – conceitos.

É oportuno lembrar, ao debater essa questão em particular, a discussão de Ludovico Silva, em *O estilo literário de Marx* (2012), segundo a qual é importante colocar em perspectiva determinadas expressões utilizadas por Marx ao longo de sua obra. Segundo Silva, Marx era leitor assíduo da literatura clássica e contemporânea de seu tempo. Esse arsenal lhe conferiu, além das demais dimensões, um estilo literário próprio, que permitia ao filósofo alemão elaborar grandes sínteses de pensamento e expressá-las em imagens condensadoras.

As imagens de sínteses: base e superestrutura, fetichismo, entre outras, precisam ser tematizadas, recuperadas racionalmente mediante os processos reais que elas integram. Silva percebe e critica as tendências que costumam transformar as metáforas de Marx em explicações últimas da realidade, formalizando as categorias em significados estanques.

Evidentemente, Silva não indica a diluição meramente literária das metáforas de Marx, mas tão somente a impossibilidade de

substituir a história pelas metáforas. Ao que parece, Althusser incorre numa interpretação literal e pouco aprofundada dessas imagens elaboradas pelo filósofo alemão. Segundo Silva:

Com as metáforas de Marx ocorreu uma confusão monumental, e tão arraigada que atualmente se torna muito difícil esclarecê-la; se as suas teorias e ideias passaram a ser hoje, para muitos, meras *crenças*, inversamente as suas principais metáforas passaram a ser explicações (2012, p. 13).

Mais adiante, o autor afirma: “A linguagem de Marx é, neste sentido, o *teatro* da sua dialética” (2012, p. 46). Em sintonia com Ludovico Silva, temos Lukács afirmando:

[...] seria uma simplificação extremamente equivocada se [...] fôssemos simplesmente identificar essência com economia, fenômeno como superestrutura. Pelo contrário. A linha divisória entre essência e fenômeno atravessa pelo meio da esfera puramente econômica [...] para quem age, essência e fenômeno constituem uma unidade indivisível em sua imediatidade (2013, p. 492).

114

Retornando à argumentação principal, o problema de fundo que unifica essas interpretações mecanicistas, e outras que sejam similares, reside na identificação unilateral do fenômeno ideológico como *falsa consciência*, como mistificação, como inversão do real a partir dos interesses mais imediatos da classe dominante. Há uma equalização entre a categoria da ideologia e a produção de explicações as mais falsas e míticas possíveis.

Em paralelo, estabelece-se um critério positivista-gnosiológico como critério “científico” que possibilita a desmistificação das “ideologias”. Isto é, a ciência teria a função de desvendar a realidade tal como ela é – num processo desantropomorfizador – e ao mesmo tempo revelar a falsidade de todas as narrativas “ideológicas” sobre o objeto em questão.

Vale ressaltar, neste particular, que a concepção de ideologia adotada por conservadores contemporâneos equaliza o fenômeno ideológico e a mistificação. Para eles, a crítica da sociedade vigente é sinônimo de manipulação ideológica. Não é outro o sentido das afirmações de Gerhart Niemeyer:

Mais tarde, Karl Marx (1818-1883) dedicou todo um livro ao que chamou de “A Ideologia Alemã”, com a intenção de caracterizar a filosofia alemã de seu tempo como um pensamento falso, que ocultava interesses indignos. Quando o comunismo, o fascismo e o nacional-socialismo apareceram no palco global, tínhamos a sorte de possuir essa palavra para distinguir a filosofia do sistema de ideias dos aventureiros políticos. Aventureiros eram todos aqueles que presunham que, caso lhes fosse dado o poder político total, seriam capazes de mudar não só as leis e instituições mas, de fato, o próprio ser, incluindo-se aí a natureza e o destino do homem (2014, p. 456).

115

Como se pode notar, o conservadorismo aboliu a categoria ontológica da alternativa, e incorporou uma noção de ideologia que julgou retirar do próprio marxismo. Conforme será típico do conservadorismo da contemporaneidade, em Niemeyer comparece a identificação sumária das experiências nazifascistas e socialistas.

Ciência e ideologia, verdade e mentira, seriam os dois polos opostos e irreconciliáveis do processo de conhecimento, numa clara acepção positivista. Quanto mais avançaria a ciência, nessa concepção, tomada em sua suposta neutralidade axiológica, menor seria o espaço restante para as ideologias, identificadas a mentiras ou ilusões.

A categoria da ideologia pode se expressar também como *falsa consciência* nas sociedades de classes, por outro lado, sua função ontológica não se identifica nem reduz apenas a essa dimensão. Há momentos em que uma ideologia nem sempre coincide com

falsa consciência – frequentemente a ciência é ideológica, sem deixar de ser ciência – e não necessariamente toda *falsa consciência* se constitui como ideologia.

Lukács admite essa questão da seguinte maneira: “Porém, verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. [...] nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia [...]” (2013, p. 467). E se constituirão como ideologia no momento em que se converterem em mediação operativa para o enfrentamento das contradições e conflitos sociais “[...] de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (2013, p. 467). Por isso, é correto, adequado e coerente, tratar o conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, como ideologia. O autor acrescenta:

[...] há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias, em segundo lugar, aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência. Por essa razão, só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais. (2013, p. 481).

Isso porque o critério definidor do processo ideológico não pode ser meramente gnosiológico. Não se define a ideologia mediante a identificação da veracidade ou falsidade de um conjunto de ideias. Há muitos exemplos na história em que um conjunto de ideias inteiramente falsas não reverteu a atuação objetiva das classes em defesa de seus interesses²⁵. “[...] pontos de vista morais (convicção

25 A pergunta retórica de Marx permite visualizar a função social que falsas ideias podem cumprir como força material em uma dada formação econômica: “Acaso o velho Moloque não reinou de fato? O Apolo de Delfos não era um poder real na vida dos gregos?” A essas perguntas de Marx, que desautorizam as afirmações

sincera ou demagogia cínica etc.) não entram diretamente em questão como critérios do que é ideologia” (2013, p. 506).

Do mesmo modo: “No campo de ação de possibilidades de uma situação de crise também cabe o falso, o retrógrado, o sofisticado” (2013, p. 542). O que caracteriza a categoria da ideologia é uma determinada função social e, por isso, só pode ser corretamente definida à luz de critérios ontológicos. O conservadorismo cumpre todas as funções do processo ideológico. Lukács demarca esse ponto nos seguintes limites:

[...] é errado abordar questões ideológicas com critérios gnosiológicos. Porque, nesse campo, não se trata de fazer uma separação abstrata de verdadeiro e falso [...], mas de verificar se o ser-propriadamente-assim de um espelhamento eventualmente falso é constituído de tal maneira que se torna apropriado para exercer funções sociais bem determinadas [...] (2013, p. 498).

117

E, à frente, temos:

[...] o critério para a função e o significado históricos da ideologia não reside na correção cientificamente objetiva do seu conteúdo, como espelhamento fidedigno da realidade, mas no modo e na direção do seu impacto sobre as tendências que puseram o desenvolvimento das forças produtivas na ordem do dia (2013, p. 505).

A consequência dessas determinações da categoria da ideologia é sua íntima relação com a práxis política, ou, no dizer do filósofo, a

de Althusser, para quem a ideologia é “mero sonho”, Lukács acrescenta uma afirmação esclarecedora: “Pode-se até caracterizar Moloque e Apolo como ‘asneiras’ no sentido gnosiológico, mas, na ontologia do ser social, eles figuram como poderes realmente operantes – justamente como poderes ideológicos” (2013, p. 481). Como se pode notar, essa determinação ontológica da ideologia, acrescida da pergunta metodológica de Marx, fornece uma base teórico-metodológica segura para problematização de qualquer fenômeno ideológico.

“ideologia política” (2013, p. 564). Tal como o trabalho é um pôr teleológico que insere novos nexos causais, resguardadas as devidas proporções, a ideologia apenas tem sentido se influencia as escolhas dos indivíduos e mobiliza, organiza, segmentos da população que podem ser decisivos na resolução dos conflitos.

A qualidade desses conflitos não pode ser abstratamente definida. Somente a história, em cada momento concreto, coloca as necessidades objetivas a serem enfrentadas pelos homens de seu tempo. É por isso que a ideologia, incluindo o conservadorismo, na qualidade de pôr teleológico de segundo grau, requisita colocar em movimento pessoas, forças sociais, em uma dada direção, com determinados objetivos.

A forma mais evidente da ideologia, nas sociedades de classes, é a práxis política, segundo o pensamento lukacsiano²⁶. A filosofia²⁷, a ciência e a arte expressam outras formas igualmente ideológicas de tomada de consciência das contradições do ser social. Lukács costuma designar a filosofia e a arte como *ideologias*

118

26 A mesma conclusão é extraída por Ester Vaisman e Ronaldo Fortes a partir de suas leituras dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (2010). Dizem os autores: “A dinâmica inerente às interações categoriais do trabalho não apenas instaura a gênese do ser social, como também determina a dinâmica das formas superiores da sua prática. Nas etapas superiores da sociabilidade, essas formas de teleologia (secundárias, cujo objeto é a consciência dos homens – JMAS) tornam-se ‘desmaterializadas’, uma vez que se desvinculam da relação direta com o momento material da prática social, assumindo papel preponderante na dinâmica do processo social. São elas que mais tarde darão origem a dimensões importantes da prática social, tais como a ética e a ideologia. É por meio delas – e esta é uma questão crucial para Lukács – que podemos vislumbrar a gênese das ações políticas” (2010, p. 25, grifos nossos). É possível complementar essas indicações com o que assinala Ester Vaisman em *A ideologia e sua determinação ontológica* (2014).

27 “[...] toda filosofia significativa está empenhada em oferecer um quadro geral do estado do mundo [...]” (2013, p. 555).

puras, com o objetivo de diferenciá-las de formações ideológicas momentâneas, esporádicas ou destituídas de uma linha de continuidade que atravessasse os séculos.

Ao contrário destas, filosofia e arte acompanham o desenvolvimento do ser social em seu crescente processo de auto-humanização – a primeira, articula indivíduo e generidade, a segunda, dá vida às particularidades do humano em sua dimensão de individualidade genérica (antromorfização). Filosofia e ciência (desantromorfização) indicam a gênese, o desenvolvimento e as tendências histórico-universais possíveis para a totalidade social e a arte²⁸ expressa os dilemas específicos do homem em sua particularidade e singularidade²⁹.

No caso das ideologias, as cadeias causais acionadas geralmente são muito mais amplas, imprevisíveis e incontroláveis em relação às cadeias causais acionadas pelo trabalho. A razão disso é o fato de que o objeto do pôr teleológico ideológico são subjetividades (LUKÁCS, 2013). Sobre esse ponto, a história é igualmente pródiga em exemplos³⁰.

119

28 “E a grande arte formula as suas questões num patamar parecido de intenção voltada para a generidade, com a diferença de que nela vêm para o primeiro plano, como polo oposto complementar concretizador, aqueles tipos de individualização do homem cujas atitudes e ações na crise atual podem liberar em termos histórico-universais a intenção voltada para a generidade” (2013, p. 555).

29 “Passa-se, portanto, ao largo da essência e da grandeza da filosofia e da arte quando não se confere importância central à prioridade dessa sua função de oferecer respostas a crises” (2013, p. 556).

30 A ideologia fascista, por exemplo, inicialmente surgiu para dirimir conflitos na Itália. Mas sua influência alcançou países latino-americanos e europeus, que modificaram, ampliaram e inseriram, por sua vez, suas próprias necessidades na ideologia. A ideologia neoliberal pode ser igualmente citada. Elaborada como contraponto às teses marxistas, de um lado, e keynesianas, de outro, ganhou impulso e repercussão mundial como forma de enfrentamento da crise do capital que se instalou a

A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, [...], a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática). (2013, p. 520).

O filósofo húngaro deixa claro, com essas anotações, que o processo ideológico, na condição de mediação privilegiada para resolução de conflitos objetivos, pode assumir a forma da defesa do padrão de desenvolvimento social estabelecido. Nessa situação, o resultado é uma ideologia conservadora em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, sendo esse o caso particular do *conservadorismo*.

Ou seja, o *conservadorismo*, seja clássico ou contemporâneo, desse ponto de vista ontológico, é uma vertente dentre outras possíveis no campo amplo das ideologias conservadoras que atuam em defesa da preservação das relações sociais capitalistas, organizando movimentos, grupos e indivíduos. Como ideologia que emerge na crise, o *conservadorismo* chama para si a função de centro irradiador da defesa da sociedade burguesa. O antagonista estrutural do *conservadorismo* é o movimento comunista revolucionário, não o fascismo ou o “totalitarismo”, pois seu interesse é a transformação radical da sociabilidade burguesa, viabilizando a emancipação humana.

A ideologia cumpre a função de generalização ideal das condições materiais da existência das classes, elevando as contradições ao patamar da luta política e à luta revolucionária. Isso porque “[...] ser ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo, muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser” (2013, p. 564).

partir da década de 1970. A influência da ideologia marxista, ainda que nuançada por interpretações próprias, sobre movimentos revolucionários, de libertação nacional, operários ou reformistas, em todo o mundo, é outro componente ilustrativo.

A ideologia opera a síntese entre o acúmulo das insatisfações sentidas espontaneamente pelas classes dominadas e a elevação dessas insatisfações ao patamar de atos ou movimentos políticos organizados segundo um projeto de classe. Este é o movimento de politização das contradições de classe, no qual é possível que a classe revolucionária, por meio de seu projeto, adquira o apoio das classes de transição, em seus segmentos intelectuais, lideranças ou mesmo sujeitos singulares.

Essas generalizações de orientação político-prática, embora inflamadas nos seus pontos de partida individuais por estímulos intelectuais e emocionais, constituem o meio pelo qual a práxis política pode extrapolar o interesse imediato de classe e transformar-se num movimento universal também do ponto de vista social. (2013, p. 521).

121

E para demonstrar a operação de síntese que a ideologia opera entre os sujeitos singulares e as tendências histórico-universais, criando as possibilidades de suspensão do cotidiano e o engajamento nas lutas decisivas de um período histórico, Lukács se expressa assim:

O fator subjetivo da história consegue desenvolver todo o seu potencial para o enfrentamento e a resolução dos conflitos só quando, por um lado, a insatisfação meramente imediata com as condições sociais dadas, a oposição contra elas, chega também teoricamente à negação da sua totalidade e quando, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece só como mera crítica da totalidade do existente, mas também se torna capaz de converter em práxis as concepções obtidas, ou seja, de elevar a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia. (2013, p. 523).

Com essas observações, consoantes com a 11^a tese sobre Feuerbach, de Marx, Lukács faz notar que a unidade indissociável entre teoria e práxis é um dos pilares da concepção revolucionária de

mundo. Evidentemente, nem toda situação revolucionária culmina num processo revolucionário.

A ideologia desempenha papel decisivo na preparação subjetiva da classe revolucionária para conduzir o processo de superação da ordem estabelecida, resistindo aos influxos da reação. E o processo revolucionário é o portador objetivo e histórico da possibilidade da formação dos novos indivíduos, em conformidade com a nova totalidade social.

Totalidade e indivíduo que compõem, conforme o pensamento lukacsiano, os dois polos da reprodução social. “[...] individualidade e generidade como estrutura básica da práxis, da consciência que a norteia, acompanha e dela decorre” (2013, p. 535), afirma o filósofo. É por essa razão que, por exemplo, após a conclusão do processo revolucionário burguês e a constituição da sociedade do capital, as novas subjetividades constituíram-se, predominantemente, como subjetividades burguesas, e não mais feudais, escravistas ou primitivas.

Lukács passa a afirmar dois sentidos para a categoria da ideologia. Um, restrito, significando a elevação das contradições sociais à consciência, contribuindo para o enfretamento final dessas contradições na forma das lutas políticas. A ideologia em sentido restrito diz respeito ao fenômeno ideológico típico das sociedades de classes, onde as contradições são antagônicas e as posições assumidas pelas classes apresentam-se como projetos para a totalidade social.

Em toda sociedade de classes, os interesses antagônicos das classes cristalizam-se em ideologias. A classe dominante mantém interesse direto na preservação do tipo de sociedade que mantém sua posição exploradora, identificando a classe revolucionária como “inimiga da sociedade”³¹.

31 Marx sublinhou essa determinação em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: “Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no

O outro, amplo, significa a atividade vital da formulação e generalização dos problemas que confrontam e ameaçam a humanidade tomada como gênero. Significa a formação de uma concepção de mundo que atribui sentido, significado e justificativa cotidianos para as escolhas alternativas dos indivíduos e grupos.

Essas escolhas podem estar mais perto ou mais longe das formas superiores da ideologia, como a práxis política, a filosofia ou a arte. Em nenhum dos dois sentidos estabelecidos por Lukács para a categoria da ideologia, comparece o critério gnosiológico que atua nas correntes filosóficas influenciadas pelo positivismo³².

Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles 'salvaram' a sociedade dos 'inimigos da sociedade'. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: '*Propriedade, família, religião, ordem*', instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: '*Sob este signo vencerás*'" (2011 a, p. 36). Nessas condições, há uma tendência ao recrudescimento das ideologias conservadoras e uma crescente intolerância em relação a quaisquer pautas civilizatórias. Marx afirmou essa determinação nos seguintes termos: "A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanism, da mais banal democracia é simultaneamente punida como 'atentado contra a sociedade' e estigmatizada como 'socialismo'" (2011 a, p. 36, 37).

- 32 Para Ester Vaisman e Ronaldo Fortes, o pensamento de Lukács oferece uma base teórica sólida para o combate ao predomínio neopositivista que impregna a produção de conhecimento na contemporaneidade. Além disso, a ontologia do ser social permite delinear com clareza os princípios históricos que conformam a unidade de indivíduo e totalidade, subjetividade e generidade, teoria e práxis, sujeito e objeto. Segundo os autores: "O combate sugerido por Lukács ao predomínio das reflexões lógico-epistemológicas tem, portanto, a perspectiva que concilia a posição teórica com a necessidade prática. Contra o predomínio manipulatório a que se viu reduzida a ciência no mundo do capital, a ontologia recoloca o problema filosófico essencial do ser e do destino do homem. A

[...] o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral. Em síntese: o surgimento e a disseminação das ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes. (2013, p. 472).

A atual sociedade de classes, capitalista, tem nas crises um de seus momentos fundamentais. Marx e a melhor tradição marxista oferecem abundantes indicações de que as crises são processos iminentes à dinâmica da acumulação, validando a afirmação sintética segundo a qual o capitalismo é crise. As crises cumprem funções específicas para a acumulação de capital.

124

Ao tempo em que desvalorizam os valores – da força de trabalho, dos salários, dos meios de produção, das mercadorias, de alguns setores capitalistas – destrói forças produtivas, incrementa a superpopulação relativa e intensifica o processo de centralização do capital. Nesse sentido, o sistema do capital, para utilizar a precisa expressão de István Mészáros (2006), é instável. Exige uma permanente defesa ideológica de sua estrutura, isto é, a manutenção de um conjunto de ideologias – cujo arco vai da falsa consciência a conclusões científicas utilizadas na defesa do capitalismo – cujo objetivo final é a instauração de um consenso antirrevolucionário.

Demonstrar a impossibilidade da revolução, ou sua inadequação histórica, passa a ser um dos objetivos centrais das ideologias conservadoras e do *conservadorismo* em particular, tanto em sua gênese na modernidade, quanto em suas formas contemporâneas.

percepção da ontologia em Marx fornece a Lukács os elementos passíveis de estabelecer de uma vez por todas a ruptura com o predomínio da gnosiologia e da epistemologia em nossos tempos.” (2010, p. 20, 21).

Lukács afirma nos *Prolegômenos*:

Da fábula de Menênio Agripa, [...] até o ‘historicismo’ romântico subsequente à Revolução Francesa, constata-se essa linha, ainda que diferente em diferentes épocas, e que por fim culmina, ideologicamente, na tese segundo a qual as revoluções seriam, em sua essência, ‘a-históricas’, ou até ‘anti-históricas’. O histórico no ser foi, pois reduzido à evolução ‘orgânica’ socialmente sem atritos (2010, p. 280).

Para Mészáros, é fundamental realizar a crítica das ideologias conservadoras mediante a identificação das formas de operação do discurso ideológico, mediante seus mecanismos de produção e difusão, e, do mesmo modo, identificando a racionalidade, as potencialidades e a limitações “das formas ideológicas de consciência social” (2008, p. 9). Pois:

[...] as ideologias em luta de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária, através da qual as mais importantes classes da sociedade se relacionam e, de certa forma, até mesmo se confrontam abertamente, ao articular sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. (2008, p. 9).

A plasticidade das ideologias conservadoras permite abarcar desde posições radicais, como o neomalthusianismo e o neoliberalismo, até aquelas mais nuançadas e pretensamente progressistas, como a sociologia giddensiana ou a teoria política de Norberto Bobbio – e seu *Elogio da serenidade* (2011).

No Brasil, um exemplo dessa posição pode ser tomado a partir da mais recente publicação de um conhecido intelectual: Luiz Carlos Bresser-Pereira e o seu *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência* (2014), no qual tenta fundamentar sua ideia de que um novo projeto desenvolvimentista é a alternativa mais eficaz para a retomada do

desenvolvimento econômico brasileiro. Para ele, o “novo desenvolvimentismo”³³ é a única saída viável contra o receituário liberal ortodoxo, predominante nos anos 1990, segundo ele.

Mészáros³⁴, atento à capacidade consensual das ideologias conservadoras – capacidade derivada do fato de estarem as ideologias conservadoras resguardadas por uma complexa estrutura jurídica e política que permite o distanciamento relativo das contradições decisivas entre as classes sociais fundamentais – escreveu:

É claro que a ideologia dominante tem interesse patente na preservação do *status quo*, no qual mesmo as desigualdades mais clamorosas estão “estruturalmente” entrincheiradas e protegidas. Portanto, ela pode se permitir ser “consensual”, “orgânica”, “participativa” e assim por diante, reivindicando, desse modo, também a racionalidade auto-evidente da “moderação”, “objetividade” e neutralidade ideológicas (dominantes). (2008, p. 8).

126

33 O “novo desenvolvimentismo” tem sido objeto privilegiado de análise crítica por parte de intelectuais ligados à profissão de Serviço Social. Entre outros, Ana Elizabete Mota enfrenta esse debate em *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade* (2012) e Rodrigo Castelo, em *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal* (2013).

34 Sobre a função social da ideologia, Mészáros corrobora a posição lukacsiana, descartando critérios gnosiológicos para definição da categoria da ideologia: “[...] seria ilusória a tentativa de explicar a ideologia meramente pelo rótulo de ‘falsa consciência’, pois o que define a ideologia como ideologia não é seu alegado desafio ‘à razão’, nem sua divergência em relação às normas preconcebidas de um ‘discurso científico’ imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade. As funções complexas da ideologia surgem exatamente dessa situação, não sendo minimamente inteligíveis em termos de critérios racionalísticos e cientificistas abstratos a ela contrapostos, o que constitui meramente uma petição de princípio” (2008, p. 8).

Essas colocações de Mészáros iluminam os mecanismos através dos quais as ideologias conservadoras podem se apresentar como referências ideais em defesa da ordem e da sociedade estabelecidas, cujos recursos políticos se limitariam à serenidade, à prudência, à virtude, ao equilíbrio, ao consenso, à colaboração.

O confronto, o conflito, as contradições, são ideologicamente identificados como elementos pertencentes aos “inimigos da sociedade”³⁵, exatamente os sujeitos e as classes revolucionárias. Mas as ideologias conservadoras só podem se apresentar como arautos da prudência e do discurso pacificador³⁶ porque sua posição pressupõe a violência estrutural já estabelecida, que mantém e reproduz a estrutura de classes.

É, pois, de se esperar, uma vez definida a natureza da ideologia, que as necessidades de reprodução social apareçam, no âmbito das ideologias conservadoras, como necessidades de conservação e aprimoramento da forma capitalista de produção. Pois a reprodução social, na aparência mais imediata, é ideologicamente identificada como variante direta da manutenção da estrutura produtiva vigente.

Somente preservando a forma vigente de produção de riqueza, argumentam as ideologias conservadoras, é possível manter e ampliar a continuação da sociedade. Esta é a consciência social efetiva, prática, imediata, desprovida de crítica, que emerge da aparência do modo de produção capitalista e é universalizada pelas ideologias conservadoras. Para recuperar uma famosa colocação

35 Demonstrar que o marxismo é o “inimigo da sociedade” é o esforço de Karl Popper em *A sociedade aberta e seus inimigos* (1987). Na mesma trilha caminha Raymond Aron com o seu *O ópio dos intelectuais* (1980).

36 Uma abordagem crítica sobre a fraseologia do pacifismo burguês encontra-se no capítulo IX de *A não violência: uma história fora do mito* (2012), de Domenico Losurdo.

de Marx: “São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias” (1985 a, p. 73).

Nesse ponto, pode ser útil o critério definidor adotado por Mészáros a fim de esclarecer com maior precisão as posições ideológicas possíveis no interior das sociedades de classes. O autor define uma primeira posição como sendo a consagração acrítica da sociedade vigente. Nas suas palavras, essa posição ideológica: “[...] apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e glorificando a contiguidade do sistema dominante – não importa se problemático ou contraditório – como *horizonte absoluto* da própria vida social” (2008, p. 11).

Seria razoável alinhar dentro dessa grande referência ideológica – que é a predominante na sociedade burguesa – as correntes teóricas influenciadas pelos princípios liberais e o *conservadorismo* clássico e contemporâneo. Uma segunda grande tendência ideológica, conforme argumenta Mészáros, “[...] expõe, com êxito significativo, as irracionalidades da *forma específica* da sociedade de classe [...] mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social” (2008, p. 11).

É possível incluir nessa segunda grande tendência da ideologia nas sociedades de classes as variadas formas de críticas românticas ao capitalismo. Poderiam ser elencados, como ilustrações dessa posição, o existencialismo – duramente criticado por Lukács (1979) – os socialismos utópicos, as sociologias de inspiração socialdemocrata, as teorias políticas que tentam mesclar liberalismo e socialismo, além de muitas outras vertentes teóricas e intelectuais que realizam uma crítica moderada a elementos específicos do sistema do capital.

Por fim, como última grande referência ideológica possível na atual sociedade de classes, o autor aponta a ideologia que “[...]”

questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classes” (2008, p. 11). A pedra angular dessa posição ideológica é o pensamento de Marx, em sua condição de crítica mais radical e totalizadora até agora produzida contra o modo de produção capitalista.

Ao lado do pensamento de Marx, podem ser situados os mais profícuos continuadores de sua obra, revolucionários e intelectuais revolucionários³⁷. Segundo Mészáros: “[...] não é de forma alguma casual que o maior trabalho de Marx tenha como subtítulo *Crítica da economia política*: isto é, a crítica de um corpo de doutrinas nas quais estão coerentemente conceituados os pontos mais vigorosos do sistema capitalista” (2008, p. 13).

Tendo em vista esses critérios, é possível situar as raízes do discurso ideológico conservador, e do *conservadorismo* em particular. Seus apelos pelo resgate, pela unidade, coesão social, cumpram uma função aglutinadora, mobilizadora e organizativa dos interesses sociais mais imediatos das classes dominantes, geralmente indicando “inimigos” a combater³⁸. Em consonância, essas ideias terminam por comparecer, também, nas formas mais elevadas de ideologia, isto é, na práxis política, na filosofia e na arte. O confronto com as ideologias conservadoras passa, portanto, também pelo enfrentamento teórico de suas formulações. De acordo com Mészáros:

37 E aqui, “A questão não é opor ciência à ideologia numa dicotomia positivística, mas estabelecer sua unidade praticamente viável, a partir da nova posição de vantagem histórica do projeto socialista” (2008, p. 12).

38 Mészáros faz notar, em *O poder da ideologia*, que até mesmo nas definições de dicionários ingleses, os termos “conservador” ou “liberal” são significados com adjetivos positivos, enquanto o termo “revolucionário” recebe designações tais como “enfurecido, extremista, fanático, radical, ultra” (2004, p. 57).

[...] mesmo suas variantes mais agressivas – do chauvinismo ao nazismo e às mais recentes ideologias da ‘direita radical’ – devem reivindicar a representação da maioria esmagadora da população contra o ‘inimigo’ externo, as minorias ‘eticamente inferiores’, o assim chamado ‘bando de agitadores’ que, supostamente, são a causa de greves, inquietação social e assim por diante (2008, p. 12).

Dessa maneira, há uma tendência de unificação, que não é direta, nem imediata, entre as consequências sociais das ideologias conservadoras – o *conservadorismo* incluído – e as formas político-econômicas de radicalização da luta política em torno de pautas de “extrema-direita”, ou fascistas.

No preciso sentido da unificação do projeto conservador em defesa da sociedade vigente e a indicação dos “inimigos” a combater – imigrantes, comunistas, grupos étnicos, indigentes; a lista pode se estender –, as ideologias conservadoras tendem a criar laços e aproximações de unidade com movimentos de “extrema-direita”³⁹.

Diante do exposto, trataremos do *conservadorismo*, neste estudo, particularizando-o como uma das ideologias conservadoras produzidas pela sociedade burguesa, com o objetivo de realizar a defesa da sociedade vigente. Como ideologia da crise, o *conservadorismo*, inserido na primeira das grandes tendências ideológicas delineadas por Mészáros, cumpre a função de aglutinar as forças heterogêneas da classe dominante em torno de um projeto unificado de sociedade, que, no limite, pode apresentar elementos políticos e culturais aproximados à extrema-direita.

No âmbito da reprodução social, o *conservadorismo* eleva, por intermédio do fetiche, as características da sociedade burguesa à condição de máxima expressão possível da humanidade. O fetiche,

39 Historicamente, essa foi uma das funções cumpridas pelo regime bonapartista na França, por exemplo.

por sua vez, é um dos elementos constitutivos da categoria reificação, própria do modo de produção capitalista. Segundo José Paulo Netto, “Pensar a problemática da reificação é, necessariamente, pensar a problemática da alienação e do fetichismo” (2015, p. 21).

As ideologias conservadoras, é razoável concluir, compõem o tecido das tendências histórico-universais do modo de produção capitalista e o conservadorismo, uma sua particularidade, entre outras inversões e abstrações próprias desse modo de produção, que reproduz um cotidiano profundamente marcado por relações reificadas.

Nossa discussão se concentra, a partir deste ponto, sobre os fundamentos materiais da gênese e consolidação do modo de produção capitalista, a mais elevada expressão das sociedades de classes até então surgida. Com isso, nosso objetivo central é lançar as bases teóricas para estabelecer uma contraposição à concepção de Edmund Burke sobre o período revolucionário. Para ele, a explicação para as transformações desencadeadas a partir de 1789 reside na “decadência moral” da França (2014)⁴⁰. O campo da moralidade e sua decadência, para o conservador, abriga os motivos essenciais das mudanças sócio-institucionais da França revolucionária.

Com base no pensamento de Marx, procuramos argumentar que, ao contrário do que afirma Burke, a construção de um sistema social, político e econômico correspondente aos imperativos do capital foi o impulso ontológico que requisitou a transformação radical da sociedade medieval. Esses elementos da interpretação marxiana, presumimos, são indispensáveis para preparar uma imersão crítica sobre a formação do pensamento conservador, sobretudo a partir das “*Reflexões*” de Edmund Burke, obra na qual a questão da moral assume centralidade explicativa para os problemas abordados pelo autor.

40 Esse tema será debatido com vagar no segundo capítulo desta tese.

Mediações entre o modo de produção capitalista e a fundação do conservadorismo como pensamento político-social

Conforme vimos anteriormente, o trabalho, categoria fundante do ser social e a reprodução social, momento predominante das sociedades constituídas, adquirem novas qualidades e características a partir do surgimento das classes sociais e da divisão social do trabalho. A ideologia, na qualidade de categoria ontológica do ser social, também se modifica e é cindida. De um lado, há uma tendência à formação das ideologias conservadoras, dentre as quais o conservadorismo é uma particularidade. De outro, as ideologias revolucionárias.

A constituição da sociedade burguesa, especificamente, resulta de um processo revolucionário que foi preparado no decorrer de séculos de “acumulação primitiva”. Eric Hobsbawm afirma que essa “Foi uma era de superlativos” (2006, p. 409). A ascensão da burguesia como classe social dominante e a instauração do modo de produção capitalista destituíram a regência secular do antigo regime – feudal – sobre as relações sociais⁴¹. Ponto alto desse

132

41 Evidentemente, estas anotações não pretendem desconsiderar a existência de relações sociais milenares e tradicionais que transcorriam concomitantemente ao regime feudal – majoritariamente europeu. Tais relações eram tipicamente marcadas pelo modo de produção primitivo, nas sociedades tribais africanas e americanas, e pelo modo de produção asiático, nas sociedades orientais – geralmente organizadas em dinastias. O enfoque sobre a ascensão do capitalismo nas sociedades europeias decorre de uma questão de método, pois, do ponto de vista histórico-universal, o modo de produção capitalista subsumiu à sua lógica de acumulação os demais modos de produção. Essa subsunção ocorreu ao longo dos três séculos que se seguiram após o processo da revolução industrial, por meio da colonização econômica, ou através de guerras de expansão territorial – que incluem a destruição em massa das forças produtivas dos países derrotados. De acordo com o que foi enfatizado no primeiro capítulo, foi a

processo foi a Revolução Francesa de 1789 e suas consequências econômicas, políticas e culturais.

Não é exagero lembrar que essa revolução foi antecedida, do ponto de vista histórico, pela chamada “Revolução Gloriosa” inglesa de 1688 – a mais moderada e negociada desse período – e pelo processo de Independência das 13 colônias inglesas na América do Norte – que fundou os Estados Unidos – a partir de 1776, conhecido como Revolução Americana.

O saldo dessas revoluções, do ponto de vista histórico-universal, foi a instauração do Estado Nacional como unidade territorial e política unificada, o trabalho assalariado como forma predominante para a produção de riqueza e a acumulação de capital como finalidade última da economia e da política.

133

Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a chamada Revolução Industrial – cujo centro irradiador é a Inglaterra do século XVIII, seguida de perto pelos demais países em que ocorreu a subsunção real do trabalho ao capital⁴², na Europa e América do Norte⁴³ – lançou os fundamentos econômicos que exigiram essas mudanças substantivas nas relações de produção.

constituição do mercado mundial capitalista que unificou, pela primeira vez na história, a humanidade como gênero humano. Segundo Marx: “[...] a era capitalista só data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo [...]” (1985b, p. 263).

42 A categoria *subsunção formal* e *subsunção real do trabalho ao capital* são fundamentais para a análise crítica de Marx sobre o modo de produção capitalista. O processo histórico pelo qual o capital adquiriu o comando sobre o trabalho, reorganizando o processo de trabalho na cooperação, na manufatura e, por fim, na Grande Indústria – quando o processo se completa –, é exposto por Marx nos capítulos XI, XII e XIII de *O Capital* (1985a, 1985b).

43 Hobsbawm adverte que: “[...] a revolução britânica foi precedida por, pelo menos, 200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, que lançou seus alicerces. Ao contrário, por exemplo, da Rússia dos sécs. XIX ou

Para reter as indicações de Weffort, é razoável admitir que:

[...] a marca mais forte do pensamento político do século XIX é a de refletir sobre a época europeia criada pela Revolução Francesa e sobre a sociedade criada, primeiro na Inglaterra e depois em toda a Europa ocidental, pela primeira Revolução Industrial. Se as revoluções inglesas abrem o caminho do liberalismo, a Revolução Francesa o consolida. E a Revolução Industrial assinala o surgimento de uma sociedade nova, apoiada na “maquinofatura” [...] (2006, p. 7, 8).

O movimento histórico que precedeu esse período revolucionário foi analisado por Marx no capítulo XXIV de *O Capital* (1985 b). Nesses escritos, Marx recusa as explicações dos pensadores liberais em torno de uma suposta “acumulação primitiva”. Confrontado com a necessidade de fornecer esclarecimentos sobre a exponencial concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos indivíduos, fenômeno típico da sociedade burguesa, o pensamento liberal formula explicações fantasiosas em torno de uma suposta conduta moral que teria permitido uma acumulação originária de capital.

134

XX, a Grã-Bretanha ingressou preparada na industrialização, e não praticamente despreparada. Contudo, a Revolução Industrial não pode ser explicada em termos puramente britânicos, pois esse país fazia parte de uma economia mais ampla, que podemos chamar de ‘economia europeia’ ou ‘economia mundial dos Estados marítimos europeus’. A Grã-Bretanha fazia parte de uma ampla rede de relacionamentos econômicos integrada ainda por várias áreas ‘adiantadas’, algumas das quais eram também áreas de industrialização potencial, e por áreas de ‘economia dependente’, como também pelas margens de economias estrangeiras ainda não envolvidas substancialmente com a Europa” (2013, p. 25). Mais adiante, na mesma obra, o historiador inglês procura explicitar as razões pelas quais a Revolução Industrial tem seu ponto de partida, especificamente, na Grã-Bretanha do século XVIII, fazendo desse território a primeira “oficina mecânica do mundo”.

Toda a concentração de riqueza seria então herdeira histórica legítima dessa “acumulação primitiva”, derivada do esforço pessoal de heroicos mercadores. O processo real, longe dessa idílica paisagem ideal, foi marcado por saques, pilhagens, rapinagem, “expropriação violenta da massa do povo” (1985 b, p. 266).

A consequência imediata foi a expulsão em massa dos camponeses, a apropriação privada burguesa dos meios de produção e a conseqüente formação do moderno proletariado. Esse foi o cenário amplo de desagregação do antigo regime, ou, se houver preferência: as pré-condições históricas do período revolucionário assinalado acima, onde há uma recomposição importante na estrutura de classes da sociedade emergente⁴⁴.

Não é possível subestimar a dimensão das transformações que ocorreram nesse período, envolvendo todos os níveis da vida social. Trata-se da emergência da modernidade, herdeira do iluminismo em suas várias vertentes – do racionalismo ao liberalismo, do socialismo utópico à dialética, do avanço no campo das ciências naturais e das lutas socialistas contra as condições de penúria que se instalaram nas primeiras fábricas modernas.

Hobsbawm (2006) procura sinalizar essas mudanças também por intermédio dos dados que expressam o incremento exponencial da produção de riqueza, em vários ramos da indústria: da mineração aos transportes em diferentes modais, da comunicação à metalurgia, da agricultura à tecelagem, em um processo ascendente de incorporação dos avanços das ciências à produção.

44 Hobsbawm registra que “[...] os rendimentos dos nobres dependiam cada vez mais da indústria, dos valores e das ações, e do desenvolvimento das fortunas da desprezada burguesia. Também as ‘classes médias’ tinham aumentado rapidamente”, ao passo que “A classe trabalhadora (incluindo o novo proletariado da fábrica da mina, da ferrovia etc.) naturalmente crescia de uma forma vertiginosa” (2006, p. 413, 414).

A contraface desse intenso desenvolvimento das forças produtivas é a pauperização absoluta e relativa do proletariado nascente, que constituía a parcela majoritária da população europeia, distante dos avanços civilizatórios registrados nos momentos iniciais do capitalismo. Tais avanços, contudo, foram rapidamente revertidos em função de sua lógica de acumulação.

É por essa razão que, por exemplo, a igualdade formal – jurídica e política – entre todos os cidadãos “perante a lei”, princípio que destituiu os privilégios da antiga nobreza, é rapidamente subsumida ante as condições objetivas produzidas pela desigualdade econômica, real e estrutural, entre as classes.

Além disso, com o avanço do capitalismo, a igualdade formal passa a servir como base social para a generalização do trabalho abstrato, uma vez que permite a equiparação dos valores como resultantes da atividade da força de trabalho livre e em iguais condições jurídicas. O capitalismo, portanto, requer a igualdade formal para vigência da lei do valor.

As ideologias conservadoras predominantes de então, o liberalismo político e o liberismo econômico – além do pragmatismo e do utilitarismo –, consentem no denominador comum segundo o qual o mercado é o protagonista do desenvolvimento socioeconômico e a garantia da livre-iniciativa individual é o requisito indispensável para o desenvolvimento dos países – uma ideologia certamente revolucionária se comparada ao obscurantismo teológico característico do mundo medieval. Para essa ideologia, o motor da sociedade reside no empenho diuturno de uma classe de homens decididos a se arriscar no mercado em busca de atividades produtivas e lucrativas.

Quanto à evidente pauperização dos trabalhadores, os ideólogos da burguesia afirmavam que ela “[...] não se devia às operações da nova sociedade burguesa, mas, pelo contrário, aos obstáculos que o velho feudalismo, a monarquia e a aristocracia ainda

colocavam no caminho da perfeita iniciativa livre” (HOBSBAWM, 2006, p. 411).

Em conformidade com a perspectiva de totalidade – não obstante o peso relevante de todas as transformações técnicas, econômicas, institucionais, políticas e socioculturais que redefiniram a sociabilidade em um ritmo acelerado e permanente – seria apropriado afirmar que o núcleo da modernidade reside na formação e consolidação das relações sociais capitalistas de produção.

A instauração do modo de produção capitalista imprimiu, de um lado, mudanças substantivas sobre o processo de trabalho e as formas de sua organização e, de outro, a constituição da dominação burguesa como classe social portadora de um projeto próprio de sociedade⁴⁵. Do ponto de vista histórico-universal, a mediação essencial desse processo – em função de sua continuidade – foi a universalização da relação de assalariamento.

As duas classes sociais fundamentais passam a se definir com maior nitidez: de um lado, burgueses enriquecidos o suficiente para comprar no mercado, recém-libertado das amarras feudais, meios de produção e força de trabalho – pouco importa nesse momento se a origem dessa burguesia fosse mercantil, industrial, latifundiária, financeira, herdeiros da nobreza feudal, ou outra⁴⁶. De

45 Marx assim se refere: “Se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, assim a reprodução aparece apenas como um meio para reproduzir o valor adiantado como capital, isto é, como valor que se valoriza” (1985b, p. 153). A reprodução a que o autor se refere, nesse particular, é a reprodução do capital no processo de valorização do valor, categoria distinta da *reprodução social*, que é mais abrangente.

46 Conforme afirma Marx, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: “[...] as distintas espécies de burgueses se dissolveram no burguês puro e simples, no gênero ‘burguês’”. (2011 a, p. 115).

outro, força de trabalho livre jurídica e politicamente⁴⁷, abundante e pauperizada, para quem a única alternativa de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho por um determinado período de tempo (a jornada de trabalho).

Igualmente, nesse momento, é secundária a nacionalidade dessa força de trabalho, bem como se sua origem é camponesa ou pequena proprietária empobrecida por dívidas, ou mesmo aprendizes sem contrato estabelecido, ou mestres artesãos subsumidos por comerciantes maiores, e assim por diante (sem mencionar a composição multifacetária do *lumpemproletariado*⁴⁸).

47 Marx anota uma síntese dessa relação: “O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *ficção jurídica* do contrato” (1985 b, p. 158). Mais à frente, temos: “O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (1985 b, p. 264).

48 Marx, contrariando o lugar comum em que recaem alguns de seus críticos, é consciente das contradições que envolvem o *lumpemproletariado*. O regime reacionário de Luís Bonaparte, na França, por exemplo, teve nessa classe social sua base de sustentação. Escrevendo sobre ele, Marx afirma: “Esse Bonaparte se constitui como *chefe do lumpemproletariado* [...]” (2011 a, p. 91). E então: “A escória da sociedade burguesa acaba por formar a *falange sagrada da ordem*, e o herói Crapulinski entra triunfalmente nas Tulherias como *‘salvador da sociedade’*” (2011 a, p. 37). O “herói Crapulinski”, a quem o filósofo está se referindo, é Luís Bonaparte. O sobrinho de Napoleão arregimentou, por intermédio de medidas puramente pragmáticas (a criação da *Sociedade 10 de dezembro*, a redução temporária do imposto do vinho, pressões e barganhas de cargos com o parlamento, manipulações com dispositivos constitucionais, entre outras) a parcela majoritária da sociedade francesa: a maior parte do campesinato de tendências reacionárias e o *lumpem*, formado por: “Rufiões [...] rebentos arruinados e aventurecos da burguesia eram ladeados

O centro da questão reside em que “Eles se transformam agora em elemento material do capital variável” (1985 b, p. 282), nas palavras de Marx. É evidente que, com a indicação do centro da questão, não desconsideramos, em hipótese alguma, as nuances que podem ser encontradas no interior das classes sociais.

A nacionalidade, o gênero, a cor, a herança cultural, até mesmo pequenos hábitos, preferências ou referências ideológicas, podem implicar em diferentes inserções (contingentes) na estrutura produtiva, com graus variados de exploração e precarização no caso dos trabalhadores.

Todavia, no modo de produção de capitalista, tomado como totalidade, as singularidades subjetivas dos trabalhadores são subsumidas à forma do *trabalho abstrato*, alienação universal e niveladora, típica do sistema do capital plenamente constituído. As singularidades dos burgueses, por sua vez, tendem a ser subsumidas ante as suas funções como *personificações do capital*⁴⁹. Essa

por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, lazarones, batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, cafetões, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesoura, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro” (2011 a, p. 91). Mais à frente, Marx escreve: “A dinastia Bonaparte não representa o camponês revolucionário, mas o camponês conservador [...]” (2011 a, p. 144). Diante disso, pode-se inferir que a existência *em-si* de uma classe social pauperizada não significa mecanicamente sua adesão a um projeto revolucionário. É possível que essa classe, a despeito de seus interesses reais, adira a um projeto contrarrevolucionário, como ocorreu com o caso em tela. A passagem para um patamar revolucionário exige, por isso, a presença de um sujeito político que dirija o processo a partir de um projeto societário próprio. Do contrário, regimes bonapartistas, como o fascismo, tendem a se impor como alternativa hegemônica.

49 A categoria *personificação do capital* é importante na estrutura teórica de Marx. Com ela, o autor designa a subsunção da subjetividade dos indivíduos

determinação permanece como um dos eixos de sustentação da sociedade capitalista.

De acordo com Marx:

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (1985 b, p. 161).

A universalização do assalariamento implica que o trabalho, na condição de categoria fundante do ser social, preserva sua função social de produção de meios de produção e subsistência, porém, realiza-se no mais alto grau de alienação já produzido pela divisão social do trabalho: sob a forma do trabalho abstrato capitalista. Como se sabe, o trabalho abstrato é a atividade que produz e valoriza o valor, é a substância do valor na sociedade do capital.

140

A capacidade de criação de valores de uso do trabalho permanece como propriedade imanente desta categoria, porém, ela é subordinada às necessidades de produção de valores (ou, valores de troca, conforme a expressão mais comum no marxismo). Segundo Marx:

burgueses aos imperativos das funções econômicas exercidas por eles na sociedade capitalista. Em diferentes momentos de *O Capital*, o filósofo lança mão dessa concepção. Entre muitas ocasiões, podemos destacar três: já no Prefácio da primeira edição, ele afirma: "Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses" (1985 a, p.13). Mais adiante, já no segundo capítulo, temos: "Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadoras das quais elas se defrontam" (1985 a, p. 80). No capítulo VIII, aparece: "Como capitalista ele é apenas capital personificado" (1985 a, p. 188). Mézáros apoia suas reflexões, em larga medida, sobre essa categoria elaborada por Marx (2006, 2007, 2008).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (1985 a, p. 50).

Por outro lado:

O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento – a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor – transforma o produto de trabalho em mercadoria [...] o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor (1985 a, p. 63).

141

Na sociedade capitalista, portanto, a força de trabalho é convertida em mais uma mercadoria⁵⁰ à disposição no mercado. A lei do valor opera mediante a abstração das condições concretas de produção das mercadorias – incluindo condições objetivas e subjetivas –, nivelando-as a partir da única substância social presente em todas elas: o fato de serem produtos do trabalho, medido em uma escala de tempo, que é social e historicamente determinada.

É por meio dessa abstração que as mercadorias, de naturezas infinitamente variadas quando tomadas isoladamente, podem ser quantificadas, equiparas e trocadas no mercado. Todas as mercadorias são, portanto, produto do trabalho humano em geral, resultantes do *trabalho abstrato*, substância do valor das mercadorias.

A força de trabalho, reduzida à condição de mercadoria, terá essa dupla determinação simultânea: seu valor é determinado

50 A forma mercadoria é tomada aqui tal como exposto por Marx do capítulo I d’*O Capital* (1985 a). O mesmo vale para as especificidades da mercadoria força de trabalho como fonte de valorização do valor-capital.

pelo tempo de trabalho – abstrato – socialmente necessário para sua produção e, como atividade contratada pela burguesia para que valorize (ou produza e valorize o valor ao mesmo tempo, dependendo da atividade⁵¹) o capital, ela própria se torna *trabalho abstrato* e sua atividade passa a ser a substância de valor das mercadorias que produz.

A reprodução social da sociedade capitalista é profundamente marcada pela alienação generalizante do *trabalho abstrato*⁵². A

51 Para ficar com dois exemplos utilizados por Marx, temos que o trabalhador numa fábrica de salsichas produz e valoriza o valor, pois ao mesmo tempo produz mercadoria e contribui na produção material da riqueza social. Uma cantora de ópera, por outro lado, ao término da mercadoria-espetáculo, possibilitou a valorização do capital, mas sua atividade não produz o capital, posto que se esvaia e não acrescente um átomo no conteúdo material da riqueza social. Ambas as atividades são *trabalho abstrato*, ambas valorizam o valor, mas apenas a primeira produz e valoriza o valor, ao mesmo tempo.

52 Abordando essa problemática na abertura d’O *Capital*, Marx apresenta algumas sínteses: “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem, também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferencia-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em

consequência mais expressiva dessa alienação é o *fetichismo da mercadoria*, categoria explorada por Marx, que se define pela inversão representada pela reificação – isto é, a coisificação das relações humanas de produção e a antropomorfização das mercadorias.

Essas características do modo de produção capitalista impregnam as relações sociais, incidindo sobre a reprodução social (totalidade e indivíduo), sobre as ideologias (conservadoras ou revolucionárias) e sobre as lutas de classes.

A relação entre as categorias *fetichismo da mercadoria* e *trabalho abstrato* fica evidente nas seguintes afirmações de Marx:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria [...] *A igualdade de trabalhos totalmente diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho*

143

sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis [...] o trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem [...]. É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie” (1985 a, p. 47, 48).

do homem, como trabalho humano abstrato. (1985 a, p. 71, 72, grifos nossos).

O que está implícito na afirmação de que o trabalho abstrato é a substância do valor da sociedade burguesa é que, nesse tipo de sociedade, a capacidade imanente do trabalho de produzir mais que o necessário para reprodução imediata é apropriada, do ponto de vista econômico e jurídico, pela classe social proprietária dos meios de produção.

Marx assinala essa determinação como sendo o processo de extração do mais-valor, suposto na relação de assalariamento em função da diferença entre o tempo de trabalho socialmente necessário correspondente ao valor do salário e o tempo de trabalho excedente a esse valor – a valorização do valor realizada durante este último é a substância do capital que a burguesia se apropria e acumula. O mais-valor, por sua vez, é repartido conforme as especificidades históricas da formação social.

No capitalismo consolidado, essa repartição geralmente ocorre entre o capital industrial (produtivo⁵³), o capital bancário (fictício/financeiro) e o capital comercial (redes de distribuidores). Com isso, uma cadeia complexa de produção e valorização do valor, bem como sua repartição desigual entre diferentes setores, confere movimento à economia capitalista, isto é, ao capital social total,

144

⁵³ Marx, em regra, identifica o capital industrial como capital produtivo, isto é, como capital que produz o conteúdo material da riqueza social. Entre outras passagens de *O Capital*, lemos no livro III: “No capital de comércio de mercadorias e no capital de comércio de dinheiro as diferenças entre o capital industrial enquanto capital produtivo e o mesmo capital na esfera da circulação são, pelo contrário, autonomizadas pelo fato de que as formas e funções determinadas que o capital assume aqui temporariamente aparecem como formas e funções autônomas de uma parte desligada do capital, estando presas exclusivamente a ela.” (1985 d, p. 243).

que engloba a produção e a realização do valor da esfera da circulação e distribuição das mercadorias (MARX, 1985 a).

A sociedade capitalista se ergue sobre novas bases de exploração do trabalho e as classes sociais apresentam novas contradições em relação às sociedades feudais, asiáticas e escravistas. O trabalho – categoria fundante – é reduzido à condição alienante de trabalho abstrato. Em paralelo, um amplo leque de atividades ligadas às demais categorias do ser social – da ideologia à arte, da linguagem à educação, passando pelo direito, pela política, pela cultura e assim por diante – são igualmente reduzidas à condição de trabalho abstrato pela mediação do assalariamento, intensificando o processo da divisão social do trabalho e da subordinação do trabalho ao capital.

145

Evidentemente, as funções ontológicas específicas da categoria trabalho – na condição de categoria fundante do ser social – e suas distinções em relação às demais categorias do ser social são mantidas. Porém, na sociedade comandada pelo capital, a subsunção à lei do valor e à condição de assalariamento faz com que a alienação do trabalho abstrato incida globalmente sobre elas.

Isto significa que as categorias que estruturam o ser social não perdem suas especificidades ontológicas, porém, do fato de estarem subordinadas às necessidades de acumulação do capital derivam os traços da alienação e reificação sobre elas. É assim que o trabalho continua produzindo o conteúdo material da riqueza social e o excedente econômico, porém, sob a forma mercadoria e sob a forma valor.

A prévia-ideação, imanente ao trabalho, é capturada pelo comando do capital e inserida como atividade exclusiva na divisão social trabalho sob a forma do trabalho (abstrato) intelectual – planejamento, administração, comando do processo produtivo. O processo de conhecimento objetivo sobre a natureza e a humanidade – gênese da ciência – ingressa também no circuito do

assalariamento e da mercadoria. A ideologia passa a ser objeto de manipulação e as posições ideológicas, assalariadas. A linguagem, mediatamente, ingressa no circuito do valor e da divisão social trabalho. A lista poderia se estender, pois “[...] a maior parte da sociedade é transformada em assalariados, gente que vive da mão para a boca, que recebe seu salário semanalmente e o gasta diariamente” (MARX, 1985 c, p. 105).

À medida que se impõe como modo de produção predominante, o sistema do capital subsume, além das principais categorias do ser social, categorias historicamente derivadas da intensificação da divisão social do trabalho e da circulação simples de mercadorias⁵⁴. Do ponto de vista ideológico, as classes dominantes elaboraram (e permanecem elaborando) concepções de mundo extraídas das aparências do modo de produção de capitalista, principalmente a partir dos processos revolucionários de 1848.

No próximo capítulo, abordaremos a emergência da ideologia do conservadorismo, que é uma das ideologias conservadoras no capitalismo e corresponde à consciência prática imediata da burguesia, que concebe a si própria como classe produtora da riqueza e da coesão da sociedade. O conservadorismo clássico, em sua gênese europeia, lançou as raízes ideológicas da “onda conservadora” que avança mundialmente na contemporaneidade.

54 Tais categorias são desenvolvidas em formações econômicas pré-capitalistas, mas, nessas formações, seu atributo principal é o de apresentarem “[...] um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida” (MARX, 1985a, p. 75).

**A FORMAÇÃO DO
CONSERVADORISMO
CLÁSSICO**

2

Edmundo Burke e a gênese do conservadorismo

148

Há relativo consenso, no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às *Reflexões sobre a Revolução na França* (2014), de Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico. Manifesto dos interesses políticos e econômicos aristocráticos, as *Reflexões* constituem o marco zero de uma tradição que se estende à contemporaneidade. Na obra, estão condensados os ideais culturais e simbólicos da classe social golpeada pela Revolução Francesa: a aristocracia feudal. Foram publicadas em 1790, imediatamente após o desencadeamento do processo revolucionário jacobino.

A obra foi traduzida e disseminada rapidamente em francês, alemão, italiano e espanhol (KINZO, 2006). À primeira leitura, o texto de Burke chama a atenção pelo tom panfletário, irracional¹

1 Para ilustrar sua forma peculiar de argumentação, basta reproduzir uma passagem escolhida entre outras possíveis: “Mediante um apolítica constitucional que opera segundo o padrão na natureza, recebemos, conservamos e transmitimos nossas propriedades e nossas vidas. Recebemos e legamos aos outros as instituições políticas no mesmo rumo e ordem que os bens da fortuna e as dádivas da Providência. Nosso sistema político encontra-se em justa correspondência e simetria com a ordem do mundo, e com o modo de existência decretado para

e irascível. Uma abordagem mais acurada pode revelar, porém, o conteúdo fortemente reacionário das teses e conceitos nele defendidos e definidos. Em larga medida, esses conceitos estruturam, ainda hoje, os modos de pensar e agir conservadores.

Marx, diga-se de passagem, atento à herança intelectual das classes dominantes, não poupou duras críticas nas poucas ocasiões em que se referiu a Edmund Burke. O conteúdo dessas críticas expressava claro desprezo pelo fundador do conservadorismo. Marx o tinha como sujeito político oportunista, propenso a negociações em troca de seu apoio público².

um corpo permanente composto de peças transitórias, no qual, por meio da disposição de uma estupenda sabedoria que molda a grande e misteriosa encarnação da espécie humana, o todo, em um determinado momento, nunca é velho, ou de meia-idade, ou jovem, mas em um estado de constância imutável, segue em frente por meio do variado sistema de decadência, queda, renovação e progressão perpétuas. Assim, seguindo o método natural na condução do Estado, no que melhoramos nunca somos completamente novos, e no que conservamos nunca somos completamente obsoletos. Permanecendo ligados a nossos ancestrais desta maneira e sobre estes princípios, não nos guiamos pela superstição de antiquários, mas pelo espírito de analogia filosófica. Nessa escolha de herança, demos à nossa moldura política a imagem de uma relação de sangue; unindo a Constituição de nosso país aos nossos mais caros laços domésticos, adotando nossas leis fundamentais no seio de nossas afeições familiares, mantendo inseparáveis e cultivando com o calor de todos os benefícios combinados e recíprocos, nosso Estado, nossos corações, nossos sepulcros e nossos altares” (2014, p. 55, 56).

- 2 Em *O capital*, no capítulo XI, Marx atribui os adjetivos de “sofista e sicofanta” (1985 a, p. 257) a Edmund Burke. No capítulo XXIV, o filósofo alemão reitera seu conceito e acrescenta: “Edmund Burke [...]. Esse sicofanta, que a soldo da oligarquia inglesa bancou o romântico em face da Revolução Francesa, do mesmo modo que, a soldo das colônias norte-americanas, bancara no início dos motins americanos o liberal diante da oligarquia inglesa, era sob todos os aspectos um burguês ordinário: ‘As leis do comércio são as leis da Natureza e consequentemente as leis de Deus.’ [...] Não é de admirar que ele, fiel às leis de Deus e da

É possível dizer, desde logo, que há um tema central que atravessa o conservadorismo clássico e contemporâneo, estando presente medularmente nas *Reflexões*. Trata-se do tema da revolução. O conservadorismo foi construído, desde sua gênese, como uma ideologia antirrevolucionária, em sentido jacobino, muito embora não hesite em estabelecer sua própria concepção de revolução.

Para Burke, assim como para os conservadores da atualidade, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade. Ao contrário do que poderia pensar um revolucionário bolchevique, para quem a revolução seria o momento fundador de uma nova sociabilidade, ainda que tensões típicas de um momento de transição permaneçam, a ideia de revolução que provém do conservadorismo aparenta ser o exato oposto.

Enquanto para Marx e boa parte da tradição marxista a revolução envolve a tomada insurrecional e temporária do Estado, no sentido de desatar as estruturas para sua posterior liquidação, o conservadorismo defende que a revolução significa, apenas e tão somente, a melhoria com a permanência perene das instituições consolidadas.

Para Burke, a revolução insurrecional, jacobina, é tomada, de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas. De acordo com um analista, “[...] a expropriação do clero francês [...], a sistemática destruição da nobreza [...] e o quase linchamento de uma rainha [...], oferecem os elementos clássicos para que Burke tingisse sua narrativa da Revolução Francesa em cores dramáticas” (SOARES, 2014, p. 11).

Natureza, vendeu sempre a si mesmo no melhor mercado! [...] Em face da infame falta de caráter, que predomina hoje, e da crença mais devota nas “leis do comércio”, é dever estigmatizar, sempre de novo, os Burkes, que se diferenciam de seus sucessores apenas por uma coisa: Talento!” (1985 b, p. 292).

A imagem da revolução como processo substanciado pelo fanatismo laico e dogmático, inimigo da pacífica continuidade e das mudanças ocasionais da sociedade, presente no discurso conservador atual, tem sua origem nas *Reflexões*. Os defensores dessa corrente, na contemporaneidade, procuram, tal como Burke, acusar aqueles que lutam por avanços civilizatórios de serem “inimigos da sociedade”, de suas instituições e tradições³ – algo típico das ideologias conservadoras de uma maneira geral.

Os conservadores da atualidade estendem o leque de acusações, empregando termos tais como: fanáticos, despóticos, egoístas, dogmáticos, tirânicos, irracionais, para qualificar aqueles que se posicionam criticamente em relação ao funcionamento da sociedade burguesa.

O ateísmo também é utilizado, com alguma frequência, como qualidade depreciativa dos que fazem a crítica à sociedade estabelecida⁴.

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social⁵,

3 O autor anota nas *Reflexões*: “Temos uma coroa hereditária, uma nobreza hereditária e uma Câmara dos Comuns e um povo herdeiros de privilégios, franquias e liberdades de uma longa linha de ancestrais. Esta política parece-me ser o resultado de uma profunda reflexão, ou então o feliz resultado de uma conduta que seguiu a natureza, que é sabedoria sem reflexão, pois está acima dela. Um espírito de inovação é, em geral, o resultado de um caráter egoísta e de perspectivas restritas. Um povo que não cultua a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes. Ademais, o povo inglês sabe bem que a ideia de herança proporciona um princípio seguro de conservação e um princípio seguro de transmissão [...]” (2014, p. 55).

4 Burke era aberto defensor da supremacia protestante como referencial religioso.

5 Marx advertiu sobre esse estreitamento do horizonte sociopolítico burguês, que se expressa na pauta do conservadorismo. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, numa passagem já citada nesse estudo, ele afirma: “Toda e qualquer

tomando-os como anacronismos niveladores sociais, isto é, utópicos desejos de igualdade, inaceitáveis no ponto de vista da desigualdade social natural e positivamente constituída. Por derivação, a pauta socialista e o projeto comunista, em quaisquer gradações, são rechaçados à priori. Em Burke, essa determinação fica clara nas suas colocações:

[...] aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão. (2014, p. 70).

O autor das *Reflexões*, protestante e fundador do *conservadorismo*, foi um parlamentar britânico conhecido por sua defesa do constitucionalismo monárquico – em consonância com o partido de inclinações liberais do qual fazia parte, o *Whigs*. A “Revolução Gloriosa” inglesa, uma “revolução sem sangue”, passou a cumprir um papel icônico na batalha ideológica de Edmund Burke contra qualquer pretensão revolucionária que se aproxime em métodos, discursos ou estratégias jacobinas. “A simples ideia de criar um novo governo é suficiente para encher-nos de repulsa e horror” (2014, p. 53), afirma ele. Sua concepção de civilização era adepta dos ideais da cavalaria⁶ e da nobreza britânica, que, segundo ele,

152

reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como ‘atentado contra a sociedade’ e estigmatizada como ‘socialismo’” (2011 a, p. 37).

6 Na chamada “literatura universal”, a ironia com que Cervantes retrata seu *Dom Quixote de la Mancha* (2002), em aventuras que contrastam a fantasia do herói e a realidade social objetiva, oferece uma perspectiva crítica sobre o idílio dos “ideais de cavalaria”. No limite, o nobre cavaleiro perde qualquer contato com a

foram responsáveis pelos avanços culturais e socioeconômicos da Europa. O político inglês de tendências liberais, no entanto, abandonou qualquer perspectiva progressista e passou a ser um ícone reacionário a partir dos acontecimentos revolucionários na França. Os acontecimentos de 1789 foram, na sua visão, um atentado

realidade e orienta suas ações e escolhas com base no arsenal literário fantástico que acumulou durante a vida. A partir da oposição entre nobreza, ingenuidade, delírio, grandiloquência e realidade concreta, permeada por contradições e interesses mesquinhos, Cervantes apresenta a comédia e a tragédia da sua personagem. Burke, em várias ocasiões, lamenta-se que tenha passado o tempo da cavalaria, com suas honras, prestígios e ideais de nobreza e devoção. Entre outras passagens, nas quais o tom pomposo se assemelha ao que caracteriza Dom Quixote, essa pode ser destacada: “Quando poderia imaginar que viveria para ver tais desgraças desabarem sobre ela (a rainha da França, Maria Antonieta – JMAS) em uma nação de homens galantes, em uma nação de homens honrados e cavaleiros! Pensava que 10 mil espadas saltariam de suas bainhas para vingar até mesmo um olhar que a ameaçasse com um insulto. Mas a idade da cavalaria já passou. Foi sucedida pela dos sofistas, economistas e calculadores; e a glória da Europa está extinta para sempre [...] Foram-se a graça inata, a defesa gratuita das nações, o berço dos sentimentos viris e dos empreendimentos heroicos. Foram-se a delicadeza dos princípios e a castidade da honra, que sentiam a mácula como uma ferida, que inspiravam coragem enquanto mitigavam a ferocidade, que enobreciam tudo o que tocavam, e sob as quais o próprio vício, destituindo-se de toda a vulgaridade, perdia metade de sua malignidade. Esse sistema misto de opinião e sentimento teve sua origem na antiga cavalaria [...] Se algum dia ele se extinguir, receio que a perda será demasiado grande. Foi ele que conferiu à Europa moderna o seu caráter. [...] Foi ele que, sem confundir as ordens, produziu uma nobre igualdade e a distribuiu por todas as gradações da vida social; e que, moderando os reis, estabeleceu entre eles e seus vassalos uma relação de camaradagem. Sem recorrer à força e sem encontrar oposição, domou a ferocidade do orgulho e do poder; obrigou os soberanos a submeterem-se ao jugo suave da estima social; compeliu a autoridade severa a sujeitar-se à elegância e permitiu que a prepotência, destruidora de leis, fosse subjugada pelas maneiras. Todavia, tudo irá mudar agora. [...] serão dissolvidas por este novo e conquistador império da luz e da razão [...] Nessa nova ordem de coisas, um rei é apenas um homem; uma rainha, apenas uma mulher” (2014, p. 95, 96).

ao mais elevado patamar civilizacional que a humanidade já havia alcançado: as instituições e tradições do antigo regime.

Demarcar as diferenças entre a “Revolução Gloriosa” (1688) na Inglaterra e a Revolução Francesa (1789) passa a ser um dos pilares do conservadorismo de Burke. A primeira, modelo “revolucionário” ideal, caracterizou-se por uma transição sem sangue, sem convulsões ou insurreições capazes de alavancar o tradicionalismo e fundar outra institucionalidade.

A “Revolução Gloriosa”, que instituiu o novo regime monárquico inglês, submetido ao parlamento e a uma constituição, depôs Jaime II e entronizou o holandês Guilherme III. Regido pela “Declaração de Direitos”, esse novo arranjo institucional permitiu a uma parcela em ascensão da burguesia adquirir reconhecimento e prestígio naquele país, prescindindo, assim, de seu levante em armas. Isso garantiu a continuidade, ao menos formalmente, à institucionalidade política já estabelecida. Foi uma “revolução” que assentou novos interesses políticos e econômicos na dinâmica institucional tradicional, preservando o ordenamento social constituído.

A revolução na França, em contraste, haveria realizado uma ruptura abrupta, desnecessária e violenta com as heranças da tradição⁷. A partir de interesses acusados de serem particularistas, a

7 O tema da “tradição”, como se sabe, é recorrente entre os conservadores. Burke não destoa. Aparentemente emulando a “voz do povo”, ele descreve o que considera como sendo a força das tradições dos ingleses e sua repulsa às propostas de mudança: “O povo da Inglaterra não vai macaquear as modas que nunca experimentamos; nem voltar àquelas que, por experiência, achou daninhas. Ele olha para sucessão hereditária legal de sua coroa como um de seus direitos, não como um de seus erros; como um benefício, não como um agravo; como uma segurança para a sua liberdade, não como um símbolo de servidão. Ele olha para a estrutura de seu Estado, *tal como existe*, como sendo de valor inestimável; e concebem a inalterada sucessão da coroa como promessa da estabilidade e

sociedade francesa teria sido violentada e devastada por revolucionários inconsequentes⁸. Escreve Burke:

Leis viradas de cabeça para baixo; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio agonizante; impostos sonegados e, ainda assim, o povo empobrecido; uma Igreja saqueada sem o que o Estado obtivesse alívio com isso; anarquia civil e militar transformada em constituição do reino; tudo que era humano e divino sacrificado [...] Eram necessários todos esses horrores [...] Não, nada disso. As recentes ruínas na França, que tanto horror nos causam aonde quer que olhemos, não são a devastação da guerra civil, mas os tristes, porém instrutivos, monumentos do conselho temerário e ignorante em tempos de absoluta paz. São o resultado do exercício de uma autoridade irresponsável e presunçosa, porque ninguém opôs-lhe resistência [...] Não derramaram uma única gota de *seu* sangue pela causa do país que arruinaram. [...] enquanto aprisionavam seu rei, assassinavam seus concidadãos, banhando em lágrimas e mergulhando na pobreza e miséria milhares de famílias e homens dignos [...] roubos, violações, assassinatos, massacres, incêndios por toda a extensão de sua terra devastada.” (BURKE, 2014, p. 60, 61).

155

perpetuidade de todos os demais membros de nossa Constituição.” (2014, p. 48). Como se pode notar, o autor poucas vezes consegue defender suas ideias com argumentos que ultrapassem uma petição de princípios.

- 8 Censurando os parlamentares franceses que convocaram os Estados Gerais e, segundo Burke, acabaram criando as condições objetivas para a deposição do Rei Luís XVI, o autor assinala: “Pela falta de precauções (contra o processo insurrecional – JMAS), eles viram o remédio do Estado corromper-se em seu veneno. Viram os rebeldes franceses tratarem a um monarca brando e legítimo com mais fúria, afronta e insulto jamais levantados por nenhum povo contra o usurpador mais ilegítimo e o tirano mais sanguinário. Os franceses resistiram à concessão, revoltaram-se contra a proteção e desferiram um golpe contra uma mão que lhes concedia graças, favores e imunidades.” (2014, p. 60).

Com esse tom de denúncia e alarme, o conservador tenta convencer seus leitores de que uma revolução como essa significa, por si mesma, desordem e destruição, sofrimento e desagregação. Quanto aos revolucionários, não passariam de agitadores dogmáticos, desprovidos da clarividência, da prudência e do respeito às tradições herdadas de um passado remoto, supostos pilares para uma vida social e econômica próspera e sem sobressaltos (BURKE, 2014).

Esse diagnóstico da revolução e dos revolucionários, feito no imediato pós-1789, aparece com tons muitos semelhantes nos conservadores do século XX e XXI⁹, desta feita, evidentemente, o alvo das críticas são as correntes anticapitalistas e, particularmente, o movimento comunista. Para Burke, o papel de uma revolução não seria o da construção de uma nova sociedade. Na sua visão: “A Revolução foi feita para preservar nossas *antigas* e indiscutíveis leis, liberdades e aquela *antiga* Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade” (BURKE, 2014, p. 52).

Baseando-se no processo não insurrecional de mudança política da Inglaterra, um processo conduzido pelos estratos mais altos das classes dominantes, ele acrescenta:

Outras revoluções foram conduzidas por pessoas que, ensaiando ou realizando mudanças no Estado, consagravam sua ambição em acrescentar dignidade ao povo cuja paz perturbavam. Enxergavam à distância. Pretendiam governar, não destruir o país. (2014, p. 68).

Na França, por outro lado, o que se deu foi a instauração de relações sociais inéditas e arriscadas, não sem antes haver uma ruptura com as relações sociais medievais. Lê-se, nas *Reflexões*, a crítica moral de Burke à revolução:

⁹ Entre outros, Michael Oakeshott e Roger Scruton reproduzem esse tipo de avaliação. Conferir: *Sobre a história* (2003) e *O que é conservadorismo* (2015), respectivamente.

Parece que me encontro diante de uma grande crise não apenas francesa, mas europeia. Considerando-se bem todas as circunstâncias, a Revolução Francesa é a mais espantosa que aconteceu até agora no mundo. As coisas mais surpreendentes foram produzidas, em mais de um caso, pelos meios mais absurdos e ridículos; nos modos mais ridículos, e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos. Tudo parece fora do natural neste estranho caos de leviandade e ferocidade, onde todas as espécies de crimes misturam-se com todas as espécies loucuras. Em vista dessa monstruosa cena tragicômica, necessariamente as paixões mais opostas se sucedem e às vezes se misturam, fazendo-nos passar do desprezo à indignação, do riso às lágrimas, do desprezo ao horror. (2014, p. 32).

O objetivo aparente de Burke era preservar as instituições políticas britânicas, que lidavam, na época, com os estágios iniciais do processo de subordinação do trabalho ao capital, isto é, a organização do trabalho nos regimes de cooperação e manufatura e as formas seminais das lutas proletárias. Comparando a história recente da Inglaterra e da França, ele adverte aos seus leitores:

157

Os começos da confusão são ainda bastante pequenos na Inglaterra, mas, entre vocês, não vimos uma infância bem mais débil chegar em pouco tempo a uma força capaz de destruir montanhas e de lutar contra o próprio céu? Quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa. É melhor ser desdenhado por excesso de precaução que se ver arruinado por excesso de confiança. (2014, p. 32).

Para tanto, uma de suas táticas foi a “batalha das ideias”. Nas *Reflexões*, o autor faz a crítica aos valores, ideais e princípios que orientaram a Revolução Francesa – aqueles construídos pelo Iluminismo¹⁰

10 Jorge Grespan oferece uma síntese útil sobre o Iluminismo: “[...] o Iluminismo, em suas várias vertentes, guarda da revolução o princípio da crítica. Tudo pode ser

moderno¹¹. Eles são pejorativamente apresentados como meras “abstrações”, destituídas de significado objetivo. É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias. Sua posição monarquista evidenciava suas escolhas antirrepublicanas e antidemocráticas¹².

Essa negação das “abstrações”, em favor de um empirismo acentuado¹³, é outro princípio que o conservadorismo produzido a

examinado, dissecado, exposto; não há assuntos ou questões que possam o direito de ser furtado ao esclarecimento, de ser ocultado na sombra sob o pretexto da autoridade ou do dogma. [...] O contexto histórico onde ela nasce e floresce finca as raízes do seu algo nas circunstâncias da guerra civil e religiosa contra o absolutismo monárquico. Os dogmas fundamentais deste sistema de poder constituirão por isso o objeto primordial do ataque iluminista [...]” (2014, p. 38).

158

- 11 Burke explicita com claras linhas seu ponto de vista: “Seguindo falsas luzes, a França comprou calamidades indistigáveis a um preço mais elevado do que o pago por qualquer nação pelos mais inequívocos benefícios! A França comprou a miséria com o crime! A França não sacrificou sua virtude ao seu interesse, mas abandonou o seu interesse de modo a poder prostituir sua virtude.” (2014, p. 59).
- 12 No caso da democracia, vale recuperar as palavras do autor: “Uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo. Sendo a mais vergonhosa, é também a mais temível” (2014, p. 112).
- 13 “De que adianta discutir o direito abstrato de um homem ao alimento ou aos remédios? A questão está em saber em como consegui-los e administrá-los. Nessa deliberação, sempre aconselharei que se solicite a ajuda do agricultor e do médico, e não a de um professor de metafísica” (BURKE, 2014, p. 81). Chama a atenção essa prescrição burkeana pela ressonância que parece obter entre os meios políticos na contemporaneidade. Qualquer debate em torno de direitos e políticas sociais é tensionado à subordinação aos assuntos “técnicos”, da mais pragmática “administração”, onde vigoram a predominância do orçamento e a sacralização da racionalidade contábil com vistas ao pagamento das dívidas

partir da segunda metade do século XX herda, incorpora e amplifica. Para uma estudiosa do pensamento de seu pensamento:

[...] Burke exalta as virtudes da Constituição inglesa, repositório do espírito da continuidade, da sabedoria tradicional, da prescrição, da aceitação de uma hierarquia social e da propriedade, e da consagração religiosa da autoridade secular. É particularmente nesta obra que se encontram expostos de forma mais clara os fundamentos e traços conservadores do pensamento de Burke. (KINZO, *in*: WEFFORT, 2006, p. 19).

O irracionalismo é outra marca distintiva do pensador da contrarrevolução¹⁴. Ao identificar a racionalidade e o fazer teórico com a

159

externas e internas. Pouco importa que essa tendência seja ou não baseada no pensamento de Burke. O central, nesse quesito, são as condições objetivas da sociedade de classes que conduzem a esse estreitamento dos horizontes civilizatórios. Desde Burke até o presente, como disse Marx, os homens “Não o sabem, mas o fazem” (1985 a, p. 72). “A razão política é um princípio calculador” (BURKE, 2014, p. 82), observa o conservador.

- 14 São abundantes, em Burke, as referências que subestimam a razão ante o imediatismo. Simultaneamente, há um elogio do agir irrefletido e espontâneo, irracional, com base nos “instintos” nos “sentimentos”, presentes na natureza (entificada) e nos homens. “De acordo com o mesmo plano que nos fez adequar nossas instituições artificiais à natureza, e apelando à ajuda de seus infalíveis e poderosos instintos para fortalecer as débeis e frágeis invenções de nossa razão, derivamos diversos outros benefícios, e não certamente pequenos, do fato de considerarmos nossas liberdades à luz da herança. Sempre agindo como em presença de ancestrais canonizados, o espírito da liberdade, que por si só conduz ao desgoverno e ao excesso, é temperado com uma formidável gravidade [...] Fazemos respeitar nossas instituições civis segundo o princípio pelo qual a natureza nos ensina a reverenciar os indivíduos, isto é, de acordo com a idade deles e daqueles de quem descendem. Nenhum dos sofistas de seu país poderá inventar algo mais bem adaptado a preservar uma liberdade racional e viril do que o caminho que adotamos, procurando seguir a natureza ao invés de nossas especulações, nossos sentimentos ao invés de nossas

formulação desacreditada de princípios abstratos apriorísticos, descolados das “circunstâncias”¹⁵ mais imediatas, Burke adere à “destruição da razão” (LUKÁCS, 1972).

Com essa operação reificada, o conservador elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento. A ciência, entificada, para ele, deveria ter “[...] ficado satisfeita em continuar como instrutora e não aspirasse a ser senhora [...] pois agora [...] a ciência será atirada ao lodo e pisoteada pelos cascos de uma suína multidão” (2014, p. 98).

Mas isso não é tudo: o autor das *Reflexões* adere a uma concepção teleológica da causalidade, interditando a categoria da alternativa para o ser social. Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado¹⁶ e a sociedade constituem uma ordem natural eterna

160

invenções, e fazendo deles a salvaguarda e o depósito de nossos direitos e privilégios” (2014, p. 56).

15 Nos parágrafos iniciais das *Reflexões*, lemos: “São as circunstâncias [...] que, na realidade, dão a todo princípio político sua cor própria e seu efeito particular. São as circunstâncias que fazem com que qualquer sistema civil e político seja benéfico ou nocivo à humanidade.” (2014, p. 29,30). Com essa referência reiterada à força do significado das circunstâncias, o autor pretende relativizar a interpretação dos acontecimentos, evitando assim representações unilaterais sobre fenômenos históricos. Todavia, o resultado efetivamente alcançado por ele parece se restringir a um relativismo rudimentar. Mais à frente, ele exemplifica como esse princípio das “circunstâncias” serve para colocar em perspectiva os acontecimentos, escreve ele: “Falando em abstrato, o governo, assim como a liberdade, é bom [...]. Iria eu cumprimentar um assaltante e assassino que tenha fugido da prisão, por ter readquirido seus direitos naturais?” (2014, p. 30). Um argumento, como se pode notar, eivado pelo senso comum.

16 Sobre a natureza e a função do Estado, o irracionalismo de Burke transparece seu idealismo desconectado da realidade material: “O Estado é uma associação que participa de todas as ciências, todas as artes, todas as virtudes e todas

e divinamente estabelecida. A desigualdade social e a propriedade privada estariam incluídas nessa ordem. Com essa operação ideológica antropomorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo.

Tal concepção de mundo redundava na naturalização das relações sociais – redundância frequente entre as ideologias conservadoras. A divisão da sociedade em classes e a desigualdade social, portanto, compõem, na visão burkeana, um quadro de hierarquia e ordenamento correspondentes à natureza.

Por derivação, tal quadro é interpretado como perene e insuperável. Nesse contexto, seria como um atentado contra a natureza a defesa de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina. Anota ele: “[...] nenhuma designação, poder, função, ou qualquer instituição artificial que seja, é capaz de fazer os homens que compõem algum sistema de autoridade serem algo diferente daquilo que Deus, a natureza, a educação e seus hábitos de vida lhe fizeram” (2014, p. 61).

Apresentando-se como “prudente” analista dos eventos revolucionários na França, tentando com isso se contrapor às mensagens de felicitação que a *Sociedade da Revolução* inglesa enviara aos representantes da vindoura Primeira República francesa, Burke escreve nas *Reflexões*:

[...] deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade

as perfeições. [...] Cada contrato de cada Estado particular é apenas uma cláusula no grande contrato primitivo da sociedade eterna, que liga as naturezas inferiores às superiores, conectando o mundo visível ao invisível, de acordo com um pacto fixo sancionado pelo inviolável juramento que mantém todas as naturezas morais e físicas em seus respectivos lugares” (2014, p. 115).

e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e ordem, com os usos civis e sociais. Todas essas coisas são (à sua maneira) bens, e se vierem a faltar, a liberdade deixa de ser um benefício e tem pouca chance de durar muito tempo. (2014, p. 30).

Entretanto, o que se apresenta, a partir desses termos, são os critérios utilizados por Burke para avaliar a envergadura das transformações sociopolíticas da França. Ou seja: se, e em que medida, essas transformações se ajustam ou destoam da estrutura modelada pelo antigo regime. Burke usa a “Revolução Gloriosa” como exemplo e referência também nesse particular. Referindo-se a ela, ele afirma:

Todas as reformas que fizemos até hoje respeitaram o princípio de referência ao passado; e espero, ou melhor, estou convencido de que todas as que possamos realizar no futuro estejam cuidadosamente construídas sobre esse precedente, autoridade e exemplo análogos” (2014, p. 53).

162

Observando esses comentários burkeanos, é possível concluir que ele anseia por uma “revolução sem revolução”, ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta de por direitos.

Havia simpatizantes da Revolução Francesa na Inglaterra¹⁷. Esses simpatizantes – individuais e coletivos – começavam a

¹⁷ Jorge Grespan escreve, a esse respeito: “De fato, em torno de 1730 a Inglaterra fervilhava de agitação intelectual, política e econômica. [...] Eram concepções ousadas do mundo humano e natural, que revolucionavam a tradição do século XVII, na qual a Europa continental estava ainda mergulhada” (2014, p. 37).

manifestar suas posições favoráveis em relação aos acontecimentos na França e Burke se antecipou em trabalhar para rechaçar, preventivamente, essas afinidades, afirmando a impossibilidade e a incompatibilidade dos ideais revolucionários franceses com a institucionalidade inglesa.

As páginas das *Reflexões* contêm, ainda, advertências burkeanas dirigidas a pregadores ingleses que aderiram a uma concepção mais igualitária do cristianismo. O conservador enxerga nessas correntes, e nessas ideias, falta de prudência e risco para a ordem. Para ele, o objetivo da religiosidade seria, exclusivamente, a consagração da estrutura social e política medieval¹⁸ – com todas as consequências daí derivadas: direito hereditário¹⁹, privilégios da nobreza senhorial, obscurantismo, absolutismo, entre outras. “Não

18 Mas Burke vai além, sugere uma religião de Estado, na contramão dos iluministas: “A consagração do Estado por uma religião estatal é necessária também para produzir um saudável terror sobre os cidadãos livres [...]” (2014, p. III, grifos nossos).

19 Insurgindo-se contra a ideia de soberania popular – base do republicanismo e da democracia, Burke elenca seus motivos favoráveis ao direito hereditário medieval: “[...] qualquer que tenha sido a natureza do poder real, há mil anos, ou qualquer que tenha sido a maneira pela qual as dinastias reinantes da Inglaterra ou da França tenha se iniciado, o rei da Grã-Bretanha é rei, hoje, por uma regra fixa de sucessão, de acordo com as leis de seu país. E enquanto as condições legais do pacto de soberania forem preenchidas (como elas são hoje), ele possuirá sua coroa [...]. Os herdeiros e sucessores de Sua Majestade, cada um a seu tempo e ordem, acederá à coroa [...]” (2014, p. 37). À frente, elogiando os atos conservadores do parlamento na sucessão da coroa, Burke anota: “[...] uma eleição destruiria completamente ‘a unidade, a paz e a tranquilidade desta nação’” (2014, p. 42). Sufrágio seria uma ideia, portanto, inaceitável ao fundador do conservadorismo. O sufrágio universal, um absurdo em si mesmo. E Burke não hesita em expor até que ponto está disposto a combater essas pautas: “O conjunto do povo inglês não a partilha e desaprova-a completamente. Combaterá sua colocação em prática com as vidas e as fortunas dos seus membros, que estão obrigados a assim proceder pelas leis de seu país [...]” (2014, p. 38).

que eu veja perigo em todas as partes do sermão”, escreve, mas, “Tais condutas ainda que favoráveis à causa da liberdade obrigatória, tanto civil como religiosa, podem não ser igualmente benéficas para a tranquilidade nacional.” (2014, p. 35).

Procurando explicar os motivos que teriam aberto espaço para que o processo revolucionário se instalasse, Burke aponta a Assembleia que convocou os Estados Gerais como elemento central. Em sua composição, segundo o conservador, haveria uma representação desproporcional dos interesses da sociedade francesa.

O Terceiro Estado – composto por membros duvidosos de classes inferiores, na visão burkeana²⁰ – estaria sobrerrepresentado e, por isso, haveria uma tendência prévia à insurreição. Na visão dele, apenas a nobreza e os mais altos signatários das classes dominantes seriam capazes de elaborar uma prudente alternativa política para as mudanças políticas necessárias (desde o ponto de vista das classes dominantes) na França.

A Assembleia, todavia, estaria tomada numericamente por pequeno-burgueses – “comerciantes que nunca conheceram nada além de seu escritório” (2014, p. 64), na designação pejorativa de Burke –, e membros das classes trabalhadoras. Eles seriam “homens feitos para serem instrumentos e não para exercer um controle” (2014, p. 64) e, por isso, seriam desprovidos das qualidades morais mínimas para um estadista.

O resultado disso, na sua visão, não podia ser outro a não ser a desagregação caótica da nação, acrescidas da falência fiscal²¹, do con-

20 O autor os designa como “[...] punhado de rústicos saltimbancos que têm assento naquela Assembleia, dos quais se diz que alguns não sabem ler e escrever [...]” (2014, p. 64).

21 As últimas páginas das *Reflexões* consistem, precisamente, numa tentativa de demonstrar a incapacidade gerencial dos revolucionários. São levantados argumentos que vão do “déficit fiscal” ao confisco de terras e outros bens, vão das

fisco criminoso das propriedades da nobreza e do clero, e da bancarrota moral das instituições sob influência dos ideais do iluminismo.

A esse quadro que sugere a degradação (na visão conservadora do autor) da Assembleia francesa, Burke opõe o exemplo, que ele considera positivo, da Inglaterra, onde o Parlamento seria composto por “[...] tudo o que o país pode oferecer de mais ilustre posição, descendência, riqueza hereditária ou adquirida, talentos cultivados, distinção militar, civil, naval e política” (2014, p. 64). Isto é, uma instituição que haveria selecionado os melhores quadros da sociedade inglesa e retido a penetração de membros de classes inferiores. Disso derivaria, na visão do autor, a qualidade superior do Parlamento inglês em relação ao francês. Burke, avançando sua investigação sobre os possíveis “culpados” pela revolução, ressalta que:

165

Após ter considerado a composição do Terceiro Estado tal como ele se apresentava na origem, dirigi o olhar para os representantes do clero. Também aqui pareceu haver bem pouca consideração pela segurança geral da propriedade, ou pela aptidão dos deputados para seus propósitos públicos. Essa eleição foi planejada de forma a enviar uma enorme proporção de vigários de aldeia para o grande e árduo trabalho de remodelar o Estado; [...] homens que nada sabiam do mundo para além dos limites de uma aldeia obscura; que, mergulhados em uma irremissível miséria, não podiam considerar a propriedade, fosse secular ou eclesiástica, senão com os olhos da inveja (2014, p. 66).

Assim, por intermédio das avaliações burkeanas, o tema da suposta “inveja dos ricos pelo pobres”, assim como o desprezo pelas formas de vida e cultura das classes dominadas, é inserido na pauta de discussão do conservadorismo. Edmund Burke deriva,

“denúncias” de violência à crise de alimentos, tudo para sustentar a acusação da incompetência política na fundação da nova sociedade.

da condição de pobreza originária dos deputados, fossem ou não eclesiásticos, todas as vilanias que ele enxerga sintetizadas na “degenerescência” da Assembleia francesa.

Esse desprezo visceral pelas formas de vida e cultura das classes subalternas permanecerá como um dos elementos de continuidade mais centrais do conservadorismo contemporâneo, particularmente expressado pelo ódio e pelo preconceito de classe.

De passagem, cumpre frisar que esse fenômeno encontra um paralelo histórico no jogo político brasileiro dos anos 2010. Um dos pilares unificadores do discurso antipetista, realizado pela oposição de direita e extrema-direita, ancora-se no argumento de que o Partido dos Trabalhadores representariam uma suposta decadência moral, de caráter “comunista”, que levaria o país à falência econômica e à “desordem” moral e política. O mesmo argumento compareceu historicamente em relação do presidente João Goulart, e o que sucedeu foi o golpe empresarial-civil-militar de 1964.

Com variações, esse ponto é igualmente retomado pelos conservadores da contemporaneidade, muito embora esses últimos sejam mais comedidos nas suas exposições. O objeto dessa suposta inveja, a propriedade, precisa, segundo as indicações conservadoras, ser preservada e protegida pelo Estado ante as propensões saqueadoras – portanto, criminosas – imputadas àqueles em condição desfavorável.

A característica essencial da propriedade, resultante de princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser *desigual*. Por conseguinte, torna-se necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez que excita a inveja e estimula a rapacidade.²²(2014, p. 72).

22 A citação prossegue com: “[...] O poder de perpetuar nossa propriedade em nossas famílias é uma de suas características mais valiosas e interessantes, e a

Esse tipo de operação, que rastreia e imputa a “culpa” pela “degradação da sociedade” às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua “origem” ou condição socioeconômica, ou bases ideológicas, visto em perspectiva histórica, é um dos pilares de sustentação dos regimes fascistas²³ ou filofascistas.

Tomando esse critério como único definidor das dificuldades encontradas por uma dada sociedade, a tendência é que se estabeleçam perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas – e religiosas, pois aqueles que não aderem ao cristianismo também são vistos com desconfiança no contexto do conservadorismo presente nas *Reflexões*²⁴ –, subsidiadas pelo discurso do “interesse nacional” e em defesa da “limpeza” e do “expurgo” desses elementos “nocivos” à sociedade. Qualquer indivíduo ou grupo dissidente, ou mesmo opositor, tende a ser encarado como “traidor” da “nação”. Burke, na condição de fundador do conservadorismo,

167

que mais tende à perpetuação da própria sociedade [...] Entre nós, a Câmara dos Lordes é formada sobre esse princípio. Compõe-se inteiramente pelos que possuem propriedade e distinção hereditárias, perfazendo, com isso, a terça parte do Parlamento e, em última instância, o único juiz de toda propriedade, em todas as suas subdivisões (2014, p. 72, grifos nossos). Está claro que, para Burke, o ato de governar bem é uma capacidade exclusiva dos grandes proprietários. “No momento presente, os senhores parecem ter-se extraviado da grande estrada da natureza. A propriedade da França não a governa. É certo que a propriedade está destruída e não se desfruta de uma liberdade racional”, repreende ele.

- 23 Neste trabalho, a concepção de fascismo esta baseada nos estudos de Leandro Konder, contidos em *Introdução ao fascismo* (2009).
- 24 “Sabemos, para nosso orgulho, que o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. [...] aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciosa e degradante devesse tomar seu lugar” (2014, p. 110).

não poupa censuras à ideia dos “Direitos do Homem”, cara aos jus naturalistas – fundamentalmente, a Rousseau.

Para defensor o dos “direitos hereditários”, os “Direitos do Homem” constituem um posto avançado para difusão perigosa de conceitos antinaturais e abstrações infundadas, como igualdade, democracia, direitos inalienáveis, e assim por diante. Segundo ele, trata-se de um “[...]imenso arsenal de armas ofensivas, os Direitos do Homem” (2014, p. 134). Seus defensores, sob a pena de Burke, são descritos como membros de “[...] clubes compostos de uma mescla monstruosa de todas as condições sociais, línguas e nações” (2014, p. 87).

Na longa narrativa dedicada ao assassinato de Luís XVI e família²⁵, Burke claramente associa o “crime”, o “terror” e o “horror”, junto com a grande sequência de crimes cruéis que aparenta denunciar, às ideias centrais do Iluminismo²⁶. O autor das *Reflexões* não aventava outra possível determinação para o processo revolucionário que não seja o cultivo (que ele considera) pernicioso das ideias iluministas.

Não é possível silenciar sobre o elogio ao “preconceito” que se encontra como eixo das reflexões burkeanas.

25 Essa cena é apresentada com um tom melancólico à beira da caricatura. O objetivo, talvez, seja uma tentativa de convencimento, pela emoção e pelo tom apocalíptico, das calamidades provenientes de uma revolução insurrecional. Conferir páginas 91 a 95 das *Reflexões* (2014).

26 Ele afirma: “Com efeito, esboçou-se ousadamente uma série de regicídios e sacrílegos massacres, mas não passou de um esboço. Isto, infelizmente, ficou inacabado nesse grande painel histórico de massacre dos inocentes. Veremos, em seguida, qual lápis arrojado de um grande mestre da escola dos Direitos do Homem irá rematá-lo” (BURKE, 2014, p. 93). Mais à frente, Burke atribui às atitudes de Voltaire (pseudônimo de François Marie Arouet) e Rousseau parcela significativa da responsabilidade pela preparação dos acontecimentos de 1789. O conservador, por outro lado, não profere uma única crítica às obras de Adam Smith ou ao pensamento de John Locke. Thomas Hobbes também não é citado, tampouco Kant ou Hegel.

[...] em vez de prescindir de nossos velhos preconceitos, nós os cultivamos em um grau muito considerável e, para nossa maior vergonha, nós os cultivamos porque são preconceitos, de modo que quanto mais tenham durado e mais tenham prevalecido, tanto mais os cultivamos. [...] Muitos de nossos filósofos, em vez de desacreditarem os preconceitos gerais, empregam sua sagacidade em descobrir a sabedoria latente que eles encerram. Se encontram o que buscam (e raramente falham), consideram mais sensato continuar com o preconceito, juntamente com razão que o envolve, do que, prescindindo desta capa, deixar a razão nua; porque o preconceito torna a razão ativa; e pela afeição que lhe inspira, confere-lhe permanência. O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso (BURKE, 2014, p. 106).

Ainda que seja feita a ressalva quanto ao sentido empregado pelo conservadorismo aos “preconceitos” – segundo o qual estes últimos consistiriam em um referencial estabelecido pelo acúmulo das experiências²⁷ – ao fundamentar as escolhas, ações e pensamentos em “preconceitos”, o conservadorismo abole qualquer perspectiva de debate racional sobre a formação social e econômica de uma dada sociedade.

Além disso, passa a enquadrar indivíduos e grupos em padrões previamente estabelecidos. As exceções, por derivação, tendem a ser encaradas como “desvios”, “anomias”, “doenças”, como “casos” a serem reconduzidos ou reprimidos, posto que representem “ameaças”.

²⁷ Robert Nisbet, entre outros conservadores, afirma essa ressalva: “[...] preconceito é a essência de toda uma maneira de conhecer, compreender, sentir [...] Para Burke, o preconceito é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria confidas na tradição” (1987, p. 57, 58).

Com alguma variação (relativa mais à forma de exposição que ao conteúdo em si mesmo), esse princípio dos “preconceitos” como fonte de orientação ideal e de conduta moral é abraçado pelos conservadores da atualidade – muito embora ele apareça, nos contemporâneos, atenuado, quando comparado à formulação do fundador do conservadorismo clássico²⁸.

Mais tarde, a sociologia de Émile Durkheim se baseará nesse tipo de critério para definir o “normal” e o “patológico” no “organismo social”. Não obstante a maior sofisticação do pensamento durkheimiano – em relação ao burkeano –, o sistema de conceitos do primeiro funcionalista redundava em um levantamento das causas e consequências dos comportamentos e condutas desviantes, assim como os possíveis “remédios”²⁹ a serem empregados a fim de recuperar a condição de “harmonia” conferida pelo avanço da “solidariedade orgânica”.

Seria um erro subestimar a influência política e a importância de Edmund Burke na base da formação do pensamento conservador e do conservadorismo como vertente política. Domenico Losurdo³⁰,

28 Tem se avolumado no Brasil uma bibliografia conservadora significativa. Ligada ao conservadorismo clássico de Burke e empenhada em substanciar um projeto societário nesse país. Sobre essa questão do papel dos preconceitos no conservadorismo, por exemplo, já é possível consultar em português a obra de Theodore Dalrymple, *Em defesa do preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas* (2015). João Pereira Coutinho também aborda esse tema em seu *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários* (2014).

29 Os homens prudentes aplicarão seus remédios aos vícios, não aos nomes, às causas permanentes do mal, não aos órgãos efêmeros pelos quais elas atuam e às formas transitórias que assumem” (2014, p. 157). Os vícios, a que Burke se refere, seriam espécies degeneradas de conduta moral, que ele especifica: “[...] orgulho, ambição, avareza, vingança, luxúria, hipocrisia [...]” (2014, p. 157), a lista segue.

30 Em *A hipocondria da antipolítica* (2014), Losurdo faz um levantamento relevante dos autores, obras e órgãos de imprensa conservadores inspirados por Burke na

atento às nuances adquiridas pelo conservadorismo na Europa, destaca sua penetração na “atrasada” Alemanha da época, mas também a tendência à ampliação internacional de sua influência:

É inegável a grande influência de Burke sobre o conservadorismo alemão durante toda a sua evolução, até o século XIX. [...] *Edmund Burke fornece o primeiro modelo de crítica à revolução, assesta as armas e o arsenal teórico que depois será utilizado também em outros países durante a luta também contra as revoluções posteriores.* (2014, p. 373, grifos nossos).

As *Reflexões*, nesse sentido, não apresentam apenas a síntese dos interesses contrarrevolucionários de uma aristocracia golpeada. Constituem-se também em um manual antirrevolucionário, na medida em que constrói um quadro de referência ideológica e política elaborado como antítese da revolução insurrecional, aquela que funda uma nova sociabilidade por intermédio do “assalto ao céu”. Em seu lugar, prescreve um ideal e uma prática “revolucionária” de mudanças políticas e econômicas “pelo alto”, conduzidas pelos setores mais elevados das classes dominantes.

Edmund Burke não aprova alianças ou coalizões com classes sociais emergentes em função de serem destituídas de tradições, heranças e ideais de nobreza e cavalheirismo, tais como, à época, a nascente burguesia industrial e também a mercantil. Tais classes, excessivamente ligadas ao enriquecimento privado, na visão do autor, seriam desprovidas de uma visão mais geral de ordem pública, típica dos nobres feudais. Essa posição será, depois, revista pelos demais conservadores.

Interessante observar de passagem que, no contexto político brasileiro imediatamente anterior e posterior à aprovação da admissão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff,

Europa, incluindo-o também como uma das fontes “teóricas” que lançaram as bases do “darwinismo social”.

a maior parte dos partidos que compunham a base aliada do governo abandonou suas posições e engrossou as fileiras da oposição conservadora, levantando, entre outras bandeiras, a necessidade de isolar o Partido dos Trabalhadores, conformando um grande bloco, uma espécie de “Partido da Ordem”, construído para interromper a trajetória petista no poder, permanentemente, sob a alegação de que tal partido não possuiria um projeto de nação, mas tão somente um projeto de poder, acusação semelhante, guardadas as devidas proporções, às que Burke endereça aos revolucionários franceses.

Com isso, Burke insere uma ideia cara e central ao conservadorismo: aquela segundo a qual a política deve ser feita por proprietários, pois estes seriam sujeitos “naturalmente” propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente. Nesse momento, constitui-se uma tentativa de naturalização do conservadorismo, algo que corresponderia a uma espécie de “ontologia conservadora”.

Essa “ontologia conservadora” é falsa em seus fundamentos, e artificial em seus argumentos, tal como sustentamos anteriormente, quando abordamos a centralidade do trabalho para a ontologia do ser social, recorrendo a Lukács e a Marx.

Mencionando a realidade brasileira, por oportuno e de passagem, podemos destacar que essa forma de pensar influencia o flagrante preconceito de classe em relação à liderança, nos anos 2000 e 2010, do ex operário Luís Inácio Lula da Silva, extensivo às esquerdas de uma forma geral. Boa parte dos setores radicalizados à direita utiliza o discurso que desqualifica o ex-presidente a partir de sua origem de classe.

A política, na visão desses conservadores, não foi feita para ser conduzida por um operário ou sindicalista, mas por um legítimo herdeiro das classes dominantes, de raiz aristocrática ou de plena e irrestrita identificação ideológica, exemplificada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mais tarde, a partir de 1848, o pensamento liberal constituirá um dos pilares de sustentação do *conservadorismo*, significando uma mudança importante no seu eixo. Isto é, de pensamento antiburguês, passa a se constituir como mais uma ideologia conservadora típica da sociedade capitalista.

Losurdo registra essa tendência: “É toda a burguesia europeia que, depois de 1848, em função antijacobina e antiproletária, exalta, transfigurando-a, a tradição política inglesa.” (2014, p. 389). Particularizando a influência burkeana na própria França, Losurdo observa os ecos das *Reflexões* de Burke nas declarações de Guizot, um dos articuladores das forças da reação e primeiro ministro de 1847 a 1848:

[...] Guizot, que, depois de 1848, opõe a catastrófica e fracassada onda revolucionária francesa à Revolução Gloriosa de 1688, eficaz e vitoriosa à medida que, evitando qualquer “desvio”, foi “realizada por homens prestigiosos”, por “homens de ordem e de governo, não por revolucionários”, foi “realizada não por sublevações populares, mas por partidos políticos organizados, por partidos de política legal, não mais de conspiração e insurreição”. Eles estavam muito longe da ideia de “derrubar a ordem estabelecida” ou de “mudar as bases da sociedade e os destinos da humanidade” (2014, p. 390).

173

O caráter assistemático das *Reflexões* – que dispensa o uso de categorias de análise, conceitos racionais e afasta a própria razão ao identificá-la como fonte de tirania e fonte de erros – fundou também a forma característica de construção do discurso conservador.

A maioria dos conservadores da contemporaneidade tende, outra vez, a elevar as “paixões”, os “sentimentos”, as “intuições”, ao patamar de fonte verdadeira de conhecimentos, posto que são provenientes “das verdades profundas da alma humana” e, por isso, seriam mais “puras” que as conclusões eivadas pelo crivo “artificial” da razão e do método científico. Esse afastamento e essa “destruição da razão” (LUKÁCS, 1972), tal como concebida

pela modernidade, permitem situar Edmund Burke como um dos pioneiros do irracionalismo.

O conservadorismo burkeano se particulariza, assim, no espectro mais amplo das ideologias conservadoras, como uma coletânea quixotesca de princípios aristocráticos, empunhados não apenas contra a revolução insurrecional, mas também contra quaisquer ideais progressistas oriundos da modernidade. Isto é, uma determinada matriz de pensamento e ação que se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, procurando substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes.

Nessa medida, o autor das *Reflexões* incorpora a “hipocondria da antipolítica”, designação crítica que Domenico Losurdo recolhe de Hegel para qualificar “uma visão de mundo, que torna difícil ou impossível a participação ativa e consciente na vida política” (2014, p. 9). A hipocondria da antipolítica, segundo o autor, seria uma espécie de “síndrome” que acomete os movimentos políticos quando de uma sequência de derrotas. No caso da burguesia setecentista e oitocentista, essa síndrome resultou no abandono dos ideais revolucionários e no recrudescimento da intolerância às exigências do proletariado.

No cenário político brasileiro contemporâneo, a “hipocondria da antipolítica” é uma possibilidade posta para as esquerdas brasileiras que, junto com o Partido dos Trabalhadores, sofreram um duro golpe advindo da direita e da extrema-direita. O Partido dos Trabalhadores, que nunca assumiu o ideal da revolução comunista, havia deposto quase a totalidade de seus ideais progressistas no momento em que definiu a estratégia da conciliação de classes, mediante a ampla concessão aos interesses das classes dominantes brasileiras, agarrando-se e reduzindo seu horizonte aos programas de transferência de renda como bastiões do desenvolvimento econômico com “justiça social”. Concessões tão extensivas e intensivas que seria

possível estabelecer a imagem segundo a qual o Partido dos Trabalhadores cumpria a função de “gestor do capital por procuração”.

O fato é que a derrota do partido, dadas as características específicas da conjuntura brasileira, representa um momento difícil para as esquerdas de uma forma geral, e para as revolucionárias em particular. Para a reorganização das forças revolucionárias, urge combater à “hipocondria da antipolítica” e a política de conciliação de classes, pois do ponto de vista da ruptura com a lógica da reprodução do capital como totalidade histórica, ambas são estratégias políticas fracassadas, amplamente demonstradas por várias experiências históricas, entre as quais se soma a recente ascensão e declínio do projeto petista no Brasil e as derrotas da socialdemocracia europeia.

175

Conservadorismo e bonapartismo: convergências

O conservadorismo de Edmund Burke é uma reação ideológica e política ao golpe desferido pela burguesia, liderando outras classes sociais, sobre as classes dominantes do antigo regime. Esse golpe tem seu ponto mais alto nos eventos da Revolução Francesa, precisamente o alvo das críticas do autor. Falecido em 1797, Burke não viveu para acompanhar, no longo prazo, o desenlace dos eventos abertos em 1789.

Seu discurso, portanto, representa o fôlego final de uma geração de políticos e intelectuais que davam voz aos interesses da aristocracia feudal. Suas tribunas, de onde materializavam suas posições nas lutas de classes, foram os parlamentos dos principais países europeus, de onde intervinham nos temas centrais da economia, da política e da cultura.

A obra de Burke é o ponto de partida de uma tradição de pensamento e ação que, com variações de menor relevância, parte do cerne da crítica burkeana ao processo revolucionário insurrecional.

Depois das *Reflexões*, o conservadorismo assentou as bases para estabelecer a crítica ideológica e política à revolução e aos revolucionários. Uma crítica sobretudo de caráter moral, mas que adquire vigor e densidade quando empunhada em momentos de crise revolucionária, quando as alternativas para a reprodução social se abrem às últimas consequências (conservação ou revolução) e os projetos societários se colocam como antagonísticos e contraditórios em totalidade.

A ideia central do conservadorismo clássico, assentada por Burke e incorporada pelos conservadores até a contemporaneidade, é a negatividade da revolução. Sob todos os aspectos e pontos de vista, para o conservadorismo, a revolução é não apenas desnecessária, mas, sobretudo, devastadora para as relações sociais. O fundador do conservadorismo tinha como objeto de crítica o processo revolucionário burguês.

Todavia, a tradição conservadora pós-Burke universalizou essa particularidade. Tocqueville, por exemplo, que já se defronta, em sua maturidade, com a força do proletariado como classe para si, empenha esforços para demonstrar que todas as mudanças provocadas pela revolução – da reforma agrária à reforma educacional e demais – já vinham sendo desenvolvidas pelas monarquias. No limite, segundo o pensamento do autor, a monarquia chegaria aos mesmos resultados a que chegaram os revolucionários, mas de modo a evitar os “excessos” de uma revolução (MENESES, 2004)³¹.

31 Juízo idêntico é sustentado por Norberto Bobbio: “Desde seu primeiro escrito juvenil, solicitado por John Stuart Mill, sobre a Revolução Francesa, depois de afirmar que ‘se exageram’ os efeitos produzidos pela Revolução, Tocqueville sustenta que ela ‘regulou, coordenou e legalizou os efeitos de uma grande causa, em vez de ser ela mesma uma causa’, e conclui: ‘O que a Revolução fez teria sido feito, não duvido, sem ela; ela nada mais foi que um processo violento e rápido com o auxílio do qual a situação política se adaptou à situação social, os fatos às ideias, as leis aos costumes’” (2000, p. 608).

Outros conservadores clássicos desenvolvem e ampliam suas ideias em torno desse eixo temático inaugurado por Burke, isto é: a antirrevolução. As lutas de classes nos principais países europeus, por outro lado, reservaram novas determinações, novos sujeitos e novos cenários para o desenlace do processo aberto em 1789.

Um dos fundamentos ideológicos mais importantes do conservadorismo, qual seja, a defesa da realização de reformas e mudanças políticas e econômicas “pelo alto”, dirigida por sujeitos ou estratos mais altos no interior das classes sociais dominantes, revelou-se como tendência histórica concreta nos regimes que surgiram para conduzir a modernização capitalista tardia, ou hipertardia.

Na Europa, esses regimes assumiram os traços do que Marx designou como “bonapartismo” (2011 a). Mas o bonapartismo, como regime e tendência política e econômica, pode ser identificado, com nuances e determinações particulares, em outras regiões do mundo, principalmente quando houve a confluência da necessidade da modernização capitalista acelerada e relativa fragilidade no movimento operário, como é o caso de alguns países da América Latina e da Ásia³².

32 Em *Engels e a teoria do bonapartismo* (2014), Felipe Demier menciona, como variações do bonapartismo francês clássico, fora da Europa, o caso do Japão e do Brasil. Na Europa, a Alemanha e a Itália se constituem variantes dessa tendência. Já Valério Arcary, no *Prefácio* ao livro *O longo bonapartismo brasileiro: 1930-1964* (2013), de Felipe Demier, arrola, ainda, o peronismo na Argentina, o aprismo no Peru e a vigência do Partido Revolucionário Institucional, no México. O próprio Demier, à página 49 de *O longo bonapartismo brasileiro: 1930-1964* (2013), acrescenta os casos variantes do Equador (1934-1972, com intermitências), Bolívia (1952-1964, com intermitências) e Guatemala (1951-1954). Por outro lado, o autor evita qualificar como bonapartistas alguns regimes típicos da América Central e da África, dada a ausência de um desenvolvimento capitalista que implique relações de hegemonia e crise de hegemonia burguesa/bonapartismo entre as classes dominantes e dominadas locais (majoritariamente orientais). Nosso objeto de estudo impõe limites à abordagem do bonapartismo. Nessa medida, escapa

Com o abandono de qualquer perspectiva revolucionária da burguesia e a emergência do proletariado como sujeito portador de um projeto societário para além do capital, o arsenal antirrevolucionário do conservadorismo clássico voltou-se contra o proletariado. E, via de regra, as acusações de “inimigos da sociedade”, endereçadas por Burke aos revolucionários burgueses e demais sujeitos e classes sociais dominadas, passaram a ser dirigidas ao proletariado.

Tanto em sua constituição como sujeito político, quanto em sua existência em si, o proletariado passa a ser o alvo privilegiado das condenações morais dos conservadores. Ora reprovando sua organização política com as mesmos adjetivos dedicados aos revolucionários jacobinos, ora censurando suas condições de vida e padrões de sociabilidade cotidiana resultantes do pauperismo, os conservadores reúnem suas forças, com outras tradições de pensamento, na luta contra os interesses e os ideais das classes dominadas – o que inclui a luta por direitos e, no limite, uma sociedade comunista.

Marx registra o estreitamento do horizonte revolucionário da burguesia em várias passagens de sua obra. Escrevendo *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011 a) entre 1851 e 1852, Marx observou a ocaso da burguesia revolucionária, sua deposição de bandeiras de lutas e irreversível processo de aliança com as forças da reação.

Se já via com ressalvas o processo revolucionário “heroico” dos jacobinos³³, a dura repressão que recaiu sobre as revoluções de 1848 e a aliança da burguesia – de tendências democráticas

aos nossos propósitos estabelecer um debate que aprofunde o bonapartismo em suas particularidades nacionais. Do mesmo modo, não é nosso objetivo construir uma recuperação exaustiva da apropriação dessa categoria (ou conceito) pela tradição marxista.

33 “Não obstante o caráter nada heroico da sociedade burguesa, muito heroísmo havia sido necessário, além da abnegação, do terror, da guerra civil e de batalhas entre povos, para trazê-la ao mundo” (MARX, 2011 a, p. 27).

inclusive – com os setores mais truculentos da restauração, forneceram os elementos históricos para que Marx concluísse sua análise crítica sobre o desfecho da revolução burguesa indicando suas limitações ontológicas. Diz ele:

Todo um povo, que por meio da revolução acreditava ter obtido a força motriz necessária para avançar com maior celeridade, de repente de vê arremessado de volta a uma época extinta [...] As revoluções burguesas como as do século XVIII precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, um efeito dramático é suplantado pelo próximo, pessoas e coisas parecem refulgir como brilhantes, respira-se diariamente o êxtase; porém, elas têm vida curta, logo atingem o seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo. (2011 a, p. 27, 29, 30).

179

Ao tempo em que sugere esses limites das revoluções burguesas, isto é, sua relativa rapidez em conquistas para a burguesia como classe e a simultânea incapacidade de fazer avançar essas conquistas para a totalidade social, Marx sinaliza a necessidade da construção de um projeto societário autônomo para o proletariado.

As revoluções burguesas, segundo ele, estavam ontologicamente impedidas de estender os avanços civilizatórios ao proletariado³⁴. Elas destituíram o antigo regime e desataram o processo para a constituição de uma sociedade correspondente às necessidades da acumulação do capital.

34 “A emancipação dos trabalhadores – mesmo como mera *fraseologia* – se transformou em um perigo insustentável para a nova república, pois ela representava um protesto constante contra a instauração do crédito que estava baseado no reconhecimento sereno e desanuviado das relações econômicas de classes existentes. Era preciso, portanto, *acabar com os trabalhadores*”, escreve Marx em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (2012, p. 54,55).

Para tanto, a forma política da república é a que melhor se ajusta à anarquia da produção. Se “O dinheiro não tem senhor” (MARX, 2012, p. 74), então a “[...] a burguesia não tem rei; a verdadeira forma de seu domínio é a república” (MARX, 2012, p. 74), “[...] a república nada mais era que um novo traje de gala para a velha sociedade burguesa” (2012, p. 50).

As derrotas de 1848, nas quais o proletariado se viu sitiado pelas demais classes, aglutinadas sob o lema “Propriedade, família, religião, ordem” – palavras de ordem caras ao conservadorismo desde Burke, demonstraram que o projeto de sociedade liderado pela burguesia é contraditório em relação aos interesses histórico-universais do proletariado, que consiste na instauração de uma ordem societária que destitua a exploração do homem pelo homem.

O chamado “Partido da Ordem” (2011 a, p. 97) reuniu os diversos setores das classes dominantes francesas sob a bandeira da necessidade da conservação da estrutura das relações sociais estabelecidas, “ameaçadas” pelo proletariado no momento de sua constituição como classe-para-si. Malgrado fraturas e contradições internas, nomeadamente, entre a aristocracia financeira e a burguesia industrial, membros das dinastias Bourbon e Orléans; a burguesia latifundiária – saída das fileiras da antiga nobreza – e os pequeno-burgueses com tendências democráticas, até mesmo uma fração expressiva do *lumpemproletariado* – arregimentado pela Sociedade 10 de dezembro –, as classes dominantes posicionaram-se, a partir das revoluções de 1848, a favor “da sociedade” e contrários aos “inimigos da sociedade”, isto é, ao proletariado³⁵.

35 Esse fenômeno é um paralelo histórico singular em relação à formação do bloco conservador formado para interromper e golpear definitivamente a trajetória do Partido dos Trabalhadores na realidade brasileira dos anos 2000 e 2010, mediado pelo processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Diante de um momento histórico de crise revolucionária³⁶ como 1848, a burguesia tende a empunhar as ideologias conservadoras e, em particular, o conservadorismo e seu discurso condenatório da revolução comunista, que se constitui como principal possibilidade de superação da ordem do capital. No caso em destaque, ela concretizou essa tendência aderindo à contrarrevolução com a justificativa de que “Antes um fim (da revolução – JMAS) com terror (justificado e propagado pela contrarrevolução – JMAS) que um terror sem fim (supostamente, os resultados necessários da revolução proletária – JMAS)” (MARX, 2011 a, p. 128).

O discurso da ordem era acompanhado, ideologicamente, do discurso da necessidade da estabilidade econômica com vistas à reprodução das relações sociais, definidas como necessárias para a preservação do bem estar nacional. As classes, por essa mediação, eram mobilizadas à defesa da sociedade burguesa. Marx, todavia, destaca os interesses concretos que conferem substância ao discurso da estabilidade econômica:

Todo o moderno negócio com dinheiro e toda a economia bancária estão intimamente entretrecidos com o crédito público. Uma parte do capital ativo necessariamente é investido em títulos públicos facilmente resgatáveis e emprestado a juros. Os seus depósitos, o capital disponibilizado entre eles e distribuído por eles entre comerciantes e industriais, flui em parte dos dividendos dos detentores de fundos públicos. Se em todas as épocas a estabilidade do poder estatal equivalia a algo como Moisés e os profetas para todo o mercado do dinheiro e para os oficiantes desse mercado, como deixaria de sê-lo nos dias de hoje, em que todo dilúvio ameaça arrastar embora as velhas dívidas públicas junto aos velhos Estados? (MARX, 2011 a, p. 122).

Com estas observações, Marx faz notar o substrato material dos interesses envolvidos na manutenção e preservação da “ordem”. A despeito de levar a termo as categorias de análise do capitalismo apenas em *O Capital* (1985 a), isto é, mais de uma década depois da elaboração das linhas acima, Marx já deixa transparecer as relações entre o capital bancário e o capital industrial, entre o capital fictício e o endividamento do Estado, presentes no período em tela.

Essas relações contraditórias no interior das classes dominantes – que envolvem a concorrência e a centralização de capital, e entre essas e o proletariado revolucionário, além das relações de todas essas classes com o *lumpemproletariado* – consubstanciaram o conteúdo histórico de uma conjuntura particular, que permitiu a ascensão e permanência do governo contrarrevolucionário e oportunista do sobrinho de Napoleão.

Sob seu “comando”, o Segundo Império francês se estendeu até 1870, lançando as bases do *bonapartismo*. “O golpe de Estado sempre foi ideia fixa de Bonaparte” (MARX, 2011 a, p. 129). Napoleão III, “o pequeno”, em dezembro de 1851, instaura um regime e um período de dura repressão ao proletariado. Um período marcado pelo recrudescimento das posições políticas à direita, que coincide com a implementação das reformas econômicas mais urgentes para a burguesia, quando

Declara-se como *socialista* o liberalismo burguês, o Iluminismo burguês e até a reforma financeira burguesa. Era considerado um ato socialista construir uma ferrovia onde já havia um canal, e era um ato socialista defender-se com um bastão ao ser atacado por uma espada. (MARX, 2011 a, p. 80).

Sua ditadura golpeia a pequena burguesia ao mesmo tempo em que favorece a aristocracia financeira³⁷ e reprime os trabalhadores.

37 Em *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, escrito antes de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx já anotava a proeminência da aristocracia

“[...] a aristocracia financeira se tornara bonapartista”, afirma Marx (2011 a, p. 121). Reprime duramente o movimento operário ao mesmo tempo em que arregimenta parcela significativa do campesinato e do *lumpemproletariado*, usando como mediação uma instituição filantrópica com claros objetivos políticos, a Sociedade 10 de dezembro³⁸.

Napoleão III amparou seu império sobre a inércia política instaurada sobre o conjunto das classes dominantes. Sob o discurso conservador do Partido da Ordem, segundo o qual “A França pede acima de tudo tranquilidade” (2011 a, p. 97), as classes dominantes, apequenadas, não reagiram ao golpe de Estado, e “[...] como a França queria, acima de tudo, tranquilidade, o Partido da Ordem não ousou responder ‘guerra’ à ‘paz’ proposta por Bonaparte” (2011 a, p. 97).

As classes dominadas, por sua vez, de um lado, duramente reprimidas, de outro, cooptadas e pacificadas, foram destituídas das forças necessárias não apenas à resistência ao golpe, mas à transformação revolucionária da sociedade, preventivamente.

Diante dessas contradições, o regime de Napoleão III conseguiu aplicar mudanças políticas e econômicas “pelo alto”, ao sabor do conservadorismo. Ao tempo em que sua base de apoio era,

financeira na França republicana: “Toda a nossa exposição mostrou que a república, desde o primeiro dia de sua constituição, não derrubou, mas reforçou a aristocracia financeira” (2012, p. 123).

38 Marx afirma que “Na sua sociedade 10 de Dezembro, ele reuniu 10 mil lumpens que deveriam representar o povo do mesmo modo que Klaus Zettel representou o leão” (2011 a, p. 92). “[...] Bonaparte [...] era permanentemente acompanhado pelos afiliados à *Sociedade 10 de Dezembro*. Essa sociedade data do ano de 1849. Sob o pretexto da instituição de uma sociedade beneficente, o lumpemproletariado parisiense foi organizado em seções secretas, sendo cada uma delas liderada por um agente bonapartista e tendo no topo um general bonapartista” (2011 a, p. 91).

majoritariamente, o *lumpemproletariado* – a parcela mais pauperizada dos trabalhadores –, suas decisões e encaminhamentos obedeciam, contraditoriamente, aos requisitos da aristocracia financeira. Nesse contexto é que sucumbe a nascente social democracia da *Montanha*, uma tentativa de coalizão de pequeno-burgueses (a camada mais baixa da burguesia) e trabalhadores.

A pequena-burguesia era uma classe comprimida entre as pressões e demandas políticas do proletariado e sua própria inserção subordinada na estrutura das classes dominantes³⁹. No limite, ela abandonou as pautas revolucionárias e aderiu a uma plataforma que lhe permitisse manter sua condição, isto é, a conservação do capitalismo. Marx registra, em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (2012), a situação contraditória da pequena-burguesia. Para cada pressão vinda de cima, uma alternativa era criada e, para a criação alternativa, a pequena-burguesia convocava o apoio do proletariado:

O capital acoisa essa classe principalmente como *credor*; ela exige *instituições de crédito*; ele a destrói por meio da *concorrência*; ela exige *associações* apoiadas pelo Estado; ele a subjugava por meio da *concentração*; ela exige *impostos*

39 Em *As lutas de classes na França*, Marx indica a contradição da pequena-burguesia nos momentos preparatórios ao golpe de Estado de Luís Bonaparte, algo que se agravou sob seu regime: “[...] os pequeno-burgueses na qualidade de devedores foram entregues nas mãos dos burgueses na qualidade de credores. Grande parte dos primeiros foi levada à ruína completa e o restante só pôde continuar tocando seu negócio sob condições que os transformavam em servos incondicionais do capital” (2012, p. 73). Com esse tipo de inserção na estrutura de classes, a pequena-burguesia é desprovida de condições ontológicas para alçar-se à liderança de um processo revolucionário proletário. Isso porque uma revolução proletária significa a destituição da própria pequena-burguesia. Sua plataforma política precisa se limitar a mudanças residuais que não infirmam o sistema do capital.

progressivos; limitação das heranças, que o Estado assumia as grandes obras e outras medidas que *detenham à força o crescimento do capital*. (2012, p. 138).

As pressões do Partido da Ordem⁴⁰, no entanto, atenuaram a pauta de lutas de *Montanha* ao ponto de esvaziá-la. No regime de Napoleão III, a *Montanha* já havia declinado seus ideais e se apresentava como defensora da ordem, na medida em que “[...] reivindicavam-se instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia” (2011 a, p. 63), e mais: “[...] a modificação da sociedade pela via democrática, desde que seja uma modificação dentro dos limites da pequena-burguesia” (2011 a, p. 63).

Com a adesão da pequena-burguesia aos lemas conservadores, o proletariado é compelido à elaboração de um projeto societário autônomo e radical, do contrário, a alternativa não é outra, senão a permanência da inserção subordinada e explorada na estrutura de classes.

Essa configuração do bonapartismo clássico francês, em que um sujeito político, diante de alguns impasses decorrentes de contradições específicas de classe, consegue dirigir a modernização capitalista aparentemente acima dos interesses de classes, operando por um discurso que apela ao consenso e à preservação da sociedade contra os “inimigos da sociedade”, ao sabor do conservadorismo, pode ser encontrada em outros países do mundo.

40 Marx faz notar a envergadura que o Partido da Ordem adquiriu em *As lutas de classes na França*: “O Partido da Ordem se formou imediatamente após as jornadas de junho [...] a coalizão de orleanistas e legitimistas em um único partido.” (2012, p. 98). Essa fusão significa a conciliação das duas classes sociais mais poderosas naquele momento: a aristocracia financeira, que aglutinava em torno de si a grande propriedade fundiária; e a burguesia industrial.

Um analista argumenta que o traço marcante do bonapartismo é que “O seu rosto foi, invariavelmente, o de um bonaparte, ou seja, de um homem que está acima das divisões políticas, e foi predestinado para salvar a pátria” (ARCARY, 2013, p. 14). Essa imagem, de um “salvador da pátria”, de uma figura política que inspira “confiança” em sua “missão” de conduzir a sociedade por um momento crítico, coincide com o ideal do conservadorismo burkeano em torno da instituição da cavalaria e da nobreza.

No conservadorismo contemporâneo, esse traço do bonapartismo aparece reforçado na sacralização do princípio da “prudência” no pensamento e na ação. Em nome da “prudência”, a política e o poder político, relacionados dialeticamente com os rumos da economia, resultam justificados ideologicamente em sua crescente concentração⁴¹, mediante o discurso da meritocracia e da liberdade de mercado. Esse é o fundamento sócio-histórico que cria as condições para a ascensão de sujeitos políticos de extrema-direita, que emergem com a radicalização do discurso da ordem, ainda que esse discurso careça de bases concretas, exemplificados, na contemporaneidade por políticos como Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil, Marine Le Pen na França, entre muitos outros.

O bonapartismo se particulariza por emergir, geralmente, em momentos de crise, nos quais a classe dominante está fraturada e cindida por contradições internas e, por isso, não consegue dirigir o conjunto das classes sociais. No limite, as contradições no interior das classes dominantes podem fragilizar o sistema e, com isso, abrir um flanco para uma ofensiva revolucionária dos trabalhadores. “Quando o perigo da revolução social ameaça a manutenção da ordem, o bonapartismo é um regime de emergência para salvar a classe dominante de si mesma” (ARCARY, 2013, p. 16).

41 Conferir KIRK, Russel. *A política da prudência*. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo, É Realizações, 2014. (Abertura Cultural)

Isto significa que, na sociedade burguesa, as ideias e práticas do conservadorismo encontram máxima ressonância e, dialeticamente, substrato material, nos regimes bonapartistas.

O conservadorismo é a ideologia da crise. Nessas configurações particulares das lutas de classes, onde há uma “autonomia relativa do Estado em relação aos humores que prevalecem, conjunturalmente, dentro da classe cujos interesses o Estado defende de conjunto” (2013, p. 16), o conservadorismo alcança seus objetivos basilares, quais sejam, de um lado, implementar reformas “pelo alto”, que significam, na maioria das vezes, modernizações conservadoras da economia, da política e da cultura, e, de outro, aglutinar os discursos e práticas das classes dominantes em torno da “proteção da sociedade”, produzindo um ambiente político e cultural antirrevolucionário.

187

Para o conservadorismo posterior a Burke, é admissível entender o que Arcary atribui ao bonapartismo: “O bonapartismo sempre foi, por suposto, um regime a serviço da defesa do Estado capitalista. Mas pode contrariar, frequentemente, aquilo que a burguesia quer” (2013, p. 16), ao menos em termos imediatos. Precisamente por se constituir em momentos de crise, onde as rupturas e divergências de interesses materiais mais prementes se explicitam, o bonapartismo pode conduzir à conservação da totalidade da reprodução burguesa e capitalista, ainda que isso implique penalizar alguns setores da própria classe dominante. Diante de tal atributo dos regimes bonapartistas, o conservadorismo se vê contemplado, uma vez que seu objetivo precípua é a conservação da totalidade das relações sociais.

Sobre essa capacidade bonapartista, Arcary sustenta que:

Em situações de intensa luta política, em especial nos países periféricos, entre a crise de 1929 e o final da Guerra Fria, a melhor defesa da ordem burguesa foi feita por líderes que

contrariavam o imediatismo da classe que representavam. Essa desconexão entre direção e classe não foi incomum. Foi, na verdade, mais do que uma exceção histórica, uma constante [...] (2013, p. 16).

Diante de tais características, no entanto, é razoável preservar a atenção para que o conteúdo teórico e histórico do bonapartismo, tal como formulado por Marx para pensar o caso clássico da França, não seja diluído mediante a identificação sumária de algumas de suas propriedades. Isto é, o bonapartismo não pode servir para qualificar, sem mediações, quaisquer regimes que apresentem alguns de seus traços característicos.

Não basta a presença, em si, da repressão. Ou mesmo a aparente autonomia (sempre relativa) de uma liderança política em relação às classes dominantes, que exerce um papel de “mediador” entre os interesses mais candentes. Ou a clara incapacidade de uma classe dominante exercer hegemonia, em virtude de contradições internas e conflitos de interesses de difícil solução. Ou o fenômeno da hipertrofia do aparelho burocrático-institucional. Ou mesmo a manipulação política de camadas do *lumpemproletariado* e de setores do campesinato, comumente arregimentados como base de apoio popular e colocadas a serviço da antirrevolução, incluindo o combate ao movimento operário (DEMIER, 2013). Essas características despontam, isoladas ou em blocos, em muitas conjunturas políticas.

O bonapartismo, portanto, não pode ser identificado às suas características isoladas. Trata-se de um determinado momento específico da sociedade burguesa em que emergem todas essas qualidades. Contraditoriamente, a burguesia é destituída da hegemonia direta e, em contrapartida, mantém-se como classe social dominante e seu projeto de sociedade é preservado e ampliado em totalidade, mesmo que, no rescaldo, essa destituição possa

golpear alguns setores ou mesmo ideais (pequeno) burgueses – como os direitos civis e políticos, por exemplo⁴².

Demier, dedicando-se a uma definição mais clara do bonapartismo, argumenta:

Configura-se, então, uma formatação particular assumida pelo Estado capitalista em momentos de crise, um tipo de regime político caracterizado por uma dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais [...] *O bonapartismo mostra-se, então, não só como um regime político, mas também como uma modalidade de governo, na qual a classe dominante não tem acesso direto às rédeas do Estado.* É nesse sentido que o fenômeno bonapartista se refere a um dialético processo pelo qual a burguesia “abdica” das funções de domínio político da nação para ver mantida sua dominação social no seu interior (2013, p. 34).

189

Nas próximas linhas, Demier, ainda debatendo o fenômeno político bonapartista, afirma que sua origem e função social ocorre, precisamente, nos momentos de crise da sociedade burguesa (que podem ou não alcançar o estatuto de crises revolucionárias, a depender das particularidades nacionais e do acúmulo de forças e consciência de classe do proletariado). O bonapartismo,

42 Escreve Demier: “Desse modo, muitas das chamadas “liberdades democráticas”, algumas delas defendidas pela própria burguesia em seu alvorecer revolucionário, são, em um quadro de contrarrevolução política, suspensas sob alegação de serem “perigosas” e “socialistas”. Liberdades de expressão, reunião, organização, entre outros “princípios” democrático-burgueses, dão lugar, no bonapartismo, à vigência quase constante e ordinária de expedientes os quais, no regime democrático, existem apenas na qualidade de mecanismos excepcionais e temporários’ [...]” (2013, p. 35). Nesse registro, o autor parece afinar-se com o que Marx afirmava em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011 a), isto é, a tendência ao recrudescimento à direita das pautas, lutas e movimentos políticos conservadores, resultando em crescente intolerância a quaisquer formas que sejam, preventivamente, consideradas como “ameaças à ordem”.

Originado de uma situação politicamente instável gerada pela exasperação do confronto sociopolítico, o regime bonapartista, colimando preservar as bases da dominação burguesa, lança-se em uma luta física e ideológica pela reintegração e harmonização da sociedade burguesa então dilacerada. Destarte, direciona suas forças repressivas contra os perturbadores da ordem. *Prioritariamente, ataca violentamente aquele que é o fundamento primeiro do temor burguês: o movimento operário organizado.* Proibindo, fechando ou mesmo destruindo as organizações sindicais, políticas e culturais dos trabalhadores, o regime bonapartista intenta desmontar a vanguarda da classe que, pela sua própria existência, coloca em risco a manutenção da exploração social. Assim, na qualidade de indivíduos atomizados e desprovidos de uma consciência emancipatória, os trabalhadores podem passar a funcionar como base e sustentáculo de “massas” da nova ordem política capitaneada pelo próprio Estado (2013, p. 34, 35).

Essas anotações, que se baseiam nos contornos do bonapartismo clássico, expressam bem a aproximação da ideologia do conservadorismo, em particular, e a ascensão do fenômeno bonapartista. Se o bonapartismo é a configuração política que reúne e aglutina as classes dominantes – colocando-se, ao mesmo tempo, aparentemente “acima” delas para melhor preservar seus interesses –, é possível afirmar que o conservadorismo é sua síntese ideológica.

O conservadorismo fornece o discurso político⁴³ necessário e legitimador da defesa incontestada e sem ressalvas da sociedade vigente. Sua aberta posição anti e contrarrevolucionária conflui na identificação dos atuais “inimigos da sociedade”, direcionando

43 O pensamento liberal contribui nessa mesma dimensão, mas sua principal inserção é sobre o debate “econômico”.

para os movimentos políticos – mas também para os indivíduos isolados – a carga condenatória moral, repressiva e preconceituosa que lhe é habitual.

Sendo assim, se outras ideologias conservadoras – como o liberalismo, o pragmatismo, o utilitarismo – mantêm influência permanente e predominante sobre o pensamento social, político e econômico produzido na sociedade burguesa em condições de estabilidade, o conservadorismo tende a ganhar força e aglutinar os interesses dominantes nos momentos de crise. Exerce, nessa medida, a função de principal ideologia conservadora nessas ocasiões, fornecendo os elementos necessários a um pacto de classes dominantes, geralmente transitório, para desenvolver, “pelo alto”, as medidas de transição necessárias à recuperação da “estabilidade”, isto é, as condições externas e internas imprescindíveis para a permanência da exploração do trabalho.

Numa síntese bem ajustada, Demier circunscreve o bonapartismo como:

[...] uma espécie específica de arranjo político-institucional, uma formatação particular das engrenagens do Estado burguês surgida quando os meios de dominação política de tipo democrático-burguês (ou oligárquico, no caso de certas formações sociais em determinado período histórico) se mostram insuficientes e perigosos para a manutenção da ordem capitalista (2013, p. 40).

Na forma política do bonapartismo, os temas centrais do conservadorismo comparecem ricamente explicitados. No primeiro, a intensa concentração de poder político sob o domínio dos altos signatários do Executivo – determinação que inviabiliza qualquer intenção democrática, permite a realização de mudanças e reformas sem a participação das camadas populares.

Tal como prescreve o conservadorismo, no bonapartismo, habitualmente, abre-se um período de condenação das instâncias

democráticas – com destaque para o parlamento –, como causadoras dos dilemas que incidem na sociedade. O motivo seriam os intermináveis debates democráticos que obstaculizariam, ou postergariam em demasia, a implementação de reformas necessárias. É assim que o poder político passa a ser exercido sobremaneira pelos chefes do Executivo, recorrendo prioritariamente às forças de coercitivas para manter a ordem (DEMIER, 2013).

Por essa via, o que sobressai do fenômeno bonapartista, em clara sintonia com os objetivos do conservadorismo, é uma tendência à personalização da política. Não é demasiado sublinhar, mais uma vez, as reiteradas críticas de Edmund Burke às instituições republicanas e suas formas representativas como portadoras e causadoras dos entraves e impasses que fraturam a sociedade. Para o fundador do conservadorismo, a política institucional medieval era superior às formas burguesas, entre outros motivos, por prescindir das instâncias deliberativas colegiadas, típicas das formas republicanas e democráticas.

Burke considerava essas esferas como entraves ao exercício direto e resolutivo do poder político, que poderia ser mais ágil e eficiente, segundo sua visão, se exercido diretamente. Esse é um dos traços basilares que o bonapartismo, clássico ou em variantes, assume como tendência. Segundo Demier:

A relação entre governantes e governados sob o bonapartismo assume a forma de uma relação direta entre o chefe de Estado e os cidadãos nacionais [...] Seja ele um presidente civil ou militar, ou um nostálgico Imperador, o líder máximo do país, na maioria das vezes carismático e demagógico, se proclama o harmonizador na nação, dizendo *arbitrar* os interesses conflitantes provenientes de todas as partes que a constituem. A *personalização* da política é, portanto, quase sempre um ingrediente importante da receita bonapartista. (2013, p. 38).

A síntese ideológica desse processo pode ser identificada, entre outras dimensões, na concepção de indivíduo e sociedade que o conservadorismo propõe. Tanto o bonapartismo como processo, como o conservadorismo como projeto de pensamento e ação, tendem a esvaziar de conteúdo político as contradições que caracterizam o cotidiano das classes dominadas.

Esse esvaziamento serve como anteparo legitimador da concentração do poder político, identificando as camadas populares como “massas”, como “povo”, destituindo, assim, qualquer conteúdo classista e, por derivação, revolucionário⁴⁴. Nessa medida, ambos cumprem a função de somar forças no movimento permanente das classes dominantes na antirrevolução.

É com esse “povo” disforme e gelatinoso que o líder “Bonaparte”, dispensando qualquer tipo de plataforma político-programática bem definida, estabelece uma relação extremamente fetichista, apresentando-se como seu único e legítimo intérprete, como aquele que, investido de “sabedoria” e “capacidade decisória”, pode protegê-lo das injustiças sociais e das “elites gananciosas”. [...] Nessa astuta engrenagem ideológica do regime, uma sofisticada máquina de propaganda, declaradamente ufanista e apologética da ordem, costuma desempenhar um destacado papel apelando para a emocional idade de amplos contingentes populacionais trazidos para a cena política. Por meio dessa política de massas, que combina ideologia, coerção e, também, o atendimento de certas demandas populares, procura-se neutralizar ou eliminar tendências políticas “radicais” (classistas) brotadas entre os setores subalternos do regime anterior (DEMIER, 2013, p. 38).

193

44 Marx não abriu mão de sua perspectiva crítica em relação à ideia laica de “povo”. Para ele: “o povo *real*, isto é, representantes das diversas classes em que ele se desmembra” (2012, p. 59).

Nessas linhas, definidoras do bonapartismo, podem ser identificadas sínteses políticas do conservadorismo. Em primeiro lugar, a legitimação de uma parcela diminuta das classes dominantes como portadora da “sabedoria”, da “capacidade de decisão” necessários à implementação das mudanças e reformas requeridas à modernização conservadora.

Precisamente por serem dotados desses atributos, esses altos escalões – ou mesmo a própria figura do líder – seriam aqueles naturalmente mais bem preparados para conduzir a nação no momento crítico. As reformas “pelo alto”, portanto, são não apenas resultados, mas objetivos específicos do conservadorismo, pois essa seria a única alternativa viável para superação da crise.

Em segundo lugar, a instauração de um discurso pacificador, aglutinador e abstrato, em torno da suposta “defesa da ordem”, com sucessivos apelos de caráter nacionalista e sentimentalista. Essa tendência se identifica com os apelos burkeanos aos “sentimentos”, “às emoções”, “aos instintos”, que o conservador procurou evocar nas suas *Reflexões*. Além disso, cumpre assinalar, Burke teceu elogios desmedidos ao hipotético “modo de ser” dos ingleses, supostamente o mais sofisticado da Europa. Por último, o foco sobre a necessidade de prevenção, neutralização ou repressão aos “setores radicais” do movimento operário, corporificados, via de regra, pelas vertentes comunistas.

Com essas notações, longe atribuir ao bonapartismo um conteúdo abstrato, nosso objetivo é tão somente assinalar as aproximações e convergências entre as principais características expressas pelos regimes bonapartistas e o projeto societário implicado no sistema de ideias do conservadorismo.

O elemento de síntese dialética que unifica a ideologia e as tendências políticas de ambos é a crise de hegemonia⁴⁵ que se instala

45 Uma vez mais, escapa aos nossos objetivos uma recuperação circunstanciada das categorias de análise elaboradas por Gramsci. Além de robustecerem uma

em determinadas conjunturas, criando as condições de ascensão de “Bonapartes”, de um lado, e, de outro, colocando na ordem do dia a necessidade de um projeto de classe unificador, que garanta a dominação da burguesia sem que ela exerça a hegemonia diretamente.

Mas as características do conservadorismo clássico, não se esgotaram no século XIX. Se é verdade que o pensamento de Edmund Burke é irracionalista e, mesmo assim, contraditoriamente, funda uma tradição de pensamento e ação, a matriz conservadora recebe contribuições importantes de intelectuais representantes de distintas áreas do saber.

O irracionalismo do conservadorismo clássico passa a conviver com aportes que empregam, ainda que problematicamente, a razão. Sendo assim, o conservadorismo que emerge no século XX

195

rica a ampla polêmica na tradição marxista, tais categorias são contraditoriamente incorporadas e reeditadas por intelectuais que aderem às mais variadas ideologias conservadoras. Essa incorporação não passa incólume e os gramscianos revolucionários empenham-se na crítica desse “transformismo” singular. Ao fazer uso da ideia de “crise de hegemonia”, aqui tão somente delineamos um momento contraditório das lutas de classes no qual a burguesia perde a capacidade de dirigir, mediante um difícil equilíbrio entre coerção e consenso, as demais classes proprietárias e as classes trabalhadoras de uma determinada formação social (ocidental, nos termos gramscianos). Por isso, adotamos o ponto de vista segundo o qual: “[...] em momentos históricos em que nenhuma das frações do capital se mostra em condições de exercer sua ‘hegemonia’, de colocar sob sua égide política o conjunto da ‘nação’, as chances de manutenção da exploração capitalista por meio da democracia parlamentar convencional tornam-se escassas. Pode-se dizer, assim, que, em casos de ‘crise de hegemonia’ – o quais podem ocorrer ‘ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas’, ou porque estas últimas ‘passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução’ –, as bases sociopolíticas do regime democrático-burguês, cuja existência corresponde, normalmente, a uma situação *hegemônica*, tendem a rapidamente se esbarrandar” (DEMIER, 2013, p. 55).

mescla tendências irracionalistas e a aplicação de algumas noções e conceitos privilegiadamente extraídos da moderna sociologia e da teoria política.

Na próxima seção, procedemos a uma tentativa de levantamento dessas principais tendências, tentando mapear não a emergência de um “neo”conservadorismo, mas as novas características que essa tradição adquire. Para tanto, procuramos salientar algumas das mais importantes contribuições advindas da filosofia, da sociologia e da teoria política. Com esses aportes, o conservadorismo ganha fôlego renovado. Atenua seu discurso em relação ao tom exasperado de Burke e formula um projeto societário próprio, marcado pelo ecletismo.

O ecletismo do conservadorismo contemporâneo tem sua raiz nos próprios limites ontológicos dessa matriz. Limitado por uma perspectiva de curto prazo, pelo abandono das explicações totalizantes da vida social e por um insuficiente (quando existente) recurso à razão.

196

Contribuições do pensamento social contemporâneo ao conservadorismo

O conservadorismo clássico, em sua gênese burkeana no imediato pós-1789, conforme vimos, constituiu-se como uma reação aristocrática contra as transformações societárias decorrentes da gênese e consolidação do modo de produção capitalista – processo histórico que destituiu o antigo regime e fundou a sociedade burguesa até hoje vigente.

Em virtude disso, o conservadorismo pode ser considerado como uma reação contrária aos avanços da modernidade – incluindo a predominância da razão –, sintetizados em torno do projeto societário burguês, que incluía a preferência pela forma republicana de governo, os direitos naturais inalienáveis, o respeito ao indivíduo

como eixo prioritário da sociedade e a propriedade como fonte da ordem e da autoridade – incluindo a estatal –, além da universalização da relação de assalariamento e do desenvolvimento permanente das forças produtivas – requisitos para a acumulação de capital.

Tomado na sua totalidade, o conservadorismo pode ser identificado, desde sua gênese, como ideologia predominantemente irracionalista, muito embora alguns conservadores contemporâneos, na condição de indivíduos singulares, aparentem manter reservas em relação ao irracionalismo e neguem filiações “ideológicas” (nos termos positivistas).

O conservadorismo burkeano clássico caracterizou-se como uma defesa explícita da superioridade da sociedade medieval em relação à decadência identificada por ele nas relações sociais burguesas que então prevaleciam. Conforme assinalam dois analistas, é possível destacar que:

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento. [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA, BOTE-LHO, 2010, p. 11, 12).

Depois da reflexão seminal de Edmund Burke (1729-1797), debatida anteriormente, outros políticos e intelectuais europeus formularam reflexões conservadoras. Nesse momento fundante, o conservadorismo se apresenta, prioritariamente, como reflexão política e moral, com ênfase sobre o papel das instituições e das tradições para a constituição de uma sociedade que preza pela ordem e pela harmonia nas relações sociais. Esse foco contrasta com outras matrizes de pensamento que surgem nesse período.

O liberalismo, por exemplo, debruçava-se sobretudo sobre a economia. Ainda que os liberais clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, abordassem também a questão da moral e da política – incluindo observações sobre o papel do Estado e do indivíduo (TEIXEIRA, 2004), seu objetivo central era o estabelecimento de uma teoria explicativa do desenvolvimento econômico dos países, de modo a iluminar as escolhas políticas das nações europeias no sentido da prosperidade.

O liberalismo é construído como uma teoria social, sistêmica, de base científica e racional, determinação oposta ao conservadorismo. Este último contrasta também com o utilitarismo, representado, entre outros, pelas produções de Jeremy Bentham e John Stuart Mill (MULGAN, 2012). O utilitarismo⁴⁶, dedicado a elaborar uma teoria da felicidade e do bem estar, movia-se por princípios nem sempre condizentes com o conservadorismo, a exemplo de sua valorização da racionalidade e do cálculo racional como marcações importantes da conduta política.

46 Lukács adotou o seguinte ponto de vista acerca do utilitarismo e seus principais representantes: "O teórico do utilitarismo, Jeremias Benhtham, personifica o vergonhoso fim dessa grande e gloriosa linha de desenvolvimento filosófico: enquanto o anticapitalismo romântico degenerava numa demagogia colorida e mentirosa, a decadência da filosofia do progresso revela-se muito mais abertamente na forma de filisteísmo vulgar" (2010 a, p. 60).

Embora o utilitarismo também se alinhe à tradição empirista, o destaque que confere ao hedonismo, ao bem-estar e à fruição da felicidade, individual e coletiva, afasta-se da centralidade que o conservadorismo confere às instituições, tradições e costumes. Em poucas palavras, o conservadorismo é uma corrente de pensamento e ação disposta a sacrificar a felicidade ante a preservação da ordem e das tradições.

As duas últimas vertentes do pensamento burguês, acima citadas, compuseram a consciência da classe dominante surgida da (e para a) nova sociabilidade capitalista em ascensão, com sua correlata subordinação do trabalho e da reprodução social aos imperativos do capital.

Na trajetória histórica do conservadorismo, alguns de seus princípios centrais recebem contribuições importantes de distintas áreas do saber. O resultado disso é que algumas transformações podem ser identificadas em sua estruturação como formação ideológica. Se, inicialmente, o conservadorismo foi construído sobre bases irracionalistas, essa determinação é relativizada a partir das intervenções das assim chamadas “sociologias científicas” de August Comte (1798-1857), Hebert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917).

Isso não quer dizer que, a partir do pensamento sociológico, o conservadorismo adira, definitivamente, à racionalidade. Significa, tão somente, que a sociologia (tanto clássica, quanto contemporânea) passou a assumir o papel de importante interlocutor e formulador mais sofisticado dos princípios conservadores – da autoridade, da propriedade, da ordem, da hierarquia, das tradições, das corporações, das organizações privadas, do Estado, da divisão do trabalho social (por oposição à categoria crítica da divisão social do trabalho, que supõe a alienação nas sociedades de classes), por exemplo.

A partir da formação da “sociologia científica”, o conservadorismo recebe um aporte significativo de conceitos e de produção

de conhecimento com base em um método, algo que representa uma sofisticação importante em relação ao discurso puramente moralista e subjetivista de Edmund Burke. Outros autores, exteriores ao enfoque sociológico, por outro lado, permaneceram produzindo obras conservadoras irracionistas, como Michael Oakeshott, por exemplo.

Ao receberem a chancela da “ciência social”, valores e princípios da tradição conservadora são elevados a conceitos, construídos a partir do método sociológico, formulado de modo a espelhar o método e a racionalidade que orientam as ciências naturais. As concepções conservadoras de indivíduo, Estado e sociedade, para citar apenas algumas, são resguardadas pelos conceitos funcionalistas de solidariedade orgânica e coesão social, resultantes de uma conduta moralmente orientada por parte dos indivíduos e instituições, por oposição aos estados de anomia e anormalidade (DURKHEIM, 2008).

200

Com esse foco, que opõe dicotomicamente economia e política, a sociologia conduz a conclusões “científicas” e a posições políticas antirrevolucionárias, ao sabor do conservadorismo burkeano. Seu limite ontológico não ultrapassa a defesa da adaptação dos indivíduos e grupos às instituições vigentes por intermédio da moral, daí o corte moralizante que caracteriza também o funcionalismo.

A formação do conservadorismo clássico pode ser identificado entre 1789 e 1914. Período histórico que recobre mais de um século e coincide com dois grandes acontecimentos históricos: vai da Revolução Francesa até o início da primeira guerra mundial. Seu fôlego final converge no desfecho do pensamento de Émile Durkheim.⁴⁷ Nesse intervalo já ocorre uma ampliação significativa

47 Os estudos de Leila Escorsim Netto, referenciados anteriormente, concentram-se nesse intervalo.

do conservadorismo e essa ideologia passa a aglutinar em torno de si, tendencialmente, as classes dominantes dos principais países europeus nos momentos de crise.

A partir do pós-Primeira Guerra Mundial até a contemporaneidade, seria admissível supor como período de formação e consolidação do pensamento conservador contemporâneo, mantida sua função social ideológica. Durante esse século, outras mudanças sensíveis ocorreram. Expoentes de distintas áreas do saber – a sociologia mais uma vez ocupando lugar de destaque – elaboraram sistemas (totalizantes) de explicação da vida social.

Embora suas abordagens sejam variadas e não diretamente vinculadas ao conservadorismo burkeano, costumam se apresentar como defensores da democracia política. Ora enfatizando a política, ora a cultura, o interacionismo, a burocracia, a institucionalidade, a moral ou a filosofia, esses intelectuais também reformulam, ampliam ou universalizam alguns valores e princípios da tradição conservadora, ainda que indiretamente.

Nesse particular, é importante manter presente uma distinção a que Lukács chama atenção, concernente às distinções entre a “apologia direta” e a “apologia indireta” do capitalismo, uma determinação do pensamento burguês que emerge a partir da “decadência ideológica da burguesia”.

Segundo o autor:

Com o triunfo da orientação apologética, a linha de Ricardo é deformada e rebaixada a uma apologética direta e vulgar do capitalismo. Já a partir da crítica romântica ao capitalismo, desenvolve-se uma apologética mais complicada e pretensiosa, mas não menos mentirosa e eclética, da sociedade burguesa: sua apologia indireta, a defesa do capitalismo a partir de seus ‘lados maus’. [...] a ideologia burguesa degenera num liberalismo vil e disposto aos compromissos (2010 a, p. 56).

O filósofo húngaro destaca, com essas observações, uma tendência à decadência, ao empobrecimento, no interior do pensamento burguês, em relação àquelas produções elaboradas do período revolucionário.

Constitui-se, com essa decadência, o esvaziamento do das potencialidades totalizantes, por exemplo, do pensamento liberal clássico, reduzindo-o a uma forma caricatural de si mesmo, limitado à apologética vulgar do sistema do capital. Mas há outra determinação, a emergência de uma forma de pensamento aparentemente crítica, que se consubstancia numa apologia indireta, de mais difícil identificação.

Retornando ao argumento anterior, nomes importantes da sociologia proveem subsídios ao debate conservador, tais como Talcott Parsons e Raymond Aron, entre outros. No campo filosófico, Hannah Arendt e Karl Popper⁴⁸, malgrado diferenças específicas, aportam ideias, conceitos e sistemas que servem como referências para algumas correntes do conservadorismo contemporâneo.

Os efeitos das ideias formuladas por esses intelectuais antirrevolucionários e antimarxistas, entre outros, se fazem sentir em quase todos os campos do saber. Nessa medida, emerge o discurso e o elogio da “sociedade aberta” (POPPER, 1987), democrática⁴⁹

48 Karl Popper realiza não apenas uma cruzada antimarxista e antidialética em sua defesa da sociedade capitalista, designada por ele como “sociedade aberta”, mas também formula uma concepção de método científico que exclui do patamar de ciência todas as formas de conhecimento elaboradas sem adesão a seu método. Para uma introdução à obra desse autor, conferir, de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez, *Karl Popper e as vicissitudes da razão* (2012). A crítica do filósofo da ciência à razão dialética, incluindo Platão, Hegel e Marx, pode ser acompanhada na íntegra nos dois volumes de *A sociedade aberta e seus inimigos* (1987).

49 O tratamento que o conceito de “democracia” recebeu das ciências sociais (burguesas) ao longo do século XX é distinto do que György Lukács (2008) concebe como o processo de *democratização*.

(entendida como jogo) e fundada sobre a “era dos direitos” (BOBBIO, 2004). Emerge a defesa de sua institucionalidade sem abrir mão das mudanças (encaradas como progressos) necessárias ao bom funcionamento da ordem (POPPER, 1987).

Tais mudanças, cientificamente legitimadas com base no cálculo racional – que deve atuar preventivamente de modo a impedir catástrofes e desordem –, devem conduzir a “sociedade de risco” (BECK, 2010) no sentido do desenvolvimento econômico. Essa defesa, segundo o discurso conservador, significa apenas a salvaguarda da esfera pública⁵⁰ e a garantia de que os interesses dos indivíduos, na sua busca natural por melhorar suas condições objetivas por intermédio do mercado livre, sejam protegidos pelo Estado.

203

A contribuição de Hannah Arendt para o conservadorismo é particularmente importante. Ao equalizar as experiências fascistas e socialistas sob o conceito de “totalitarismo”⁵¹, ofereceu uma ferramenta-chave que foi amplamente utilizada pelo pensamento conservador. Empunhando o conceito de “totalitarismo”, os conservadores, entre outras determinações, fazem a crítica indiscriminada às ideologias “fascistas” e “socialistas”.

Ambas são encaradas, acriticamente, como tendências autoritárias que atuam de acordo com promessas de um futuro idealizado,

50 Jürgen Habermas (2014), a partir de sua peculiar posição ontológica, que consiste na centralidade discursiva, onde os processos comunicativos estabelecem consensos intersubjetivos, reconstrói o processo histórico de formação e declínio (identificado na “democracia de massas”) da esfera pública burguesa e suas relações com a individuação, o Estado e a democracia. Essa reconstrução antecede a publicação da obra *Teoria do agir comunicativo*, mas já apresenta em esboço a concepção de mundo que o autor desenvolverá nas décadas seguintes.

51 Críticas ao conceito de “totalitarismo” podem ser encontradas nas obras: *Introdução ao fascismo* (2009), de Leandro Konder e *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção* (2013), de Slavoj Žizek.

isto é, seriam utopias a serem evitadas em nome da preservação do presente. “[...] a sociedade dos sistemas totalitários não é a de classes, e sim de uma massa desenraizada e inorgânica”, anota um analista (GRESPLAN, 2009). De acordo com Arendt:

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, ir-restrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. [...] Nem o nacional-socialismo nem o bolchevismo jamais proclamaram uma nova forma de governo ou afirmaram que o seu objetivo seria alcançado com a tomada do poder e o controle da máquina estatal. Sua ideia de domínio – dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida – é algo que nenhum Estado ou mecanismo de violência jamais pôde conseguir, mas que é realizável por um movimento totalitário constantemente acionado. A tomada do poder através dos instrumentos de violência nunca é um fim em si, mas apenas um meio para um fim, e a tomada do poder em qualquer país é apenas uma etapa transitória e nunca o fim do movimento. O fim prático do movimento é amoldar à sua estrutura o maior número possível de pessoas, acioná-las e mantê-las em ação; um objetivo político que constitua a finalidade do movimento totalitário simplesmente não existe (ARENDR, 2012, P. 454, 456)

204

Os conservadores, munidos com esse conceito – que não apreende distinções significativas entre o fascismo de Mussolini, o nazismo hitlerista e a experiência pós-capitalista da União Soviética stalinista, todos são nivelados como expressões de movimentos “totalitários” – passam a evocá-lo indiscriminadamente contra as esquerdas. Ser revolucionário, no vocabulário conservador posterior

a Hannah Arendt, significa adesão ao “totalitarismo” da ideologia socialista, isto incluiria a aniquilação da subjetividade, a pré-disposição à violência, ao golpismo e ao desrespeito das regras do jogo democrático.

Diante desse quadro, os conservadores se apresentam como prudentes defensores do presente democrático (burguês) contra os perigos do comunismo. O conservadorismo acusa então as ideologias socialista e comunista de serem potencialmente antidemocráticas e desumanizadoras (pois não respeitariam a propriedade), baseadas no idílio utópico da igualdade entre os homens, ideia inaceitável para qualquer conservador.

Retomando e sintetizando, observa-se que, uma geração intelectual após as últimas lições de Émile Durkheim, intelectuais ligados a diferentes campos do saber ampliam os alicerces (concepção de mundo e fundamentos para ação política) de valores e ideias conservadoras.

Dessa maneira, o conservadorismo pode ser melhor apreendido de acordo com essa pluralidade, como conservadorismos. Isto é, se, de um lado, é abastecido com a produção de obras e autores irracionalistas radicalizados à direita do espectro político – adeptos dos “bonapartismos”, de outro, recebe a contribuição de intelectuais com um discurso moderado e relativamente democrático – ainda que essa democracia seja meramente entendida como conjunto de regras e rituais institucionais. O que permanece como intocado, mesmo considerando essa pluralidade, é a defesa incondicional da sociedade vigente e o estabelecimento de um consenso antirrevolucionário a antiproletário.

O pensamento conservador se particulariza também sob o ponto de vista das formações sociais particulares em que emerge. O Brasil tem recebido sistematicamente, nos últimos anos, contribuições do conservadorismo norte-americano e inglês. Muito embora escape aos nossos objetivos uma exposição que contemple o

desenvolvimento do pensamento conservador no Brasil, é possível registrar, de passagem, que há uma tendência geral à recombinação eclética das características europeias e norte-americanas. Isto significa que é possível encontrar, no Brasil, tendências radicalizadas do conservadorismo, de corte protofascista, como é típico do conservadorismo norte-americano, até posições mais moderadas, aproximadas à tradição conservadora inglesa do século XX.

O resultado disso, considerando as condições de inserção subordinada do Brasil no circuito do mercado mundial monopolizado é a intensificação das tonalidades mais à direita do conservadorismo, isto é, trata-se de um conservadorismo acentuadamente aproximado das tendências políticas “bonapartistas”.

As classes dominantes brasileiras, caracterizadas por uma cultura política antidemocrática e filofascista, recebem com entusiasmo as obras do conservadorismo norte-americano, em suas posições políticas, e do conservadorismo inglês, no que tange à formação de sua autoimagem ideológica. No próximo capítulo, apresentamos um quadro geral da produção teórica conservadora no Brasil, tentando apreender algumas de suas particularidades em relação ao conservadorismo clássico e, sobretudo, sua estruturação como projeto societário disposto à disputa pela hegemonia das classes dominantes brasileiras.

**A AMPLIAÇÃO DO
CONSERVADORISMO NA
CONTEMPORANEIDADE**

3

Expressões do conservadorismo norte-americano e britânico no cenário brasileiro

208

Desde a formulação burkeana, fundadora da tradição conservadora, e de sua ampliação e sofisticação a partir, principalmente mas não exclusivamente, do pensamento sociológico, o conservadorismo adquiriu diferentes tonalidades, tendências e características, variando prioritariamente conforme particularidades nacionais e regionais. Neste capítulo, enfocaremos, num primeiro momento, algumas determinações centrais do pensamento conservador norte-americano e inglês, por intermédio das obras que têm obtido relevo expressivo no cenário editorial brasileiro.

Tal escolha se fundamenta no fato de que essas duas vertentes do conservadorismo são as de maior relevância no Brasil contemporâneo, constituindo-se como as matrizes de maior influência para a construção de uma espécie de “conservadorismo à brasileira” (Ferreira e Botelho 2010) – uma particularização que, à primeira vista, assemelha-se ao que Álvaro Bianchi definiu como “conservadorismo liberal” (2015), isto é, a subsunção das ideias liberais, hegemônicas desde a instauração do regime empresarial-civil-militar de 1964, ao projeto conservador de matriz sobretudo norte-americana.

Por essa via, esperamos explicitar algumas das tendências centrais que o conservadorismo apresenta ao se posicionar, no

ambiente político brasileiro, como projeto societário disposto a disputar hegemonia. Tais tendências parecem inscritas, embora não exclusivamente, nos conceitos, ideias, teses e propostas contidas nas obras que examinaremos.

São claros e bem definidos os limites de uma abordagem dessa natureza, posto que a dinâmica da luta de classes e das disputas políticas por hegemonia extrapolem o terreno teórico, com determinações e contradições que gozam de relativa autonomia em relação do debate intelectual. Todavia, do ponto de vista metodológico, parece-nos ser possível capturar e indicar tendências gerais que estão inscritas na própria concepção e formulação ideal do projeto conservador.

Dessa maneira, o que se pretende é oferecer uma perspectiva crítica acerca do conservadorismo como projeto societário (que envolve uma concepção de mundo e propostas de ação política) em ascensão no Brasil, tomando-o desde o ponto de vista de sua formação ideal, de sua elaboração teórica, pensada e formatada desde fora, por expoentes intelectuais conservadores de expressão internacional, mas inserida em um contexto que tem imprimido algumas adaptações e interpretações, realizadas por sujeitos políticos e intelectuais nativos.

O conservadorismo norte-americano, em contraste com a tradição inglesa, estrutura-se como ideologia conservadora particular no período de capitalismo monopolista maduro. Consolida-se como um pensamento anticomunista e antirrevolucionário desde seus primeiros passos, a partir de autores tais como Richard Weaver, Robert Nisbet, Russell Kirk e William Buckley Jr. Seu auge coincide com o pós-segunda guerra mundial e o período da política do macarthismo e de “caça às bruxas”.

Camila Feix Vidal (2013), contextualizando a formação da tradição conservadora norte-americana, acentua o cenário sobre o qual são resgatadas as reflexões burkeanas e seu peculiar moralismo:

Duas guerras mundiais, armas químicas e nucleares, comunismo, desintegração da família tradicional, New Deal e violência marcavam o período nos Estados Unidos. Valores tradicionais eram abandonados e a ciência tomava o lugar da fé e da “moralidade”. Nesse contexto, o que esses autores buscavam exprimir era um descontentamento geral com a situação vivenciada, seja ela política, social ou econômica; seja ela no plano global, nacional ou local. Para esses autores, a modernidade e a ciência não pareciam ter efeitos benéficos para a sociedade; em última análise, o progresso e a ciência foram responsáveis por efeitos perversos, como a bomba nuclear. Daí a necessidade da busca por valores tradicionais norte-americanos, responsáveis por uma sociedade “moral” e, conseqüentemente, melhor do que a sociedade do pós-guerra, da ciência e do New Deal. O que de fato os unia, portanto, era, no plano político, a aversão ao comunismo; no plano econômico, a aversão ao Keynesianismo e às políticas liberais de bem estar social; e no plano social, a busca pela retomada da religião e de valores tradicionais norte-americanos. Em síntese, essas seriam as características fundamentais do conservadorismo norte-americano presente na década de 1950 [...] (2013, p. 264).

Dentre os autores citados acima, Robert Nisbet (1987) apareceu como fonte de consulta para alguns estudos brasileiros sobre o conservadorismo (ESCORSIM NETTO, 2011) (IAMAMOTO, 2011). Suas ideias acerca do significado social do conservadorismo, em conjunto com as indicações do sociólogo húngaro Karl Manheim (1976), são geralmente incorporadas pelos estudiosos dessa tradição como referências, como argumento de autoridade dessa temática.

Recentemente, tem chegado ao Brasil as ideias de outro conservador norte-americano: Russel Kirk (2014). Todavia, com uma particularidade: a recepção de Kirk no Brasil não parece ser motivada pelo interesse acadêmico ou de pesquisa, como é o caso de Robert Nisbet. A apropriação do pensamento de Kirk, à primeira

vista, é uma das formas de atendimento de uma demanda crescente por ideias conservadoras no cenário político brasileiro. Dessa maneira, sua chegada está mais próxima de se constituir como um “manual de instruções” para as práticas e as políticas conservadoras, que como uma fonte teórica e interpretativa do conservadorismo.

Sua obra, venalmente dedicada à política, tem sido recebida com entusiasmo por setores intelectuais representativos da direita e extrema-direita brasileiras. Nesse caso, trata-se, sobretudo, de intérpretes de menor envergadura intelectual, tais como Luiz Felipe Pondé, Denis Rosenfield, Rodrigo Constatino e outros, referidos mais adiante.

Com efeito, Kirk é um dos conservadores mais empenhados na tarefa de difundir e tornar mais conhecidas e populares as teses, as obras e os autores expoentes do conservadorismo, fazendo inclusive uma crítica à vigência de uma suposta hegemonia intelectual de esquerda no mercado editorial. Em *A política da prudência*, depois de ter analisado várias obras que, em sua visão, são conservadoras, ele anota:

211

Se existe um conjunto tão amplo de bons ou mesmo grandes livros de talhe conservador, porque é que raramente encontramos esses volumes nas livrarias ou em bibliotecas? Por que não fomos apresentados a esses livros na escola ou na universidade? Por que livros como esses não estão nas listas dos mais vendidos? (...) Ora, porque ainda prevalece uma pesada dominação, na publicação de livros comerciais e, em geral, na publicação de livros acadêmicos, do ultrapassado ambiente de opinião de uma esquerda “de frases feitas”. (...) No exato momento em que a opinião pública está movendo-se em massa direção das medidas e dos homens conservadores, os intelectuais do mundo editorial deslançam em desafiadora marcha na direção oposta (KIRK, 2014, p. 143)

Russel Kirk, junto com Robert Nisbet, tem sido uma das referências intelectuais essenciais do Partido Republicano norte-americano¹. Conhecido como um clássico do conservadorismo estadunidense, Kirk tem sido uma das bases de apoio mais importantes do assim chamado “novo conservadorismo”. Isto é, uma tendência radicalizada à direita do conservadorismo particular daquele país.

Kirk resgata a tradição burkeana e a transforma em plataforma política com pretensões hegemônicas, evidentemente, adaptando o discurso ao capitalismo contemporâneo. Segundo Vidal, a tradução política desse conservadorismo se expressa na seguinte forma:

Esse conservadorismo mais extremado e responsável pela ‘guinada à direita’ do Partido Republicano, caracteriza-se por políticas ultraconservadoras, tais como aquelas presentes na plataforma republicana de 2012: rejeição sistemática ao aborto; ênfase na família como uma instituição constituída exclusivamente por um homem e uma mulher; apoio irrestrito a Israel; defesa enfática e unilateral dos valores norte-americanos no mundo; rejeição ao estado de bem-estar social através da diminuição sistemática do papel e do tamanho do governo na economia norte-americana; entre outras (2013, p. 262).

212

Como se pode notar, trata-se de uma proposta que contribui para a elevação da intolerância, discriminação, imperialismo e darwinismo social. Na mesma trilha de outros autores, Russel Kirk conflui no diagnóstico sobre o momento de crise social, econômica e política vivenciado pelas sociedades ocidentais a partir do segundo pós-guerra e, com base nisso, apresenta a plataforma conservadora como alternativa supostamente capaz de conduzir à saída da crise.

1 Para uma introdução às principais características culturais e políticas dos Estados Unidos, herdadas de seu contraditório passado revolucionário, conferir *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI* (2014), de Leandro Karnal [et al.].

Com base no diagnóstico de crise, o conservadorismo tenta redefinir o papel e a função do Estado na sua relação com a “questão social”. Para essa tradição:

Da mesma maneira que não se pode interferir no desenvolvimento do caminhar de uma criança (ainda que ela caminhe, quando a ajuda for retirada, ela ira cair novamente, só caminhando quando o seu corpo estiver pronto para essa tarefa), também não se pode interferir no desenvolvimento econômico dos indivíduos [...] O governo que o faz, ainda que com objetivos “humanitários”, não só restringe a liberdade individual e atrasa o desenvolvimento intrínseco e necessário de cada indivíduo, já que tudo providencia aos seus “súditos”; como também, se engrandece cada vez mais ao exigir conformidade rígida em troca do seu papel “paterno”. Nessa situação, os indivíduos se mantêm em condição de eternas crianças. O estado de bem estar social, portanto, assemelha-se, em última instância, aos governos totalitários nazistas e comunistas: em todos os três tipos o governo é exercido do topo para baixo (VIDAL, 2013, p. 276)

213

Segundo essa vertente conservadora, conforme se depreende da citação acima, as tendências keynesianas, assim como o predomínio da razão e da ciência sobre as instituições do Estado, na atualidade, seriam responsáveis pela falência e desagregação social. Nesse quesito, é difícil não rememorar as condenações de Burke acerca da suposta hiper-representatividade do Terceiro Estado na Assembleia francesa como sendo um dos motivos acionadores do processo revolucionário.

Há um paralelo nítido: o conservadorismo tende a convergir, outrora como hoje, na avaliação segundo a qual quanto maior a capacidade das classes populares se fazerem presentes nas estruturas contraditórias do Estado, maior seria também o perigo do desfecho revolucionário. Nesse sentido, sua atuação política precisa ser a da contrarrevolução preventiva permanente, lançando

mão de instâncias especializadas para a manutenção dessa tipo de atividade. “Tendo previsto as revoluções do nosso tempo, Burke expôs os princípios da ordem social que os conservadores têm, desde então, esmerado-se em defender” (KIRK, 2014, p. 135), escreve Russel Kirk.

Sua proposta sugere que as intervenções do Estado sobre a “questão social” deveriam retornar ao âmbito das instituições privadas e das iniciativas individuais, sob a forma da caridade e da filantropia – assistemática. Ao Estado estaria reservada a função precípua da salvaguarda da propriedade e da liberdade estritamente econômica. Para ele, as inclinações keynesianas são anti-naturais e, ferindo a natureza, estariam fadadas ao fracasso. Esse tipo de discurso faz coro com algumas tendências em andamento nas políticas sociais brasileiras. A refilantropização da assistência social, por exemplo, é uma tendência posta desde os anos 1990 (MOTA, AMARAL, 2010).

Para Kirk e o conservadorismo norte-americano, caracterizados por um forte perfil neomalthusiano, as ideias de justiça social que substanciam políticas (tributária e social) redistributivas, ou mesmo a mera transferência de renda, são, na realidade, ideias e práticas injustas, porque penalizariam aqueles que por seu próprio mérito e esforço teriam ascendido socialmente (KIRK, 2014). O discurso da meritocracia, desprovido de substância, é outra métrica constante do discurso conservador.

Para Russel Kirk, as políticas sociais seriam uma forma moderna de confisco dos bens dos indivíduos, devendo, portanto, ser rechaçadas como inaceitáveis porque seriam violadoras dos direitos individuais. Para o autor, ao confiscar parcela da riqueza dos indivíduos, as políticas sociais, na medida em que não exijam uma contrapartida regulada pela lógica do mercado e do empreendedorismo, estariam na verdade viciando e favorecendo o ócio entre as classes populares. Sua plataforma defende a redução do Estado

às funções de “guarda-noturno”, inclusive na política econômica. O conservadorismo se coloca contrário, por exemplo: à regulação tributária, ao planejamento, à influência sobre as taxas de juros e inflação, identificadas como estratégias “socialistas” (KIRK, 2014).

Em suas palavras:

[...] a ideologia do democratismo serve para justificar planos grandiosos para a suposta conquista da ‘equidade’ por meio de ‘direitos’ – isto é, o emprego do poder político de tributação para o benefício especial de interesses ou classes particulares. O tremendo ‘lobby do Bem-Estar Social’ vem imediatamente à mente quando tais assuntos são discutidos. (2014, p. 338).

Tal como Edmund Burke condenou os ideais de democracia e igualdade da modernidade, acusando-os de estimularem falsas ilusões e esperanças nas classes dominadas, Russel Kirk também empreende esforços no sentido de identificar quais seriam as “ideias perigosas” de nosso tempo. Para ele, as ideias de igualdade (social, jurídica ou econômica) permanecem como elementos de precipitação da crise, do ocaso e da decadência da sociedade. No seu entender: “Alguns espíritos malignos, em nome da igualdade, gostariam de ver-nos a todos proletários: a doutrina da miséria igual” (2014, p. 328). Em outro conservador, Theodore Dalrymple, a ideia de igualdade de oportunidades é acusada de ser “totalitária” (2015, p. 107).

A esse quadro de aparente falência da vida social representado pelos ideais de igualdade social, o autor contrapõe o ideal conservador, supostamente empenhado no progresso e na prosperidade individual, garantidos por intermédio do estímulo à desigualdade: “O impulso conservador, *au contraire*, é o de resgatar tantos homens e tantas mulheres quanto possível de um destino tão insignificante na vida, sem objetivo e sem alegria, que é a condição proletária” (2014, 328).

Como se pode notar, além de oferecer uma suposta saída para uma vida “insignificante”, conferindo sentido para a vida dos indivíduos eleitos, isto é, os não proletários, o conservadorismo tenta aparecer como projeto redentor da sociedade. Prosseguindo, Rus- sel Kirk recupera com entusiasmo o discurso de Disraeli, proferido em 1874 em Londres, que tenta estabelecer uma identidade direta entre a condição proletária as aspirações do conservadorismo:

Foi-nos dito que um trabalhador não pode ser conservador, porque não possui nada para conservar – não tem nem terra, nem capital; como se não houvesse no mundo outras coisas tão preciosas quanto terra e capital. O trabalhador possui liberdade, justiça, segurança de sua pessoa e sua casa, a aplicação imparcial das leis e a livre industriiosidade. Certamente esses são privilégios dignos de se preservar! E, se é esse o caso, *não é admirável que as classes trabalhadoras sejam conservadoras?* (DISRAELI, *apud* KIRK, 2014, p. 123, 124, grifos nossos).

216

A igualdade, que feriria os privilégios naturalmente adquiridos, implicaria a destituição do princípio do mérito, sem o qual não haveria motivação para que os agentes sociais se movimentassem em busca de ascensão. A igualdade, portanto, seria um princípio que destoaria da ordem natural construída por tradições seculares, como a família (casamento monogâmico² e heterossexual), a religião cristã, o Estado e o mercado. Essas instituições dependeriam da hierarquia e da desigualdade para funcionar, e, nesse ponto, estariam em conformidade com a própria estruturação da vida celestial da fé cristã, um dos dogmas do conservadorismo.

2 Sobre o papel e a função social do casamento monogâmico heterossexual nas sociedades de classes, conferir LESSA, Sergio. *Abaixo à família monogâmica!*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

A concepção hobbesiana de indivíduo, que tende a levar ao extremo a ideia de que os indivíduos seriam naturalmente propensos às atividades autopredatórias, leva o conservadorismo a supor que as tradições seriam as únicas barreiras à autoaniquilação da humanidade. As instituições teriam, assim, um papel central no processo de individuação, inserindo os valores e a moralidade que seriam responsáveis pela reprodução coesa e pacífica da sociedade (KIRK, 2014). Segundo ele, esse é o sentido do “impulso conservador”, isto é:

Ao falar de impulso conservador, refiro-me à inclinação de apoiar uma ordem social venerável, uma ordem social estabelecida, uma sociedade de comunidades voluntárias e instituições salutarens como a propriedade privada e o governo representativo (KIRK, 2014, p. 119).

217

O conservadorismo de Kirk em sua singularidade, e o norte-americano em sua particularidade, portanto, apresentam-se como propostas de recomposição da sociedade ocidental. “Hoje, os Estados Unidos constituem o principal poder que ainda resiste ao triunfo de um deprimente coletivismo ao redor do mundo” (KIRK, 2014, p. 121), afirma o autor, acentuando, aparentemente, a suposta missão de liderança mundial da nação norte-americana na propagação da doutrina do “livre mercado”.

Essa doutrina inclui uma agenda anticomunista e antissocialista que é defendida como estratégia para retomada da harmonia nas instituições e do crescimento econômico. Tudo ocorre como se, definidos, combatidos e vencidos os “inimigos da sociedade”, encarados como agentes supostamente causadores do caos e da desordem, a sociedade pudesse então seguir seu curso natural rumo à prosperidade. É o que parece ser possível concluir das afirmações de Kirk, que almeja a eleição de um Parlamento majoritariamente conservador, para dar vazão à agenda conservadora sem maiores ressalvas:

Ainda está para ser eleito um Congresso cuja maioria seja, de maneira inteligente, conservadora (...) De fato, ainda está para ser alcançado algum consenso entre pessoas de inclinações conservadoras sobre o que se pretende conservar. Já pegamos em armas, amigos, contra um oceano de problemas; e, fazendo-lhes oposição, poderemos vir a acabar com eles” (2014, p. 127)

A base de sustentação para essa agenda seria o fortalecimento do nacionalismo e no patriotismo ufanistas – ambos são elementos presentes nos regimes e discursos fascistas, segundo Michael Mann (2008) –, supostamente capazes de proteger a sociedade ocidental contra as “ameaças externas”. Ou, nas palavras do próprio Kirk: “Durante os últimos duzentos anos, todavia, os conservadores têm empenhado-se em tomar medidas de retaguarda contra os antagonistas da ordem” (2014, p. 117). Em Roger Scruton, essa questão aparece nos seguintes termos: “O patriotismo – entendido com o sentido de identidade de um indivíduo com uma ordem social – é politicamente indispensável” (2015 a, p. 77).

Michael Mann, em contraste, estudioso crítico do fascismo, alerta que os fascistas da década de 1920 também: “Acreditavam, assim, que o nacionalismo de Estado transcendente, extremo e baseado nos expurgos era o grande conceito inovador da época” (2008, p. 317).

Na qualidade de “ameaças externas”, o conservadorismo norte-americano enquadra desde as religiões monoteístas não cristãs, até os movimentos políticos e intelectuais de esquerda, marxistas ou filomarxistas, além de populações não estadunidenses. Particularizando o problema da crise da sociedade estadunidense, Kirk assegura que a responsabilidade por ela recai sobre o proletariado:

De tempos em tempos me perguntam qual acredito ser a maior dificuldade que a república norte-americana enfrenta hoje em dia. Respondo que o nosso infortúnio social mais

enigmático e angustiante é o crescimento do proletariado. (2014, p. 312).

Sobre Marx e a tradição marxista, em particular, a avaliação de Kirk é a seguinte:

Karl Marx (1818-1883), aquele duro inimigo do patrimônio da civilização moderna, conclamou o proletariado moderno a se levantar e verter sangue em larga escala. Triunfantes no Império Russo após a Primeira Guerra Mundial, os discípulos ideológicos de Marx instalaram no poder proletários brutais, ao menos no nível local, onde se mostraram tão impiedosos quanto estúpidos. O proletário não é capaz de construir; mas consegue destruir” (2014, p. 314).

Mais à frente, numa passagem coerente com o espírito de Burke e sua condenação moral dos revolucionários, Kirk complementa sua apreciação acerca do proletariado:

O proletariado não é idêntico aos ‘pobres’. Embora a maioria dos proletários seja pobre, um homem pode ser rico, e, ainda assim, proletário, se não for nada mais do que uma vergonha para a comunidade política e se tiver a mentalidade de um proletário. Também já há muitas pessoas de renda bastante modesta que, mesmo assim, possuem, um caráter louvável e são bons cidadãos [...] O proletário não é idêntico ao ‘trabalhador’ [...] O proletário não é idêntico ao ‘recebedor de auxílio social’ [...] O proletário não idêntico ao homem negro que habita os bairros pobres dos centros urbanos [...] O proletariado, em suma, é uma massa de pessoas que perdeu – se é que alguma vez possuiu – a comunidade, a esperança de melhora, as convicções morais, os hábitos de trabalho, o senso de responsabilidade pessoal, a curiosidade intelectual, a participação em uma família saudável, a propriedade, a participação ativa nos assuntos públicos, nas associações religiosas e a consciência de fins ou objetivos da existência humana. A maioria dos proletários

vive, tal como os cães, dia após dia, sem refletir [...] os *lazzaroni* das cidades e do campo norte-americanos, tendo-se proliferado em anos recentes, são mais agressivos do que as contrapartes italianas” (2014, p. 314, 315, 316).

Concomitantemente aos juízos condenatórios em relação ao proletariado, o conservadorismo de Kirk é nitidamente propenso à hostilidade. As investidas violentas contra os “inimigos da sociedade” teriam como limite tão somente o princípio conservador da “prudência”. O princípio segundo o qual “No polo oposto da política ideológica encontra-se a política da prudência” (HENRIE, 2014, p. 67) ensinaria que deve-se evitar a guerra e tolerar formas culturais diversas, com a ressalva clara de que estas não “ameacem” os valores e tradições americanos (KIRK, 2014). Ou, conforme afirma Edmundo Fernandes Dias: “Os liberais e os conservadores acusam os socialistas de subversivos, visto atuarem no sentido da destruição do capitalismo, da ordem do Capital vista como a ordem natural, a sua ordem” (2006, p. 57).

No entanto, a partir de uma perspectiva mais crítica e menos conservadora, é possível perceber que a linha que serviria para separar o que se considera “ameaça” e a pura intolerância e repressão ideológica, é tênue e mantida por critérios estabelecidos com base em avaliações cujos critérios são, eles próprios, conservadores. Nesses moldes kirkeanos, muito aproximados do ideário e do discurso fascistas, até o liberalismo do Partido Democrata estadunidense é acusado de ser uma aproximação perigosa ao “socialismo”.

A disputa dos conservadores norte-americanos, geralmente situados no Partido Republicano, com os “liberais” do Partido Democrata, aparenta obedecer à lógica do recrudescimento à direita da pauta política. Para os conservadores, haveria a necessidade de endurecer o perfil policialesco no tratamento da “questão social”, incluindo a ampliação de medidas repressivas endereçadas aos imigrantes, aos residentes ilegais e à população desabrigada

e desempregada, normalmente encaradas não apenas como parte, mas como causas dos problemas norte-americanos – surgindo dessa interpretação as tendências ao crescimento do racismo, do ódio à pobreza e da xenofobia.

O conservador estadunidense considera ainda como “tirania” as pautas e reivindicações de movimentos sociais, numa espécie de inversão, na qual as camadas mais altas das classes dominantes estariam sendo “oprimidas” pelas minorias. O autor, aliás, equaliza as demandas dos movimentos sociais aos interesses do grande capital, como se fossem equivalentes, escreve ele:

(...) os Estados Unidos penam sob a tirania das minorias – mas de minorias agressivas, intolerantes, endinheiradas e gerenciadas com inteligência. Refiro-me à minoria feminista, à minoria militante negra, à minoria dos direitos sociais, à minoria dos fabricantes de armas, à minoria das fusões industriais, à minoria da estigmatização da África do Sul, à minoria sionista, à minoria homossexual, à minoria dos direitos dos animais. Coerentes e vingativos, esses grupos afirmam possuir o poder de eleger e depor membros do Congresso (...) (2014, p. 219).

221

Se não é possível, sem maiores mediações, falar em formas bonapartistas claras e definidas para os Estados Unidos, é possível, por outro lado, identificar que algumas de suas características são defendidas pelo projeto conservador daquele país. Entre outras afirmações que ressoam o bonapartismo, Kirk adverte: “A sociedade almeja por uma liderança honesta e capaz; se as diferenças naturais e institucionais entre as pessoas forem destruídas, em breve algum tirano ou alguma sórdida oligarquia criarão novas formas de desigualdade” (2014, p. 108).

Todavia parece oportuno assinalar, de passagem, que Domenico Losurdo, em *Democracia ou bonapartismo* (2004), afirma que nos Estados Unidos desenvolveu-se um “bonapartismo *soft*” (2004, p.

12), que teria pretensões planetárias. Segundo ele: “Mas, mesmo que tenha encontrado um lugar privilegiado de desenvolvimento no Estados Unidos, este regime político parece se difundir em nível mundial...” (2004, p. 13).

Losurdo chama a atenção para a hipertrofia do Executivo em relação ao Legislativo; para o sistema eleitoral construído de modo a impedir a ascensão de partidos e projetos substantivamente alternativos ao discurso ideológico predominante; à sistemática tergiversação das posições dos organismos multilaterais e de direitos humanos; à blindagem do financiamento de campanha americano, que obstaculiza candidaturas por fora dos interesses das grandes corporações daquele país; e a intensiva interferência da mídia monopolizada, que seleciona e enaltece os candidatos de seu interesse.

222

Essas determinações gerariam, no entendimento do pensador italiano, uma reiterada confluência pendular nas eleições presidenciais, decididas circularmente entre dois candidatos que defendem o mesmo projeto de classe, com disparidades residuais que são atenuadas quando da posse e execução do mandato.

Quanto a Russel Kirk, o conservador estadunidense aparenta ter clareza de seus objetivos, mesmo guiado por uma concepção mistificada da história e da ideologia. Afirma ele: “[...] é a imaginação que governa a humanidade: portanto, os homens e as mulheres que modificam os modos de pensar e sentir são os verdadeiros mandachugas das ordens moral, social e civil” (2014, p. 158). Seu projeto abrange, como se depreende da citação, também o controle sobre o universo ideal e simbólico dos sujeitos individuais e coletivos. E ele avança:

Os conservadores não podem oferecer aos Estados Unidos o paraíso terreno imaginário que, na realidade, sempre acaba se revelando um inferno na terra. O que podem oferecer é a política como a arte do possível; uma oportunidade para

se tomar o partido da velha e querida natureza humana; e a participação consciente na defesa da ordem, justiça e liberdade. (KIRK, 2014, p. 115).

O conservadorismo tem se espalhado sobre as universidades americanas e instituições de ensino e pesquisa independentes. Sua principal expressão política na sociedade estadunidense é o Partido Republicano, que dá vazão e densidade objetiva ao projeto conservador. Ilustra essa vazão a avaliação entusiástica de Kirk acerca do presidente Ronald Reagan, que foi apoiado pela União Conservadora Americana: “Ronald Reagan será lembrado como o presidente que restaurou a confiança – ou, até mesmo, as grandes esperanças – do povo americano” (2014, p. 127). Mais à frente, aparecem definidos os “avanços” da administração Reagan:

223

Seu governo alcançou o pleno emprego, reduziu enormemente a inflação do dólar, diminuiu drasticamente as taxas de juros, baixou o imposto de renda para muitos e temporariamente eliminou os impostos federais sobre heranças, limitou um pouco a burocracia e abriu caminho para reformas no ensino público. (2014, p. 223, grifos nossos).

As ideias de Russel Kirk, em particular, ganharam impulso significativo com a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) e, nos anos 2010, além de serem incorporadas pelo atual programa político do candidato republicano à frente na corrida presidencial de 2016, Donald Trump, emergem no debate intelectual brasileiro como referência teórico-conceitual para o conservadorismo dessas latitudes.

A ascensão do projeto conservador no Brasil, portanto, constitui-se como uma particularidade, um elemento de uma trajetória mais abrangente, liderada pelas tendências políticas e intelectuais decisivas, principalmente, nos Estados Unidos. Noam Chomsky (2016) chama a atenção no mesmo sentido: estaria havendo uma

guinada à extrema direita, de corte filofascista, na política dos Estados Unidos e dos principais países europeus. Nesse quesito, é oportuno lembrar que, para Duarte (2015), está aberta a possibilidade para um paralelo brasileiro à escalada de Donald Trump nos Estados Unidos: trata-se da já anunciada pré-candidatura (MORAES, 2014) do atual Deputado Federal Jair Bolsonaro para as eleições presidenciais de 2018.

Da Inglaterra, por outro lado, tem afluído ao mercado editorial brasileiro principalmente as contribuições de Michael Oakeshott, Roger Scruton e Theodore Dalrymple. Suas obras são aparentemente mais sofisticadas que as produzidas pelo conservadorismo norte-americano, porque contemplam diferentes áreas do saber. O primeiro, historiador e filósofo político, tenta formular uma teoria da história afastada do que ele entende como “contaminação ideológica”, oferecendo uma interpretação supostamente asséptica acerca dos períodos históricos anteriores. Tal assepsia consiste, no entanto, antes que um combate à ideologia, uma tentativa de ruptura entre o passado e o presente.

Entre os conservadores, talvez Oakeshott seja o mais aproximado das ideias dos “pós-modernismos”, pois partilha da concepção de que a história, a filosofia e as ciências, nada mais são que construções discursivas, desprovidas de sentido para além da lógica interna dos argumentos. Por isso, para o autor, é impertinente o estudo da história que impute conteúdos políticos, morais ou ideológicos aos acontecimentos. A história seria apenas o “discurso da história”, cabendo aos historiadores a tarefa de se concentrar nas formas pelas quais são construídos os discursos dos grandes acontecimentos e pensadores.

Oakeshott aparenta ser o crítico mais radical da “ideologia”, que ele identifica, sem ambiguidades, com o conhecimento falso construído com o objetivo da manipulação de esquerda. A ideologia deveria ser combatida, segundo ele, porque é fonte abstrata de ideias

desconectadas da realidade objetiva. Apenas o conhecimento prático, empírico e imediato poderiam fornecer as balizas seguras para uma ação política responsável e fundamentada. É possível alinhar as posições de Oakeshott com o que Edmundo Fernandes Dias chamou de “[...] uma operação de *limpeza* ideológica” (2006, p. 197).

O segundo, outro arauto do conservadorismo britânico, tem fornecido um aporte sistemático de ideias aos conservadores brasileiros a partir da divulgação de sua obra. Scruton, assim como Oakeshott, aborda variados temas da vida social. Discute política, filosofia, história e arte. Aborda criticamente (à sua maneira) o pensamento de autores de esquerda na obra *Pensadores da nova esquerda* (2014). Nela, expoentes como Antonio Gramsci, György Lukács e pensadores da “Escola de Frankfurt”, entre outros, são analisados sob a luz do pensamento conservador, numa revisão crítica que recupera, de alguma maneira, categorias centrais, obras e biografias.

As obras de Scruton e Oakeshott elevam, de certa forma, a tradição conservadora, pois debatem temas históricos, conjunturas e sistemas de pensamento. Como síntese, seria razoável afirmar que há uma tentativa de estabelecer o conservadorismo como um perspectiva de análise, uma visão de mundo.

Os filiados brasileiros à tradição conservadora, por sua vez, têm clareza da escalada conservadora na política nacional e vêm acompanhando com entusiasmo a publicação de obras e autores seminais nos últimos anos. Essa ampliação expressiva das publicações conservadoras representa a abertura de um ciclo de avanços políticos do conservadorismo. Isto é, em correspondência à ampliação de sua influência (em suas múltiplas variantes e tendências) na política brasileira, com incidências culturais e regionais específicas que fogem do nosso enfoque, o conservadorismo passa a se apresentar como um projeto societário abastecido pelo pensamento teórico inglês.

Mesmo que esse pensamento possa ser objeto de análise crítica, tanto gnosiológica, como ontológica, essa crítica não resulta no cancelamento imediato do exercício ideológico que o conservadorismo tem realizado, no sentido de reunir forças políticas e intelectuais para se apresentar como projeto hegemônico para a sociedade brasileira. No Brasil, conservadores e liberais têm se aliado em torno do discurso de crítica e ataque ao Estado brasileiro. Convergem no sentido de apresentar o Estado como paternalista, agigantado e negativamente “keynesiano”. O resultado desse tipo de raciocínio, geralmente, é a acusação de que as políticas sociais públicas seriam a própria causa dos problemas da sociedade, cabendo, portanto, sua reversão ao mercado.

Desse modo, a penetração do conservadorismo no Brasil ocorre com prévia clareza acerca de seu papel e sua função ideológica na construção da hegemonia. O comentarista da obra de Scruton, Bruno Garschagen, por exemplo, não aparenta ter dúvidas de que a obra do intelectual britânico: “[...] chega ao mercado editorial brasileiro num momento de grande interesse pelo pensamento Conservador” (2015 a, p. 9), e mais adiante, ressalta:

O pensamento conservador é capaz de fornecer os princípios e valores que formam e orientam as bases de uma atividade política Conservadora [...] inexistente política Conservadora sem uma teoria anterior que a defina (2015 a, p. 9). Sem uma teoria que a oriente, dificilmente se pode falar em *praxis* política Conservadora (2015 a, p. 25).

A contribuição particular de Scruton ao estabelecimento de uma tentativa de sistematização do conservadorismo parece similar ao que Oakeshott havia elaborado em seu *Ser conservador* (2012), uma das referências basilares para os conservadores brasileiros, isto é, a elaboração de uma espécie de “manual de instruções” conservador, onde constam os valores, as ideias, as aspirações,

as inspirações, os antagonistas, os costumes, crenças, tradições, referências intelectuais, em suma, o conjunto da moralidade conservadora, sintetizada em forma didática para difusão ao grande público.

O autor, além disso, exhibe o conservadorismo como a mais prudente alternativa para a recondução da sociedade em crise em direção à harmonia e ao progresso. O conservadorismo scrutoniano é apresentado como o princípio político que protege e estimula os “estilos de vida” diversos, em seus costumes e tradições singulares, preservando-os nos momentos de crise.

Nessa medida, o conservadorismo funcionaria como uma espécie de tábua de salvação dos costumes mais íntimos numa época de crise e transição, oferecendo, então, certo reconforto ao sentimento de incerteza e insegurança que se instala nas subjetividades em momentos de crises econômicas e políticas de maiores proporções. “O conservadorismo, tal como o descrevo, implica a tentativa de perpetuar um organismo social em épocas de mudanças sem precedentes” (SCRUTON, 2015 a, p. 30), assinala o conservador.

Tentando conceituar o conservadorismo como elemento iminente à subjetividade, o autor assim se expressa:

O instinto conservador fundamenta-se, pois, naquele sentimento: é a ratificação da vitalidade histórica, a percepção que o indivíduo tem do desejo de viver na sociedade. Ademais, tendo em vista que as pessoas amam a vida, amarão aquilo que a vida lhes deu. Na medida em que elas desejam dar vida, fazem-no para perpetuar o que possuem. No intrincado entrelaçamento entre indivíduo e sociedade, está a “vontade de viver” que constitui o conservadorismo (SCRUTON, 2015 a, p. 54, 55).

Scruton constrói, ainda, críticas ao liberalismo e ao comunismo. Sua crítica conservadora ao pensamento liberal, tentando expor suas debilidades, refere-se à concepção de indivíduo, sociedade,

mercado e justiça. Afirma o autor: “A desenfreada lei de mercado gera monopólio – ou, se não monopólio, oligopólio –, que não apenas sufoca a competição, mas também pode estabelecer uma corporação independente ou um cartel em rivalidade com o Estado” (2015 a, p. 190, 191).

Já o comunismo é criticado por constituir o suposto “absurdo” de submeter a sociedade à condição de instrumento para a construção de um ideal incerto – um tipo de crítica que é recorrente entre os conservadores, comumente associada ao conceito de “totalitarismo”. Escreve ele: “Essa é – um conservador pode afirmar – a verdadeira absurdidade do comunismo: ver a sociedade inteira como um meio para algum objetivo futuro, colocando-se, assim, em guerra contra o povo que pretendia governar” (2015 a, p. 59).

228

Com efeito, o objetivo da crítica ao liberalismo radicalizado é a elevação do ponto de vista conservador como único capaz de reorganizar a sociedade em torno de uma meta a ser atingida, no curto, médio ou longo prazo. Muito embora não elabore um sistema que possa se contrapor em totalidade ao liberalismo, a crítica conservadora ao liberalismo se concentra sobretudo em sua canonização do individualismo e do mercado na sociedade. Para os conservadores, ambos precisariam estar subordinados às instituições mais tradicionais, não o contrário. Nas palavras do autor:

Uma grande diferença entre o conservadorismo e o liberalismo consiste, por conseguinte, no fato de que, para o conservador, o valor da liberdade individual não é absoluto, mas sujeito a outro valor mais elevado: a autoridade do governo existente (SCRUTON, 2015 a, p. 52).

Adotando uma perspectiva que ecoa os pontos de vista de Émile Durkheim, o autor defende a ideia de que a divisão do trabalho social deve ocupar posição central nos esforços de organização da sociedade. Sua intervenção no debate conservador converge com as demais, apresentando o mesmo significado conferido pelos

outros conservadores ao papel da propriedade e da autoridade na sociedade. Afirma ele: “É por meio de um ideal de autoridade que os conservadores vivenciam o mundo político” (SCRUTON, 2015 a, p. 52), e “A função da política é preservar a ordem civil e evitar ‘o pó e as cinzas da individualidade’ que Burke descreveu como sendo sua ruína” (2015 a, p. 76).

Na esteira do conservadorismo burkeano, o autor não enxerga na democracia, nem no processo de democratização, um valor positivo, mas um entrave funcionamento das instituições. Scruton registra:

Os efeitos benéficos da eleição democrática dependem da manutenção das instituições com sólidos componentes hierárquicos, e o efeito corrosivo da democratização ameaça não apenas essas instituições, mas também o processo democrático que elas sustentam. [...] Também devemos, contudo, comparar a vantagem da democracia com o seu custo (2015 a, p. 35).

229

Como conservador resolutivo, mantém erguida a bandeira da antirrevolução com termos que evocam o sentimentalismo e a condenação moral, tal como Edmund Burke e tal como Russel Kirk: “A revolução é hoje inconcebível: seria como assassinar uma gestante doente por impaciência de tirar de seu útero uma criança que estivesse lá” (2015 a, p. 55). Com essa analogia, Scruton está fazendo referência à crise das sociedades ocidentais e à necessidade de se estabelecer uma tábua de salvação que resgate valores, costumes e tradições consolidados pelo tempo – seja o estilo de vida consumista, ou o tradicionalismo religioso, ou outros –, por oposição à saída revolucionária. E quanto às tradições, essas:

Elas surgem em clubes e sociedades, na vida local, na religião e nos costumes familiares, na educação e em toda instituição em que as pessoas são postas em contato com seus semelhantes. (...) o Estado pode reunir autoridade,

obediência e tradição, a fim de definir o cidadão como sujeito (2015 a, p. 85).

A atitude antirrevolucionária seria a posição arquetípica e primordial daquilo que Scruton designa como “*homo conservans*” (2015 a, p. 79) – uma espécie de emulação conservadora do *homo economicus* liberal.

De acordo com Scruton, a preocupação do conservadorismo deveria se concentrar sobre a continuidade das relações sociais estabelecidas exclusivamente no tempo presente, sem recorrer ao passado como explicação nem ao futuro como utopia. Trata-se, aparentemente, de mais uma posição “presentista” entre os conservadores. O autor afirma

[...] o conservadorismo tem origem numa postura em relação à sociedade civil, e é de uma concepção de sociedade civil que deriva sua doutrina política. Uma doutrina política deve conter um motivo para a ação e uma fonte de magnetismo. Os conservadores – incapazes que são de recorrer ao futuro utópico ou a qualquer futuro que, de certo modo, já não esteja contido no presente e no passado – devem valer-se de concepções que são diretamente aplicáveis às coisas como são e, ao mesmo tempo, indicadoras de uma força motivadora do povo. (2015 a, p. 66).

Com relação à forma política preferida do conservadorismo, Scruton não cede lugar à dúvida: “[...] os conservadores tendem a valorizar a instituição da *monarquia* e o tipo de patriotismo que ela gera, pois a legitimidade do governo monárquico surge ‘transcendentalmente’ [...]” (2015 a, p. 83, grifos nossos). Nisso reside outra das oposições conservadoras scrutonianas à tradição liberal, isto é, o conservadorismo seria contrário à subordinação do Estado ao imediatismo do “livre mercado”.

Como se sabe, sobretudo para o neoliberalismo, o “mercado” funciona como uma espécie de onipotência que governa e dirige

os destinos da sociedade, conforme sua adequação às necessidades da acumulação de capital. Em suas palavras: “É característico dos conservadores o ceticismo em relação a reivindicações feitas em nome do valor do indivíduo, caso elas entrem em conflito com a obediência necessária à sociedade (...)” (2015 a, p. 75).

Para o conservadorismo de Scruton, o Estado, como encarnação sintética do princípio da autoridade e da propriedade, deve dispor da possibilidade de suprimir liberdades individuais (valor caro aos liberais) e realizar medidas “necessárias” à conservação da sociedade, prescindindo, inclusive, da forma democrática ou até mesmo republicana, conforme fica claro na citação acima, em que Scruton sinaliza a monarquia como melhor forma de governo. “Se não culmina no *establishment*, a sociedade civil permanecerá sempre à beira da fragmentação. Manter o *establishment* é necessário para sustentar os postos do Estado como distintos e honoríficos” (2015 a, p. 291), escreve o filósofo. Em outra obra, acrescenta: “O Estado tem uma finalidade, que é proteger a sociedade civil dos inimigos externos e das desordens externas” (2015 b, p. 203).

Uma particularidade importante no conservadorismo de Scruton é uma aparente tentativa de fundar uma “ontologia” conservadora do “ser social” a partir, evidentemente, não do trabalho, mas da propriedade, em sua unidade indissolúvel com o modelo tradicional de família burguesa e com o Estado burguês. Escreve o Scruton: “A propriedade privada é adicionada e reforça a principal relação social (a família - JMAS).

É por isso que os conservadores veem a família e a propriedade privada como instituições que ficam de pé ou caem juntas” (2015 a, p. 178). E, mais à frente, há o complemento: “A propriedade é uma instituição que requer não apenas a realização nas instituições do Estado, mas também a proteção delas” (2015 a, p. 182).

Segundo o autor, a propriedade privada dos meios de produção seria responsável pela humanização e apropriação da natureza.

Pela propriedade, um objeto deixa de ser mera coisa inanimada e se torna o foco dos direitos e das obrigações. [...] Por meio da propriedade, e dos direitos a ela associados, objeto é elevado da simples condição de coisa e se entrega à humanidade. Ele carrega agora a marca das relações sociais humanas e reflete para o seu proprietário uma figura de si mesmo como um ser social. Ao insuflar o mundo com os direitos de propriedade, o homem refaz o mundo como uma imagem do seu verdadeiro – seu social – eu. O homem está agora em casa onde antes estava apenas solto [...] Há, então, uma profunda conexão entre a propriedade privada e a autorrealização (2015 a, p. 176).

A propriedade privada, sobretudo dos meios de produção, nessa visão, não seria apenas a expressão da centralização de poder econômico e político, mas a mediação central responsável pela formação do mundo dos homens. A referida propriedade permitiria a transformação da natureza em realidade objetiva para o homem. Com base nela, orbitam os princípios scrutonianos da autoridade, da tradição e da família, todos derivados do senso comum e das vivências e experiências observadas na sua cotidianidade. No contexto do pensamento do autor, propriedade privada significa tanto o acúmulo e a concentração de riquezas imobiliárias e mobiliárias, quanto a propriedade privada dos meios de produção.

Para coroar sua tentativa elevação da propriedade à condição de mediação central da humanização do homem, Scruton ensaia uma crítica a Marx e sua teoria da alienação. Scruton tenta refutar o argumento marxiano de que a propriedade privada dos meios de produção seriam a fonte da alienação. E para sustentar seu argumento e demonstrar como é possível superar a condição alienada do trabalho assalariado e a teoria do valor trabalho de Marx, o conservador assinala:

Ao escrever este livro, estou trabalhando. Além disso, meu trabalho é um meio para um fim – na verdade para os vários

fins –, pois espero ganhar dinheiro por meio dessa publicação. Ele, porém, também é um fim em si mesmo, uma vez que tento escrever este livro para seu próprio fim. A atividade de escrever é algo que eu não apenas desejo, mas também valorizo. Ela *significa* algo para mim. [...] Dar valor a uma atividade é ter alguma ideia de seu valor objetivo, o que, em contrapartida, envolve a presunção de uma esfera pública (real ou possível) na qual essa atividade tem um lugar de honra. Ao ver minha atividade como um fim, eu me vejo, portanto, como um ser em relação potencial com meus colegas. Ao fazer o que eu valorizo, vejo minha identidade como um ser social confirmada. Daí eu não somente sou um com minha atividade, como também continuo sendo um com uma comunidade de companheiros real ou imaginada. (2015 a, p. 209).

233

Para além da pouca clareza, o que interessa nessa descrição scrutoniana é a pura subjetivação da alienação. Sua proposta de superação da alienação reside na simples percepção subjetiva dos laços que envolvem o trabalhador à sua atividade e à comunidade em redor. Da “liberdade” conferida pela condição de assalariamento, o conservador extrai a possibilidade de reconhecimento e autorrealização subjetiva do trabalhador, contrastando, por exemplo, com a falta de “escolha” que caracteriza o trabalho escravizado.

A alienação se resolveria com uma nova forma de “sentir-se”, de “reconhecer-se” por parte dos trabalhadores. E o fetichismo da mercadoria, segundo a visão scrutoniana, resumir-se-ia ao fenômeno superficial do consumismo: “Em um mundo de consumo, as pessoas se tornam vítimas do ‘fetichismo da mercadoria’” (2015 a, p. 215). Concluindo o argumento, temos: “A alienação não deriva da propriedade privada, nem sequer da produção capitalista, mas, com toda probabilidade, de propriedades complexas e inescapáveis da prosperidade material” (2015 a, p. 223). Com essa

perspectiva, Scruton imputa ao desenvolvimento econômico a qualidade imanente da produção da alienação.

De passagem, seria razoável assinalar a clara contraposição ao pensamento de Marx, que nunca identificou o desenvolvimento das forças produtivas, tomado em si mesmo, como elemento produtor de alienações. Aliás, o desenvolvimento das forças produtivas, raiz do desenvolvimento econômico mediada pelo trabalho, seria, segundo Marx, um dos elementos primordiais para a emancipação humana, uma vez que sua função precípua consiste na abreviação do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da riqueza.

Voltando aos autores conservadores, a mais recente contribuição britânica no mercado editorial brasileiro é de autoria de Theodore Dalrymple – pseudônimo do médico psiquiatra Anthony Daniels. Seu pensamento se concentra na defesa de um dos pilares da tradição conservadora: a ideia de que os “preconceitos” são balizas seguras e indispensáveis para a formação e integração dos indivíduos ao ambiente social.

Baseado em suas experiências médicas na Europa e na África, a obra *Em defesa do preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas* (2015), é construída sobre as impressões mais imediatas e sincréticas com que se defronta o autor. Seguindo o esquema burkeano, Dalrymple tenta esboçar uma crítica superficial ao individualismo e adverte contra a perigosa ausência das instituições “intermediárias” na vida moderna, um tema que é recorrente também em Scruton. Afirma o autor:

A falta de autoridades intermediárias, tais como família, igreja, organizações profissionais, etc., nos acostumou a esperar, e aceitar, o direcionamento centralizado de nossas vidas, mesmo quando resulta em absurdidades como essa (a suposta intervenção demasiada do Estado sobre a vida privada (JMAS). E, dessa forma, a *corporatização* da sociedade

prossegue *pari passu* com a ampliação do egoísmo desenfreado. (2015, p. 87).

Em sua tentativa de refuncionalizar positivamente o papel dos preconceitos na vida social, o autor lamenta que eles tenham sido “confundidos”, na contemporaneidade, com as formas diversas de discriminação, opressão, racismo e xenofobia. Os preconceitos, no seu entender, serviriam para proteger indivíduos e grupos à exposição aos riscos não explícitos de determinadas situações. O preconceito faria uma espécie de retaguarda preventiva de riscos.

Como as ideias conservadoras de Dalrymple resultam, em larga medida, de reflexões sincréticas, superficiais, cotidianas, assistemáticas, para atribuir-lhes o estatuto de conhecimento legítimo, o autor se empenha no elogio e na sacralização das ideias do senso comum, isto é, daquele conjunto heteróclito de ideias e impressões superficiais e sincréticas, de onde recolhe suas reflexões.

Em poucas palavras: em Dalrymple, assim como em Burke, a razão é substituída pelas impressões mais superficiais do senso comum. Em certa passagem, na qual faz a defesa da propriedade privada, o autor assim se expressa: “Quando Bill Gates fundou a Microsoft, tornando-se em seguida o homem mais rico do mundo, a quem ele empobreceu? Certamente, não a mim, embora a minha riqueza seja somente uma diminuta fração da dele (...)” (2015, p. 109).

O princípio conservador da autoridade, que nos demais conservadores comparece mediado por reflexões de natureza econômica, jurídica e política, articulado com o princípio da propriedade e com as formas de governo, em Dalrymple, surge nos seguintes termos: “A autoridade é derivada do mero fato de se estar respirando, por meio do equivalente secular da divina providência – isso quer dizer, por direito natural” (2015, p. 41). Essa conclusão é extraída pelo autor após refletir sobre as angústias de uma estudante frente à autoridade dos professores em seu cotidiano escolar.

Para sustentar seus argumentos, ele recorre unicamente ao universo de ideias “pré-concebidas” que já possui, num movimento, para além de idealista, irracional, tal como se depreende da citação anterior. Isto é, para argumentar a favor do preconceito, segundo a tradição conservadora, o inglês seleciona exemplos do (seu) cotidiano que sirvam como evidências da validade positiva deles. Em uma passagem ilustrativa, entre outras, ele escreve:

Durante a minha atividade como médico, fiquei muitas vezes chocado com a capacidade que têm as pessoas, mesmo as intelectualmente desqualificadas, de produzir, quase que instantaneamente, uma infinidade de racionalizações em defesa de uma linha de ação a respeito da qual uma decisão já foi tomada, mesmo quando há vigorosas evidências de que será desastrosa. (2015, p. 26)

236

Numa narrativa carente de fundamentação e sincrética, coerente com a forma de pensar e agir das alas mais à direita do conservadorismo, Dalrymple questiona a validade de alguns princípios republicanos, como a ideia de uma justiça universal e identifica o predomínio da razão, em detrimento dos preconceitos, como um dos problemas centrais das sociedades desenvolvidas. Este questionamento é, aliás, uma das notas de fundo do conjunto do pensamento conservador mais recrudescido. Na visão do psiquiatra, a desigualdade social é naturalizada e, em larga medida, decorrente de escolhas infelizes tomadas pelos indivíduos ao longo da vida.

Para ele, abordagem que faz a crítica da desigualdade social, à luz do pensamento dialético, não passaria de mero ponto de vista afeto a certo sentimentalismo. Segundo ele, esse tipo de abordagem se apraz em ressoar as tragédias humanas, ao invés de focar as realizações alcançadas pelas sociedades avançadas.

De passagem, o conservador faz a defesa da família (tradicional e com papéis estabelecidos para cada membro), da autoridade, da hierarquia, atualizando os fundamentos do conservadorismo

clássico com base em suas experiências pessoais – operação óbvia quando se descarta a razão como fonte de “totalitarismos”, forma recente do que Burke chamou, com menor ambiguidade, de despotismo.

O conservadorismo de Dalrymple, quando comparado ao de Burke ou mesmo com o de seus contemporâneos conservadores, é um mergulho vertical no solipsismo. Se Burke lamentava as dores de uma classe social golpeada mortalmente pela revolução, Dalrymple tenta entronizar uma concepção de indivíduo e sociedade extraídos tão somente de suas próprias vivências e experiências e, nesse quesito, não destoa da visão geral conservadora e dicotômica entre o indivíduo isolado, de um lado, e a sociedade de outro, como se fossem duas entidades inteiramente distintas e sem relação. Mas o mais importante, nessa questão, reside em outra determinação.

237

O conservadorismo da contemporaneidade, em sua proposta dalrympliana, conduz a uma profunda despolitização e desistoricização da vida social. O “presentismo” singular de Dalrymple se expressa nos seguintes termos:

Livres de qualquer mancha herdada, não temos apenas o direito, mas o dever de fazer tudo do nosso jeito, sem a menor referência àquilo que terceiros já pensaram. Somos átomos morais a nos mover no vácuo, para os quais o passado nada significa, ou ao menos nada que seja positivo ou que mereça ser imitado, ou mesmo mantido. Em vez disso, o passado é algo a ser evitado a todo custo, para que não infecte mais ninguém com os seus crimes e a sua insensatez (2015, p. 29,30).

Se, como dizia Lukács, “[...] essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica” (2010, p. 53), então o conservadorismo de Dalrymple é

expressão mais aguda dessa decadência, ponto alto de um irracionalismo não apenas decadente, mas mortificante.

A função social desse elogio irracionalista do senso comum é a formação de um consenso antirrevolucionário que permita a adesão voluntária e pacificada ao projeto de dominação burguesa – incluída a possibilidade de formação de uma nova configuração bonapartista de corte filofascista, pois o conservadorismo, aparentemente, é uma ideologia que trabalha à base de antecipações políticas.

A obra de Dalrymple se alinha a uma série de contribuições acessórias para a construção de uma tradição conservadora no Brasil. João Pereira Coutinho, conservador português, de influência conservadora inglesa, por exemplo, na obra *As ideias conservadoras* (2014), tenta atenuar alguns traços filofascistas que o conservadorismo norte-americano costuma apresentar. Nesses escritos, Coutinho tenta afastar o conservadorismo do reacionarismo, aspecto pouco explorado pelos conservadores mais experimentados.

Em paralelo a Coutinho (2014), um conjunto de divulgadores brasileiros do conservadorismo passam a reproduzir ideias conservadoras fusionadas com subsídios liberais. É por essa via, isto é, valendo-se de divulgadores de menor expressão, que certo setor da direita brasileira, necessitando de novos intelectuais, tem tendencialmente aderido ao conservadorismo na política, numa eclética e singular simbiose com alguns cânones do “livre mercado” (COUTINHO, PONDÉ, ROSENFELD, 2014).

Exemplificam esse conjunto de comentadores os autores Luiz Felipe Pondé, Denis Rosenfield e o próprio João Pereira Coutinho. Em *Porque virei à direita* (2014) – ao lado das publicações crescentes do Instituto Ludwig Von Mises – eles têm espelhado, no Brasil, uma justaposição eclética entre neoliberalismo radicalizado e conservadorismo, tanto em sua vertente norte-americana, quanto inglesa.

Essas expressões do conservadorismo no cenário brasileiro indicam um processo de acúmulo de forças de natureza

teórico-conceitual para subsidiar uma guinada à direita – de caráter filofascista – do Estado brasileiro. Reforça essa ideia a maneira organizada, planejada e em bloco, segundo a qual a “bancada da bala, do boi e da bíblia”, em larga medida responsável pela condução da agenda conservadora, conduz sua atuação no Congresso Nacional.

Mas a tradição conservadora no Brasil não se limita às contribuições acima debatidas. Dois intelectuais europeus, um inglês e outro alemão, tem reverberado com significativa expressão seus sistemas de ideias entre os círculos intelectuais, instituições de ensino e pesquisa e partidos políticos brasileiros. Mais conhecidos por serem articuladores da chamada “Terceira Via”, isto é, uma estratégia de desenvolvimento capitalista que evitaria os excessos do fascismo e do comunismo, Anthony Giddens e Ulrich Beck formularam uma contribuição sofisticada ao conjunto de ideias do conservadorismo³.

Em contraste com a maioria dos conservadores destacados, suas ideias se estruturam a partir da racionalidade, lançando mão de conceitos, definições e metodologias elaboradas sociologicamente. O conceito central de *modernização reflexiva* é a pedra de toque dessa proposta e é ele que confere substância à assim chamada “Terceira Via”.

Retomando temas centrais do funcionalismo durkheiminiano, a “sociologia da modernização reflexiva”, tanto giddeniana, quanto beckiana, tem aparecido no debate internacional como uma das mais sofisticadas reflexões sociológicas da contemporaneidade,

3 A penetração das ideias da “Terceira Via” é de tal modo intensa no Brasil que André Silva Martins, em *A direita para o social: educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo* (2009), identifica-as como parte orgânica da redefinição neoliberal da sociedade brasileira. Para o autor, a “Terceira Via” enerva as políticas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso e substancia estratégias de desenvolvimento e de produção de consenso para a hegemonia burguesa do primeiro mandato do governo Lula da Silva.

uma espécie de alternativa que seria capaz evitar os “extremos” do comunismo marxista e do fascismo que advém do programa de ultra-direita.

Comumente, têm sido absorvida por setores importantes da intelectualidade brasileira, porém, sem o devido debate teórico de natureza crítica, capaz de recuperar suas raízes históricas e seu sentido político essencial. Consideramos que essa é uma tarefa teórica e política da máxima relevância, central para a superação do ecletismo que se mantém, com mediações específicas, no Serviço Social.

A sofisticação do conservadorismo a partir do pensamento sociológico de Anthony Giddens e Ulrich Beck

240

No âmbito das apologias indiretas do capitalismo (LUKÁCS, 2010), as contribuições da sociologia de Anthony Giddens e Ulrich Beck tem se destacado como uma das vertentes que contribuem sistematicamente para o pensamento conservador brasileiro, muito embora o pensamento desses autores se diferencie principalmente da vertente radicalizada do conservadorismo norte-americano.

A “sociologia da modernização reflexiva”, formulada e difundida pelos dois sociólogos europeus, é a fonte teórica de dois outros conceitos e propostas políticas de expressiva penetração nos círculos intelectuais, instituições de ensino e pesquisa e partidos políticos, trata-se da “Terceira Via” e da “Sociedade de Risco”, ambos são ramificações do conceito mais abrangente de “modernização reflexiva”.

Provenientes de uma análise conceitual aparentemente mais sofisticada, porque procura o sentido da sociedade contemporânea a partir das mudanças do período moderno, nesses autores há uma concepção própria e peculiar de indivíduo e de sociedade.

Suas abordagens parecem ser mais sofisticadas, também, porque constituem um ponto fora da curva que caracteriza o conservadorismo de feição irracionalista. Elas resultam numa agenda conservadora de propostas políticas que reiteram as relações sociais capitalistas, mas sob um discurso mais integrador, ao qual não comparecem expressamente as ideias filofascistas.

Pela sua expressão internacional e originalidade peculiar, parece-nos razoável iniciar o debate com Anthony Giddens. Intelectual prolífero, experimentado na leitura de clássicos do pensamento social, Anthony Giddens goza de projeção global como pensador supostamente progressista. Notabilizou-se, inclusive, ao assessorar o ex-Primeiro Ministro britânico, Tony Blair, em sua polêmica gestão “trabalhista”. Suas obras recobrem volumosamente as três últimas décadas, com reflexões sobre vários temas da vida social, formando um arsenal teórico de grandes proporções que é amplamente consultado nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

Nosso enfoque, todavia, por uma questão de método e de delimitação do objeto, não poderia recobrir a totalidade de seu pensamento. Desse modo, procuramos destacar as ideias e propostas elaboradas pelo autor na obra *As consequências da modernidade* (1991), pois nela estão formuladas as principais definições orientadoras da leitura de Giddens sobre o significado social geral da modernidade para a contemporaneidade, bem como as consequências políticas conservadoras de sua interpretação para o cenário político. Essa obra lança também as bases, diga-se de passagem, das ideias de Ulrich Beck.

Giddens parte do princípio de que seria imperioso capturar o significado das grandes transformações sociais que ocorreram no período moderno. Somente compreendendo a modernidade, afirma ele, seria possível encontrar respostas satisfatórias aos impasses da atualidade. Sua atenção estaria desde logo voltada exclusivamente ao desdobramentos institucionais da modernidade.

Esse corte deixa na sombra outras determinações centrais daquele período, a exemplo da emergência do capitalismo, discutida anteriormente. “No que se segue, devo desenvolver uma análise institucional da modernidade com ênfase cultural e epistemológica” (1991, p. 11), e, mais adiante: “Temos que desenvolver uma análise institucional do caráter de dois gumes da modernidade (o das oportunidades e o lado sombrio - JMAS)” (1991, p. 20), escreve o autor. Com essa ênfase, Giddens contempla uma das preocupações centrais do conservadorismo: a atenção com os elementos históricos e sociais que provocam interferências nas instituições estabelecidas.

Para o sociólogo, o período contemporâneo ainda seria moderno em sua essência, e não “pós-moderno”, pois o núcleo das transformações do século XVII permanece atuante e estruturador da atual sociedade mundial. A modernidade, para ele, opera uma ruptura (apenas) institucional com as formas de ordenamento social da pré-modernidade, o antigo regime, ruptura que se radicalizaria e aprofundaria até os dias de hoje. Em suas palavras: “Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (1991, p. 13).

Todavia, Frederic Jameson contesta essa intenção de crítica giddeniana às posições “pós-modernas”. Em *Modernidade singular* (2005), o autor sustenta que, entre o pensamento de Giddens e os pós-modernismos, não existiria uma ruptura substantiva. Afirma ele:

Em *The consequences of modernity*, Giddens pôs fim ao seu namoro com o pós-moderno, explicando por que achou aconselhável fazê-lo (...). É possível então rebatizar a sua proposta de “modernidade radicalizada”, o que, com certeza, não soa tão diferente assim da brilhante fórmula de Habermas da modernidade incompleta, da “modernidade como um projeto inacabado (2005, p. 20, 21).

Com essa afirmação, segundo a qual o mundo contemporâneo seria resultado do período da modernidade, que ainda estaria em desenvolvimento, a “sociologia da modernização reflexiva” se distingue de alguns lugares comuns do conservadorismo a partir de dois eixos: de um lado, distancia-se do “presentismo” do conservadorismo irracionalista, pois demonstra predisposição em encontrar raízes históricas, ainda que limitadas, para o atual quadro social; e de outro, da defesa de uma era “pós-moderna”, amplamente presente na sociologia contemporânea.

Para os defensores da ideia da “pós-modernidade”, estaríamos vivenciando uma nova fase de desenvolvimento social, radicalmente distinta da modernidade. Geralmente, a “pós-modernidade” também é designada como “sociedade do consumo”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade informática”, “pós-industrial”, entre outros⁴.

O sociólogo britânico nomeia a sua interpretação acerca da modernização reflexiva como sendo uma “visão descontinuista”, que ele afirma ser distinta das perspectivas nomeadas por ele como “evolucionistas”. Para ele, as correntes “evolucionistas” são representantes das tendências que dão forma de “enredo” ao desenvolvimento histórico, ou seja, fariam parte de uma concepção teleológica da histórica, uma espécie de desenrolar necessário de leis gerais que seriam onipotentes.

4 Sergio Lessa confrontou intelectuais de esquerda mundialmente reputados que se aproximaram desses “anúncios de uma nova era”. Em seu opúsculo *Para além de Marx: crítica da teoria do trabalho imaterial* (2003), o filósofo dissecou a superficialidade em que se encontram as colocações de M. Hardt, A. Negri e M. Lazzarato, quando postulam a existência e predominância de um suposto “trabalho imaterial”. Lessa procura demonstrar que o “imaterial”, rigorosa e ontologicamente, não existe. O imaterial, em coerência com o pensamento de Marx, seria o fantasmagórico, o inexistente. Até mesmo as ideias são uma forma superior de organização da matéria, segundo o autor.

Com essa referência, Giddens está fazendo uma crítica indireta ao marxismo, uma vez que, para o autor, o marxismo seria enfermo de uma visão que, por ser teleológica, seria também determinista – um tipo de crítica que também é recorrente entre liberais e conservadores. Na visão dele:

Segundo o evolucionismo, a “história” pode ser contada em termos de um “enredo” que impõe uma imagem ordenada sobre uma mixórdia de acontecimentos humanos. A história “começa” com culturas pequenas, isoladas, de caçadores e coletores, se movimenta através do desenvolvimento de comunidades agrícolas e pastoris e daí para a formação dos Estados agrários, culminando na emergência de sociedades modernas no Ocidente (GIDDENS, 1991, p. 15)

244

Sua “visão descontinuista”, ao contrário, afirmaria que:

A história não tem a forma “totalizada” que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias (...) Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação (GIDDENS, 1991, p. 15, 16).

Depois de afirmar que a história não pode ser tomada como totalidade, nem como unidade, o autor prossegue sustentando que a modernidade poderia ser entendida, por outro lado, em termos de “segurança versus perigo” e “confiança versus risco” (1991, p.17), isto é, ao tempo em que a modernidade inaugurou uma nova institucionalidade, ela mesma também representa, paradoxalmente, os problemas da nova sociedade. Sua “visão descontinuista permitiria, nesses termos, problematizar quais seriam os novos problemas, sem ter que, como faria uma “visão evolucionista”, remontá-los a períodos muito anteriores da história.

Embora não seja possível imputar a Giddens o “presentismo” que é próprio do conservadorismo, por outro lado, resta claro que

sua perspectiva histórica é seletiva, aparentemente entronizando o período moderno como momento fundador da contemporaneidade, mas cancelando uma recuperação de maior alcance, que pudesse remontar, por exemplo, ao período de surgimento das grandes civilizações escravistas, quando emerge a propriedade privada se definem as classes sociais.

Uma reflexão desse porte não tem espaço na sociologia de Giddens, pois seria, nos termos do autor, caracterizada negativamente como uma visão “evolucionista”. Nessa medida, a crítica de Giddens tem consequências antimarxistas, uma vez que, para Marx e a tradição marxista, a reflexão histórica não poderia se limitar ao período de emergência do capitalismo. Tal período, pelo contrário, é encarado pelo marxismo como o ponto alto de decadência do modo de produção feudal.

Pendularmente, Giddens tenta afirmar que o período moderno abriu muitas “oportunidades”, mas também desenvolveu um “lado sombrio”. Seria esse “lado sombrio” o responsável pelos problemas centrais da contemporaneidade: incluindo os conflitos internacionais. No seu entender:

Não apenas a ameaça de confronto nuclear, mas a realidade do conflito militar, formam uma parte básica do “lado sombrio” da modernidade no século atual. O século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas (1991, p. 19).

Já o “lado das oportunidades” consistiria no fato de que “(...) as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas” (GIDDENS, 1991, p. 19).

Com essa visão dicotômica, o sociólogo afirma que o avanço da produção representado pela revolução industrial, o progresso técnico e tecnológico e a nova institucionalidade que rompia, em certo grau, com o obscurantismo medieval, comporiam o “lado

das oportunidades” da modernidade; aparentemente oposto e sem vinculação com o “lado sombrio”, isto é, além dos referidos conflitos internacionais, os problemas da imigração, racismo, genocídios, desigualdade social, epidemias, formariam um quadro à parte de consequências negativas da “modernização reflexiva”.

Com essa perspectiva, o autor não poderia alcançar uma reflexão sociológica, nem uma proposta política, que ultrapasse o moralismo conservador, pois a consequência lógica de uma análise pendular é o combate unilateral ao “lado” considerado problemático, ao passo que o “lado” considerado positivo tenderia a ser reforçado e ampliado.

Esse tipo de visão, pendular, de caráter moralizador, é outro ponto de contraposição conservadora à visão dialética do marxismo, que procura por contradições imanentes às relações sociais, sem estabelecer dicotomias ou hierarquias rígidas ou absolutas entre os fenômenos e suas determinações essenciais.

Para sustentar a existência desses “lados” com base nos clássicos da sociologia, o autor apresenta sua leitura de Marx e Durkheim. Giddens procura afirmar que Marx e Durkheim foram uma espécie de arautos do “lado das oportunidades” da modernidade, enquanto Weber, soturno, renunciaria os termos do “lado sombrio”.

O pensador alemão teria percebido a modernidade como processo intensivo de racionalização e burocratização da vida social, cujo principal resultado é o estreitamento da autonomia individual. Weber teria sido, dos intelectuais fundadores da “sociologia”, aquele mais aproximado à percepção do “lado sombrio” da modernidade.

Em Marx, a visão otimista acerca do “lado das oportunidades” apareceria na sua esperança redentora de que a luta de classes conduzisse ao comunismo. Em Durkheim, na sua convicção de que o avanço da divisão do trabalho social criaria formas de solidariedade integradas com a moralização individual. Escreve Giddens:

Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade. Para dar um exemplo, todos os três autores viram que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia (...) (GIDDENS, 1991, p. 17).

Para Giddens, Marx e sua análise econômica do capitalismo, Durkheim e seus estudos sobre o avanço da integração via solidariedade orgânica e Weber com sua noção de racionalização e burocratização, cada autor teria uma contribuição teórica equivalente e válida para interpretação desse fenômeno multifacetário que é a modernidade. As diferenças residiriam tão somente na ênfase conferida por cada um a determinadas dimensões do mesmo processo. Nas palavras giddenianas:

Devo argumentar que estas questões não podem ser respondidas desta forma – quer dizer, não devemos encarar estas caracterizações como mutuamente exclusivas. A modernidade, sugiro, é *multidimensional no âmbito das instituições*,

e cada um dos elementos especificados por estas várias tradições representam um papel (1991, p. 22).

Fenômeno multifacetário que comporta várias visões, que devem ser reunidas e justapostas para abarcar o máximo possível de dimensões. É com essa perspectiva que a abordagem de Giddens assume o ecletismo como posição teórica e metodológica não apenas válida, mas necessária. Esse ecletismo perpassa a coluna vertebral do pensamento giddensiano, tal como ocorre no conservadorismo de uma forma geral.

Sobre a “sociologia” e seu papel de produtora de conhecimento sobre a sociedade, ele recusa a “posição manipuladora” do positivismo, de um lado e, de outro, a impositação marxista da superação do modo de produção capitalista. Sobre esse ponto, Giddens incorre em um paralelo comum aos conservadores.

248

Do mesmo modo que os conservadores tentam atribuir ao conservadorismo um papel central na restauração da sociedade, Giddens, aparentemente, tenta passar a ideia de que a sociologia (uma sociologia não revolucionária, evidentemente) teria um papel central a cumprir no ordenamento social moderno, funcionando como uma espécie de “bússola” que, ao retornar para a sociedade um conhecimento sistemático sobre suas práticas, contribui para recriar e dar novos rumos para essas mesmas práticas, num tipo de relação em espiral.

Nesse caso, é claro, Giddens não faz a defesa explícita do conservadorismo, mas, por intermédio do papel “reflexivo” da sociologia, corrobora para a concepção conservadora da sociedade, baseada na reiteração em espiral da “modernização reflexiva”, que serviria como aprimoramento supostamente contínuo das instituições. Escreve ele:

A modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado (...) Mas as ciências sociais estão na

verdade mais profundamente implicadas na modernidade que as ciências naturais, na medida em que a revisão crônica das práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas é parte do próprio tecido das instituições modernas. Todas as ciências sociais participam desta relação reflexiva, embora a sociologia tenha um lugar especialmente central (...) A posição de pivô da sociologia na reflexividade da modernidade vem de seu papel como o mais generalizado tipo de reflexão sobre a vida social moderna (GIDDENS, 1991, p. 50, 51, 52).

Tendo em mente que a produção de conhecimento sobre a sociedade é tarefa privilegiada da “sociologia” na visão giddeniana, caberia a ela a tarefa de sistematizar os conhecimentos fragmentários e dispersos no cotidiano dos indivíduos.

249

Para o autor, aparentemente, a produção de conhecimento sobre a sociedade não ultrapassaria o patamar da sistematização das opiniões dispersas do senso comum. A sociologia, em ação reflexiva com a própria sociedade, cumpriria o papel de sintetizar e socializar conhecimentos, para que indivíduos, grupos e instituições pudessem produzir formas mais elevadas de relações.

A sociologia, por isso, teria uma função social assemelhada a uma “bússola”, conforme referido acima. Indicaria a direção do desenvolvimento a partir do acúmulo de conhecimentos extraído da experiência cotidiana, fechando, aparentemente, o circuito conservador da sociologia, isto é: sua função como “ciência” se resumiria a diagnosticar os problemas, por intermédio da sistematização da prática, e indicar as soluções estritamente institucionais. Segundo o autor:

O discurso da sociologia e os conceitos, teorias e descobertas das outras ciências sociais continuamente “circulam dentro e fora” daquilo de que tratam. Assim fazendo, eles reestruturam reflexivamente seu objeto, ele próprio tendo aprendido a pensar sociologicamente. *A modernidade é ela mesma*

profunda e intrinsecamente sociológica. A expansão de nosso entendimento do mundo social poderia produzir uma abrangência progressivamente mais elucidativa das instituições humanas e, daí, crescente controle “tecnológico” sobre elas, se a vida social fosse inteiramente separada do conhecimento humano ou se esse conhecimento pudesse ser filtrado continuamente nas razões para a ação social, produzindo passo a passo aumentos na “racionalidade” do comportamento em relação a necessidades específicas (GIDDENS, 1992, p. 54).

Quando às relações entre indivíduo, sociedade e Estado, abertas pelo período moderno, Giddens apresenta uma concepção peculiar em relação ao universo de autores conservadores. Apesar de não conferir explicitamente o mesmo peso que os demais conservadores conferem às tradições, as ideias de Giddens, no entanto, não ultrapassam o sistema institucional como elemento central da sociabilidade. Para ele, tais relações se fundamentam em termos de “desencaixe” e “reordenação reflexiva”.

Dentre as principais inovações da modernidade estariam as novas formas de calcular o tempo, a padronização mundial dos calendários e o mapeamento do mundo. Essas inovações seriam responsáveis por realizar o “desencaixe” dos indivíduos em relação às estruturas de pertencimento a que se articulavam antes da modernidade. “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 31), define o autor.

Os processos de “desencaixe” resultariam de mecanismos desenvolvidos pela institucionalidade moderna. O primeiro deles se constitui nas “fichas simbólicas” e o segundo são os “sistemas peritos”. Dentre as várias “fichas simbólicas”, que se constituem em “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (GIDDENS, 1991, p.

32). São formas universais e universalizantes de relações sociais, que prescindem da específica subjetividade envolvida.

Como exemplar arquetípico das “fichas simbólicas”, o pensador britânico dá destaque ao dinheiro. O dinheiro opera o “desencaixe” na medida em que fornece ao seu portador a capacidade de permuta e relações com, virtualmente, toda a humanidade. Ainda expondo sua sociologia *sui generis*, ele afirma sobre a predominância dos sistemas peritos:

[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje [...] eles removem as relações sociais das imediações do contexto [...] fornecendo ‘garantias’ de expectativas através de tempo-espaço distanciados (GIDDENS, 1991, p.38, 39).

251

Os “sistemas peritos” de Giddens, conceito aparentemente sofisticado, servem como equivalente contemporâneo do conceito de divisão do trabalho social de Durkheim (2008), isto é, a fixação de determinadas atividades em determinados setores especializados, com o objetivo de elevar sua eficiência e eficácia. Os “sistemas peritos”, na sua giddeniana, assumiriam a “autoridade” por determinadas atividades sociais porque pressuporiam o “conhecimento perito” e um exército de pessoas especializadas.

“Fichas simbólicas” e “sistemas peritos”, fechando o ciclo do “desencaixe” proveniente da modernidade, conformam o conceito central no pensamento de Giddens: o conceito de “confiança”. Não por acaso, uma das ideias centrais da tradição conservadora. A “confiança” na sociedade, depositada pelos indivíduos, funcionaria como uma espécie de consenso ativo a determinados projetos societários, uma espécie de elo de coesão institucional e social entre indivíduo, instituições e reprodução da totalidade social.

O processo de individualização, nesses termos, passa necessariamente pela “confiança” nas instituições. E as instituições, na

sociologia de Giddens, funciona como equivalente das tradições do pensamento conservador. Como “A confiança é inevitavelmente, em parte, um artigo de fé.” (GIDDENS, 1991, p. 39), teríamos, então, que a fé, a substância irracional da “confiança”, seria a única via de acesso do indivíduo no sistema social.

Em outras palavras, a manutenção do ordenamento social requiriria a “fé” dos indivíduos nesse mesmo ordenamento, fechando o ciclo de preservação do *status quo*. Por intermédio da confiança, indivíduos, grupos e corporações se inserem na sociedade, operando por intermédio de “fichas simbólicas” e “sistemas peritos”.

Giddens foi um dos primeiros intelectuais a pautar uma interpretação própria e autônoma sobre o processo de “globalização”. O desenvolvimento da modernidade geraria, na aceção dele, um cruzamento de quatro dimensões fundamentais: o avanço dos processos de vigilância sobre a informação – um embrião “totalitário”; o rápido desenvolvimento do poder militar, dos meios “legítimos” de violência; a ampliação em larga escala do “industrialismo”, recompondo o tempo e o espaço; a transformação em mercadoria de um leque cada vez mais amplo de esferas da sociedade (GIDDENS, 1991).

Em termos de “globalização”, o resultado é a necessidade de capturar a nova institucionalidade criada pela interação das quatro dimensões assinaladas, pois elas configuram, internacionalmente: sistemas de Estados-nação, economia global, divisão internacional do trabalho (entendida numa aceção funcionalista) e nova ordem militar (GIDDENS, 1991). Dessa maneira, a sociologia da “modernização reflexiva”, funcionalista e conservadora⁵, apresenta-se como alternativa viável e mais adequada

5 “[...] quando ninguém conhece nenhuma alternativa viável para uma economia de mercado, não faz sentido demonizar as corporações” (2001, p. 59), afirma o sociólogo britânico.

de interpretação da sociabilidade contemporânea e consequente atuação política.

Esse esforço sociológico singular, todavia, não apresenta novidades substantivas, em termos teórico-conceituais, em relação ao pensamento funcionalista de Durkheim. No pensador francês, essas relações institucionais e a adesão dos indivíduos, pensada em termos de integração e solidariedade, aparecem, inclusive, em termos mais originais, com menor ambiguidade e maior clareza.

Uma das principais lições de György Lukács (1972) ao estabelecer sua crítica ao irracionalismo, entretanto, é afirmar que as filosofias da decadência apresentam uma forma de operar específica: elevam à universalidade elementos particulares (ou menos que isso, meramente singulares ou de senso comum) da vida social. Esse procedimento gera uma aparência de verdade, já que de fato descreve certos elementos empíricos da sociabilidade. Mas tende a redundar, em última análise, numa visão reificada da realidade. Ao negar a categoria da totalidade, terminam mistificando e invertendo aparência e essência, “causa” e “efeito”, além de fazer abstração das demais determinações que envolvidas no processo.

Se essas observações puderem ser utilizadas para fazer a crítica ao pensamento de Giddens, talvez possam servir, também, para Ulrich Beck, intelectual que universalizou um conceito que se constitui, em essência, como um desdobramento das reflexões seminais de Anthony Giddens. Mais exatamente, trata-se do conceito de “sociedade de risco”.

Ulrich Beck partilha do núcleo do pensamento de Giddens. Participa da ideia de uma “modernização reflexiva”, da contração à “pós-modernidade”, da ideia de uma intensificação das estruturas abertas na modernidade. O conceito de “risco”, pedra angular de seu sistema, está relacionado a uma interpretação totalizante da modernidade e suas consequências. Beck confere substância às suas ideias no livro *Sociedade de risco: rumo a uma outra*

modernidade (2010) e em uma série de intervenções no debate sociológico, sintetizadas em artigos e capítulos de livros.

O foco central de Ulrich Beck coincide com uma clássica tarefa do conservadorismo, isto é, a tentativa de demonstrar, empírica e teoricamente, a impossibilidade da revolução comunista. Seu sistema, antirrevolucionário, associa-se ao sistema aparentemente funcionalista giddeniano, na tarefa de retirar do debate acadêmico e político a categoria da Revolução.

Não deixa dúvidas a esse respeito ao afirmar:

“Modernização reflexiva” significa a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O ‘sujeito’ dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental (1997, p. 12).

254

O sociólogo alemão, divulgador do conceito de “sociedade de risco”, tal como Giddens, tem projeção internacional e expressiva incidência no Brasil. Ele pensa a contemporaneidade como etapa de intensiva e extensiva desintegração das estruturas e relações sociais erigidas no período que ele chama de “modernização simples”, aquele construído pela burguesia revolucionária. Mas essa desintegração cederia lugar a uma reintegração, de novo tipo, qual seja: a “modernização reflexiva”, em vigência nos dias atuais, integradora e mundial.

Isto significa, em termos claros, que Beck, como os demais conservadores, tem um diagnóstico de crise da sociedade ocidental e essa crise consistiria na passagem para a “sociedade de risco”, que é a própria “modernização reflexiva”. Nas palavras do autor: “(...) as pessoas não estão sendo ‘libertadas’ das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global” (BECK, 1997, p. 18). Mais adiante, complementa: “(...) o horizonte se obscurece à medida que os riscos crescem” (1997, p. 20).

Para acompanhar o raciocínio do autor, é razoável recuperar na íntegra suas palavras:

[...] em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna (com 'sociedade moderna', Beck está se referindo ao contexto contemporâneo – JS) está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em destruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva [...] *não é a crise, mas, repito, as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social.* [...] isso significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a adicional que estão dissolvendo os contornos da sociedade industrial. A constelação que está surgindo como resultado disso também nada tem em comum com as utopias até agora fracassadas de uma sociedade socialista. Em vez disso, o que se enfatiza é que o dinamismo industrial, extremamente veloz, está se transformando em uma nova sociedade sem a explosão primeva de uma revolução, sobrepondo-se a discussões e decisões políticas de parlamentos e governos. [...] O que foi afirmado é exatamente aquilo que é considerado fora de questão no antagonismo unânime existente entre as duas principais autoridades da modernização simples – os marxistas e os funcionalistas – ou seja, não haverá revolução, mas uma nova sociedade [...] A ideia de que a transição de uma época social para outra poderia ocorrer não intencionalmente e sem influência política, extrapolando todos os fóruns das decisões políticas, as linhas de conflito e as controvérsias partidárias, contradiz o auto entendimento democrático desta sociedade, da mesma forma que contradiz as convicções fundamentais de sua sociologia. Do ponto de vista convencional, está acima de todos os desastres e experiências amargas que marcam revoltas sociais. Mas isso não precisa

acontecer. A nova sociedade nem sempre nasce da dor (1997, p. 12,13, grifos do autor).

O centro do debate beckiano, portanto, consiste em afirmar uma ideia de desenvolvimento social que não apenas se afasta, mas também cancela os processos revolucionários como elementos impulsionadores da história. Para o autor, as transformações em curso na atualidade não descenderiam de revoltas, insurreições ou revoluções, nem teriam vinculação com a política institucional. Com isso, Beck acredita que está elaborando um conceito “inovador” do ponto de vista “sociológico”, supostamente capaz de substituir o marxismo e o funcionalismo. E particularmente com relação ao marxismo, o autor avança:

A petrificação da crítica, que foi um significado da predominância da teoria marxista entre a *intelligentsia* crítica por mais de um século, acabou. O pai todo-poderoso está morto. Na verdade, a crítica social pode agora tomar novo fôlego, assim como abrir seus olhos e torná-los mais perspicazes (1997, p. 23, 24).

A razão dessa inovação residiria na sua percepção de que as mudanças da sociedade contemporânea não derivariam de uma teleologia histórica, da qual emanaria o destino final da humanidade. Nesse quesito, novamente, alinha-se à perspectiva de Giddens. Tratar-se-ia, simplesmente, de desdobramentos espontâneos, implícitos nas próprias relações institucionais já existentes. Um tipo de desenvolvimento, portanto, desprovido da categoria ontológica da alternativa e das posições teleológicas dos sujeitos individuais e coletivos.

Beck (1997) exemplifica: o intenso crescimento econômico, a tecnificação rápida e a maior segurança no emprego, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho e contratuais, podem desencadear os processos que

impulsionam a sociedade industrial rumo a uma nova era. Segundo ele, seria preciso que a sociologia, como produção de ‘conhecimento reflexivo’ sobre a sociedade, esteja atenta aos microprocessos que, cumulativos e pulverizados, escapariam às grandes teorias.

Exatamente *porque* essas pequenas medidas com grandes efeitos cumulativos não surgem de maneira espalhafatosa, por meio de votações controvertidas no parlamento, antagonismos políticos programáticos ou sob a bandeira da mudança revolucionária, a modernização reflexiva da sociedade industrial ocorre silenciosamente, por assim dizer, despercebida pelos sociólogos, que, sem questionar, continuam a coletar dados de acordo com antigas categorias (1997, p. 14).

257

Esses processos ‘espontâneos’ de transformação da sociedade seriam os fundamentos sócio-históricos e teóricos de onde parte sua interpretação sobre a sociedade contemporânea. O conceito de “sociedade de risco” parece ter sido formulado, então, para explicar a ‘negatividade’ da “modernização reflexiva”.

Tal conceito, aparentemente, seria uma espécie de correlato sociológico da ideia de Giddens sobre o “lado sombrio” (GIDDENS, 1991, p. 17) da “modernização reflexiva”, por oposição ao “lado das oportunidades”, referida anteriormente. O termo ‘reflexiva’, em Beck, significaria “autoconfrontação”, isto é, uma ação circular na qual a sociedade se depara com os resultados dos mecanismos acionados por ela mesma, a partir da industrialização. Seria o caso, por exemplo, da destruição do meio ambiente. Beck anota:

Neste contexto, devemos também reconsiderar a essência da “crise ecológica” atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado “problema ambiental” – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial (1997, p. 19).

O conceito de “sociedade de risco” serviria, assim, para significar a instabilidade constante do sistema social. Essa “sociedade de risco” se expressaria por meio de fenômenos tais como: o novo nacionalismo, o fundamentalismo religioso, as crises econômicas, ecológicas, catástrofes naturais, empobrecimento da população, resultantes do lado “negativo” da modernização. A sociedade contemporânea, sendo assim, conviveria com o “risco” generalizado, o que resultaria, também, do ponto de vista dos indivíduos singulares, em novas formas de engajamento, de pertencimento, ou integração na sociedade, de tal maneira complexas que tornariam obsoletas certas noções clássicas:

(...) surge um engajamento múltiplo contraditório, que mistura e combina os polos clássicos da política de forma que, se pensarmos nas coisas em relação à sua conclusão lógica, todo mundo pensa e age como um direitista ou um esquerdista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica e antiecológicamente, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo. Todos são pessimistas, pacifistas, idealistas e ativistas em aspectos parciais do seu ser. Entretanto, isso só significa que as clarezas atuais da política – direita e esquerda, conservador e socialista, retraimento e participação – não são mais corretas ou efetivas (1997, p. 33).

258

Enquanto a sociedade industrial foi atravessada por conflitos relacionados à distribuição bens e serviços, produzidos em larga escala, a “sociedade de risco” inaugura disputas de novo tipo, pois teria perdido sua capacidade de gerar abundância.

Na atualidade, os conflitos sociais mais prementes não seriam pela apropriação da riqueza, e sim pela socialização das perdas e “malefícios” (1997, p. 17) que o “risco” constante provoca. Tais malefícios são provenientes das novas formas de produção de riqueza na contemporaneidade, que envolvem novas tecnologias:

nuclear, química, genética, biológica, ambiental, militar e assim por diante.

Essas atividades possuem “riscos” inerentes que envolvem potencialmente toda a humanidade. Portanto, precisariam ser “distribuídos” – em sentido negativo –, isto é, socializados politicamente. Além disso, os “riscos” precisam ser supervisionados, controlados, mas também e, sobretudo, legitimados.

Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da “racionalidade”. No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria [...] os riscos tem sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumentalmente racional (1997, p. 19, 20).

259

Esses fundamentos sócio-históricos implicariam novas formas de relação indivíduo, Estado e sociedade. Os “riscos” atravessariam a sociedade como um todo e repercutiriam sobre os indivíduos, implicando sua presença em cada micro escolha cotidiana. Os “riscos”, segundo Beck, transformariam o mundo da cultura, da política e dos valores. Implicariam novas formas, ultra racionalizadas, em dimensões como a gestão dos negócios, o direito, as relações internacionais. A centralidade dos “riscos” na sociedade contemporânea adquire tanta ênfase no pensamento beckiano que ele parece supor e propor uma sociedade administrada exclusivamente em função dos riscos.

Aos Estados nacionais, na qualidade de institucionalidade pública universalizante, caberia a função de controle, supervisão e minimização dos “riscos”, principalmente, fomentando a “sensação” de “segurança”. Acumular-se-iam sobre os indivíduos os

riscos globais e pessoais e nisso residiria uma mudança política significativa. Na “modernização simples”, a dos séculos XVIII e XIX, os riscos pessoais seriam passíveis de serem enfrentados mediante estratégias corporativas de organização: familiar, sindical, classista, grupal.

Na “modernização reflexiva”, por outro lado, os “riscos” penetrariam de maneira quase absoluta na esfera individual, desintegrando, inclusive, processos de formação de consciência de classe. Em lugar do progresso e do desenvolvimento, o horizonte contemporâneo seria o da incerteza com relação ao futuro. O resultado dessa corrida em direção ao controle dos “riscos”, é a paralisia dos indivíduos singulares, atônitos diante da infinidade de possibilidades de ruína que os aguarda. Beck, com esses termos, supõe um horizonte histórico catastrófico do qual seria impossível fugir.

Aos Estados caberia a função de evitar que os “riscos” desintegrem a sociedade e aos indivíduos restaria a fuga ao solipsismo. A imagem mental que o sociólogo alemão monta para auxiliar a captação da ideia de “risco” é a de uma grande maré montante que deságua sobre todos os indivíduos, sem mecanismos de retenção de quaisquer espécies: jurídicos, institucionais, políticos, nacionais, científicos.

Essa convivência constante e universal com os “riscos” tem como resultado uma espécie de “existencialismo do risco”. Beck não se expressa nesses termos, mas é possível entrevê-los quando afirma:

Somente na redefinição do presente os limites da velha ordem explodem e as ambivalências irredutíveis – o novo distúrbio da civilização do risco – aparecem abertamente. Desse modo, há cada vez menos formas sociais (padrões de atuação) produzindo ordens de ligação e ficções de segurança importantes para a ação. Esta crise das ficções da segurança da sociedade industrial implica que as oportunidades e compulsões para a ação se abram, e entre elas uma deve

permanentemente decidir, sem qualquer reivindicação de soluções definitivas – um critério pelo qual viver e agir na incerteza torna-se uma espécie de experiência básica [...] “individualização”⁶ significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem. Mas também significa novas interdependências, até mesmo globais. A individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva (1997, p. 23).

Beck universaliza a “experiência” do “risco” à própria configuração da humanidade na contemporaneidade. Ele se aproxima do irracionalismo ao postular que essa “incerteza” diária converte-se na “experiência básica” dos indivíduos, pois ela se desdobraria na impossibilidade de atuação racional⁷ e conscientemente dirigida por parte dos sujeitos, até mesmo em função da estatura gigantesca que adquirem os “riscos” de cada decisão, de cada escolha individual cotidiana.

O trecho onde ele destaca que a ‘individualização’ envolve a capacidade de “inventar novas certezas para si e para os outros” abre o flanco para o relativismo cultural e para o irracionalismo. Isso

6 “Individualização” no léxico beckiano equivale à categoria da *individuação* de Marx e Lukács, mas parte de outros pressupostos e chega a outras conclusões.

7 Em passagem sintomática, Beck afirma: “Abaixo e por trás das fachadas da velha ordem industrial, que às vezes ainda está brilhantemente polida, estão ocorrendo mudanças radicais e novos pontos de partida, de modo não completamente inconsciente, mas também não inteiramente consciente e de uma forma dirigida. *Mais parecem uma coletividade cega, sem uma bengala ou um cão, mas com um faro para o que é pessoalmente correto e importante e, se elevado ao nível da generalidade, não pode ser totalmente falso*” (1997, p. 33,34, grifos nossos). Seria oportuno perguntar a que, exatamente, o autor se refere quando atribui ao “faro” o sucesso das escolhas significativas, dentre outras perguntas possíveis.

porque o “discurso” científico perderia sua força ante à correspondente legitimidade (ontológica) de outras formas discursivas. Esse “existencialismo do risco”, tal como o estamos designando, tem como consequência a redução das possibilidades políticas. Quanto aos indivíduos e em seu processo de integração social:

Os indivíduos são construídos através de uma interação discursiva complexa que é muito mais aberta do que supunha o modelo funcionalista de papéis sociais. Ao contrário, o fato é que as instituições estão se tornando irreais em seus programas e fundações, e por isso dependentes dos indivíduos. [...] um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes, aquela do “não ambíguo” (modernização simples – JS) e aquela da modernidade “ambivalente” (“modernização reflexiva” – JS). Por um lado, *está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político*. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade (1997, p. 28, grifos nossos).

262

Com o conceito de “renascimento não institucional do político”, acima citado, prepara-se o terreno para uma ideia central de seu sistema, isto é, a noção de “subpolítica”. Esta seria “a política da política”, ou, a “política reflexiva”, forma renovada e mais elevada de política que aquela vigente na “modernização simples”. Na subpolítica, a centralidade da atuação nas relações de poder recai sobre os “cidadãos” ou “grupos de cidadãos”, numa espécie de “rebelião dos indivíduos”, que dispensaria a participação em partidos ou instituições de classe (1997, p. 31).

Essa “nova política”, que passa a ser entendida como “a política”, atua com autonomia em relação “ao político” que, segundo o entendimento do autor, resume-se ao jogo democrático institucional. O sociólogo enxerga na “subpolítica” a semente da transformação, “reinvenção”, “do político”. Nas suas palavras: “Inventar

o político significa uma política criativa e auto criativa que não cultiva nem renova velhas hostilidades, que delas não extrai – nem intensifica – os meios do seu poder; em vez disso, projeta e cria novos conteúdos, formas, coalizões” (1997, p. 52). Essa “nova política”, entrincheirada em grupos, pequenas “facções”, seria a forma renovada da política.

Dessa maneira, os novos sujeitos da subpolítica seriam grupos microssocietários: pais de alunos, deficientes, homossexuais, prostitutas, professores, ambientalistas, desempregados, a lista poderia se estender. Esses sujeitos é que estariam preparando o terreno para instauração de um novo Estado, caracterizado como um palco de negociações com esses interesses plurais. O “novo Estado” redefiniria não apenas suas áreas de intervenção, mas também seria renovado como instituição. Conectados em rede, esses sujeitos possuem um raio de ação ampliado.

Nas palavras do autor: “Apenas as redes, que devem ser conectadas em conjunto e preservadas, e que possuem sua própria ‘moeda-corrente’, permitem a formação de poder ou de poder de oposição” (1997, p. 59).

Esses grupos, concentrando-se em pautas específicas, possuem múltiplos engajamentos, questionam “o sistema” e “Esta *não-revolução tipo centopeia* está em andamento” (1997, p. 34, grifos nossos), desalojando dos tradicionais espaços de decisão política os encaminhamentos decisivos da vida social. Visam a “mudança das regras do jogo”, o próprio jogo *em si* não seja questionado.

A “sociologia da modernização reflexiva”, tanto giddieniana, quanto beckiana, consubstancia-se numa tentativa de renovação das ideias funcionalistas. Ambos, supostamente apresentando ideias avançadas e correspondentes ao atual estágio de complexidade da sociedade, trabalham temas tradicionais da sociologia durkheiminiana com novas designações. Com isso, fornecem uma explicação sistêmica sobre a dinâmica social que reforça o

conservadorismo, na medida em que confluem para sustentar ideias antirrevolucionárias.

A “sociologia da modernização reflexiva”, indicada por ambos os autores como a principal ferramenta para produção de conhecimento “reflexivo” sobre a sociedade, conclui reiteradamente pela necessidade de aperfeiçoamento das relações sociais capitalistas e pela impossibilidade da revolução. Os “sistemas peritos”, as “fichas simbólicas”, a “confiança”, a “sociedade de risco”, e assim por diante, cumprem a função social ideológica de construir um consenso acadêmico-teórico antirrevolucionário.

As conclusões imediatas extraídas dessas teorias não podem ser outras a não ser a hipertrofia do Estado para administrar “os riscos” e “socializá-los” de modo a proteger a propriedade privada; o esvaziamento das formas tradicionais de organização e luta política dos trabalhadores – partidos, sindicatos – em nome da ascensão de uma suposta “nova política”, a “subpolítica”, protagonizada por sujeitos e coletividades desagregadas, assistemáticas e desarticuladas. Ao indivíduo, resta a apatia e a perplexidade ante a imensa complexidade do sistema social com que se defronta: a “globalização”, que produz e intensifica o “desencaixe”, forma antiga de sociabilidade tradicional. As saídas propostas não ultrapassam o horizonte do solipsismo e da indiferença para autopreservação.

264

Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade

Até aqui, procuramos acentuar algumas características centrais do conservadorismo, tomando-o como ideologia plural, ou seja, não se apresenta como bloco monolítico e homogêneo, mas como tradição que se subdivide em vertentes, tendências, ramificações e até mesmo algumas fusões ecléticas com outras matrizes de

pensamento, a depender do contexto histórico-geográfico em que emerge. Evidentemente, essa pluralidade não infirma o estabelecimento de uma tendência comum, unificadora, convergente, capaz de possibilitar um tratamento unitário, mas não identitário, ao conservadorismo como tradição de pensamento e ação.

Tal sentido convergente consiste na manutenção e preservação da ordem institucional capitalista, mas com a peculiaridade do fortalecimento das tendências de direita e extrema-direita – filofascistas na vertente norte-americana – na condução do Estado, das políticas públicas e na relação com a sociedade civil e com os indivíduos. Sendo assim, o conservadorismo aparenta representar o recrudescimento das perspectivas de retrocesso civilizatório, de maneira mais acentuada que o neoliberalismo.

265

Acompanhamos momento fundador da tradição conservadora com a reflexão seminal de com Edmund Burke, assim como seu desenvolvimento e ampliação durante o século XX. Além disso, procuramos explicitar algumas particularidades nacionais e singularidades de autores que marcam essa tradição nos Estados Unidos e na Inglaterra, uma vez que o Brasil tem recebido, nos últimos anos, importantes contribuições do conservadorismo desses países.

Ao debater tais características, nosso objetivo residiu em identificar algumas determinações centrais da ideologia do conservadorismo, que consubstanciam uma função social específica quando de sua incorporação na formação social brasileira, isto é, apresentar-se como projeto político hegemônico, portador de uma certa matriz de pensamento (ainda que irracionalista), para conduzir a sociedade a uma adaptação irrestrita aos imperativos do capitalismo monopolista contemporâneo, cujas tendências especulativo-parasitárias (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015) têm imprimido traços dramáticos à exploração do trabalho e, nos momentos de crise, têm colocado ameaçado a própria reprodução da sociedade.

Outra particularidade do conservadorismo contemporâneo está relacionada à formação de sua autoimagem. Segundo supomos, a autoimagem de uma ideologia não pode ser tomada como mera aparência secundária em relação à sua atuação “concreta” sobre a “economia”. Há uma relação dialética entre a autoimagem ideológica, a adesão de novos sujeitos individuais e coletivos e a construção de hegemonia de um projeto de classe. “A tese de que a ideologia é essencialmente falsa consciência ou estratégia meramente instrumental oculta que os dominantes sofrem também seus efeitos”, afirma Dias (2006, p. 57). Seria, pois, nesse sentido, um erro supor a inexpressividade da autoimagem de uma ideologia, pois é por intermédio dela que os projetos de classe se apresentam à sociedade para disputar sua direção.

266

Segundo Dias,

Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos de classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades (2006, p. 196). [...] trata-se da ampliação da esfera de classe (2006, p. 63).

Evidentemente, a representação que os sujeitos elaboram acerca de si mesmos não poderia se constituir na única, tampouco principal fonte de conhecimento acerca de seu significado social e histórico. Concomitantemente, com frequência também não coincidem, necessariamente, com as formas reais que assumem. Marx tinha uma concepção crítica acerca da autoimagem das classes dominantes, mas manteve, por outro lado, o combate diuturno a elas, algo que pressupõe a atenção crítica à formação de tais imagens.

O conservadorismo, como ideologia aglutinadora das classes dominantes, acionada nos períodos de crise como mecanismo que subordina as contradições intestinas dessas classes ao projeto mais abrangente de manutenção e ampliação das relações sociais

capitalistas, formula e amplifica uma autoimagem capaz de reunir em torno de si a adesão de setores estratégicos das classes dominadas. Tal adesão pode significar o sucesso de tal ideologia, tal como ocorreu com Luís Napoleão, que reuniu logrou aglutinar em torno de si a parcela majoritária da população francesa, isto é, parte importante do campesinato.

Edmundo Dias indica que essa é uma necessidade surgida da própria dominação de classe. Referindo-se em particular, ao liberalismo, suas palavras servem também para o conservadorismo contemporâneo:

O liberalismo, apesar de se proclamar universal é, na realidade, um projeto de classe que permite a esta construir uma articulação complexa com as bases materiais da sua própria existência. A crítica da ordem feudal foi uma necessidade real. Fez uma triagem de sujeitos históricos. Eliminou ou subsumiu uma enorme parcela das classes dominantes, transformou as classes subalternas e alterou o plano institucional. [...] Por *liberalismo* entendemos o conjunto das formulações teóricas ligadas especificamente à política (burguesa) [...] Já o *liberismo* é a ideologia da liberdade comercial. [...] A história do capitalismo é a história das suas reestruturações, dos movimentos de permanente adequação entre a chamada base material e o conjunto das formas políticas e ideológicas que lhe dá sustentação (2006, p. 88,89).

267

A ideologia conservadora contemporânea, tal como se apresenta no Brasil em suas tendências ideais, teóricas políticas mais aparentes, é portadora de uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais.

Contraditoriamente, porém, o conservadorismo procura se apresentar como posição política desprovida de consequências para a sociabilidade, como meros “traços de personalidade”, como tendências subjetivas, ou então, como movimento político empenhado na preservação dos diferentes “estilos de vida” individuais,

em momentos de crise e transição política, que geralmente causam certa insegurança na população.

Reforçando o senso comum, alguns conservadores, tais como Oakeshott, Scruton e Dalrymple, associam o conservadorismo às “formas de ser” que se inclinam à crítica de mudanças “radicais”, algo que se assemelha, aparentemente, a uma tentativa de diluição do conteúdo essencialmente político que representa o projeto conservador, para, talvez, torná-lo mais palatável aos sujeitos singulares.

O conservadorismo geralmente também se apresenta associado à “prudência” e à “maturidade” políticas, numa imagem que pretende fazer a identificação com os indivíduos singulares que se definem nesses termos. O objetivo é ressaltar uma espécie de “lado conservador” que, supostamente, faria parte de todos os seres humanos. Ser “prudente”, segundo esse raciocínio, seria o mesmo que ser conservador.

Com esse tipo de definição, diga-se de passagem, qualquer debate racional ou sistemático, visto que o conservadorismo é elevado ou associado à própria “condição humana” – tal como o liberalismo eleva a concorrência e o individualismo à natureza humana.

Por conseguinte, o conservadorismo é também universalizado, numa espécie de “ontologia conservadora”, na medida em que todos os indivíduos são apresentados como conservadores em alguma medida, nem que seja na inclinação à preservação de si próprio, entes queridos ou círculo de amigos. É o que se depreende das afirmações, por exemplo, de Michael Oakeshott:

O meu tema não é uma crença nem uma doutrina, mas uma forma de ser e estar. Ser conservador significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma; é preferir certas formas de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a tomar determinadas decisões. [...] Distinguir as características gerais desta atitude não é tarefa difícil, embora elas tenham sido

constantemente confundidas. Elas resumem-se a uma propensão ao uso e gozo daquilo que se tem, em vez do desejo ou busca de outra coisa, a aprazer-se mais com o presente do que com o passado ou o futuro. [...] não existe nenhuma idolatria simples pelo que já passou ou já se foi. [...] Assim, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. [...] Para além disso, ser conservador não é apenas ser avesso à mudança [...] é também *a forma de nos adaptarmos às mudanças*, algo que foi imposto a todos os homens. [...]" (2012, p. 4,5,6, grifos nossos).

Já em Russel Kirk, essa formulação aparece nos seguintes termos:

269

Não sendo nem uma religião nem uma ideologia, o conjunto de opiniões designado como conservadorismo não possui nem uma Escritura Sagrada nem um Das Kapital que lhe forneça um dogma. Na medida em que seja possível determinar o que os conservadores crêem, os primeiros princípios do pensamento conservador provêm daquilo que professaram os principais escritores e homens públicos conservadores ao longo dos últimos dois séculos. [...] Talvez seja mais apropriado, a maior parte das vezes, *usar a palavra "conservador" principalmente como adjetivo*. Já que não existe um Modelo Conservador, sendo o conservadorismo, na verdade, a negação da ideologia: trata-se de um estado da mente, de um tipo de carácter, de uma maneira de olhar para ordem social civil. *A atitude que nós chamamos de conservadorismo é sustentada por um conjunto de sentimentos* [...] É quase verdade que um conservador pode ser definido como sendo a pessoa que se acha conservadora. [...] (Mesmo assim, *os conservadores sabem, como Burke, que a saudável "mudança é o meio de nossa preservação"*). A continuidade da experiência de um povo, diz o conservador, oferece uma direção muito melhor para a política do que os

planos abstratos dos filósofos de botequim. (2014, p. 102, grifos nossos).

Sintetizando, a partir dessas citações e do conjunto das nossas reflexões, algumas tendências contemporâneas do conservadorismo que se apresenta à sociedade brasileira, é possível levantar quatro pontos capitais: o conservadorismo faz a crítica das “ideologias” e se apresenta como uma “forma de ser” não ideológica; em contraste com o fundador da tradição, Edmund Burke, os contemporâneos valorizam e defendem o *presente* contra as “ideologias totalitárias”; adota posições pragmáticas e imediatistas, baseando escolhas e alternativas políticas e individuais tão somente na situação dada tal como se apresenta no aqui e agora; é favorável às mudanças realizadas “pelo alto”, desde que permaneçam subsumidos os interesses das classes dominadas.

270

O conservadorismo no Brasil⁸ realiza uma tarefa adicional, no sentido da acumulação de forças. De um lado, adere, seletivamente, a alguns cânones da concepção liberal (especificamente) para a economia e, de outro, realiza uma cruzada anti historicista no campo das ciências sociais e do debate político, defendendo uma concepção “presentista” de mundo – exceto, em alguma medida, o pensamento sociológico de Giddens e Beck. Isto é, apenas a manutenção do imediato aqui e agora interessariam à política e às ciências. Esse “presentismo” opera um traço fundamental da *decadência ideológica* que permeia o pensamento burguês: a deshistoricização do tempo presente. Com isso, observa-se a adesão do conservadorismo “presentista” ao pragmatismo.

A relação do conservadorismo com a categoria da razão é contraditória e bifurcada. De um lado, há uma vertente importante

8 Além das obras e autores destacados – uma pequena amostra representativa dessa ideologia, a página da internet <http://portalconservador.com/> é uma das principais referências para o conservadorismo brasileiro.

e ativa de conservadores irracionalistas, herdeiros de Burke e defensores dos “instintos”, dos “sentimentos”, das “formas de ser”, como expressões intocáveis e orientadoras da “alma humana”. Essa vertente condena a razão e o racionalismo como fontes de conhecimentos abstratos e artificiais, fadados a engendrar formas embrionárias de “totalitarismos”.

Supõem os conservadores que o racionalismo perseguiria a pueril ideia de “perfeição humana” e “não é possível reduzir os problemas de uma comunidade a simples equações ou postulados que a razão acabaria por resolver por si só” (COUTINHO, 2014, p. 36). Dessa maneira, os conservadores irracionalistas defendem que a política seja conduzida com base em princípios, como o “bom senso” e a “prudência”, não em conceitos ou cálculos, posto que sujeitos à falhas em função das “imperfeições humanas”.

271

Os conservadores irracionalistas entronizam, ainda, o saber prático como único capaz de fornecer os melhores referenciais para a ação social. O ‘saber teórico’ tenderia a deduzir os posicionamentos políticos a partir de elaborações abstratas, o que significaria desconsiderar as condições objetivas de uma dada sociedade. Para um conservador, a melhor imagem de ação social e política é aquela em que o sujeito persegue o “meio termo”, a *via media* entre os extremos possíveis da Razão e da ação.

Tanto melhor se esse sujeito tiver clareza de suas funções específicas na sociedade e orientar-se racionalmente. Essa orientação racional, nesses termos, significa a apropriação dos conhecimentos imprescindíveis para o exercício daquela função, conhecimentos majoritariamente selecionados a partir do acúmulo das tradições e das situações circunstanciais, ou seja, do saber prático. Os conservadores identificam, tendencialmente, a ação racional à manipulação bem-sucedida de dados empíricos. Agir racionalmente é manejar com destreza o “saber prático”.

Por outro lado, o conservadorismo recebe a contribuição de áreas do saber e intelectuais que elaboram sistemas racionais de explicação da vida social. Sendo assim, a filosofia e a sociologia, por exemplo, figuram como campos de produção de conhecimento que, de um lado, sofisticam e ampliam valores da tradição conservadora e, de outro, formulam conceitos que são apropriados e reforçam o conservadorismo em seu aspecto de movimento político.

Essa contradição e esse ecletismo decorrem da incapacidade de o conservadorismo elaborar um sistema suficientemente articulado que permita a essa tradição consolidar-se como fonte autônoma e sistêmica de uma concepção de mundo que lance bases sólidas para a ação social e política. Por isso, recorre ao liberalismo e suas indicações econômicas⁹, ao pós-modernismo e sua destruição da história como totalidade para justificar o “presentismo”, ao pragmatismo como referência para a ação política imediata, à sociologia de raiz funcionalista para justificar a importância das instituições e das tradições para a constituição da sociedade e manutenção da coesão social.

Como se pode notar, a ideologia do conservadorismo, apesar de ser portadora de alguns elementos comuns, não se constitui como uma espécie de “universal abstrato”, ou tampouco um “tipo

9 “Reconhecer que o Liberalismo econômico era essencial aos novos tempos significava adaptar a política Conservadora aos desafios do presente e assim garantir que a prosperidade preservasse a existência de uma sociedade alicerçada em princípios Conservadores. Se a mudança era uma realidade inelutável, garantir a liberdade de os indivíduos fazerem escolhas e comercializarem sem demasiadas intervenções estatais era uma forma de os Conservadores assegurarem que a mudança seria espontânea, orgânica, sedimentada, progressiva e prudente, não artificial nem radical. Essa concepção modificou uma parte importante no pensamento e na prática conservadora britânica: o Estado passou a ser visto também como uma fonte de desequilíbrio e ruptura, e o mercado como uma das instituições Conservadoras por excelência que ajudaria a preservar a ordem social”, assume o conservador (GARSCHAGEN, 2015, p. 15).

ideal”, estabelecido à priori como amálgama de dogmas e preconceitos eternos. Ele se particulariza, diferencia-se, ramifica-se, em diversas tendências, vertentes e formações sociais.

Anteriormente, abordamos o conservadorismo clássico, em sua gênese irracionalista com Edmund Burke; suas atualizações americana e europeia, cujos troncos se subdividem em autores irracionais, que recuperam, mais perto ou mais longe, a matriz burkeana; a sofisticação do pensamento conservador, que faz uso da razão, de categorias e conceitos, representada pela sociologia de Giddens e Beck; e explicitamos algumas características gerais do conservadorismo na atualidade.

Doravante, abordaremos a apropriação da ideologia do conservadorismo na particularidade brasileira, sua adaptação às relações de classe e aos ideais aristocráticos e burgueses nessa formação social. O objetivo consiste em avançar um degrau na concretização da análise da ideologia conservadora, recuperando algumas de suas características específicas na realidade nacional e preparando o terreno para a realização de uma análise sobre materialidade dessa ideologia na conjuntura política contemporânea. Por oportuno, serão debatidos os fundamentos da estrutura sincrética do Serviço Social, que inclui o ecletismo, uma vez que consideramos esta estrutura como a singularidade que permite a identificação de alguns traços específicos e contraditórios do conservadorismo nessa profissão no Brasil.

**“CONSERVADORISMO
À BRASILEIRA”
E SERVIÇO SOCIAL**

4

Bases sócio-históricas do “conservadorismo à brasileira”

275

Considerando a trajetória e as tendências ídeo-políticas do conservadorismo, delineadas anteriormente, assim como suas características gerais e principais particularidades inglesa e americana e suas aproximações com o fascismo e o bonapartismo, parece-nos oportuno situar algumas especificidades da formação sócio-histórica brasileira. Isso porque elas incidem diretamente na apropriação das ideias do conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo.

A forma especificamente brasileira dessa apropriação, no campo da ideologia, da política e das disputas dos projetos societários, resulta em consequências sociais particulares. Entre outras expressões mais evidentes dessas consequências, é possível situar o “(...) inegável avanço da direita no Brasil nos últimos anos” (CALLIL, 2016). Na atualidade, a influência do conservadorismo tende a acentuar elementos de uma herança histórica que, através de contradições, não foi inteiramente superada. Pelo contrário, permanece presente no cotidiano e nos interesses das classes dominantes e dominadas, influenciando, sobretudo, suas escolhas políticas, ideias, valores, costumes e relações sociais.

Entendemos que a apropriação do conservadorismo no Brasil, tanto clássico quanto contemporâneo, não se configura como

mera reiteração ou simples mimetização das características europeias ou norte-americanas. Acompanharemos, para abordar essas singularidades, a designação adotada por Ferreira e Botelho (2010), que identificam um “pensamento conservador à brasileira”, isto é, uma espécie de confluência de determinações ideológicas (no seu sentido amplo e também restrito) herdadas do passado colonial e escravista, com princípios e valores (ordem, autoridade, disciplina, hierarquia, “meritocracia”, entre outros) sistematizados em teorias (mas também em pedagogias nas relações de trabalho e religiosas) cuja função social e desdobramentos efetivos redundam, sobretudo, em tendências antidemocráticas e de “hipocondria”¹ anticomunista, além da produção de uma cultura política contrária à noção de conquista de direitos dos trabalhadores.

276

Jalles de Paula (2010), discutindo a atuação política e intelectual de Gustavo Corção², um dos expoentes militantes conservadores da história política brasileira da primeira e (parte da) segunda metades do século XX (que, decepcionado com a relativa ampliação da (modesta) agenda de reformas do governo João Goulart, concebida pelos setores conservadores como degenerescência comunista), descreve o tom de preocupação desses setores em relação ao alinhamento político do Executivo brasileiro. Essa preocupação pode ser vislumbrada por intermédio do desapontamento de Corção e dos comentários de Jalles de Paula:

A história das nações confirmava que sempre os “piores” eram escolhidos. Estava mais do que comprovado que a democracia ‘[era] um sistema regressivo anárquico, ou um sistema de entropia crescente’ (*O Globo*, 5-6-1969). Daí a

- 1 Retomando e adaptando a expressão trabalhada por Losurdo (2014).
- 2 Segundo a autora, Gustavo Corção “Incorporou a busca por uma elite virtuosa que fosse capaz de conduzir a nação brasileira sob a égide do patriotismo e da autoridade e em detrimento da liberdade.” (2010, p. 367).

descrença na saída democrática, que, junto ao liberalismo político, com sua defesa do valor da liberdade, constituiriam argumentos favoráveis à esquerda, ou seja, à eleição dos piores. Uma vez que a representação, fundada no ‘equivoco da Vontade Geral que é, na verdade, o pórtico do mundo totalitário’ (*O Globo*, 5-6-1969), sempre degeneraria. Dessa forma, sua (de Corção e dos setores conservadores próximos à sua militância - JMAS) prescrição do regime ideal é uma composição de autoridade, elite e representação. *Ou seja, um híbrido de aristocracia, monarquia e ‘alguma’ participação popular (...)* Para Corção, não havia condições para a democracia no Brasil porque não tínhamos provado que a minoria virtuosa não consegue conquistar os ‘corações e mentes’ das massas. *Assim, justificava-se a ditadura militar. Além disso, no contexto brasileiro, o AI-5 era a medida que daria fim ao processo de mediocridade da sociedade brasileira. O mundo civil dispunha-se, finalmente, do instrumento necessário para a eliminação do ‘inimigo vermelho’ e a instalação de um regime cristão* (2010, p. 357, 358 grifos nossos).

O exemplo de Gustavo Corção pode contribuir para ilustrar as principais tendências e características peculiares do “pensamento conservador à brasileira” (FERREIRA, BOTELHO, 2010), uma vez que as bases sociais e históricas do Brasil são essencialmente distintas daquelas que originaram o conservadorismo clássico. Em nosso entender, essa distinção é o que está na base tanto das diferenças, quanto do reforço de algumas das características basilares do conservadorismo clássico. Entre estas últimas, destacam-se o desprezo pela institucionalidade democrática; o “aristocratismo” ou “elitismo”, que se expressa no cotidiano como pré-conceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico, entre outras.

O período contemporâneo, no qual se faz presente com destaque, entre outras vertentes, a reatualização do conservadorismo

burkeano, de corte irracionalista, mediada sobremaneira pela produção e atuação de Russel Kirk, por conseguinte, tanto reforça, quanto modifica inclinações ideológicas conservadoras inscritas nas lutas de classes do Brasil desde o período colonial, incluindo o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe.

Com isso, queremos destacar que a formação do “conservadorismo à brasileira” emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário “clássico” e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital.

As formas de exploração extraeconômicas no Brasil são bastante variadas. Dependem da atividade econômica e da região. É possível, no entanto, destacar algumas mais frequentes: o mando, resultante político e cultural do poder econômico conferido pela concentração de riquezas e propriedades acumuladas pelas camadas mais altas das classes dominantes locais; o endividamento (econômico ou “de honra”), que gera relações de dependência pessoal e tutela; a troca de favores, que se revela como “dívida” a ser paga mediante a submissão do trabalhador aos interesses dos “patrões”, entre outras.

Ao assinalar essa origem, pretendemos tão somente destacar que o “conservadorismo à brasileira” se constitui como uma particularidade, no interior do conservadorismo contemporâneo, que é, por sua vez, uma das expressões das ideologias conservadoras nas sociedades de classes, coexistindo com muitas outras e assumindo papel de maior destaque nos momentos de crise de hegemonia. Isso não significa fazer abstração das diferentes tendências, nuances ou

ramificações em seu interior e em seu desenvolvimento histórico, mas apenas sublinhar um dos traços centrais de sua continuidade.

Nesse contexto, importa sublinhar que escapa aos limites desse estudo a realização de um levantamento exaustivo da trajetória histórica do conservadorismo no Brasil, de modo a evidenciar a formação de suas vertentes internas (que tem em Oliveira Vianna e no visconde do Uruguai aportes importantes³) e principais características contemporâneas (que, no geral, aparece como uma junção eclética com o neoliberalismo, muito embora este último apareça subordinado ao conservadorismo).

À diferença das tradições aristocráticas feudais, típicas do antigo regime europeu, substância originária do saudosismo moralista conservador clássico, o Brasil emerge, à partida, conforme Caio Prado Junior (2011), da condição de empresa comercial de natureza capitalista. Nas palavras do autor:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (...) Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profundamente e totalmente nas feições e na vida do país (2011, p. 28).

3 Segundo Bernardo Ricupero: “(...) o ‘idealismo orgânico’, do visconde do Uruguai e de Oliveira Vianna, teve sucesso em criar um certo sistema, composto por escritores, público e linguagem. Paradoxalmente, essa linhagem política se afasta em muitas das suas características do conservadorismo clássico, mas, talvez até por isso, foi capaz de fincar raízes no Brasil” (2010, p. 92).

Esse é o cenário que se constitui como ponto de partida para o “pensamento conservador à brasileira”, cuja formação ocorre em paralelo ao ocaso da tradição medieval, ocaso esse impulsionado pelo paulatino desenvolvimento do capital mercantil. Segundo ele, o “sentido da colonização” dos trópicos termina por acompanhar, no fundamental, a trajetória história do Brasil até a contemporaneidade. Em suas palavras: “No terreno social a mesma coisa. Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, *em particular as de classe, um acentuado cunho colonial*” (2011, p. 10, grifos nossos), e, mais à frente, complementa: “Os problemas brasileiros, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos” (2011, p. 10).

Certamente, as relações sociais particulares da formação social brasileira, economicamente fundada para atender ao mercado externo com produtos primários (PRADO JUNIOR, 2011), passaram por profundas transformações desde que Caio Prado defendeu as ideias acima citadas, em 1942 – a propósito, construídas como oposição, também, à tese da suposta vigência de um modo de produção feudal no Brasil, defendida pelo Partido Comunista Brasileiro na época, oposição que explica o arco histórico abordado pelo autor, isto é, as raízes da formação colonial brasileira.

No registro de Carlos Nelson Coutinho, a questão se coloca nos seguintes termos:

Ignorando a problemática das formas ‘não clássicas’ de transição para o capitalismo (e as peculiaridades da formação capitalista que delas resultam), os marxistas brasileiros – sobretudo os ligados ao PCB – afirmaram durante muitos anos que o Brasil era um país ‘semifeudal’ e ‘semicolonial’, que se defrontava ainda, por conseguinte, com a tarefa de efetuar uma ‘revolução democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’. Nessa afirmação, estava implícita a noção – falsa – de que para ser plenamente capitalista um país tinha que seguir a via ‘clássica’ de transição

e apresentar todos os traços de um capitalismo igualmente ‘clássico’” (2011, p. 207).

No entanto, a necessidade de contextualização das teses sobre o “sentido da colonização” não poderia ser sinônimo de abstração de sua relevância, tampouco de sua atualidade, frente, principalmente, às leituras relativistas ou filiadas a uma tradição que não ultrapassa a historiografia descritiva dos eventos políticos, que ressurgem com relevo no debate político contemporâneo.

Bernardo Ricupero acrescenta, ainda, a seguinte posição:

(...) é evidente que o Brasil de hoje não é o mesmo de 1942 e muito menos o do início do século XIX. Nesse período, a mudança foi profunda, o atrasado país agrícola tendo se transformado num país moderno e complexo. Caio Prado Junior não foi capaz de compreender muitas dessas mudanças – a industrialização em especial – possivelmente até porque percebeu tão bem como se deram as bases da organização do Brasil desde a colônia. (...) Curiosamente, a inquietação com a inserção do Brasil no mundo é atualmente ainda mais significativa do que há setenta anos. (...) apesar de parte significativa do contexto intelectual e político que viu nascer o livro ter desaparecido, sua análise permanece relevante. Mais importante, Caio Prado Junior continua a ter o que nos dizer, porque os problemas do Brasil que analisou ainda são, em grande parte, os problemas que enfrentamos” (RICUPERO, 2011, p. 429, 430)

281

Com efeito, se o Brasil emerge como empresa comercial capitalista, caracterizado por um “escravismo mercantil fundado na grande exploração rural” (COUTINHO, 2011a, p. 204), por outro lado, Carlos Nelson Coutinho assinala que, para Caio Prado, é “(...) plenamente capitalista o Brasil republicano” (2011a, p. 202). Esse processo de adaptação da economia brasileira à modernização capitalista é, ele próprio, distinto do que ocorreu em outros países nos quais também se manifestou o fenômeno da “via não clássica”

de passagem ao capitalismo, como na Alemanha, Itália, e Japão, entre outros.

Registrando esse processo de modernização conservadora, no qual ocorre um realinhamento e uma recomposição na hegemonia das classes dominantes brasileiras durante o processo de industrialização impulsionado a partir da década de 1930, Octavio Ianni afirma: “Houve tensões e conflitos, mas também acomodações com o setores sociais enraizados na ‘vocação agrária’. E surgiu um novo bloco de poder, de composi o industrial-agrária, sob a dire o da burguesia industrial em expansão” (2004, p. 52).

Para se pensar o caso brasileiro, a “moderniza o conservadora”, isto  , a passagem   vigência de rela es tipicamente capitalistas com a preserva o de formas anteriores, extraeconômicas, de comando do capital sobre o trabalho,   possível recuperar a seguinte síntese:

(...) o que no Brasil se adaptou ‘conservadoramente’ ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma explora o rural de tipo *colonial* (ou seja, voltada desde as origens para a produ o de valores de troca para o mercado externo) e fundada em rela es *escravistas* de trabalho (COUTINHO, 2011a, p. 206).

Do ponto de vista político, os diferentes momentos da moderniza o capitalista no Brasil foram caracterizados por transi es “não clássicas”, ou jacobinas. O mesmo analista⁴, numa síntese lac nica, assinala que, no maior país da América Latina:

4 Carlos Nelson Coutinho faz coro com a maior parte dos pensadores marxistas contemporâneos em rela o   interpreta o de Brasil de Caio Prado Junior: ao tempo em que assinalam sua relevância, chamam a aten o para uma tendência, no historiador paulista, de acentuar os elementos de atraso e conserva o em suas análises. Para superar essa tendência, Carlos Nelson (2011) sugere que

A solução “pelo alto” da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução “prussiana” da modernização agrária: conservando a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terras e de escravos, a “revolução passiva” que se inicia com a Independência e se consolida com o golpe da Maioridade prepara o desfecho “prussiano” para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que se esgotam as potencialidades das relações escravistas no Brasil. Nesse sentido, ambos os movimentos foram importantes degraus na lenta e “não clássica” marcha do Brasil para o capitalismo, deixando ademais profundas marcas em nosso presente (COUTINHO, 2011a, p. 213)

A chave interpretativa de Caio Prado Junior acerca da natureza das relações sociais que conformam as bases do desenvolvimento econômico-social brasileiro, em sua essência, marcará as análises da maior parte dos estudiosos marxistas que se dedicaram à análise das particularidades brasileiras. Aqueles que atualizam, ampliam ou relativizam, partem dos pressupostos de Caio Prado. A perspectiva metodológica de Antonio Carlos Mazzeo, em *Estado e burguesia no Brasil* (1989), atesta essa afirmação:

283

Como enfatizou Caio Prado Junior, a América Latina esteve, desde sua gênese, da descoberta, colonização e estruturação econômica, dialeticamente integrada ao capitalismo,

uma abordagem mais dialética, “mediatizada” (2011, p. 230), que seja capaz de reforçar a importância dos caracteres de modernização, de avanço e de mudanças sociais representados pelos impulsos de desenvolvimento econômico registrados na passagem brasileira ao capitalismo plenamente constituído. Isso porque a possibilidade e a qualidade da revolução brasileira depende de uma justa apreciação do tipo de capitalismo aqui desenvolvido. Para o autor, caberia a Florestan Fernandes uma contribuição importante como contrapeso às tendências interpretativas de Caio Prado.

sendo parte integrante e constitutiva de seu desenvolvimento (1989, p. 15).

Fazendo ressoar a abordagem de Caio Prado e as colocações de Carlos Nelson Coutinho, citadas acima, Mazzeo avança sua tese central:

A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura sócio-econômica colonial, possibilita que a burguesia latifundiária assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho de Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o “perigo de transformações radicais” (...) Além disso, como parte integrante de um Império cuja metrópole é decadente e tardia, com relação ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, tendo uma estrutura econômica e social estagnante e subsumida aos interesses ingleses, a formação social brasileira não ficará impune a essas influências que entendemos fundamentais na conformação de sua superestrutura (1989, p. 91, 92)

284

Entre os autores que atualizam, avançam e revisam as teses de Caio Prado Junior, contemplando o período histórico da segunda metade do século XX, Carlos Nelson Coutinho (2011b) destaca o pensamento de Florestan Fernandes, que “(...) graças a uma visão mais mediatizada, ele ressalta também os traços *novos* que o capitalismo introduz na vida social brasileira, destacando entre eles a industrialização e a urbanização” (2011b, p. 230).

Coutinho (2011b), reafirmando as teses de Florestan, “(...) foi por termos sempre ocupado uma posição dependente no quadro do capitalismo internacional que não pudemos conhecer uma revolução burguesa capaz de forjar em nosso país uma superestrutura política (...) ‘liberal-democrática’” (2011b, p. 230). Esse resultado decorreu do fato de que “(...) a burguesia brasileira prefira se aliar às velhas classes dominantes e aos segmentos militares em vez

de tentar um compromisso permanente com as classes subalternas (...)” (2011b, p.31). Florestan descreve, com essas anotações, uma determinação interessante das classes sociais burguesas no Brasil, claramente colocada no contexto das grandes mobilizações *pró-impeachment* da presidente Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016.

Entendemos que essa tendência eminentemente conservadora das classes dominantes brasileiras responde, antes que pela obediência racional a uma ideologia cristalizada e bem formulada, ao temor irracional e ao preconceito arraigado de classe, que explicam ataques preventivos aos trabalhadores, cujos fundamentos obedecem, concretamente, ao “(...) temor ao proletariado e ao socialismo” (COUTINHO, 2011b, p. 231), cuja resultante essencial é a “(...) busca da consolidação de seu domínio, o ‘caminho da contrarrevolução prolongada’, que utiliza politicamente formas mais ou menos explícitas de poder ‘autocrático’” (COUTINHO, 2011b, p. 231).

Desse modo, a contrarrevolução preventiva termina por ser um tom recorrente da atuação política das classes dominantes brasileiras, qualidade muito apreciada pela ideologia conservadora clássica de matriz burkeana, que é uma “(...) expressão da impossibilidade estrutural da burguesia brasileira de ampliar minimamente suas bases de consenso junto aos segmentos subalternos” (COUTINHO, 2011b, p. 233).

Por outro lado, Carlos Nelson Coutinho, fazendo sua crítica a Florestan, afirma uma tese interessante, que parece se aproximar, inclusive, da conformação do Brasil dos anos 2010, nos quais permanecem vigentes as formas institucionais da democracia liberal-burguesa, acompanhadas das garantias constitucionais de alguns direitos civis, políticos e sociais, sem embargo de suas fragilidades e contradições:

(...) a correta análise florestaniana da revolução burguesa no Brasil como manifestação de uma via “não clássica”, que

implicou em momentos decisivos o uso sistemático de formas abertamente ditatoriais e coercitivas, combina-se com uma generalização problemática, isto é, com a afirmação de que a nossa burguesia careceu e carecerá *sempre*, para poder exercer seu domínio de classe, dessas formas ditatoriais ou ‘autocráticas’ de poder político (*uma análise empírica constata que o recurso a formas ‘não clássicas’ de revolução burguesa não impede que o país que as adotou conheça, em determinadas etapas de sua história, estruturas políticas liberal-democráticas; basta recordar aqui os casos do Japão, da Alemanha, da Itália ou da Espanha*) (COUTINHO, 2011b, p. 237, grifos nossos).

A posição de Coutinho, portanto, é conciliatória e crítica simultaneamente: ao tempo em que reconhece a relevância do pensamento de Caio Prado Junior, critica suas tendências de acentuar os elementos de atraso na passagem do Brasil à modernização capitalista; ao tempo em que ressalta os avanços de Florestan, ao destacar as novas determinações impulsionadas pela “modernização conservadora”, afirma que Florestan deixou de ressaltar o protagonismo das classes subalternas quando do ocaso do regime empresarial-civil-militar, de modo que seu tratamento sobre o período de transição democrática reduziria a transição ao estatuto de mero “ultimo refúgio da ditadura” (2011b, p. 238).

Para Coutinho, seria imperativo substituir a proposta de Florestan em torno da necessidade de uma revolução brasileira de tipo “clássico”, explosivo e insurrecional, proletário e socialista, por outra, de caráter permanente, que passe pela ampliação das conquistas democráticas com vistas à construção da “democracia socialista” (2011b, p. 239).

Comentando a passagem definitiva do Brasil ao capitalismo monopolista, nos 1950, abordando portanto um momento histórico de transição no qual se atualiza o poder burguês ao mesmo tempo em que a estrutura das classes dominantes apresenta mudanças e continuidades, adaptações e inovações, Florestan

Fernandes termina por desvendar como o conservadorismo no Brasil se traduz em discursos e práticas unificadoras das classes dominantes, sintetizando em uma dada direção social até mesmo setores com divergências intestinas, desde os “mais avançados”, até aqueles “tradicionais”, do ponto de vista da adaptação às relações tipicamente capitalistas:

A solidariedade de classe, expressa na defesa pura e simples do *status quo* (girando, com frequência, em torno da “defesa” da *propriedade privada* e da *iniciativa privada*), sempre foi suficiente para orientar os arranjos e as composições dos setores oligárquicos “tradicionais” ou “modernos” com os demais setores (aliás, os desdobramentos econômicos, em geral, ou financeiros, em particular, tornariam uma tarefa de Hércules separar, claramente, as linhas de interesses de todos os setores, dentro da mesma classe social). Para dar continuidade quer ao desenvolvimento capitalista, da forma em que ele era acessível, quer à dominação burguesa, como ela podia ser praticada econômica, social e politicamente, todos esses setores se viam forçados a manter alianças fundamentais (visíveis ou não), que punham a solidariedade de classe em primeiro lugar e anulavam, sub-repticiamente, os conflitos *setoriais* ou *partidários* aparentemente intransponíveis (FERNANDES, 2005, p. 307).

287

Nosso enfoque não permitiria uma recuperação específica das mudanças históricas das classes dominantes brasileiras, no sentido de sua crescente adaptação ao padrão de modernização do capitalismo monopolista, cujo desenvolvimento desigual e combinado reserva um espaço específico para economias dependentes e periféricas, até porque, há descompassos regionais, locais e setoriais aos quais não se poderia abstrair, conforme assinala Corrêa Lago (2014).

Essa adaptação responde pelo caráter de ruptura com as formas históricas tradicionais dos séculos XIX e precedentes. Mas, contraditoriamente, ela não cancela ou elimina algumas

características conservadoras tradicionais, tal como é possível deduzir da citação acima.

O que nos interessa diretamente desse contexto e dessa perspectiva de Florestan Fernandes acerca dos movimentos ideológicos e políticos mais gerais das classes dominantes brasileiras, tanto em suas formas tradicionais, quanto em suas formas contemporâneas e modernas (portanto, constituindo uma continuidade histórica), é sua constituição em bloco, ao sabor do conservadorismo, em momentos de crise de hegemonia em que se torna necessária a execução de uma agenda de transição. Sobre esse particular, Evaldo Vieira assegura que, na história da formação social brasileira: “(...) quase sempre esteve presente a crise de hegemonia” (2015, p. 22).

Francisco de Oliveira (2003), por sua vez, debatendo o mesmo processo de instauração do capitalismo monopolista no Brasil⁵ (seu arco analítico contempla também o período autocrático burguês), assinala que deve ser superada a visão dicotômica que tende a estabelecer uma rígida separação dualista entre os “setores atrasados” e os “setores modernos”, ou entre “centro” e “periferia”, assinalando que entre ambos há uma complexa relação de determinações recíprocas, em que a dependência mútua contribui para a reprodução do padrão de produção em construção no Brasil.

Não se trata de fazer abstração das novas características das classes dominantes, no sentido de sua modernização e adequação às tendências do capitalismo monopolista (modernização, dinamização, diversificação dos investimentos), em relação às oligarquias do período colonial.

Trata-se, tão somente, de assinalar as convergências e a interpenetração dos interesses conservadores que cortam e unificam

5 Boris Fausto registra, inclusive com dados econômicos e indicadores sociais, as principais mudanças sociais no Brasil no período de 1950 a 1980. Conferir as páginas 449 a 466 de *História do Brasil* (2013).

essas classes (tanto no “centro”, quanto na “periferia”), articuladas não apenas com base nas ideologias conservadoras e no conservadorismo em particular, mas sobretudo sobre as bases materiais de exploração do trabalho, em modalidades tipicamente capitalistas ou pré-capitalistas, reproduzindo no plano ideal e ideológico, nos quais se inscrevem os valores do conservadorismo, a condição de antagonista estrutural dos trabalhadores.

Segundo o autor: “O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento” (2003, p. 106). Ou, como assinala Sereza, numa análise *post festum*, é possível perceber que “Aristocracia e burguesia se fundiram no novo modo de dominação por meio de laços políticos, econômicos e, não menos importantes, de mentalidades - ou seja, culturais” (2014, p. 235).

289

Dessa maneira, o conservadorismo emerge como consciência de classe imediata das classes dominantes, resultante desse antagonismo estrutural. Esse antagonismo cumpre a função de suporte material que permite ao conservadorismo se estabelecer como ideologia unificadora da hegemonia das classes dominantes.

Celso Furtado, comparando as inspirações teóricas e ideológicas das classes dominantes estadunidenses e brasileiras, registra como são díspares as leituras e interpretações dos autores clássicos do liberalismo, motivadas pelas diferentes condições objetivas de inserção e desenvolvimento do padrão capitalista de produção e inclusão na divisão internacional dos mercados. Segundo ele:

Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas ideias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton

se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias, e não apenas medidas passivas de caráter protecionista –, Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: “Deixai fazer, deixai passar, deixai vender” (FURTADO, 2007, p. 152, 153).

Especificando com pormenores, Florestan enumera as estratégias centrais das classes dominantes brasileiras em momentos de crise de hegemonia, que exigem a implementação de ajustes econômico-políticos no sentido da aceleração ou retomada do crescimento econômico, de modo que logram encaminhar saídas e alternativas conciliatórias que têm, historicamente, evitado convulsões sociais de relevo, que poderiam conduzir, eventualmente, a uma situação de crise revolucionária:

A crise do poder burguês aparece, pois, como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora (...). O grande problema teórico (...) consiste em explicar como essa crise do poder burguês se resolve sem maiores alterações ou comoções mais profundas na ordem social existente. As linhas fundamentais da superação da crise são perfeitamente identificáveis, o que permite sugerir uma explicação aproximada e provisória dessa transformação. Os elementos basilares do processo são: 1º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma

conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante (FERNANDES, 2005, p. 308, 309).

Prosseguindo, o autor elabora uma síntese que concretiza, numa única passagem, boa parte dos argumentos reunidos no presente estudo acerca das tendências ideológicas do conservadorismo clássico e contemporâneo, em suas vertentes irracionistas, sobretudo. Referindo-se à particularidade brasileira e à dinâmica ideológica conservadora que unifica suas classes dominantes, no contexto de amadurecimento do capitalismo monopolista, a partir dos anos 1950, ele afirma:

A nova etapa de incorporação às economias centrais, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, proporcionou à burguesia brasileira, portanto, a oportunidade de dar um salto gigantesco, que permitia, a um tempo, revitalizar as bases materiais do poder burguês e revolucionar o modo pelo qual ele se equacionava, historicamente, como dominação de classe especificamente burguesa (...) a alternativa para o imobilismo econômico, intrínseco às taxas médias possíveis de desenvolvimento capitalista e de industrialização, seria, de qualquer modo, a deterioração e a desintegração da dominação burguesa (a longo prazo) ou o seu deslocamento econômico pela iniciativa privada estrangeira (a curto prazo). Em tal contexto, o pânico econômico forçou o aparecimento e o agravamento de atitudes de classe, fortemente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e do medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora da *nossa classe*. A *classe dos outros*, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congêrie das massas trabalhadoras e destituídas), que surge como *inimigo natural* e o *alvo* dessa agressão autodefensiva. Como a *classe dos outros* não era a fonte real do estado de pânico,

ela funcionou apenas como “bode expiatório” e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe. No clima histórico descrito, pânico, agressão e autodefesa reativa criavam impulsões de identificação coletiva e de comunidade política em todos os círculos das classes possuidoras e privilegiadas, simplificando as tarefas de liderança de suas elites. A defesa da “ordem”, da “propriedade privada” e da “iniciativa privada” congregou o grosso da minoria dominante em torno de interesses e de objetivos comuns, fazendo com que todos os setores dessa minoria e suas elites econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc. evoluíssem na mesma direção. Em consequência, elevaram-se as potencialidades unificadoras dos toscos interesses e objetivos comuns, enquanto, paralelamente, as divergências e antagonismos setoriais de classe ou de partido eram bloqueados, de modo automático ou coercitivo (FERNANDES, 2005, p. 311).

Essas tendências conservadoras de defesa em bloco e ataques preventivos sob o discurso de defesa da ordem, bem como o isolamento das camadas populares das esferas decisórias e o reforço das instituições e do Estado como agente ativo do desenvolvimento capitalista, encontra sua máxima ressonância no regime empresarial-civil-militar instalado em 1º de abril de 1964.

O registro de Argemiro J. Brum explicita com clareza a convergência dos ideais conservadores dando forma e conteúdo às estratégias, táticas e autoimagem do regime militar:

Os militares tinham forjado durante décadas, desde a intentona de 1935, um arraigado sentimento anticomunista e uma postura contrária às esquerdas em geral, particularmente ao ativismo da esquerda radical. Em contrapartida, assumiam uma firme posição favorável ao sistema capitalista. No entanto, não acreditavam no “capitalismo liberal”, em que as relações são reguladas pela lógica mágica do mercado.

(...) Sustentavam a necessidade de um Estado forte e eficiente, com participação efetiva no planejamento e na regulamentação da economia, de modo a aproveitar as vantagens e evitar os problemas do capitalismo. (...) Processou-se a exclusão política da sociedade. Fecharam-se os canais de acesso ao Estado aos segmentos populares. Procedeu-se à desativação do setor popular, através da repressão e do controle vertical do Estado sobre os sindicatos e demais organizações da sociedade civil. Exerceu-se rigoroso controle sobre as universidades, os meios de comunicação e as manifestações culturais e artísticas. O regime assumiu uma postura e desenvolveu uma ação despolitizante, tanto pela centralização do poder, que se distanciava da sociedade, como por pretende reduzir questões sociais e políticas públicas a simples problemas “técnicos”, a serem tratados e resolvidos no âmbito restrito dos gabinetes pelas altas cúpulas que controlavam o aparelho do Estado. (...) *Essa parcela militar hegemônica julgava-se mais esclarecida e mais “apta” - “iluminada” - e estava convencida de uma missão histórica a cumprir: livrar o país da corrupção e do comunismo, restabelecer a ordem e a democracia e comandar o grande salto quantitativo e qualitativo que transformaria o Brasil em potência mundial emergente* (BRUM, 2011, p. 264, 266, 267, grifos nossos).

O último parágrafo da citação acima faz ecoar as ideias de Burke sobre o papel da classe aristocrática na condução da sociedade, isto é, um conjunto de indivíduos “iluminados”, “superiores”, “bem-nascidos”, preocupados com a permanência e com a prosperidade da nação, sob todos os aspectos “mais apta” e legitimamente posicionada para exercer a função de classe dominante e dirigente.

Não embarga esse argumento o fato de os “militares”, em si e por si, não constituírem uma classe social, porque nesse contexto, as forças armadas, não sem contradições, imprimiram e representaram, violentamente, na sociedade brasileira, os interesses da grande burguesia associada e dependente do grande

capital internacional, justificando o título de “regime autocrático burguês” (FERNANDES, 2005) e implementando um modelo de “desenvolvimento elitista-concentrador-excludente” (BRUM, 2011, p. 294).

A particularidade da trajetória histórica da formação da sociedade brasileira, sua composição de classes e contradições específicas, portanto, conforma um amálgama sócio-histórico eminentemente distinto das tradições e ritualismos medievais. No Brasil, o conservadorismo não emerge a partir de uma classe social de herança secular, golpeada por uma revolução que institui outro ordenamento social, político, jurídico e econômico, que represente sua ruína econômica e política (sem embargo de processos contraditórios, pois parcela da aristocracia, na Revolução Francesa, logrou sobreviver aderindo de formas variadas ao novo padrão burguês de sociabilidade e acumulação de capital).

Em contraste, o “conservadorismo à brasileira”, como discurso ideológico que reproduziu (na origem) e reproduz (atualmente) a consciência de classe imediata das classes dominantes (autoritarismo, desprezo pelas camadas populares, hierarquia, meritocracia, anticomunismo, “elitismo”, aristocratismo, entre outros), consciência essa que emerge como uma espécie de “espelhamento” ideológico das condições objetivas nas quais decorrem a dominação de classe *tupiniquim*, mas sobretudo como prática política unificadora, emerge em condições socioeconômicas muito diversas daquelas que deram origem ao conservadorismo clássico.

Ao invés de representar uma classe social em declínio, com valores, tradições e também riquezas em decadência; ao invés de se estruturar como uma ideologia “reacionária”, isto é, que defende a volta de um passado elogiado como idílico e prodigioso; o “conservadorismo à brasileira” surge em condições históricas de profunda desigualdade social, nas quais as tarefas das classes dominantes não são as da restauração de um passado longínquo,

mas a manutenção e ampliação das condições que permitem seu domínio e hegemonia de classe sobre os trabalhadores. Esse é o fundamento, inclusive, das peculiaridades das leituras e interpretações dos autores clássicos do liberalismo realizadas por intelectuais conservadores brasileiros.

É por esse motivo que Ferreira e Botelho, debatendo o “conservadorismo à brasileira”, sem desconsiderar as transformações históricas na composição das classes dominantes (da colônia à república), assinalam os dilemas objetivos com os quais se defronta a formação do conservadorismo neste país:

Como valorizar formas passadas de organização social e política em países como o nosso, que só existem enquanto tais justamente *a partir* do rompimento com o passado, por meio da emancipação política? Por outro lado, diferentemente de outros países da América ibérica, no Brasil houve relativa continuidade em relação à situação colonial no pós-independência, tanto em termos políticos, com a permanência da monarquia encabeçada pelos Braganças, quanto socioeconômicos, com a persistência da escravidão, do latifúndio, da agricultura de exportação (2010, p. 13).

295

Ainda segundo os autores, os resultados sociais dessa ideologia no Brasil redundam em uma “(...) cultura política que menospreza a monumental desigualdade que marca a nossa sociedade (...) porque avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece que o homem comum não leve a sério os seus iguais” (2010, p. 14).

Com essas anotações, esperamos que reste clara uma determinação central do conservadorismo no Brasil: sua defesa do ordenamento social instituído se identifica com o elogio burguês do modo de produção capitalista, em suas peculiaridades periférica e dependente. Portanto, não se estabelece como um conjunto fixo e *a priori* de ideias cristalizadas em um sistema

ideológico, mas revela seu conteúdo ontológico de acordo com a função social que exerce num dado momento histórico, sem embargo da existência de produções teóricas e intelectuais que, periodicamente, sintetizam esses valores, fornecendo uma amostra através da qual é possível visualizar as tendências histórico-universais postas na sociedade.

De acordo com Lynch:

O caso do Brasil não é diferente. No que se refere à ideologia conservadora, por exemplo, sua versão nacional mais característica parece ter sido produzida a partir de certo discurso ou linguagem oitocentista, calcada na valorização positiva da formação política brasileira sob o regime imperial instalado logo depois da independência. O discurso político conservador que, entre as décadas de 1830 e 1850, firmou essa ideologia na forma de um modelo institucional, conformou um tipo particular de conservadorismo liberal, que parte de um determinado diagnóstico dito realista ou sociológico da sociedade brasileira, considerada ainda na menoridade devido aos males da sua formação social. A partir dessa constatação, prega-se a organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e, a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras, no sentido de veicular o progresso nacional (2010, p. 25, 26).

296

Essa determinação social das ideias, responsável pelas diferentes formas de adaptação delas ao contexto histórico, é o que explica a avaliação de Roberto Schwarz, ao afirmar que ideias liberais – sujeitas à uma análise contemporânea que as qualifique como “conservadoras” (o que indicaria certo anacronismo) –, ao serem incorporadas no início do século XIX, representaram parcialmente uma função “revolucionária”, pois adepta do sistema de trabalho livre e assalariado, do ponto de vista jurídico e político, na contramão do sistema escravocrata vigente. Afirma ele:

(...) as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou um sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais importante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as ideias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitaram segundo uma nova regra, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber desses deslocamentos (...) (2014, p. 59, 60). Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais (2014, p. 50).

Essas “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2014) isto é, a história da apropriação *tupiniquim* dos grandes sistemas de ideias elaborados sobretudo a partir da Europa e da América do Norte, captura com precisão a necessidade de contextualização e relativização, uma vez que tais ideias, comumente, adaptam-se e tanto reiteram, quanto perdem ou modificam características originais. Esse é o sentido das afirmações de Gabriela Ferreira Nunes:

(...) se o pensamento de alguns de nossos “conservadores” como o visconde do Uruguai e Oliveira Vianna tem pontos em comum com o conservadorismo clássico, há também vários aspectos que os afastam. (...) De qualquer forma, é interessante observar como alguns traços dessas formas de pensar foram apropriadas de forma consistente por certas vertentes do pensamento político e social brasileiro. Um exercício como esse pode nos ajudar a mapear e conhecer melhor essas

vertentes, identificar suas peculiaridades, suas ambiguidades, continuidades e descontinuidades (2010, p. 73, 74).

No caso do “conservadorismo à brasileira”, parece tratar-se de “ideias em seu devido lugar”, parafraseando Schwarz. Porque emergem em uma estrutura social em que as classes dominantes, além de solidamente posicionadas sobre a desigualdade social estrutural, não conheceram historicamente processos revolucionários clássicos e fortes o suficiente para abalar vitalmente sua condição dominante.

Nesse caso, suas tarefas de classe não passam pela reconstrução ou restauração de formas seculares, mas pela permanência e ampliação de sua dominação estrutural. Em suas formas mais radicais, na atualidade, esse conservadorismo se transforma em reacionarismo, pois coloca na “ordem do dia” a reversão e retirada de direitos, principalmente sociais, tal como postula Russel Kirk. Essa reversão pode ser qualificada como reacionária porque remete às formas de exploração e subordinação do trabalho predominantes no período histórico de constituição do trabalho livre no Brasil, na passagem do século XIX ao XX, tal como define Corrêa Lago (2014).

Nessa medida e nesse particular, o “conservadorismo à brasileira” adquire duas tendências bem delimitadas, sem embargo de aparecerem, com alguma frequência sintetizadas: ou realiza o elogio “presentista” e a apologia direta do capitalismo, associando-se ao discurso neoliberal, tal como se define mais nitidamente na contemporaneidade; ou, quando acentua as tendências ideológicas de “retorno do passado”, adquire tons basicamente reacionários e de retrocesso civilizacional, dada a qualidade singular desse passado histórico específico: escravocrata, antidemocrático, patrimonialista, marcado pelo autoritarismo e cultura política de negação de direitos à classe trabalhadora.

Segundo Bernardo Ricupero:

(...) é muito difícil, como já foi dito, para os conservadores na América valorizar o passado, porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência. Tal situação é diferente da Europa, onde ante as turbulentas transformações do final do século XVIII, se podia olhar com nostalgia para uma certa ordem que se acreditava reinar durante o feudalismo (2010, p. 78,79).

O “conservadorismo à brasileira” seria, portanto, para o autor, um “conservadorismo difícil” (RICUPERO, 2010, p. 2010, p. 76), porque ao defender o “retorno do passado”, as classes dominantes estariam aparentemente reforçando a condição de dependência e subordinação ao capital estrangeiro, característica forte das relações internacionais de mercado brasileiras desde antes da Proclamação da Independência, reduzindo a margem de relativa autonomia dessas classes. Todavia, é possível acrescentar que pacto central das classes dominantes brasileiras consiste em manter e ampliar seu domínio interno sobre os trabalhadores.

A revolução burguesa no Brasil ocorreu, conforme exposto, sem ruptura com as relações de dependência e heteronomia em relação ao grande capital internacional. Em sentido contrário, posicionaram-se como elos associados e subordinados de uma divisão internacional dos mercados que se move em termos de desenvolvimento desigual e combinado, sem, com isso, perder de vista o projeto de contenção permanente das demandas das classes subalternas. Entre outros analistas, Cardoso se coloca no mesmo sentido:

(...) a formação e crescimento dos próprios monopólios nacionais se deram associados ao capital internacional, destituídos de autonomia sobre o setor dos meios de produção, em especial, o de máquinas avançadas e de componentes eletrônicos sofisticados. Nesse processo, os capitalistas

brasileiros tiveram como opção para seu enriquecimento acelerado uma política de colaboração com seus parceiros internacionais (2014, p. 14)

Com base nisso, o conservadorismo no Brasil não aparenta ser “difícil”, nem uma “ideia fora do lugar”, porque seu maior desafio não é ampliar a relativa autonomia das classes dominantes nativas em relação ao capital estrangeiro. Sua tarefa permanece sendo a tarefa clássica do pensamento conservador posterior a 1848, isto é, organizar as classes dominantes, dirigi-las, unificá-las em tempos de crise, como antagonista estrutural dos trabalhadores, e nessa condição, segue realizando a contrarrevolução preventiva permanente (FERNANDES, 2005).

Diante dessas determinações abrangentes, macrosocietárias, estruturais e também conjunturais, a profissão de Serviço Social sofre determinações que se colocam, e se expressam, como particularidades contraditórias em seu interior. Destacadamente, quando são miradas as tendências sócio-históricas da sociedade brasileira e o conjunto ideológico e político reunido e definido como “projeto ético-político” profissional. Adiante, serão debatidas algumas dessas particularidades contraditórias.

300

A renovação do Serviço Social brasileiro e a emergência da crítica ao conservadorismo profissional

Inserido no contexto histórico acima debatido, nessas relações entre as classes sociais fundamentais e entre essas e as classes de transição – bem como nos resultados disso para a vinculação entre Estado e sociedade civil no Brasil –, o Serviço Social brasileiro emerge e se institucionaliza a partir de heranças ideológicas e práticas sociais tradicionalmente integradas às classes dominantes, com destaque para a concepção cristã de caridade. Seus esquemas específicos, assistemáticos e alheios à noção de construção

de direitos, formaram as bases da intervenção e da reflexão sobre a “questão social” nos períodos de emergência do Serviço Social profissional (IAMAMOTO, 2012).

Entre essas heranças, a doutrina social da igreja e o funcionalismo respondem pela hegemonia ideológica e política que perdurou até o “movimento de reconceituação”. Ambas constituem, pela natureza do conjunto de suas ideias e práticas, o que a literatura profissional contemporânea chama de conservadorismo profissional, ou tradicionalismo (NETTO, 2005), uma forma característica de pensar e atuar que o Serviço Social construiu no período de sua institucionalização. De fato, em ambas são marcantes a presença de valores e ideias típicas do conservadorismo, com elementos ideológicos tanto do pré, quanto do pós-1848, especificamente no que concerne a uma imagem negativa dos trabalhadores organizados. Ordem, hierarquia, disciplina, valoração positiva da desigualdade, meritocracia, prevalência das instituições sobre os indivíduos, entre outros elementos, caracterizam ambos sistemas de saberes.

Nos primeiros anos do Serviço Social profissional, o neotomismo – recuperação doutrinária de uma visão de mundo medieval⁶ – foi a primeira referência ideológica. No entanto, nas duas décadas seguintes, para intervir sobre uma realidade social cada vez mais complexa, derivada do processo de industrialização, em que a “questão social” passou a assumir proporções crescentes e uma nova malha institucional foi construída a partir da reconfiguração do Estado no período getulista, o neotomismo passou a ser insuficiente. Seria necessária a incorporação de uma nova racionalidade, capaz de quantificar, hierarquizar, selecionar, segmentar e

6 Tomás de Aquino, canonizado santo em 1323, nasceu na Sicília, em 1225, e morreu na mesma cidade, em 1274. Atuou em Paris, Nápoles e Roma. É autor da *Suma Teológica*, documento central para o neotomismo.

manipular os dados do cotidiano, capacidade que o neotomismo, por si mesmo, não poderia fornecer, dado seu elevado voluntarismo idealista. Essa racionalidade, formal-abstrata, burocrática e instrumental, foi encontrada no pensamento conservador positivista e funcionalista.

A convivência eclética do neotomismo com o estrutural funcionalismo como ideologias norteadoras da profissão nos anos 1940 e 1950, Marilda Yamamoto designou como “arranjo teórico-doutrinário” (2011, p. 21). Com essa demarcação, a autora chama atenção para a coexistência pacífica entre, de um lado, uma teoria sistêmica, baseada sobre os princípios da ordem, integração, disciplina, autoridade e solidariedade, apropriada para produzir metodologias objetivas de ação e, de outro, o ideal personalista cristão e seu discurso sobre a “dignidade da pessoa humana”, baseado sobre o idealismo da dualidade ontológica entre o mundo material e o espiritual.

Pela própria natureza desses conservadora desses referenciais, estavam interdidadas as possibilidades de compreensão crítica da sociedade capitalista. Ambos reproduzem as ideias, valores e princípios centrais do conservadorismo clássico, o que resulta em apologia direta do modo de produção capitalista. Retendo as observações de José Paulo Netto sobre esta questão, temos que:

[...] a profissão emerge com o privilégio das suas potencialidades legitimadoras em face da sociedade burguesa – não é apenas o seu enraizamento na vertente do pensamento conservador que a torna extremamente funcional para conceber (e tratar) as manifestações da “questão social” como *problemas* autonomizados, para operar no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da *coesão social* pelos condutos da “reintegração” dos acometidos pelas *sociopatias*. Mais que este lastro [...], conta na sua dimensão e funcionalidade simbólicas o investimento estratégico do projeto de classe predominante

e decisivo no interior da burguesia quando da emersão do monopólio – enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro da ordem. (2009, p. 77).

O conservadorismo, portanto, não se constituiu como um problema a ser enfrentado pelo Serviço Social brasileiro até o último momento de sua “*renovação*” (2005, p. 127), que ocorre entre 1965 e 1975. Foi nesse período que a profissão realizou o primeiro movimento de reflexão acerca do seu próprio significado social e dos desdobramentos de sua intervenção. Por isso, nossa abordagem tem como ponto de referência histórico o movimento de reconceituação.

O processo de renovação da profissão, designado também como movimento de reconceituação, ocorreu em virtude fundamentos materiais bem definidos. Entre outros, podemos destacar a crise do Serviço Social tradicional⁷, isto é, o tradicionalismo havia se tornado insuficiente, ideológica e instrumentalmente, para atuar de maneira consistente sobre a “questão social”, dado seu crescimento e complexificação (NETTO, 2005); a incorporação dos cursos de Serviço Social pelas universidades, que marcou o início da convivência dessa profissão com os saberes acadêmico-científicos,

7 A crise do Serviço Social tradicional consistiu no descompasso entre demandas sociais, provenientes das múltiplas e crescentes expressões da “questão social”, traduzidas como demandas institucionais para o Serviço Social, e a capacidade teórica e interventiva até então alcançada pela profissão. Esse descompasso adquiriu tons tão decisivos que a própria “[...] eficácia enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz” (NETTO, 2005, p. 143). Diante dos dilemas provenientes desse descompasso, a profissão terminou por refundar suas bases para garantir sua legitimidade social, o que preserva, por conseguinte, seu espaço na divisão social do trabalho capitalista.

com as diferentes propostas teórico-metodológicas e concepções de mundo, abrindo espaço para a criação do pluralismo (NETTO, 2005); e a criação de um mercado de trabalho efetivamente nacional de trabalho, trazendo à tona uma sequência de debates que, vicejando em diferentes localidades do país⁸, refletiam sobre a necessidade de recondução das práticas e do padrão de racionalidade profissional, com o objetivo de se estabelecer um modelo profissional essencialmente distinto do tradicionalismo, vigente até a entrada nos anos 1960 (NETTO, 2005).

Esse processo não ocorre sem contradições e heterogeneidades, mas é dele que emerge a possibilidade de superação do monolitismo do Serviço Social tradicional e, por derivação, do conservadorismo, inscrevendo no horizonte profissional o pluralismo e a possibilidade de construção e disputa por hegemonia. José Paulo Netto (2005) registra três grandes tendências que aglutinaram quase a totalidade das perspectivas profissionais que ocorreram nesse importante período.

A primeira delas, a “perspectiva modernizadora” (NETTO, 2005, p. 164) da “renovação”, retomou o estrutural-funcionalismo baseando-se no discurso do “desenvolvimento integrado”, “harmônico” e “participativo” (NETTO, 2005, p. 171), no planejamento das ações, e administração de resultados a serem alcançados por intermédio de novos métodos e técnicas de intervenção, sedimentando e capilarizando o projeto burguês desenvolvimentista. Esse projeto se baseou, principalmente, no discurso do desenvolvimento com segurança.

8 De acordo com José Paulo Netto (2005), esses debates aconteceram em cidades como Araxá, em Minas Gerais e Teresópolis, no Rio de Janeiro – formulando a “vertente modernizadora” ; Sumaré, São Paulo e Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, emergindo a “reatualização do conservadorismo”; e Belo Horizonte, de onde surgiram os movimentos iniciais da “intenção de ruptura”.

Nesse caso:

O paradigma, sem qualquer dúvida, é extraído das teorias da ação social, pensada enquanto intervenção reguladora sincronizada à dinâmica nuclear do conjunto do sistema e guiada por uma intencionalidade cujos valores o incorporam (ao sistema) como tal (2005, p. 177).

Por outro lado, a “vertente da reatualização do conservadorismo” (NETTO, 2005, p. 203) aglutinou segmentos profissionais em busca de metodologias que partissem de um mergulho vertical na subjetividade de indivíduos e grupos. Para esta última, as experiências e discursos dos sujeitos expressariam dimensões da problemática social que outras correntes teóricas não seriam capazes de capturar, devido ao suposto enfoque excessivamente “objetivista” que lhes caracteriza. Buscando resgatar as dimensões mais “profundas” do ser, acessíveis apenas mediante o recurso da linguagem, ela se notabilizou por apoiar-se em ideias da fenomenologia, muito embora esse apoio fosse subsidiado prioritariamente por intérpretes (NETTO, 2005).

Essa vertente, mediante “A centralização nos sujeitos [...] abre a via não apenas à subjetivização, mas à *psicologização* (NETTO, 2005, p. 244). O recurso peculiar à fenomenologia – e a alguns traços do existencialismo –, realizado por essa vertente, significou uma retomada do tradicionalismo porque recobrou, como princípios orientadores da profissão, valores típicos do período de predominância neotomista, tais como: “[...] a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante [...] a intervenção *em nível de microatuação* [...]” (NETTO, 2005, p. 245).

Ambas as vertentes reiteraram o conservadorismo do Serviço Social tradicional. A primeira, que obteve a adesão da parcela majoritária dos profissionais, recuperou uma leitura funcionalista

das relações sociais, limitando-se à adesão ao projeto burguês de desenvolvimento e à elaboração de procedimentos interventivos reintegradores à ordem. A segunda, aparentando realizar um avanço ao destacar o papel da subjetividade, além de recair análises psicologizantes⁹, não logrou instituir formas objetivas e operantes de intervenção sobre a “questão social”, resultando numa perspectiva personalista e microssocietária.

Somente a terceira e mais recente das vertentes renovadoras, a “intenção de ruptura” (NETTO, 2005, p. 247), formulada a partir do amadurecimento acadêmico do Serviço Social, que resultou na aproximação à tradição marxista; das iniciativas do chamado “Método BH”; e da aproximação à militância dos trabalhadores (NETTO, 2005), foi exitosa em elaborar um novo projeto profissional – ainda que esse êxito tenha sido relativo e contraditório –, colocando o conservadorismo como problemática a ser enfrentada em suas dimensões sócio-históricas, teóricas e culturais.

Segundo Marilda Iamamoto:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício

9 Sobre os desdobramentos sociais das perspectivas que recaem na psicologização dos problemas sociais, José Paulo Netto afirma: “[...] o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas” (2009, p. 42).

profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (2011, p. 36).

A “intenção de ruptura” confrontou-se com duas mediações limitadoras. A primeira foi decorrente da contradição manifesta entre os fundamentos teórico-práticos marxistas e os limites impostos pela institucionalidade burguesa no período da autocracia instalada em 1964. Esse confronto limitou, no primeiro momento, a ruptura profissional com o conservadorismo à dimensão teórica.

Essa ruptura no campo teórico foi possível graças à hegemonia cultural de esquerda, vigente nesse momento (NETTO, 2005). Tal limite justificou o termo “intenção”, na designação da vertente da “intenção de ruptura”, uma vez que o novo projeto profissional não se desdobrou imediatamente em renovadas metodologias de ação. A segunda limitação se refere aos problemas de uma aproximação problemática ao marxismo¹⁰, que resultou em visões deturpadas, esquemáticas, mecanicistas ou politicistas da teoria social de Marx.

Contudo, nenhuma dessas particularidades foi capaz de descharacterizar o significado social e histórico da “intenção de ruptura”.

10 Sobre o tema da aproximação problemática do Serviço Social à tradição marxista, José Paulo Netto se debruça em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2005), seções 1.7, e, posteriormente, 2.5 a 2.6. O mesmo tema é abordado também no artigo: *O Serviço Social e a tradição marxista*, em *Serviço Social e Sociedade* nº30, maio/agosto de 1989. César Maranhão retoma esse debate na seção 4 do artigo *Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo* (2014). Já sobre o empobrecimento e a interpretação oportunista do pensamento de Marx, ocorridos principalmente nos debates da II e III Internacional (sociologismo, evolucionismo, mecanicismo e biologismo), entre outros, é possível consultar *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta* (1988), de Leandro Konder, seções 1.7 e 1.8, particularmente. Referências mais abrangentes sobre os problemas gerais do marxismo podem ser encontradas na extensa coleção *História do Marxismo* (1982), organizada por Eric Hobsbawm.

Ela lançou as bases necessárias para superação do conservadorismo. De um lado, procurou na ideologia marxista o aporte teórico para análise das contradições da sociedade burguesa e, por outro, fez a crítica das metodologias que reproduziam acriticamente as relações sociais capitalistas.

O saldo positivo da aproximação do Serviço Social ao marxismo foi a inserção de setores importantes da profissão na organização política dos trabalhadores. Essa inserção inicia uma importante distinção em relação à tradicional apologética capitalista sobre a relação dos trabalhadores com o sistema capitalista, típica do funcionalismo. Distingue-se também da exaltação da subjetividade abstrata da fenomenologia e do conservadorismo neotomista. Por todas essas distinções, o projeto profissional encetado nesse momento realiza, de fato, rupturas essenciais com o passado conservador.

A expressão teórica que operou a síntese desse momento histórico de ruptura com o conservadorismo foi a obra de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (2012). Do ponto de vista global, esse texto fundador apresentou uma interpretação inédita sobre o significado social da profissão, partindo da teoria e do método de Marx e rompendo com o ecletismo e com o idealismo das abordagens “endogenistas”¹¹ (MONTAÑO, 2007, p. 118) anteriores.

A condição de classe é uma das fontes das contradições que incidem sobre o Serviço Social, incluindo a relação entre as demandas impostas pelas instituições da sociedade burguesa e as respostas profissionais que têm em mira uma atuação crítica-propositiva (desde a “intenção de ruptura”), que objetiva não apenas o encaminhamento administrativo dessas demandas. A partir dessa

11 Carlos Montaña expõe as diferenças entre as teses “endogenistas” e a “crítico-dialética” sobre os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social em *A Natureza do Serviço Social*, 2007.

obra, publicada em princípios de 1980, e desse caldo de cultura renovadora vinculado à “intenção de ruptura”, o conservadorismo se inscreve definitivamente como um problema a ser enfrentado, tanto teórica, quanto politicamente, essa é a questão central de nosso debate nesse momento.

O fundamento material que provoca esse enfrentamento com o conservadorismo, e suas formas renovadas, é a necessidade de construir a sustentação ontológica, a legitimidade social, do novo projeto profissional. A questão da legitimidade social da profissão de Serviço Social, em particular, é fundamental para sua reprodução na sociedade burguesa. Sem um espaço reservado da divisão social do trabalho, contraditoriamente, nenhuma profissão pode se reproduzir como atividade assalariada legítima e reconhecida.

309

Esta é uma das contradições centrais do Serviço Social, isto é, mesmo adotando referenciais ideológicos, formas de intervenção e debate político comprometido com os interesses dos trabalhadores, precisa responder, ao mesmo tempo, a determinadas requisições das instituições empregadoras. Essas requisições estabelecem maior ou menor grau de tensionamento em relação ao projeto profissional, dependendo da natureza, função social e objetivos de cada instituição em particular.

O novo projeto profissional da “ruptura”, ao problematizar esse ponto, contribui para superar as assim chamadas “crises de identidade” que vicejam no discurso cotidiano que abstrai as contradições determinantes da profissão. José Paulo Netto expõe alguns dos elementos centrais que contribuem para essas “crises” de legitimidade:

Do lado da sua clientela imediata, toda a validação profissional tende a ser promovida no interior de uma moldura que derroga a base própria da profissionalização – a moldura das suas protoformas filantrópicas. Do ângulo dos seus financiadores diretos, a sua legitimação torna-se variável

da sua funcionalidade em relação aos objetivos particulares que colimam. Do ponto de vista institucional, é tanto mais requisitado quanto mais as refrações da “questão social” se tornam objeto de administração, independentemente da sua modalidade de intervenção. Da parte dos outros tecnólogos sociais, aparece situado como o vetor do jogo multiprofissional mais próximo à clientela imediata. E, na perspectiva dos teóricos (“cientistas”) sociais, surge como profissão da prática (2009, p. 104).

Na ausência de um referencial teórico que permita uma perspectiva de totalidade e explicita as contradições, impõe-se a tendência supostas “crises de identidade” dos assistentes sociais. A origem desse discurso de “crises de identidade” é uma concepção eminentemente sincrética da realidade, que comumente se desdobra em debates de cunho moralista ou puramente instrumental. Abs-traída a função social ontologicamente contraditória do Serviço Social na sociedade burguesa, a profissão tende a ser entendida conforme variações ideológicas meramente subjetivas.

Pressupostas a relação de assalariamento e a mercantilização da força de trabalho, a condição de classe trabalhadora, a função contraditória que exerce na reprodução social, a ruptura com o Serviço Social tradicional e o processo de consolidação de um novo profissional, Netto (2009) avança e problematiza outro problema central do Serviço Social brasileiro: a questão do sincretismo e do ecletismo como campos de contradições decorrentes da estrutura construída pelo Estado, no período do capitalismo monopolista, para intervenção na “questão social”. Com essa contribuição do autor, a crítica e a necessidade de superação do conservadorismo ascendem a um novo patamar.

Podemos formular o problema nos seguintes termos: mesmo sob a hegemonia do “projeto ético-político”, que estabelece a ruptura com o conservadorismo originário, determinadas

características próprias da inserção do Serviço Social na sociedade burguesa recolocam velhos problemas, e esses problemas remetem a determinados traços do conservadorismo – o que significa, logo à partida, que não se trata da reatualização integral, absoluta, do conservadorismo dos anos 1930 a 1960, mas de singularidades específicas. Essas características, próprias da sociedade burguesa, por seu maior nível de abrangência sócio-histórica, é que definem as contradições sobre as quais avançam ou recuam o sincretismo e o ecletismo na profissão.

Isso significa que a estrutura sincrética do Serviço Social, apesar de ser condicionada ontologicamente pela sociedade burguesa, não é um bloco monolítico e homogêneo de determinações, que se expressariam de forma idêntica e uniforme. A depender do contexto histórico e político particular, da instituição em específico e do grau da relativa autonomia profissional, parece ser possível estabelecer práticas que contrapõem ao sincretismo, ainda que essa contraposição seja relativa. Portanto, não é que essa contraposição, sempre relativa, cancele ou reverta as determinações objetivas próprias das políticas sociais capitalistas, pelo contrário, elas se mantêm, mesmo na presença de posições que as tensionem ou a elas se contraponham.

O que sinalizamos consiste, tão somente, em indicar a possibilidade, determinada e delimitada, de que processos contraditórios específicos podem dar ensejo a práticas que se insurjam contra o sincretismo, mesmo que não seja possível eliminá-lo. No entanto, é preciso evitar recair num debate formalista que tente estabelecer uma espécie de “tipologia” dos casos que contraditam o sincretismo. É possível fazer análises que explicitem esses momentos específicos de contradição apenas em suas particularidades e singularidades específicas, e contextuais, evitando generalizações. Para avançar sobre essa questão, porém, é necessário, primeiro, estabelecer o solo teórico sobre o qual se ergue o debate da estrutura

sincrética do Serviço Social, só então se torna possível relativizar e enriquecer o debate com outras determinações.

Sincretismo e ecletismo como singularidades conservadoras no Serviço Social

O que é central no debate da estrutura sincrética do Serviço Social, segundo Netto (2009), é que ela decorre da forma específica de intervenção do Estado sobre a “questão social”. Trata-se da forma peculiar que assume a política social no período dos monopólios. Ela se efetiva como *políticas sociais*¹². Disso derivam variadas formas fragmentadas de intervenção sobre a “questão social”, materializados por meio conjuntos de “problemas sociais” concebidos como autônomos e sem relação com a totalidade da sociedade capitalista.

Dessa maneira, as políticas sociais assumem também uma função contraditória na sociedade, pois, de um lado, assegura, garante, viabiliza e efetiva direitos dos trabalhadores, mas por outro lado e simultaneamente, é uma poderosa ferramenta de coesão

312

12 Sublinhando a contradição, porém, José Paulo Netto anota: “Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade de demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos, conflitos. A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (que, com a autonomização da atividade política, levam alguns de seus atores profissionais a uma relação muito mediatizada com as classes sociais) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias.” (2009, p. 33).

e consenso da sociedade em relação à reprodução do capital. De forma direta, o autor se expressa nesses termos:

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2009, p. 30).

Abastecido pelas concepções de mundo liberal, positivista e conservadora, o Estado do capitalismo monopolista concebe e formula um conjunto de políticas e instrumentos que obscurecem, abstraem a “questão social” como resultante global das contradições do sistema do capital. Em seu lugar, coerente com a visão de mundo dominante e hegemônica, estabelecem uma visão (junto com um arsenal interventivo) segmentada, recortada, fragmentada, tratando-a como problemas dos indivíduos ou das “famílias” (numa concepção burguesa de “família”).

Essa visão reificada da “questão social” é condição indispensável para as ideologias conservadoras da sociedade burguesa, porque remeter o enfrentamento da “questão social” para sua essência sistêmica colocaria em xeque a legitimidade do capitalismo, em sua dinâmica de produção socializada e apropriação privada da riqueza. O Serviço Social, como profissão ontologicamente vinculada às políticas sociais, está atrelado, na sua cotidianidade, a essa estrutura interventiva, ainda que faça a crítica e a ela também se contraponha nos limites da relativa autonomia da profissão – limites esses que são mais largos ou mais estreitos quando comparados com outras categorias profissionais e até mesmo quando se comparam diferentes espaços sócio-ocupacionais do próprio Serviço Social.

Desdobrando a argumentação, temos que o Estado assume, como esfera pública supostamente universal, a tarefa de intervir

política e economicamente sobre as expressões da “questão social”. Por outro lado, reproduz um arranjo ideológico, político, interventivo e procedimental montado, estruturado conforme as ideologias conservadoras. Nesses termos, a ação tem caráter público, mas seu objeto e objetivo final residem na esfera do privado, em consonância com a concepção de mundo conservadora (NETTO, 2009).

O que está em questão, objetivamente, segundo essas estruturas de pensamento e ação no capitalismo monopolista, são formas objetivas de reintegração de indivíduos e grupos ao sistema, sem fazer referência às lutas de classes, o que significa um conjunto atuante de formação de consensos.

Esta lógica, qual seja, intervenção de um ente público orientada por uma concepção individualizante e conservadora, encontra sustentação, sobretudo, na progressiva opacidade que o capitalismo monopolista imprime na diferenciação entre o público e o privado. Segundo Netto (2009), as necessidades de acumulação, que são próprias do capital, espraiam-se por sobre todos os níveis das relações sociais. O resultado disso é uma intensa mercantilização das relações e dos indivíduos sociais, que se expressa em seu cotidiano numa intensa reificação. A esfera do privado é reposta e saturada com a lógica mercantil.

A esse encurtamento das objetivações autenticamente humanas, livres dos imperativos da mercadoria, articula-se, como contraface reativa, um processo de “fuga ao subjetivismo”, de culto da “personalidade”, do solipsismo, ao sabor do conservadorismo. Essa fuga, debatida por Lukács (2013), seria uma reação igualmente reificada de afirmação artificial e forçada de uma subjetividade abstrata e isolada. Não é possível combater o esvaziamento das subjetividades, típico do capitalismo tardio, por intermédio do elogio ao subjetivismo extremo, que só consegue se diferenciar, artificialmente, por meio do consumo redobrado de mercadorias.

Essa cultura do “indivíduo-mônada”, consumidor em última instância, não entra em contradição com a estruturação da rede interventiva do Estado, sendo reforçada por muitas ideologias conservadoras, dentre as quais, além das que já assinalamos, enquadram-se algumas correntes “pós-modernas”.

Assim conformadas a concepção e a forma de enfrentamento da “questão social” pelo Estado do capitalismo monopolista, definem-se os setores problemáticos (que recebem diferentes denominações, a depender da política setorial): o analfabetismo, a mortalidade infantil, a violência urbana, a violência doméstica, a desnutrição, a “situação de rua”, a dependência química, a violação de direitos, as epidemias, a “exclusão digital”, o problema da habitação, a falta de saneamento, entre outros.

Discutindo esta questão em particular, José Paulo Netto avança na caracterização deste traço do pensamento conservador, que estabelece o elo de articulação entre a concepção de mundo liberal-burguesa-positivista-conservadora¹³ e as formas concretas de intervenção do Estado, diz ele:

O que assim recebe sanção teórica e consagração cultural é a *impotência* dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade – não só uma legitimação do estabelecido como, principalmente, uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for. No entanto, o decisivo é a contraface desta naturalização do social: *ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral*. Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas dimensões

13 Há diferenças entre o liberalismo, o positivismo e o funcionalismo. Unificamos essas correntes teóricas, nessas reflexões, tomando como referência unicamente sua adesão e defesa da sociedade burguesa, elemento comum entre elas.

ético-morais – e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais (2009, p. 45).

Disso decorre que, para a institucionalidade burguesa, é secundária a questão de qual referencial teórico-metodológico orienta especificamente a ação do profissional¹⁴ do Serviço Social. Desde que sejam dadas respostas que alterem realidades microssocietárias, recortadas do contexto maior, que são as demandas reais das instituições, o referencial ideológico e teórico a ser adotado possui relativa autonomia.

Um dos resultados objetivos desta questão é que não é a autoimagem, não é o referencial teórico ou os ideais políticos do Serviço Social que determinam sua legitimidade perante a sociedade burguesa, garantindo assim um espaço da sua divisão social trabalho. São suas respostas, cada vez mais qualificadas se miradas em perspectiva histórica, às demandas sócio-institucionais, que afirmam sua necessidade e legitimidade no espaço criado pelo Estado na divisão social do trabalho capitalista. Esta conclusão é importante porque permite a superação de concepções equivocadas e idealistas, que supunham que a legitimidade da profissão decorreria da nobreza moral de seus objetivos, ideais ou ideologias.

Mas há outra resultante, igualmente importante, dessas determinações. É que o exercício profissional não se constitui um desdobramento automático da(s) referência(s) teórica(s). Há relativa autonomia, mas sem dicotomia, também nesse quesito.

14 Afirma Netto: “O aspecto nuclear de uma intervenção profissional institucional não é uma variável dependente do sistema de saber em que se ancora ou de que deriva; é-o das respostas com que contempla demandas histórico-sociais determinadas; o peso dos vetores do saber só se precisa quando inserido no circuito que atende e responde a estas últimas (mesmo que, em situações de rápidas mudanças sociais, a emersão de novos parâmetros do saber evidencie implementações susceptíveis de oferecer inéditas formas de intervenção profissional)” (NETTO, 2009, p. 88).

Segundo José Paulo Netto, os alicerces conceituais não podem ser tomados como substância explicativa, por excelência, das mudanças na profissão. Antes, e inversamente, as mudanças estão relacionadas ao “dinamismo histórico-social, que recoloca, a cada uma de suas inflexões, a urgência de renovar (e, nalguns casos, de refundar) os estatutos das profissões particulares” (NETTO, 2009, p. 89).

Significa dizer que as transformações mais profundas, ocorridas na profissão, não são resultado unicamente de processos desencadeados “desde dentro”, partindo de mudanças no seu sistema de saber. São as transformações societárias, que incluem o Estado e as políticas sociais e divisão social do trabalho, que culminam com a imposição de mudanças para o Serviço Social. Este, por sua vez, possui relativa autonomia, como categoria profissional, para se posicionar e estabelecer as mudanças que permaneçam resistindo, ou não, à lógica de reprodução do capital. Nos últimos 30 anos, a alternativa definida pela categoria profissional é a da resistência, embora não haja garantias ontológicas de que essa escolha ético-política permaneça hegemônica indefinidamente.

Nesse espaço de contradições, entre as transformações societárias e as novas requisições sócio-institucionais ao Serviço Social, é que setores conservadores da profissão procuram atuar taticamente, de maneira a tensionar ou reverter os avanços do “projeto ético-político”. Entre as várias frentes dessa atuação tática dos setores conservadores, encontra-se o questionamento do marxismo como teoria e método válidos, do ponto de vista da intervenção e da produção de conhecimento; o avanço de ideologias conservadoras, como o liberalismo (e suas inúmeras vertentes), os pensamentos “pós-modernos”; o elogio de práticas terapêuticas; o retorno do personalismo cristão; o questionamento das posições políticas da categoria frente aos dilemas candentes da sociedade brasileira; entre outras.

De passagem, assinalamos, com esse raciocínio, que os problemas do conservadorismo no Serviço Social, portanto, não se resumem aos “pós-modernismos”. Esta ideologia é uma das várias frentes de atuação tática dos setores conservadores. Deve ser enfrentada, como tal, também taticamente. Não deve, por outro lado, ser entronizada como a principal frente estratégica de resistência e oposição ao conservadorismo, pois não se trata de um confronto apenas teórico, é um confronto político, mais abrangente e inclusivo, que se expressa, também, na batalha das ideias.

Estabelecer o combate aos “pós-modernismos” como única frente estratégica significaria inverter a causa pelo efeito. O avanço dos “pós-modernismos” é uma consequência das variadas frentes de atuação política tática dos setores conservadores no Serviço Social, que engrossa as fileiras do avanço da ideologia do conservadorismo sobre a sociedade na contemporaneidade.

Com base nisso é que a problematização sobre a presença contraditória de elementos conservadores no Serviço Social hegemônico pelo “projeto ético-político” não pode partir de uma perspectiva moral, ou mesmo de uma suposta insuficiência na apropriação da tradição marxista. Ainda que essas questões influenciem, secundariamente, o fenômeno, elas não são seus determinantes ontológicos. Além disso, trata-se de uma verdade apenas parcial, pois o debate teórico marxiano e marxista, no Serviço Social, encontra-se em sua maturidade, algo que faz a profissão, aliás, assumir papel de destaque no debate com as ciências sociais, com a história e com a filosofia.

Nos períodos anteriores à hegemonia do projeto ético-político no Serviço Social, e do marxismo como campo ideológico central, as matrizes teórico-metodológicas que subsidiaram a profissão eram escolhidas a partir de necessidades pragmáticas, isto é, da necessidade de serem encontrados fundamentos “científicos” para as respostas já estabelecidas no cotidiano de cada espaço

sócio-ocupacional. Como cada espaço sócio-ocupacional possui objetivos diferentes, objetos de intervenção distintos, função social e projetos diferenciados, além de rotinas, procedimentos, metodologias, instrumentos, fluxogramas próprios, geralmente sincréticos (porque indeterminados e difusos), o resultado disso é que se estabelece uma clara tendência eclética na profissão.

Ou seja, para fundamentar “cientificamente” uma gama tão ampla, plural e difusa de manipulação variáveis empíricas, na ausência de uma concepção de mundo abrangente e ontológica, impõe-se recorrer a teorias, fragmentos teóricos, metodologias, recortes de filosofias, no mais das vezes, divergentes. Além disso, trata-se de um recurso superficial, pois não são aprofundados ou apropriados os fundamentos ontológicos últimos de cada teoria, o que impede uma visão crítica e a explicitação clara das contradições entre determinadas concepções de mundo.

Esse ecletismo, característico do Serviço Social anterior à hegemonia do projeto ético-político, não pode ser confundido com o pluralismo, e resulta numa apologia direta ou indireta do capitalismo, algo que reproduz o conservadorismo de uma maneira singular, uma vez que, a depender da corrente teórica abraçada, ou as relações sociais burguesas são naturalizadas, ou são inteiramente abstraídas, como se fossem secundárias em relação às necessidades diretamente instrumentais e rotineiras.

Concomitantemente, como se pode notar, o ecletismo se define, pois, como a expressão teórica do sincretismo. O ecletismo, nesse sentido, configura-se, essencialmente, como “sistema de saber de segundo grau” (NETTO, 2009, p. 9), determinação distinta da produção de conhecimento sob hegemonia do projeto ético-político, que desce às raízes ontológicas do ser social para elaborar as análises concretas de cada objeto em sua particularidade.

Reiteramos, por oportuno: o ecletismo é uma maneira peculiar de reprodução do conservadorismo e não se confunde com o

pluralismo. O pluralismo é um valor democrático fundamental, de onde pode emanar o confronto teórico esclarecido, a batalha das ideias, negando qualquer monolitismo ou imposição hierárquica ou dogmática de valores determinados *a priori*. O pluralismo, construído pelo movimento de reconceituação e assegurado pelo projeto ético-político, é o valor e a prática que permite a construção e a disputa por hegemonia na profissão, não o ecletismo ou o sincretismo ideológico.

No sincretismo e no ecletismo há uma forma dicotômica, porque reificada e positivista, de relação entre teoria e prática. A teoria tem seu papel reduzido, uma espécie de coadjuvante meramente legitimadora e instrumental da prática, essa sim, supostamente mais importante, porque movida pela manipulação imediata de variáveis empíricas. Nesse sentido, aproxima-se, precisamente, da concepção conservadora de mundo.

Para o conservadorismo, o “saber prático” não apenas é o mais importante, mas o mais “verdadeiro” e “legítimo”, posto que é a condensação das “experiências”, as únicas verdadeiramente válidas e relevantes, contrapostas ao suposto “apriorismo” das teorias, tomadas como meras abstrações sem raízes na realidade concreta.

Retomando a argumentação clássica de José Paulo Netto, temos três dimensões objetivas básicas que conferem o conteúdo e a forma do da estrutura sincrética do Serviço Social. São eles: o conjunto de problemas em torno da “questão social”, que aparecem, no cotidiano, como um vasto leque de singularidades; a reprodução do cotidiano¹⁵, que é o limite ontológico do exercício profissional; e a forma particular e imediata de sua intervenção, que se constitui como manipulação de variáveis empíricas, isto é, trabalhando com demandas sociais e institucionais que

15 Sobre o significado da categoria *cotidiano*, conferir *O cotidiano e a história* (2008), de Agnes Heller.

requerem respostas restritas ao campo da fenomenalidade (NETTO, 2009)¹⁶.

O exercício profissional sincrético opera por meio da formalização e reiteração de procedimentos¹⁷; do atendimento imediato de demandas difusas; práticas que estabelecem prioridades a partir de inferências teóricas segmentadas ou necessidades burocrático-administrativas e políticas; recurso eclético aos campos de conhecimento que possam ser instrumentalizáveis e pela ausência de uma perspectiva crítica e ontológica da reprodução capitalista das relações sociais.

O ecletismo, como expressão do sincretismo no plano teórico, no cenário brasileiro, em que o conservadorismo avança e disputa hegemonia no campo da produção de conhecimento, tende a

16 Para uma exposição pormenorizada das três dimensões da estrutura sincrética do Serviço Social, consultar NETTO, 2009.

17 Sobre este particular, cabe retomar as palavras do autor: “[...] mesmo no bojo da (formal) “homogeneização” que os procedimentos burocrático-administrativos realizam institucionalmente (com a delimitação dos “problemas”, do “público-alvo” e dos “recursos” a serem alocados), persiste a ineliminável heterogeneidade das situações, que o profissional só pode elidir pela abstração, elisão que não resiste exceto no plano da formalidade institucional. Daí que, aprisionado na lógica hierárquica e mecânica estabelecida no jogo institucional, o profissional remeta a problemática das refrações da “questão social” – daquelas que não estão contempladas nas suas “atribuições”, prescritas nos limites dos “serviços” institucionais – sempre para outras instâncias, ainda que mesmo do próprio Serviço Social” (NETTO, 2009, p. 94). Chama a atenção, frente às observações críticas citadas, a emergência contraditória de encontros profissionais, hegemonizados (ao menos no discurso) pelo “projeto ético-político”, cujo foco e atenção principal consiste na discussão sobre “atribuições e competências” profissionais. Ora, se esse é um elemento fundamental da profissão, definidor de suas rotinas e práticas, todavia, ao ser elevado ao centro dos debates coletivos sem o suporte teórico-metodológico basilar do marxismo, registra-se à tendência de reposição do sincretismo.

receber o respaldo institucional. Esse respaldo é muito importante, porque ajuda a criar as condições objetivas que viabilizam as pesquisas e a produção de conhecimento.

Por outro lado, tensionadas pelo contexto conservador, as pesquisas com raízes dialéticas enfrentam dificuldades crescentes, tanto institucional quanto politicamente, no que tange às garantias materiais para de sua execução, pois são orientadas por referenciais que não se efetivam imediatamente como manipulação de variáveis empíricas.

As afirmações de José Paulo Netto corroboram essa determinação:

[...] verifica-se que o substrato do pensamento conservador opera diferencialmente: se penetra toda a armação dos sistemas teóricos abrangentes que elas eventualmente constroem, nas suas operacionalizações particulares o que ele condiciona é ou o tratamento analítico ou o padrão de inserção (ou sua ausência) da análise dos objetos singulares (“recortados” e/ou “construídos”) numa interpretação sistemática qualquer. *Nomeadamente aqui é que o ecletismo se revela um organon metodológico* (NETTO, 2009, p. 143, grifos nossos).

322

Sintetizando, é a reprodução da sociabilidade burguesa e suas expressões contraditórias presentes nas estruturas da sociedade e do Estado que tendem a repor os fundamentos do sincretismo no Serviço Social. Entretanto, isso não elimina as contradições do exercício profissional, isto é, não transforma a atuação profissional em mera reiteração mecânica do sincretismo. Ao mesmo tempo, nem toda produção de conhecimento é eclética porque espelha automaticamente o sincretismo da prática. A produção de conhecimento orientada pelo marxismo e pelo projeto ético-político, aliás, é justamente uma negação permanente do ecletismo.

Por outro lado, nem todo conhecimento produzido a partir do materialismo histórico consegue se objetivar no plano do

cotidiano e imediato como elemento que contribui diretamente para a emancipação humana. A questão é mais complexa e mediada, pois atravessada por determinações e mediações que relativizam, negam, restringem, enfim, impõem limites às propostas interventivas orientadas pelo marxismo.

Por ser resultante das contradições totalizadoras da sociedade burguesa, das relações sociais capitalistas, do Estado burguês e das políticas sociais, o sincretismo não pode ser definido como essência primordial das pelepas e dilemas profissionais, ainda que alguns impasses derivem, de fato, dele. Esse tipo de concepção tomaria a causa pelo efeito, e resultaria numa batalha quixotesca contra um problema que é resultado da sociedade burguesa e, portanto, sua solução final está condicionada à superação deste tipo de sociabilidade. Além disto, é um problema que atinge muitas outras profissões, embora diferenciadamente.

Portanto, do ponto de vista do projeto ético-político em sua totalidade e em sua hegemonia, o sincretismo da prática não reverte seu horizonte emancipatório, apenas impõe limitações específicas, que podem ser confrontadas, contrapostas por uma atuação firmemente orientada ideológica e politicamente. Essa atuação, seja frisado, embora não possa reverter a estrutura da divisão social do trabalho em que se insere, pode estabelecer tensionamentos e remeter a prática para além da reiteração de procedimentos, e este é o centro mais importante da questão.

Na esfera da produção de conhecimento, como espaço sócio-ocupacional diferenciado, reconhece-se que a autonomia relativa do profissional pesquisador é mais elástica. Determinações específicas influenciam a produção de conhecimento: política de educação superior, agências de fomento à pesquisa, apropriação do patrimônio cultural da humanidade por parte dos pesquisadores, o debate filosófico predominante sobre o fazer científico, entre outras.

Embora inserido na reprodução da sociedade burguesa, esse campo específico de atuação, por questões particulares, é mais permeável aos avanços da perspectiva crítico-dialética. As requisições específicas desse terreno, como o “produtivismo acadêmico”, não extinguem as possibilidades da pesquisa orientada pelo marxismo, embora a tensionem.

Essa contradição tem sido explorada no adensamento do Serviço Social como área de conhecimento (MOTA, 2013), o que significa uma firme contraposição ao ecletismo, embora preserve o pluralismo. Essa contraposição não significa o cancelamento ou a eliminação do ecletismo, mas estabelece com clareza a posição hegemônica a ser respeitada e preservada. O ecletismo mantém-se, contraditoriamente, como degeneração do pluralismo e do sincretismo da prática, a tensionar o sentido e a direção social na produção de conhecimento no Serviço Social. Essa é uma tensão constante, e nessa conjuntura de ascensão do conservadorismo, há claras evidências de que ela tende a se intensificar.

Pelo que estamos argumentando, ao afirmar que o conservadorismo se reproduz no Serviço Social mediante as formas peculiares e específicas do ecletismo e do sincretismo, estamos afirmando, ao mesmo tempo, três outras perspectivas: que não se trata da reiteração literal, integral e completa do tradicionalismo; tampouco a mera repetição histórica das vertentes conservadoras do movimento de reconceituação (a vertente positivista e a fenomenológica); não se resume ao “neoconservadorismo pós-moderno”; e que essas formas singulares de reprodução do conservadorismo estão longe de significarem a presença completa da ideologia do conservadorismo – muito embora seja possível identificar, nos discursos de alguns sujeitos profissionais isolados, reminiscências de um conservadorismo mais recrudescido, normalmente expresso pela defesa intransigente do capitalismo como única forma possível de sociabilidade.

O conservadorismo reproduzido por intermédio do sincretismo e do ecletismo, entretanto, tem sido contraditado pelas novas determinações que a profissão tem assumido na sociedade burguesa brasileira. Entre outras, podemos destacar a ampliação das bases de legitimidade da profissão junto à sociedade; o seu reconhecimento e consolidação como área de produção de conhecimento, o que supõe uma colocação de destaque dos programas de pós-graduação; sua intensa atuação política, junto a partidos, sindicatos e movimentos sociais autônomos, além da organização política como categoria e seus posicionamentos ante as principais questões do país; o perfil crítico-propositivo da formação profissional defendido pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

325

Todavia, avaliamos que esses avanços, sem embargo de sua importância, não representam a imediata e espontânea superação do conservadorismo mediante a permanência do sincretismo e o ecletismo, porque as raízes de ambos estão fincadas em dimensões objetivas da divisão social do trabalho na sociedade burguesa.

Além disso, estão atuando também tendências que fortalecem os lances táticos do setores conservadores no Serviço Social, como a expansão massiva do ensino à distância, o aligeiramento da formação, demandas que tensionam a política nacional de estágio, o debate sobre a desprofissionalização, as práticas terapêuticas, as ideologias conservadoras em disputa por hegemonia teórica, entre muitas outras determinações que prosseguem e robustecem as posições conservadoras, especialmente na conjuntura mundial que se inicia com os anos 2010, na qual o conservadorismo acena como ideologia que mira a hegemonia do sistema do capital como totalidade histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do conservadorismo no Brasil segue uma tendência internacional da década de 2010. Na Europa, há um evidente movimento à direita nos partidos e movimentos políticos dos países centrais, pautado por valores e ideais conservadores. O neoliberalismo e sua agenda de reformas para os Estados-nação, diferenciada para países centrais e periféricos, tem sido deslocado de sua até então predominante posição como ideologia alternativa hegemônica das classes dominantes para travessia do período de crise do capital.

326

Em seu lugar, o conservadorismo tem assumido, progressivamente, a direção intelectual e moral das classes dominantes. Evidentemente, isso não significa o recuo da supremacia dos interesses econômicos e políticos dos mercados de capitais, com destaque para o capital especulativo-parasitário. Ao contrário, representa sua radicalização, apresentada como alternativa viável para o conjunto da sociedade, ante o ocaso do neoliberalismo, desde que conduzida pela “força moralizadora” do conservadorismo, uma das pedras de toque do alinhamento conservador com o fascismo. Alinhamento nem sempre claro e definido, mas como possibilidade concreta e constante, dadas as afinidades, as interseções entre ambos.

Um rápido mapeamento da situação internacional contribui para indicar o acúmulo de forças, as estratégias e as táticas políticas do conservadorismo, entendido como ideologia que pressupõe concretas bases materiais e inclui, por definição, o campo da política. Nesse particular, mediado pelas forças de extrema-direita que, na década de 2010, apresentam substantiva expansão, objetivando, no campo da política, os ideais, valores e concepções do conservadorismo, isto é, o pensamento conservador, abordado anteriormente.

O partido Lei e Justiça, representante da extrema-direita e aliado político do Partido Conservador britânico, venceu, com expressiva maioria e uma pauta conservadora, as eleições de 2015 na Polônia. Com esse resultado, que representa uma guinada “à direita da direita” das legislaturas anteriores, nenhum representante de esquerda ocupa assento no Parlamento daquele país.

327

Na Hungria, o governo de Viktor Orbán, do Fidesz - União Cívica Húngara, tem garantido a direção conservadora, que inclui, entre outras medidas, políticas radicais e repressivas no tocante à questão da imigração e dos refugiados, em meio a uma crise de habitação, motivada pelo endividamento das famílias, cujo paralelo histórico é a crise imobiliária estadunidense de 2008 (MUSTO, 2015) (VIEGAS, 2016 a) (KERESZTÉLY, 2013). O movimento Hungria Melhor segue, em paralelo, seu curso anticomunista.

Após o atentado de 22 de março de 2016, assumido pelo Estado Islâmico, grupos conservadores de extrema-direita têm crescido na Bélgica, com vistas às eleições deste ano. O Vlaams Belang, Voorpost (Poder Branco) e o Nova Aliança Flamengo, todos marcados por uma agenda ultranacionalista, xenófoba, repressiva e de ódio, disputam a direção do sentimento de revolta da população em relação aos ataques e às vítimas civis (MUSTO, 2015) (VIEGAS, 2016 a) (KERESZTÉLY, 2013).

As últimas eleições presidenciais na Áustria, definidas em 22/05/2016, registraram a expressiva ascensão do candidato de

extrema-direita (ou ultradireita) Norbert Hofer, do Partido da Liberdade da Áustria. Norbert venceu o primeiro turno, mas foi derrotado no segundo pelo candidato moderado e ligado a questões ambientalistas Van der Bellen, por uma margem estreita. A despeito do resultado final, que, evidentemente, não deve ser menosprezado, o que destacamos é o crescimento da agenda conservadora austríaca que, em meio à crise migratória, atingiu 35% dos votos presidenciais no primeiro turno (VALERT, 2016) (GOUVEIA, 2016).

Na Dinamarca, a extrema-direita subiu ao poder em 2015. A liderança do primeiro-ministro Lars Løkke Rasmussen resulta do crescimento da adesão à pauta conservadora dinamarquesa, que vem sendo fortalecida desde as eleições de 2011, capitaneada pelo Partido Popular Dinamarquês (ROCHA 2015). Na Suíça, as legendas Partido do Povo Suíço e Partido Liberal Radical saíram vitoriosas nas eleições parlamentares de 2015. No geral, não houve grandes mudanças, uma vez que a composição do Parlamento do país já era conservadora. Contudo, o resultado eleitoral tende a ratificar os anseios conservadores da maioria da população suíça, endurecendo o tratamento à questão da imigração e refugiados e implementando políticas de caráter ultranacionalista (HIRSCHY, 2015 a, 2015b).

O caso da Grécia é particularmente inquietante. A atuação do partido Aurora Dourada no Parlamento tem sido suficientemente forte para fazer recuar o Syriza, que representa um dos movimentos de resistência à esquerda naquele país. O Aurora Dourada, abertamente neonazista, atua fortemente também fora do Parlamento, com núcleos organizados também em bairros periféricos, praticando atos de perseguição, violência e intimidação da população imigrante e aos protestos contrários às políticas de austeridade, com forte presença do discurso de ódio racista e ultranacionalista (a idealizada “Grande Grécia”), favorável ao extermínio

físico dos militantes de esquerda (ROY, 2013). A eliminação física de sujeitos que se identificam à esquerda do espectro político ou teórico comparece nos discursos de militantes de extrema-direita também no Brasil.

O partido obtém ampla simpatia dos setores policiais e da população jovem com pouca escolaridade e precária inserção no mercado de trabalho, atraídos pelo discurso da alternativa radical ao atual *establishment* grego, numa conjuntura de profunda crise econômica, que tem levado ao empobrecimento amplos setores da população. O tratamento reservado pelo partido à população sem ascendência grega é típica do hitlerismo: negar-lhes o estatuto da humanidade, encarando-os como sub-humanos, os “inimigos a combater” que caracteriza o conservadorismo, ou, a “ameaça externa” hitlerista. A esquerda grega, tanto quanto a brasileira, dividida, não tem conseguido barrar o movimento ascensional do Aurora Dourada, que é apoiado pela alta burguesia local e liderado por Nikóláos Michaloliákos (ROY, 2013).

A situação espanhola possui mais matizes. Recém saída da ditadura franquista, a Espanha registra expressiva rejeição às pautas de ultradireita, principalmente pela atuação à esquerda, predominantemente moderada, do Podemos e do Partido Socialista Operário Espanhol. Todavia, essa rejeição não permite fazer abstração da presença marcante do conservadorismo do Partido Popular e do Cidadãos, que, juntos, detém a maioria absoluta do Parlamento espanhol e significativa performance eleitoral (VIEGAS, 2016 b) (DÍEZ, 2015). A extrema-direita na Espanha não aparenta deter a força, por exemplo, do Aurora Dourada grego, mas tem avançado seus domínios com base no endurecimento do discurso anti-imigração dos partidos Plataforma pela Catalunha, Partido pela Liberdade e España 2000 (RIBEIRO, 2013).

O recrudescimento do discurso anti-imigração confere forças e ressonância à nova liderança de extrema-direita na Alemanha,

Frauke Petry, à frente do Alternativa para a Alemanha (AfD). Jovem e intelectual, Frauke tem se notabilizado por radicalizar propostas repressivas no tocante aos imigrantes e refugiados, sugerindo até mesmo o extermínio físico nas regiões de fronteira com a Áustria.

O Alternativa para a Alemanha tem ampliado o número de parlamentares estaduais, com performance eleitoral local em franca ascensão. Faz críticas públicas e oposição à direita radical do já conservador e aberto defensor do capital financeiro, o União Democrata-Cristã, partido de Ângela Merkel e liderança da coalização com o União Social-Cristã e o Partido Social-Democrata, e já aparece como uma das três principais forças políticas na Alemanha (THE OBSERVER, 2016) (DONCEL, 2016) (HENRIQUES, 2016).

330

Políticas anti-imigração conduziram ao poder o Partido Conservador na Noruega, com Erna Solberg à frente, como primeira-ministra, nas eleições de 2013 (NORUEGA, 2013). Desde então, a Noruega registra números recordes em deportações, que tem sido utilizadas como recurso jurídico-político em casos de crimes cometidos por imigrantes. Nigerianos e afegãos lideram a taxa de deportação (BNI, 2014).

Na Holanda, o desempenho do recém criado Partido para a Liberdade, agremiação de extrema-direita liderada por Geert Wilders, nas eleições municipais, projetou o partido como uma força política em franca ascensão. Na Suécia, a extrema-direita e o discurso conservador estão presentes no partido Democratas da Suécia. Liderado por Jimmie Akesson, o Democratas da Suécia já é a terceira principal força no Parlamento, ancorado, uma vez mais, na agenda anti-imigração.

O Liga do Norte, liderado por Matteo Salvini, representa a mesma tendência na Itália (MARTIN, 2015) (CARTA, 2014) (DE VOLKSKRANT, 2010). Na Ucrânia, a extrema-direita é representada

pelo influente Setor Direita. O União Nacional Ataque atua na Bulgária e o Partido da Grande Romênia, na Romênia. Ambos, com forte incidência nesses antigos territórios soviéticos.

O governo de François Hollande na França, por sua vez, vem progressivamente se movendo à direita, apesar do título de seu partido: Partido Socialista. O mais recente anúncio da assim chamada “reforma trabalhista”, com efeito, uma contrarreforma que se destina à elevação das taxas de lucro por intermédio da intensificação da exploração da força de trabalho, provocou a reação indignada dos sindicatos, trabalhadores e estudantes, preocupados com seus direitos e perspectivas de futuro.

Entre outras medidas, a reforma prevê, na prática, ampliação das jornadas de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, demissões facilitadas e indenizações flexíveis, avançando o processo de precarização das relações de trabalho no país (CAÑAS, 2015) (YÁRNOS, 2016 a, 2016 b) (COSTA, 2014).

Pressionado pelo furor provocado pelos sucessivos atentados de extremistas islâmicos em território francês, o presidente passou a ecoar o discurso e as práticas de intolerância, nota de fundo da ampla guinada conservadora europeia. Enquanto se amplia a reprovação da população francesa ao Partido Socialista e ao presidente Hollande, cresce, desde 2011, a adesão dos franceses ao Frente Nacional, partido de extrema-direita liderado por Marine Le Pen, filha de Jean-Marie Le Pen, fundador do Frente Nacional e político ultrarreacionário.

Tal como o Alternativa para a Alemanha, o Frente Nacional tem avançado seu terreno prioritariamente em eleições regionais e locais. A expectativa maior, todavia, é sua projeção para a eleição presidencial de 2017, frente ao declínio do bloco socialista, que faz do Partido Conservador o principal adversário no horizonte do reacionário Frente Nacional, o que representa a possibilidade de um duro golpe às esquerdas francesas, mais precisamente, aquelas

que estão para além do Partido Socialista (CAÑAS, 2015) (YÁRNOS, 2016 a, 2016 b) (COSTA, 2014).

A extrema-direita no Reino Unido, onde se destaca a Inglaterra, é liderada pelo conservadorismo do Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP), com Nigel Farage, deputado do Parlamento Europeu, à frente. Tal como o Alternativa para a Alemanha e o francês Frente Nacional, os primeiros lances do xadrez político do UKIP são progressos nas eleições municipais e, tal como seus correlatos, a agremiação surge no cenário político como terceira principal força, tomando a frente do racista e fascista English Defence League e assimilando dissidentes do Partido Conservador, com vistas a ganhar quadros divergentes, também, do Partido Trabalhista e indivíduos e grupos sem filiação partidária definida.

332

Outro trunfo do partido foi a eleição de 23 deputados para o Parlamento Europeu, em 2014, fazendo do UKIP a principal força política britânica nessa instância, realização que não pode ser subestimada (JUSTO, 2014) (RIBEIRO, 2014) (SHIFRIN, 2014) (MARTINS, 2014) (LOWY, 2014).

Uma das pautas centrais do ultranacionalismo do UKIP, a saída do Reino Unido da União Europeia, foi concretizada no referendo conhecido como “Brexit” (contração de Britain Exit), em 23/06/2016, implicando um grave impacto para o bloco, com riscos palpáveis de sua dissolução em médio prazo, desagregando o ideal de integração cosmopolita que acompanhava a real ampliação dos fluxos de capitais.

A despeito de possíveis contradições no processo, e de aberturas de flancos de ação para as esquerdas no Reino Unido, o fato é que o “Brexit” foi recebido com entusiasmo pelo UKIP, e ajuda a amplificar a sua plataforma, sendo considerado uma vitória importante pelo grupo de extrema-direita.

Angariar novos adeptos entre a juventude, o operariado e as camadas médias urbanas, aliás, é uma das principais estratégias

da extrema-direita. Os resultados de médio e longo prazo dessa estratégia política não podem ser subestimados, pois representam o acúmulo de forças que, no momento histórico decisivo em que comparecem as grandes alternativas para o gênero humano, representadas pelas classes sociais fundamentais, irrompe como elemento definidor de vitória ou derrota desse projeto societário.

Diante desse panorama, alguns pontos comuns podem ser identificados, assim como a presença de processos contraditórios. Uma das mais importantes características comuns em todos esses movimentos é a acusação de que determinados setores da sociedade, grupos populacionais, seriam os responsáveis pela ruína e decadência da “nação”.

Coerente com o conservadorismo clássico e contemporâneo, todos esses movimentos de extrema-direita definem os “inimigos da sociedade”, nas suas mais variadas possibilidades, de imigrantes a comunistas, de pobres desempregados a intelectuais marxistas, passando por movimentos sociais em sua ampla variedade, sindicatos e partidos à esquerda, assim por diante.

O discurso conservador que ganha adesão crescente defende a falsa ideia de que, ao combater, eliminar, restringir, encarcerar, criminalizar, reprimir e cercear direitos aos supostos “inimigos da sociedade”, restariam automaticamente destravados os rumos da prosperidade e desenvolvimento para a população que adere ao projeto conservador de desenvolvimento. O conservadorismo e a extrema-direita não conhecem a tolerância e não reconhecem outra forma de enfrentamento dos problemas a não ser a coerção mediante violência, em suas variadas formas.

Nesse sentido, cumprem uma função ideológica central para a reprodução da sociedade de classes capitalistas: desviam o centro do debate sobre os problemas políticos e econômicos do seu verdadeiro centro irradiador – a reprodução e a crise do capital – para suas consequências mais aparentes: os imigrantes, o desemprego,

a perda de direitos, o aumento da violência, a falta de políticas públicas, entre outros.

Desde essa perspectiva, o resultado não pode ser outro senão a xenofobia, o racismo, a islamofobia, misoginia, autoritarismo e o crescente anticomunismo, que resvala para uma cultura antisindical. O movimento sindical tem sido um dos alvos das campanhas empresariais difamatórias, desencorajando novas filiações e contribuindo para a construção de uma imagem dantesca a respeito dos sindicatos que se mantêm combativos.

Desta maneira, a extrema-direita elege não as políticas de austeridade e a crise do capital, mas outros sujeitos, indivíduos sociais, como causas entificadas dos problemas: os imigrantes e refugiados. Neste esquema invertido, o capital e seu sistema de reprodução ampliada permanecem blindados, ampliando sua hegemonia. São protegidos por uma camada da sociedade civil disposta ao enfrentamento pela violência, guiada pela ideia fixa de que a “culpa” de sua condição de empobrecimento, ou outros problemas, é a simples existência física de outros seres humanos no mesmo território.

334

Esse esquema, típico do conservadorismo, pode ser identificado em todos os movimentos de extrema-direita acima citados. Com esse tipo de atuação, esses movimentos lançam raízes profundas na sociedade, socializando suas ideias como se fossem ideias universais e educando o senso comum segundo o cânone da ideologia conservadora, de modo a construir as condições necessárias para o consentimento, ativo e passivo, da sociedade ao projeto em questão.

O pano de fundo essencialmente substantivo desse crescimento significativo do conservadorismo, mediado tanto pela produção teórica outrora debatida, quanto pelas novas ou renovadas lideranças políticas, movimentos e partidos de direita ou ultradireita é, com pouco espaço para dúvidas, a extensão da crise do capital detonada a partir de 2008.

Compartilhamos a definição de Mészáros (2002), segundo a qual, o capital está em crise estrutural insuperável desde a década de 1970. Crise estrutural, é mister deixar claro, não significa, imediata e diretamente, crise terminal. Não significa o limiar instantâneo de uma situação revolucionária capaz de levar adiante a marcha inexorável rumo a uma sociabilidade emancipada.

Evidentemente, da crise não emerge espontaneamente a extrema-direita, numa espécie de relação de causa e efeito imediata, mecânica e inexorável. Nem a crise é a única determinação desse fenômeno. Embora seja a determinação essencial, a crise agrava e conduz aos extremos um quadro que tem raízes também culturais e remontam às contradições de classe e outros conflitos de natureza étnico-racial, ou religiosos, que permanecem desde a segunda guerra mundial, ou mesmo de períodos anteriores, como o caso do antissemitismo e do anti-islamismo. A crise, portanto, sendo a determinação mais abrangente, age como catalisador de outros conflitos, acirrando seu conteúdo desumanizador e destrutivo.

A realidade, no entanto, contradiz a perspectiva que analisa a crise estrutural em andamento como crise terminal do capitalismo. Já há sólida literatura, no campo marxista (MESZÁROS, 2002) (MANDEL, 1982) (HARVEY, 2011), apontando que o capital, nas suas mais diferentes formações sociais particulares, aciona formas variadas de mecanismos econômicos e políticos capazes de agir como contratendências à crise, atenuando, postergando ou simplesmente transferindo os efeitos mais agudos da crise para outros setores da economia ou para países e populações periféricas e dependentes. Tal capacidade confere ao capital a capacidade de que, mesmo após décadas de crise, tenha êxito em retomar taxas de crescimento temporariamente crescentes, em novos mercados ou mercados tradicionais, explorados de novas formas.

Todavia, há limites estruturais para esse processo, que cumpre uma função anticíclica mas não reverte o quadro geral de

tendência à queda da taxa de lucro. Tal processo só pode ser mantido, aliás, mediante ampliação ou aprofundamento das mais variadas formas de exploração do trabalho, incluindo a intensificação da extração de mais-valia absoluta, mas, principalmente, mais-valia relativa, forma superior e mais complexa de exploração e fonte da valorização do capital.

No limite, segundo Meszáros (2002), a crise estrutural não pode ser revertida desde que foi iniciada nos anos 1970. Os mecanismos e estratégias de retomada das taxas de lucro, por sua vez, têm efeito apenas momentâneo, ou de transferência (econômica, política, geográfica) das consequências mais danosas e desumanas da crise, como o desemprego, a exploração sem limite dos recursos naturais ou a expulsão populações de seus locais de moradia tradicionais, entre outras.

Com efeito, porém, a crise estrutural ganhou novo formato a partir de 2008, de modo que as tendências estruturais do mercado internacional de capitais, já colocadas desde as três décadas anteriores, foram intensificadas a passos largos. Esse ano marca o assim chamado “estouro da bolha imobiliária” americana, com efeito em cadeia e em rede para outros setores da economia, direta ou indiretamente relacionados aos negócios imobiliários, como o de seguros, bancos, bolsa de valores, espalhando rapidamente a quebradeira representada pela desvalorização vertiginosa dos assim chamados “títulos podres”, os subprime, sobre os quais havia se acumulado um verdadeiro mercado especulativo de créditos derivativos na década de 1990 e início dos anos 2000, com forte atuação do capital bancário e de megacorporações transnacionais (HARVEY, 2011).

Entre as tendências mundialmente colocadas e amplamente debatidas, no interior e além da tradição marxista, encontram-se as ondas crescentes de privatizações; a desregulamentação quase absoluta do mercado de capitais, cuja face mais aparente é a

financeirização; a corrupção do sistema financeiro internacional (com vários escândalos de fraudes contábeis de grandes proporções); desnacionalização das economias; exportação de capitais, gerando exploração mais intensa de força de trabalho de custo de reprodução mais baixo, resultando em menores salários em países periféricos; intensificação da rigidez na divisão internacional dos mercados e do trabalho, reforçando o papel de dependência dos países dependentes; socorro do fundo público aos setores em crise, gerando déficit nas riquezas públicas dos Estados-nacionais; crescimento das fusões empresariais, gerando maior centralização do capital e das riquezas e aumentando os níveis de desigualdade social; alto investimento na indústria bélica; emergência de um padrão de acumulação baseado na construção, destruição e reconstrução de cidades; entre outras.

337

Em paralelo, tais tendências ocorreram mediadas por medidas de ajuste econômico e político, frequentemente instrumentalizadas por regimes autocráticos ditatoriais, como no caso da América Latina; ou por governos que encampam as chamadas “medidas de austeridade”, nos países que mantiveram a democracia política, como a Grécia. No fundo e no limite, sem abstrair particularidades, trata-se do ataque aos direitos constitucionais dos trabalhadores, de um ataque destrutivo ao padrão de proteção social remanescente dos anos dourados, no caso europeu e, com ressalvas, norte americano.

Para a América Latina, trata-se da recondução do continente à condição de inserção subordinada no mercado mundial, mirando as conquistas e avanços, ainda que limitados e parciais, logrados com os assim chamados “regimes bolivarianos” (Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Panamá e Venezuela), fazendo naufragar os anseios de soberania continental¹ e resistência anti-imperialista.

1 David Harvey se expressa nos seguintes termos a esse respeito: “Acho justo dizer que, desde 1980, a combinação de repressões políticas (incluindo o colapso

Tanto na Europa como nas Américas, o sentido mais profundo das autocracias e dos regimes de transição democrática dos anos 1980, ou das medidas de austeridade, consiste na quebra de garantias e direitos dos trabalhadores, com vistas à preparação de um padrão mais intenso de extração de mais-valia, na tentativa de dar enfrentamento à crise estrutural. Esse padrão foi designado por muitos analistas como “neoliberalismo”, na tentativa de expressar a forte presença das ideias radicais (fundamentalistas) de Milton Friedman e da Escola de Chicago (KLEIN, 2008) (FRIEDMAN, 2014).

A ofensiva desestabilizadora dos setores conservadores aos regimes de Rafael Correa no Equador, Nicolás Maduro na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, articula-se ao avanço das forças da ultradireita na conjuntura internacional. Seu objetivo consiste em destravar as últimas linhas de resistência à instauração de um padrão de acumulação do capital aparentemente mais radical que o assim chamado “neoliberalismo”, uma vez que este último já demonstra todos os sinais de esgotamento, na qualidade de projeto sócio-político-econômico concreto para reprodução do capital em escala mundial (DUMÉNIL, LÉVY, 2014).

De passagem, é oportuno destacar que para Naomi Klein (2008), o capitalismo, sob hegemonia neoliberal, só conseguiu êxito momentâneo mediante a implantação da chamada “doutrina do choque”, que consiste em medidas ofensivas de choque e pavor infringidas sobre a população, incluindo a crise econômica, a exploração de catástrofes naturais, a instabilidade política e conflitos militares. O objetivo político da “doutrina do choque”,

dos regimes comunistas), alterações tecnológicas, elevada capacidade de mobilidade dos capitais e enorme onda de acumulação primitiva nas (e migração de) zonas anteriormente periféricas têm resolvido afetivamente o problema da provisão de trabalho para o capital” (2011, p. 59).

documentado pela autora, consiste em aproveitar o momento de atordoamento da população, ocasionado pelo medo e desespero, para fazer avançar a agenda de reformas neoliberal e conservadora. Segundo ela, isso aconteceu a partir dos anos 1970 no Chile, Argentina, Iraque, Rússia, Brasil, entre outros.

Evidentemente, estratégias desse tipo não constituem, em si e por si, uma novidade na história do capitalismo. Porém, o central nesta questão é o caráter reacionário dessas medidas, uma vez que ignoram e violam as mais elementares garantias de direitos, incluindo à vida, mediante um estado de exceção permanente a favor dos monopólios.

A crise do neoliberalismo, cumpre frisar, não é uma crise civilizatória, mas consiste precisamente no ocaso de sua capacidade de oportunizar taxas de lucro para o capital. Sendo, portanto, parte constitutiva da crise do capital, o neoliberalismo e sua agenda fundamentalista de reformas que golpeiam os trabalhadores pode ser substituído por um pacto mais intensivo e extensivo das classes dominantes, variando apenas em relação à resistência possivelmente imposta pelos trabalhadores organizados, capaz de frear ou reverter um pacto conservador que implique mais retrocessos que os já em andamento.

Isso significa que as estratégias até aqui utilizadas: privatizações, desregulamentação, renúncia fiscal, entre outras, podem iniciar uma nova fase na qual, além de ampliadas e aprofundadas, passam a ser combinadas com outras, cujo teor é nitidamente mais conservador e radical e ameaça vitalmente a reprodução da força de trabalho.

Para exemplificar, basta lembrar as ideias de Russel Kirk, que advoga, abertamente, não somente o desmonte ou a retração, mas a liquidação absoluta de qualquer padrão institucional de proteção social, algo que significa, para a classe trabalhadora, um retorno aos padrões mais desumanos de exploração do trabalho, típicos do

período da assim chamada “acumulação primitiva” e do capitalismo concorrencial.

Nesse quesito, o recurso a alguma forma peculiar de bonapartismo se torna uma possibilidade concreta e próxima, uma vez que se constitui numa forma mais direta de dominação burguesa. Bonapartismo entendido não como mera justaposição de qualidades do sistema político, mas característica global da relação entre as classes sociais fundamentais e de transição, na qual a burguesia mantém e aprofunda seu papel dominante ao tempo em que se retira do exercício da hegemonia, emergindo uma liderança que se apresenta como portadora das capacidades necessárias para travessia do momento de crise econômica, política, institucional, ou todas elas ao mesmo tempo, de modo a preservar os valores, a moralidade e as tradições instituídas. Mas, sobretudo, trata-se de preservar o mercado de capitais sob hegemonia financeira como dimensão prioritária da vida em sociedade.

340

Particularizando o debate do bonapartismo para abordar a situação política atual do contexto brasileiro, é preciso fazer ponderações e mediações. Não é possível estabelecer uma espécie de interpretação direta e mecânica entre o bonapartismo analisado por Marx e a conjuntura brasileira pós-*impeachment*. No entanto, por outro lado, é possível fazer algumas observações preliminares e genéricas, constitutivas de tendências que podem servir como hipóteses de trabalho, passíveis, sempre, de serem contrariadas pelo desenvolvimento histórico concreto. Dentre outras, destacamos a primeira: o governo interino de Michel Temer é profundamente frágil. É incapaz de elaborar um discurso coesivo que represente um projeto de nação consistente e consequente o suficiente para garantir uma hegemonia sólida. Isso se expressa na franca inabilidade política do presidente em exercício, ao que se acrescenta sua expressa incapacidade de liderança até mesmo entre aliados.

Por esse motivo, consideramos que, dadas as configurações políticas em curso, há raras chances desse governo interino adquirir características bonapartistas, não pela ausência de um projeto à direita da direita, típico do bonapartismo, mas pela palidez anêmica crônica, do ponto de vista político, do presidente em exercício. Michel Temer não reúne as condições mínimas para ser, ele próprio, um bonaparte. Contudo, é sempre bom ter clareza de que, na avaliação de Marx (2011 a), o indivíduo Luís Bonaparte também era um sujeito político de parca expressão. Determinação que se modificou após o processo golpista na França oitocentista.

A questão mais importante que se coloca, dado esse quadro, é a possibilidade de preparação de um processo político bonapartista, mais claramente definido, a ser disputado no pleito eleitoral do executivo federal em 2018, caso permaneça o regime presidencialista. Mesmo na relativa ausência de partidos de extrema-direita aberta e organicamente fascistas, como o Aurora Dourada grego, há importantes expoentes sujeitos políticos em franca atividade nesse sentido. Entre outras figuras possíveis, o deputado federal Jair Bolsonaro não pode ser subestimado, principalmente quando se tem em perspectiva a conjuntura mundial e a norte-americana, onde Donald Trump e seu projeto protofascista mantém um índice elevado de adesão.

A se observar a estratégia da extrema-direita em nível mundial, a questão central, para ela, não é diretamente o êxito eleitoral imediato, mas a projeção de sua plataforma, a preparação do terreno para um lance decisivo de médio prazo. Nesse sentido, ainda que Jair Bolsonaro não seja consagrado nas urnas em 2018, é sua candidatura e projeção que interessam à extrema-direita. Desse modo, seria um equívoco estratégico, grave, considerar que uma possível derrota nas eleições represente a derrota da extrema-direita de inspiração fascista no Brasil, porque seu objetivo é outro, e não é imediato.

São as eleições locais os lances decisivos do xadrez político da extrema-direita no mundo, e, com toda a probabilidade, também no Brasil. Trata-se do acúmulo de forças, da preparação tática dos lances decisivos da estratégia. De nosso ponto de vista, seria um equívoco menosprezar a importância dessa determinação na condução do enfrentamento a esse processo por parte das esquerdas. Com essas anotações preliminares, não temos como intenção antecipar que, necessariamente, está em curso um processo bonapartista, mas tão somente sinalizar que há tendências importantes nesse sentido, que podem ou não serem reforçadas no desenvolvimento histórico.

Mas, há processos em andamento também à esquerda, tomando-a em sentido amplo, isto é, como conjunto de valores, ideias e sistemas teóricos e políticos, que tem por horizonte uma sociedade igualitária, para além do sistema do capital ou tão somente livre das mais variadas formas de opressão, ou as duas perspectivas simultaneamente, a depender da vertente ídeo-política e das formas concretas de organização dos movimentos políticos e sociais na luta de classes. Tais processos expressam algumas contradições, com maior ou menor potencial revolucionário, no sentido comunista, o mais radical no espectro político à esquerda.

Momento de maior visibilidade dessas contradições pode ser identificado nas grandes manifestações de junho de 2013 no Brasil, que foi um dos momentos significativos de um processo cumulativo em escala mundial que, no geral, apresentou uma posição crítica às consequências do atual padrão de acumulação do capital, demandando novas formas de enfrentamento à questões centrais como o desemprego e a luta por e em defesa de direitos.

No Brasil, junho de 2013 foi antecedido (e sucedido) por centenas de greves e mobilizações de luta de movimentos sociais e sindicatos combativos, em diversos setores: educação, transportes, operários da construção civil em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, limpeza urbana, entre outros.

Por outro lado, é possível afirmar que a rápida ascensão da extrema-direita no mundo é, também, a resposta oposta, conservadora e reacionária, à agenda ampla e relativamente difusa (porque envolviam desde a queda de regimes ditatoriais à luta contra demissões em massa, passando por defesa de direitos, anti-imperialismo até a luta contra a especulação imobiliária, entre outras reivindicações) dos movimentos contestatórios que dominaram a Turquia, o Egito, a Grécia, Alemanha, Tunísia, Madrid, Nova York, Buenos Aires, Oriente Médio, Líbia, Síria e Brasil. Greves, protestos, passeatas, manifestações, comícios, resistência e desobediência civil, marcaram esses eventos, que se sucederam internacionalmente desde a crise de 2008 e se intensificaram entre 2012 e 2013.

A esse conjunto de mobilizações à esquerda, somam-se as mais recentes passeatas, greves e paralisações da produção dos operários estivadores da França, em maio de 2016. Combatendo a chamada “reforma trabalhista”, representativa de um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores, os estivadores tomaram as ruas de Paris e, na sequência, os trabalhadores da aviação civil, metroviários e rodoviários somaram-se aos movimentos contestatórios, demonstrando a capacidade combativa e de mobilização dos operários e outros assalariados franceses.

No Brasil, o ascenso dessas grandes manifestações contestatórias ocorreu a partir de junho de 2013, na esteira da conjuntura internacional, malgrado seu marco inicial ter sido a atuação organizada de um movimento político de limitadas proporções, influência anarquista e apartidário: o Movimento Passe Livre, que tem como eixos prioritários de suas ações a tarifa zero no setor de transportes coletivos urbanos e o combate à privatização dos modais.

O que esteve em jogo essencialmente nas grandes manifestações das “jornadas de junho”, como ficaram conhecidas as mobilizações de massa no Brasil em 2013, embora difusamente, foram demandas em torno da melhoria dos serviços públicos (destaque

feito para os transportes, pedra de toque do Movimento Passe Livre), garantia de direitos, denúncias contra os abusos policiais, entre outras que dizem respeito ao aprofundamento da democracia política, sobretudo as questões ligadas à saúde e à educação. Essa tonalidade articulada à agenda histórica de lutas das esquerdas não permite, por outro lado, obscurecer a presença, naquele momento minoritária, de tendências e movimentos marcadamente conservadores, naquele momento, unificados sob o lema tão anti-go quanto vago do “combate à corrupção”.

A União contra a Corrupção, a Greve Geral sem Sindicatos, a Marcha da Família contra o Comunismo, foram propostas de ação e movimentos de direita que, em 2013, não conseguiram se impor como direção das manifestações. Por outro lado, de forma geral, partidos de esquerda também foram hostilizados, acusados de pretender “aparelhar” os movimentos sociais independentes. Essa hostilidade teve influência direta dos setores, grupos e movimentos à direita que também estiveram presentes em 2013, tentando disputar a direção das manifestações, embora sem êxito, provisoriamente.

Em julho de 2013 houve um ocaso flagrante nas manifestações e em agosto praticamente não havia mais vestígios delas. Não significa que desapareceram. Pelo contrário, permaneceram, mas restritas às suas ações e objetivos diretos, isto é, sem o aporte populacional das massas, ou apoio de amplos contingentes das classes de transição urbanas. No calor do momento, o governo Dilma Rousseff afirmou que seria necessário “ouvir a voz das ruas”, mas pouco ou nada realizou concretamente em relação àquelas demandas (MATTO, 2016). Em sentido oposto, o que foi apresentado à sociedade brasileira foi o pacote de austeridade Agenda Brasil e a “Lei Antiterrorismo”, ambos portadores de consequências drásticas para os trabalhadores e movimentos sociais.

Três anos mais tarde, em abril/maio de 2016, as tendências predominantemente, mas longe de ser unicamente, à esquerda,

colocadas em 2013, foram significativamente revertidas. O processo de *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff fez convergir os mais variados setores conservadores tradicionais da sociedade brasileira, da alta burguesia industrial e bancária aos setores médios urbanos com melhores salários.

A despeito de divergências jurídicas quanto à condução e ao mérito do processo – corretamente qualificado como golpe de estado institucional, dada a inexistência da qualificação definitiva do crime de responsabilidade, constitucionalmente punível com o *impeachment* – acionado em meio ao maior escândalo de corrupção generalizada já registrado na história do país – envolvendo os mais altos escalões dos principais partidos políticos, altos dirigentes de estatais e vários executivos de empreiteiras e grandes empresas privadas – o efeito social e político dele foi uma espécie de reprodução, à brasileira, da ascensão do conservadorismo na conjuntura internacional.

Sob esse ponto de vista, consideramos que entre 2013 e 2015/2016 houve não uma continuidade, mas uma ruptura na qualidade predominante das grandes manifestações, um movimento geral que representou uma guinada à direita. Do nosso enfoque, as mobilizações de agosto a dezembro de 2015 e abril/maio de 2016 contrárias ao golpe de estado institucional, realizadas por parcela dos manifestantes que estiveram presentes também em 2013, sobretudo aqueles que se mantiveram organizados e mobilizados, foram significativas, mas não reúnem condições suficientes para reverter a tendência geral de virada conservadora.

E seu discurso em torno de uma abstrata “defesa da democracia” demonstrou amplo descolamento da realidade concreta, uma vez que as instituições e o sistema formal da democracia parlamentar estavam naquele momento em pleno funcionamento. Aliás, foi precisamente a partir de um uso estritamente instrumental desse funcionamento, que foi possível aos golpistas

executarem o afastamento temporário da presidente eleita, com todos os paradoxos aí implicados. Segundo supomos, esse discurso é um eco anacrônico, porém favorável à uma definição de sentido interpretativo imediato aos setores que resistem às práticas golpistas, oferecendo uma perspectiva intelectual acompanhada de possíveis encaminhamentos políticos, determinações imprescindíveis para a práxis.

Ao transplantar a experiência da autocracia burguesa instalada em 1964 para o atual momento, porém, obscurecem-se mediações específicas, ofertando, contraditoriamente, elementos para o discurso de desqualificação proferido pelos conservadores, que procuram, precisamente, assinalar o pleno funcionamento formal das instituições e republicanas e, portanto, não haveria golpe. Curioso perceber que setores de extrema-esquerda passaram a executar esses mesmos acordos discursivos em seus posicionamentos teóricos e políticos. A razão disso é a complexidade da situação concreta da política brasileira na segunda metade dos anos 2010.

Nesse sentido, o discurso da “defesa da democracia” cumpre uma função pedagógica, isto é: destacar a importância vital, ainda que limitada, das garantias formais estabelecidas por um regime democrático burguês, pois, sem elas, qualquer possibilidade de organização e lutas das esquerdas, de uma forma geral, resulta amplamente ameaçada. Por outro lado, esse mesmo discurso contribui para frear uma crítica e uma proposta radical à esquerda, uma vez que tende a reduzir essa defesa da democracia à defesa do mandato de Dilma Rousseff, construindo a ideia mistificadora e instrumental de que toda crítica radical ao petismo joga água no moinho da oposição filofascista.

Foi construída, nesse diapasão, pelos governistas do Partido dos Trabalhadores, a ideia de que haveria uma ambivalência forçada e inexorável, que consistiu nos seguintes termos: ou há a adesão e o apoio incondicional ao partido, equalizando a defesa

do governo à defesa da democracia, ou toda posição crítica, sobretudo à esquerda, contribui para robustecer a direita raivosa e oposicionista. Esta foi uma tentativa instrumental de blindagem do Partido dos Trabalhadores às legítimas, embora nem sempre inteiramente acertadas, críticas construídas pelas esquerdas que não abriram mão da estratégia revolucionária de superação da ordem do capital, ou até mesmo dos setores progressistas que não mergulharam no fisiologismo petista.

Retomando o argumento anterior, demonstração inequívoca dessa incapacidade de reversão do quadro geral foi a votação e aprovação do processo, nas duas casas legislativas, concomitantemente à forma deplorável de sua condução, que revelou o privatismo mais radical da política brasileira. Apesar de ter despertado amplo repúdio entre intelectuais e setores à esquerda, com algumas manifestações críticas por parte do judiciário, essa condução não mobilizou a revolta, naquele momento, das grandes massas populares.

Pelo contrário, essas últimas, em grande medida, estiveram receptivas ao vago discurso do combate à corrupção, tão oportuno quanto eficaz aos interesses conservadores, muito embora fosse reiteradamente contradito pelos chamados “vazamentos” de conversas de foro privado entre políticos oligarcas e corruptos profissionais dos partidos de extensa trajetória de corrupção, como o Partido da Social Democracia Brasileira, o Partido Progressista, o Partido da República e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Para elas, o processo do golpe de estado ocorreu como se fosse uma “briga entre as elites”, ante a qual haveria pouco ou nada a se fazer, tamanho o afastamento e o descolamento do sistema político brasileiro ante a parcela majoritária da população (PRIMI, 2016).

Um rápido levantamento da qualidade das reivindicações de agosto a dezembro de 2015 e abril/maio de 2016 demonstra a guinada conservadora: pedidos de retorno e saudações ao regime

civil-empresarial-militar instaurado em 1964, agressões físicas e verbais e perseguições a militantes petistas ou de esquerda, discurso anticomunista, ufanista, nacionalista e elitista, além das posições manifestas em caráter religioso e contrário às reivindicações do movimento feminista, LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e de negros.

Contraditoriamente, a “Lei Antiterrorismo”, que criminaliza movimentos sociais de maneira ainda mais perversa, pois qualifica suas ações políticas como “terroristas, e a “Agenda Brasil”, que retira direitos, incentiva as terceirizações e privatizações, ambos sancionados pelo governo Dilma Rousseff, jogaram água no moinho da agenda conservadora. O alvo da “Lei Antiterrorismo”, com pouco espaço para dúvidas, é a garantia da estabilidade imposta, para que os megainvestimentos dos chamados “grandes eventos esportivos” possam gerar lucro sem sequer tolerar manifestações contrárias (CALIL, 2016). Esta é uma clara demonstração concreta da subordinação da sociedade ao capital. Suas necessidades de reprodução determinam, nesse caso diretamente, uma plataforma político-jurídico-penal repressiva, mediada e legitimada pela ideologia conservadora.

O Ponte para o Futuro, programa de governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, uma ode à desregulamentação do capital e à flexibilização e precarização do trabalho, cujo fulcro reside na quebra do atual padrão de proteção social brasileiro, representa uma continuidade, aprofundada, do que já estava em andamento como sentido geral do “Agenda Brasil”, algo que no conjunto, a propósito, pode ser qualificado como medidas de austeridade, na esteira do que tem ocorrido na Europa.

A nosso ver, tem força o argumento de Calil (2016), segundo o qual o fenômeno conservador de 2015/2016, apesar de sua inequívoca relevância, não pode ser tomado de maneira endógena, sob pena de abstração de determinações mais profundas. 2015/2016

representam o ponto de chegada de um acúmulo de forças e disseminação histórica de ideias conservadoras nos vários aparelhos privados de hegemonia. A grande mídia monopolista, as redes sociais e a histórica pedagogia conservadora de instituições tradicionais cultivam o conservadorismo diuturnamente, há décadas, educando também o senso comum de acordo com a cartilha conservadora.

Uma ramificação com essa profundidade e abrangência não pode ser revertida em poucas semanas, mesmo que intensas, de mobilizações predominantemente à esquerda, como as “jornadas de junho”. Um dos resultados dessa ramificação foi a eleição de um Parlamento conservador sem precedentes. Sua atuação tem sido primordial para fazer avançar a ofensiva do capital sobre o trabalho no Brasil, tendo como uma de suas estratégias centrais, mudanças no texto constitucional de 1988, de modo a neutralizar a principal ferramenta jurídico-legal dos trabalhadores, incidindo sobre seu direito de organização e manifestação.

Esse mesmo texto constitucional proíbe e criminaliza manifestações sob influência nazista ou neonazista em território brasileiro. Talvez esse seja um dos elementos que particularizam a extrema-direita brasileira em relação aos seus correlatos europeus. Não é possível, ainda, a existência legal e formal de organizações partidárias ou independentes de caráter e inspiração hitlerista.

Os próprios conservadores de segunda linha, como Rodrigo Constantino, à frente do Instituto Liberal, reconhecem necessidade de construção de um partido orgânico de extrema direita. Este último, segundo Melo (2016), reclama a formação de uma espécie de versão nacional do Tea Party (Partido do Chá), a ala à direita da extrema-direita do Partido Republicano estadunidense.

Do mesmo modo, não é possível identificar uma agremiação que congregue em síntese toda a pauta ultraconservadora e fascista, algo similar ao Aurora Dourada grego. A atuação da extrema-direita no Brasil, por isso, flui de modo aparentemente fragmentado,

por intermédio de alguns partidos conservadores nas práticas, mas não abertamente fascistas em seus programas, como o Partido Progressista, o Partido da República, o Partido Social Cristão e o atual Democratas, entre outros.

Esse é o espaço por onde circulam os expoentes políticos que aparecem como se fossem fascistas isolados. Na prática, todavia, a rede de relações desses políticos e desses partidos possuem ampla penetração na sociedade civil, incluindo lideranças religiosas, do capital bancário, do setor especulativo-parasitário, agronegócio, futebol, empreiteiras, entre outros. Isso torna a extrema-direita brasileira um movimento de difícil identificação direta e enfrentamento imediato.

Sua atuação nem sempre é explícita e há uma espécie de tropa de choque conservadora em atividades de maior visibilidade, embora não sejam as decisivas. Essa parece ser a função da assim chamada “nova direita”. Um conjunto de lideranças jovens, despreparadas do ponto de vista intelectual, à frente de movimentos conservadores cujo objetivo é obter adesão de novos agentes, sobretudo da juventude. Esses grupos atuaram com expressividade nas manifestações conservadoras de 2015/2016, dialogando diretamente com os segmentos desorganizados e fragmentados que compareceram aos eventos.

O elemento contraditório, à esquerda desse processo, não logrou reunir a força necessária para reversão do quadro geral, pois as organizações, partidos, sindicatos e movimentos dos trabalhadores sofreram duros golpes e derrotas históricas, incluindo desmobilização, transformismo e repressão, nos anos com o Partido dos Trabalhadores à frente do executivo federal.

Em paralelo, sinalizamos nossa partilha com as posições teóricas que consideram que o lance final, que culminou com o desfecho golpista, foi desferido precisamente pelo passo adiante dado por organizações que, até 2014, não haviam ainda assumido uma

posição abertamente favorável ao afastamento da presidente eleita, como a Federação das Indústrias de São Paulo, parte preponderante da grande mídia e a liderança do capital bancário Roberto Setúbal, todos preocupados com a possibilidade de instabilidade econômica gerada por uma transição por fora dos procedimentos democráticos (CALIL, 2016).

Retomando a argumentação anterior, é interessante observar a qualidade desses líderes conservadores de segunda linha e sua articulação política, pois ela é reveladora das condições objetivas de atuação da “nova direita”. Eles estão à frente do Movimento Brasil Livre, que pretende inclusive lançar a candidatura de 123 quadros para as eleições do legislativo estadual e municipal de 23 estados no Brasil (RODRIGUES, 2016), numa iniciativa que reflete, com transparente nitidez, a estratégia dos partidos de extrema-direita europeus, qual seja: fortalecer-se em eleições locais para projeção nacional em médio prazo, ou seja, algo compreendido no intervalo de uma década, aproximadamente.

Kim Kataguiiri, liderança conservadora brasileira de segunda linha, coordenador do Movimento Brasil Livre e ativo membro do movimento Vem pra Rua, junto com Rogério Chequer, assumiu em entrevista que não terminou o ensino superior e que, a despeito de citar vários autores neoliberais, tem uma leitura superficial e instrumental, suficiente apenas para o manejo de palavras-chave, que, nesse contexto, transformam-se em chavões. Chama a atenção o fato de que, entre os intelectuais inspiradores de Kim, Russel Kirk é citado com ênfase (RODRIGUES, 2016).

De passagem, é oportuno mencionar que Russel Kirk, além de seguidores que são lideranças de movimentos políticos, palestrantes e outras personalidades conservadoras, está sendo repercutido no Brasil, elogiosamente, em artigos e livros, dentre os quais podemos citar *Russel Kirk, o peregrino na terra desolada*, de Alex Catharino (2016). Esses textos possuem o claro objetivo de transformar o

conservador americano numa referência intelectual, construindo uma espécie de “escola kirkeana” no Brasil.

Rodrigo Vitor da Fonseca, conhecido como Rodrigo Brasil, tem 26 anos e é uma liderança central do grupo filofascista Revoltados On-line. O líder informou, em entrevista, que leu dois livros na vida: O Pequeno Príncipe e Crepúsculo. Mas em seu favor, enfatiza que lê artigos de Olavo de Carvalho e uma coluna da Veja, além dos jornais das organizações Globo e Editora Abril (RODRIGUES, 2016).

O grupo Estudantes pela Liberdade, encabeçado por Juliano Torres, atua sobretudo nas universidades, um setor claramente estratégico para os conservadores, com cursos de formação neoliberal e preparação de novos quadros. Inspirados em autores como Hayek e von Mises, trata-se de uma célula no Brasil do Students of Liberty, organização internacional de divulgação do chamado “fundamentalismo de mercado” com forte incidência na América Latina.

Mas a despeito do despreparo, ou melhor, da miséria intelectual das lideranças de segunda linha do conservadorismo brasileiro, projetadas à popularidade pela grande mídia monopolizada graças à conjuntura pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, a questão mais importante é outra. Trata-se de suas redes de relação e financiamento. Essas são reveladoras dos interesses concretos que sustentam e promovem a ascensão organizada da direita e extrema-direita no Brasil.

Entre outros agentes econômicos, a Exxon Mobil, Chevron Texaco, Shell, todas ligadas a atividades de exploração de petróleo e derivados, o que revela interesses sobre a camada de pré-sal da costa brasileira, fonte de óleo de alta qualidade, estimada em centenas de bilhões de barris. Concomitantemente, atua a Atlas Network, um *think tank* (SILVA, 2007), centro de produção e difusão de ideias conservadoras de primeira grandeza, que tem influência substantiva na política estadunidense e trabalha em mais de 80 países, com aproximadamente 400 instituições alinhadas,

formando quadros e popularizando o conservadorismo, destaque feito ao Brasil, que tem valor estratégico para a organização (HOEVELER, 2016).

Entre pessoas físicas, cabe chamar atenção para o filho do ex-ditador general João Batista Figueiredo. Sócio de Donald Trump em negócios imobiliários no Brasil, Paulo Figueiredo, é um parceiro e financiador desses movimentos que, entre outras táticas, mantêm grupos de pressão, via internet e redes sociais on-line, sobre parlamentares, federais e estaduais, e ministros das altas cortes do judiciário (RODRIGUES, 2016). Trump, por sua vez, tem manifestado reiteradamente, em suas redes sociais da internet, seu apoio à candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018

353

Há, em paralelo, um dado novo de suma importância: a direita e a extrema direita no Brasil têm logrado êxito em mobilizar amplos setores da sociedade civil, notadamente em 2015/2016. Na história do Brasil, salvo em momentos bem demarcados, como o integralismo dos anos 1930 e as marchas que antecederam o golpe de 1964, mobilizações de massa à direita não faziam parte do conjunto tático do conservadorismo. Sua tradição predominante se caracterizava como campanha de desmobilização e desqualificação da atividade militante (de esquerda).

Por outro lado, essa característica mais aparente não cancelou a atuação organizada e concentrada em instituições de destacado papel na extrema-direita nacional, contribuindo para a preparação do golpe de 1964, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e a Escola Superior de Guerra, nos anos 1960 (NETTO, 2014).

Tampouco diminuiu a forte organização empresarial para defesa coletiva dos interesses capitalistas, materializada nas várias federações, confederações, associações de indústria, comércio e agronegócio, em seus encontros, seminários de formação de

consciência de classe burguesa, palestras para a sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, formando uma rede de atividades de militância em defesa da ordem com ampla penetração na sociedade brasileira.

Essa nova capacidade de mobilização de massas à direita ou extrema-direita, que emerge no cenário político contemporâneo, não pode ser subestimada, e sinaliza uma qualidade essencial a ser levada em consideração. Mobilizar as massas passou a ser uma tática do conservadorismo à brasileira. Isso representa algo particularmente preocupante, uma vez que, historicamente, coube aos clássicos movimentos fascistas a mobilização conservadora de massas alinhadas às pautas da extrema-direita, algo que a tradição liberal só consegue realizar em conjunturas excepcionais. Demian Melo (2016) faz um levantamento interessante no sentido de identificar as fontes do discurso que mobiliza, na contemporaneidade, as grandes manifestações de direita.

Embora não os qualifique como líderes de segunda linha, tal como admitimos aqui, o autor sublinha as principais fontes do discurso que confere unidade às novas manifestações de rua da “nova direita”: colunistas e comentaristas de jornais conservadores tradicionais das várias mídias; humoristas, blogueiros e roqueiros decadentes reacionários, comumente desprovidos de um discurso bem fundamentado; repetidores menores do fundamentalismo de mercado da chamada Escola Austríaca; campanhas como a “menos Marx, mais Mises”; políticos favoráveis à ditadura; jornalistas à frente de programas policiais na linha “mundo cão”; intelectuais e filósofos duvidosos, como Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino e Luís Felipe Pondé; o Instituto Millenium, o Instituto Liberal, que reúnem várias personagens e intelectuais conservadores (MELO, 2016); e aquilo que é produzido e socializado, mediante publicações, palestras e encontros, como parte da ideologia e dos interesses de grandes e decisivas associações empresariais, como

a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); entre outros.

No Instituto Millenium, no Instituto Ludwig von Mises e no Instituto Liberal, além do Portal Conservador e do recém criado Instituto Conservador de Brasília, as ideias de Russel Kirk, Roger Scruton, Michael Oakshott e Theodore Dalrymple, são incorporadas e socializadas, numa clara tentativa de popularização do pensamento conservador. O Instituto Conservador de Brasília, fundado em 2015, apresenta em seu documento de fundação o objetivo de desenvolver ações que promovam o pensamento e a atuação conservadora na sociedade brasileira, visando sobretudo as artes, a cultura e a intelectualidade.

355

Esse conjunto de *think tanks* de segunda linha tem trabalhado no sentido de elaborar uma narrativa de convergência para adesão tanto das camadas médias urbanas esclarecidamente conservadoras, quando dos setores populares e camadas do *lumpenproletariado*, propagandeando uma cartilha de princípios baseado no discurso de ódio de classe. O discurso de ódio de classe no Brasil, que significa a condenação moral às formas de vida e cultura dos trabalhadores pobres (na trilha burkeana) e do *lumpenproletariado*, aliás, parece ser o equivalente do ódio aos imigrantes que se espalha na Europa e robustece a extrema-direita.

Os que se opõem à teologia do mercado onipotente ou às demais ideias do conservadorismo contemporâneo, formuladas e difundidas pelo conjunto das mediações até aqui abordadas, passam a ser taxados, sem hesitação, de antidemocratas, populistas, totalitários, autoritários, inimigos da liberdade e da sociedade; e aos comunistas, dedica-se o título de terroristas. Esse tipo de operação é uma clara reatualização da tradição conservadora clássica, no melhor estilo burkeano, e encontra respaldo no conjunto de autores conservadores contemporâneos, nacionais e internacionais,

que lançam as bases “teóricas” de sustentação desse tipo de pensamento e ação.

É interessante notar o contraste entre o conteúdo social objetivo que resulta da atuação dos *think tanks*, isto é, a amplificação dos vários discursos de ódio, preconceito e discriminação, e os adjetivos utilizados no seu léxico ideológico. Para eles, a defesa intransigente do fundamentalismo de mercado significa a luta pela democracia e pela liberdade. O mais recente exemplo da atuação dessa tropa de choque de segunda linha foi o ataque à Universidade de Brasília por um pequeno grupo profascista organizado e armado, em 17/06/2016.

Apesar de ter sido rechaçada 3 dias depois, em 20/06/2016, por um número muito mais expressivo de membros da comunidade acadêmica, reunidos sob uma bandeira antifascista, a manifestação conservadora e reacionária de 17/06 não deve ser subestimada, pois faz a demarcação de uma ofensiva clara e definida sobre a instituição, reforçada pela discussão, já em estado avançado na Câmara Federal, sobre a implantação do obscuro e medieval projeto “Escola sem Partido” nas universidades, cujo objetivo, em essência, é perseguir e punir o debate crítico-dialético.

O referido projeto se ancora sobre um discurso persecutório e conspirativo, segundo o qual estaria havendo “doutrinação marxista” nas escolas. Com o discurso anticomunista afinado e reforçado pela ofensiva conservadora em curso no Congresso Nacional, tal projeto adquire uma concretude preocupante.

Essas bases “teóricas”, em parte abordadas nesse estudo, compõem uma tentativa de superação de uma lacuna editorial, destinada especificamente à propagação das ideias do conservadorismo, amplificando a disputa no importante terreno da cultura, inclusive popular, conduzida pelas ideologias conservadoras (machismo, fundamentalismo cristão, conservadorismo, liberalismo, darwinismo social) no Brasil desde os anos 1980, em diversos

aparelhos privados de hegemonia, conformando uma verdadeira “guerra cultural” (BIANCHI, 2016, 123).

Nessa guerra, os valores conservadores foram progressivamente socializados para a maioria da população brasileira, com o auxílio dos grandes monopólios midiáticos. As esquerdas não conseguiram barrar ou se contrapor à ofensiva cultural conservadora, por incapacidade ou erro de estratégia.

Esse caldo de cultura que faz convergir no Brasil o conservadorismo como sistema de ideias com a sua ascensão como fenômeno político de massas à direita, ou extrema direita na maior parte das vezes, recebe uma analogia interessante na análise de Melo (2016). O autor, mirando o fenômeno paralelo que ocorre nos Estados Unidos, afirma que se trata de: “(...) uma mistura de neoliberalismo *hardcore* com fundamentalismo cristão” (MELO, 2016, p. 71). O que o autor designa como “neoliberalismo *hardcore*”, segundo nosso ponto de vista, corresponde ao movimento preparatório para a hegemonia conservadora, que inclui o momento máximo de aprofundamento da ideologia e da agenda neoliberal, mas remete para além dela.

Baseamos nossa posição na observação não apenas das tendências colocadas nos Estados Unidos que, sem dúvida, são importantes para construção de uma interpretação crítica das tendências brasileiras. Mas também ao analisar o que tem ocorrido na Europa. Igualmente, não apenas no campo da política em sentido estrito, mas também no terreno da elaboração teórica que, não raro, consegue antecipar algumas disposições que ainda não estão claramente definidas no campo aberto da luta de classes.

Evidentemente, essa capacidade de antecipação é sempre relativa e varia conforme a qualidade geral das tendências histórico-universais. Isso significa que, há meio século, momento em que as tendências histórico-universais de crise do neoliberalismo ainda não estavam inteiramente explicitadas, o pensamento

conservador e seu projeto não tinham o mesmo significado contemporâneo, tal como o neoliberalismo não foi universalizado como alternativa totalizante hegemônica até o ocaso dos anos dourados, em finais dos anos 1960.

Analisar, portanto, as ideias de autores expoentes de determinadas tradições teóricas, o conservadorismo por exemplo, longe de significar mera digressão, representa a captura do momento ideal de formação de um projeto de classe, que não esgota, mas revela elementos importantes, definidores de estratégias e táticas que podem se consubstanciar em escolhas e posições concretas na efetividade da luta de classes. Qualquer enfrentamento ao projeto dominante burguês, neoliberal ou conservador, pressupõe o desvendamento do plano de lutas que está contido na concepção de mundo sintetizada nas ideologias socializadas pelos intelectuais e aparelhos privados de hegemonia.

Essa hipótese de trabalho aqui avançada, qual seja, a de que a crise do neoliberalismo está, sob todos os enfoques, preparando o terreno para uma “era conservadora”, certamente não é consensual. Para Demian Melo (2016), não restam dúvidas de que permanecemos na “Época Neoliberal”. A questão mais importante, segundo nosso ponto de vista, não se identifica propriamente com a constatação da permanência da hegemonia neoliberal. Outros processos estão em andamento, para além do cânone neoliberal.

A questão central reside no significado histórico (ontológico) das novas características das estratégias, táticas e ideologias adotadas e gestadas pelas classes dominantes no mundo. Isto inclui a elaboração teórica, a movimentação política e cultural e a formação de consensos com a sociedade, de modo a apresentar o novo projeto de reprodução do capital como projeto viável para a reprodução da sociedade burguesa.

Com essa perspectiva em mira, e diante dos argumentos até aqui destacados, é que julgamos adequada à realidade a ideia de

que está em preparação a ultrapassagem da “época neoliberal”, em direção a uma “era conservadora”. A concepção de que está em andamento um período de transição encontra mais um apoio na percepção de Marcelo Badaró Mattos, quando afirma:

Há determinadas situações históricas em que se pode perceber uma série de indicações de acirramento dos conflitos sociais. Penso que vivemos um momento como esse no Brasil, em que a dinâmica da luta de classes se acelera e as possibilidades de mudança – que podem se dar em diferentes sentidos sociais – se apresentam mais vivas (2016, p. 93).

Embora o autor delimite sua análise ao Brasil, do nosso ponto de vista, este é um processo de proporções internacionais, envolvendo quase a totalidade dos países europeus e os Estados Unidos da América, com previsíveis consequências para o mundo.

Nesse ponto, é oportuno lembrar que, no Japão, a direita conservadora retornou ao poder com o Partido Liberal Democrata, de Shinzo Abe, em 2012, derrotando com folga o Partido Democrático do Japão. Em 2014, o Japão recebeu críticas da Organização das Nações Unidas por ondas de xenofobia e racismo nas ruas, cujas vítimas são, sintomaticamente, acusadas de serem “inimigas do Japão” (MORI, 2012) (TOBACE, 2014).

O processo de transição possivelmente em curso implica o aprofundamento máximo (não necessariamente absoluto) das premissas e alternativas da agenda neoliberal sobre a sociedade burguesa. Esgotadas essas alternativas, vencidas pelas contradições imanentes do sistema do capital, sobretudo pela tendência à queda das taxas de lucro, cumpre-se o momento histórico qualitativo necessário para a apresentação e universalização da proposta de hegemonia de um novo padrão, conservador, de reprodução do capital e da sociedade civil-burguesa – contrariando as expectativas de alguns intelectuais acerca da superação do neoliberalismo

pelo assim chamado “social liberalismo”, uma espécie de “terceira via”, tão cara a Anthony Giddens, no Brasil.

Dado o contexto histórico atual em relação à qualidade dessa proposta, ele pode ser qualificado como reacionário, pois implica a reversão dos avanços até então obtidos pelas lutas históricas das classes trabalhadoras brasileiras, em nome, precisamente, de um movimento ideológico, político e econômico, que aprofunda o receituário neoliberal.

É evidente que essa é uma tendência histórico-universal, impossível de ser mensurada *a priori* em sua amplitude e nuances, igualmente, em seu processo histórico de concretização, e convive ainda com a possibilidade de um ofensiva à altura, por parte da classe trabalhadora. Todavia, os sinais de sua existência já estão nitidamente delineados, o que permite algumas antecipações relativas e provisórias, mas baseadas em tendências inscritas no movimento da realidade – não é sem propósito que a segunda seção da obra *A onda conservadora* (2016), o mais recente trabalho abordando essa temática, intitula-se *Hegemonia conservadora, cultura e modo de vida*.

Esses movimentos de direita e extrema-direita podem ser analisados como uma das unidades que conferem força material ao conservadorismo como ideologia. Concretizam objetivamente, no cotidiano, uma das concepções de mundo conservadoras e a consciência de classe imediata das classes dominantes, para quem a única alternativa social, democrática e humanamente possível é a reprodução indefinida das relações sociais capitalistas. Essa ideia, aliás, comparece com frequência nas manifestações anticomunistas.

Considerando a trajetória histórica das classes dominantes brasileiras, que reuniram as condições para uma dominação estrutural que se concretiza por meio de grandes monopólios, é possível dizer que, no Brasil dos anos 2010, sobretudo na segunda metade, está em atividade uma espécie de “Partido da Ordem”,

análogo ao que Marx analisou na França, ao focar os momentos anteriores e a continuidade do processo de golpe Estado de Luís Bonaparte; com a clareza das devidas proporções, particularidades e também diferenças.

O processo *pró-impeachment* da presidente Dilma Rousseff unificou as frações mais altas das classes dominantes. As personificações do capital bancário; do capital industrial; do capital comercial; o agronegócio (e suas ramificações); os grandes monopólios midiáticos; os grandes conglomerados religiosos; os representantes do capital, do conservadorismo e do fundamentalismo de mercado nos poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, subsumiram provisoriamente conflitos intestinos em nome do objetivo comum de encampar o xeque-mate à liderança do Partido dos Trabalhadores na grande, contraditória e ultrapragmática coalizão de forças políticas da era “lulopetista”.

Os conflitos e contradições intestinas (tais como divergências sobre a taxa base de juros, flutuações do câmbio, incentivos fiscais, prioridades nos investimentos e empréstimos, orçamento público, desregulamentação de setores estratégicos, desnacionalização, entre outras) não desapareceram, mas foram colocados em segundo plano frente à prioridade provisória da unidade antipetista.

Junto com essa unidade, no terreno ideológico e simbólico, vem acoplada a narrativa de desqualificação intelectual e moral do projeto societário das esquerdas, como um todo, para o Brasil, ecoando a melhor tradição conservadora burkeana – não é demais lembrar os esforços de desqualificação dos revolucionários franceses de 1789, por iniciativa de Edmund Burke, esforços que se transformaram, como se pode notar, numa tradição de pensamento e ação política que chega ao tempo presente.

Definido o processo golpista e a deposição da presidente eleita, abre-se o período de consequências para implementação do projeto conservador mais abrangente, ainda que mediante uma

aparentemente frágil liderança política. Essa aparente fragilidade do bloco de forças sob a liderança de Michel Temer, por outro lado, não deve conduzir ao equívoco da subestimação de sua capacidade hegemônica.

Embora sejam pessoalmente esqueléticos e desprovidos de qualquer capacidade carismática, ou mesmo de uma firme posição democrática, o presidente interino e sua equipe governam apoiados por poderosos aparelhos privados de hegemonia, citados acima. É isso que lhes garante a permanência no poder, sobrevivendo à aparente contradição de implementarem medidas radicalmente antipopulares e, mesmo assim, não serem depostos pelas massas nas ruas.

Os desdobramentos mais imediatos dessa confluência de determinações são o ataque aos direitos e às políticas sociais, desmontando institucional e constitucionalmente suas garantias legais; a amplificação do discurso conservador filofascista no âmbito ideológico e cultural; amplificação do discurso de ódio e intolerância, como alternativa supostamente portadora da firmeza necessária para a refundação de um ciclo de prosperidade econômica, num andamento similar àquele que caracteriza o avanço da extrema-direita internacionalmente, uma das mais expressivas tendências ídeo-políticas do conservadorismo na contemporaneidade.

Do ponto de vista estratégico, a concepção de Bianchi (2016), referida anteriormente, possui bases mais sólidas sobre o movimento do real. Trata-se da longa “guerra de posição”, de que fala Gramsci, e essa é “A guerra que estamos perdendo” (BIANCHI, 2016, p. 121). Nesse quesito, o conservadorismo e a extrema-direita estão em fase avançada de preparação e execução, no Brasil e no mundo.

Sua falha remanescente, a ausência de uma produção bibliográfica abertamente conservadora, sistêmica e sistemática, está sendo progressivamente sanada pela produção de autores conservadores internacionais e nacionais, debatidos anteriormente,

formando o “pensamento conservador à brasileira”, que se coaduna e articula, como farol intelectual, à organização das ideias necessárias à fundamentação teórica para a ascensão do conservadorismo que já está em avançado andamento nos demais campos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABESS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8/11/1996). In: Cadernos ABESS nº 07, Cortês, São Paulo: 1997.

364

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. Tradução Fabrício Z. Rigout, Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARCARY, Valerio. *Prefácio*. in: DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2013.

ARCARY, Valerio. “*Acabou o amor*”: a ruína do lulismo e os dilemas da oposição de esquerda. in: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane.

(orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ARGOLO, José A. RIBEIRO, Kátia. FORTUNATO, Luiz Alberto. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ARON, Raymond. *O Ópio dos intelectuais*. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Tópicos).

BARROCO, Maria Lúcia S.. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-66282015000400623&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: 34, 2010.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. (Biblioteca básica).

BIANCHI, Álvaro. *Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista*. São Paulo: Alameda, 2013.

BIANCHI, Álvaro. *Conservadorismo-liberal: uma nova linhagem do pensamento político?* Blog Junho: ideias na rua. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico/>. Acessado em: 04/11/2015

BIANCHI, Álvaro. *A guerra que estamos perdendo*. in: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BNI. *Conservadores recém-eleitos na Noruega expulsam criminosos do país*. Epochtimes. 2014. Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/conservadores-recem-eleitos-noruega-expulsam-criminosos-pais/#.VoTpdL5r29x>. Acessado em: 24/05/2016.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. 2.ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.124, p.637-651, dez.2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-66282015000400637&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.043>.

BRAGA, Ruy. *Apresentação*. in: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Estado de sítio).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência*. São Paulo: 34, 2014.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 28.ed. Rio de Janeiro: Vozes; Rio Grande do Sul: Ijuí, 2011.

CALIL, Gilberto. *Reflexões sobre a ascensão da direita*. Blog Junho. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/reflexoes-sobre-a-ascensao-da-direita/>. Acessado em 10/05/2016.

CAMBAÚVA, Daniella. *A nova cara do conservadorismo: com grupos neonazistas, a extrema-direita conquista espaço na Europa*. Carta Maior. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-nova-cara-do-conservadorismo-com-grupos-neonazistas-a-extrema-direita-conquista-espaco-na-Europa/6/30467>. Acessado em 15/01/2016.

CANÃS, Gabriela. *Le Pen faz da extrema direita o principal partido da França*. El país. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/06/internacional/1449433559_186847.html. Acessado em 25/05/2016.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 15.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CARCANHOLO, Reinaldo A. NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. in: GOMES, Helder. (org.) *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Outras expressões)

CARDOSO, Franci Gomes. *Prefácio*. in: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela Santana do. (orgs.) *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014.

CARTA, Gianni. *Extrema-direita surge com força na Suécia*. Carta Capital. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revis-ta/818/vitoria-de-quem-3770.html>. Acessado em: 25/05/2016.

CASTELO, Rodrigo. *O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CATHARINO, Alex. *Russel Kirk: o peregrino na terra desolada*. São Palo: É realizações, 2015. (Biblioteca Crítica Social)

CERVANTES, Miguel de Saavedra. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Primeiro Livro. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: 34, 2002.

CHESNAIS, François. *O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira*. in: GOMES, Helder. (org.) *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Outras expressões)

CHESNAIS, François. *Apresentação à edição brasileira*. in: François, CHESNAIS. (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução Rosa Maria Marques, Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOMSKY, Noam. *Donald Trump Is Winning Because White America Is Dying*. Huffingtonpost. 2016. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/entry/donald-trump-noam-chomsky-white-mortality_us_56cf8618e4b0bfodab31838f. Acessado em: 02/03/2016.

CORRÊA LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Antonio Luis M. C. *A França dá uma guinada à direita*. Carta capital. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revis-ta/815/direita-volver-7334.html>. Acessado em: 25/05/2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior*. in: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. in: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DALRYMPLE, Theodore. *Em defesa do preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas*. Tradução Maurício G. Righi. São Paulo: É realizações, 2015. (Abertura Cultural)

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2013.

DEMIER, Felipe. *Engels e a teoria do bonapartismo*. in: *Revista Outubro*, n. 22, 2º semestre de 2014.

DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DE VOLKSKRANT. *O inevitável Geert Wilders*. VoxEurop. 2010. Disponível em: <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/203811-o-inevitavel-geert-wilders>. Acessado em: 25/05/2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2006. (Polêmicas, 4)

DÍEZ, Anabel. *Novo partido de centro-direita ganha força nas eleições na Espanha*. El país. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/31/internacional/1446308547_357124.html. Acessado em: 24/05/2016.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Tradução Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DONCEL, Luis. *Populistas xenófobos alteram o mapa político na Alemanha*. El país. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/08/internacional/1457462570_846681.html. Acessado em: 24/05/2016.

DUARTE, Fernando. *Corrida presidencial de 2018 'pode ter Trump brasileiro'*. BBC Brasil. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150930_politica_insurgente_fd. Acessado em 15/10/2015.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 3.ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Tópicos)

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. *Reverendo o pensamento conservador*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

FERREIRA, Gabriela Nunes. *A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. *Reverdo o pensamento conservador*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

FRANZEN, Niklas. *A história se repete em onda de xenofobia alemã*. Carta Capital. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-historia-se-repete-na-xenofobia-alema-8168.html>. Acessado em 14/01/2016.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

371

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARSCHAGEN, Bruno. *O conservadorismo segundo Roger Scruton*. in: SCRUTON, Roger. *O que é conservadorismo*. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É realizações, 2015. (Abertura cultural)

GIAMBIAGI, Fabio. *Capitalismo: modo de usar* : porque o Brasil precisa aprender a lidar com a melhor forma de organização econômica que o ser humano já inventou. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Tradução Ryta Vignagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 3.ed. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Helder. *Introdução*. in: GOMES, Helder. (org.) *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Outras expressões)

GOÑÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOUVEIA, Jose Fialho. *A extrema-direita e as eleições que marcam o fim de uma era*. Diário de Notícias. 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/a-extrema-direita-e-as-eleicoes-que-marcam-o-fim-de-uma-era-5185687.html>. Acessado em 24/05/2016.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução francesa e iluminismo*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GRESPLAN, Jorge. *Hannah Arendt e a “banalidade do mal”*. in: ALMEIDA, Jorge de. BADER, Wolfgang. (orgs.) *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*. Volume I. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUTIERRE, Jézio Hernani Bomfim. *Karl Popper e as vicissitudes da razão*. in: ALMEIDA, Jorge de. BADER, Wolfgang. (orgs.) *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*. Volume II. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Filosofia da história*. 2.ed. Tradução Maria Rodrigues, Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HENRIE, Mark C. *Introdução*. in: KIRK, Russel. *A política da prudência*. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. (Abertura Cultural)

HENRIQUES, Ana Maria. *Frauke Petry, o sorriso da nova extrema-direita alemã*. Público.pt. 2016. Disponível em: <http://p3.publico.pt/actualidade/politica/19906/frauke-petry-o-sorriso-da-nova-extrema-direita-alema>. Acessado em 24/05/2016.

HERRERA, Rémy. *O capital fictício no centro da crise*. in: GOMES, Helder. *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Outras expressões)

HIRSCHY, Fernando. “*Suíços caem nos braços da direita*”. Swissinfo.ch. 2015a. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/elei%C3%A7%C3%B5es-2015_-su%C3%AD%C3%A7os-caem-nos-bra%C3%A7os-da-direita-/41727764. Acessado em 24/05/2016.

HIRSCHY, Fernando. *Direita se afirma na Suíça*. Swissinfo.ch. 2015b. Disponível em: www.swissinfo.ch/democraciadireta/eleicoes-legislativas_suiços-elegem-o-status-quo/41725924. Acessado em 24/05/2016.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. 3.ed. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fonte, 2014. (Clássicos Cambridge de filosofia política)

HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6.ed. Tradução Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 20.ed. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital 1848-1875*. 11.ed. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOEVELER, Rejane. *A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira*. in: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

JALLES DE PAULA. *Gustavo Corção: militante da ordem e da autoridade*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

JAMESON, Fredric. *Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Tradução Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

JUSTO, Marcelo. *UKIP em primeiro lugar, um terremoto na política britânica*. Carta Maior. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/UKIP-em-primeiro-lugar-um-terremoto-na-politica-britanica/6/31011>. Acessado em: 25/05/2016.

KARNAL, Leandro. [et al] *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KERESZTÉLY, Krisztina. *Hungria: Governo ultraconservador criminaliza as pessoas sem abrigo*. Esquerda.net. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/hungria-governo-ultraconservador-criminaliza-pessoas-sem-abrigo/28040>. Acessado em 24/05/2016.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Burke: a continuidade contra a ruptura*. in: WEFORT. Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo do desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KIRK, Russel. *A política da prudência*. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. (Abertura Cultural)

LESSA, Sergio. *Abaixo à família monogâmica!*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. *Para além de Marx: crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2003.

LESSA, Sergio. *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LOSURDO, Domenico. *A hipocondria da antipolítica: história e atualidade na análise de Hegel*. Tradução Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LOSURDO, Domenico. *A não violência: uma história fora do mito*. Tradução Carlos Alberto Dastoli. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. Tradução Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOWY, Michel. *Dez teses sobre a extrema direita na Europa*. Esquerda.net. 2014. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/dez-teses-sobre-extrema-direita-na-europa/32988>. Acessado em 01/06/2016.

LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Barcelona: Grijalbo, 1972.

LUKÁCS, György. *Marx e o problema da decadência ideológica*. in: *Marxismo e teoria da literatura (Seleção)*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (a). (Arte e sociedade)

376

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução Lya Luft, Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010 (b).

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução Nélio Schneider, com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. (Pensamento crítico, v. 11)

LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Pensamento crítico, v. 9)

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851)*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

MANDEL. Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MANHEIM. Karl. *Ideologia e utopia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MANN. Michael. *Fascistas*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

377

MANN, Thomas. *Goethe como representante da era burguesa*. in: MANN, Thomas. *O escritor e sua missão: Goethe, Dostoiévski, Ibsen e outros*. Tradução Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Thomas Mann: ensaios & escritos)

MARTÍN, Jorge del Palacio. *La tentación populista de la derecha italiana: La Liga Norte extiende a todo el país el discurso antieuro y antiinmigración*. El País. 2015. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2015/02/19/opinion/1424353658_134290.html. Acessado em 25/05/2016.

MARTINS, Rodrigo. *A bancada BBB domina o Congresso*. Carta Capital. 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revisita/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acessado em: 22/02/2016

MARTINS, Antonio. *Europa: o espectro da extrema-direita*. Carta Capital, Outras Palavras. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/europa-o-espectro-da-extrema-direita-1414.html>. Acessado em 25/05/2016.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro (vol. I). Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985 a. (Os economistas)

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro (vol. II). Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985 b. (Os economistas)

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro segundo (vol. III). Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985 c. (Os economistas)

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro (vol. IV). Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985 d. (Os economistas)

378

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011 a. (Marx-Engels)

MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. *Esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011 b.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011 c. (Marx-Engels)

MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. (Marx-Engels)

MARX, Karl. *Para a questão judaica*. Tradução José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina, Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. (Marx-Engels)

MATTOS, Marcelo Badaró. *De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira*. in:

DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. *A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira*. in: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MENESES, Jaldes Reis de. *Gramsci e Tocqueville*. Gramsci e o Brasil. 2004. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=169>. Acessado em: 13/10/2015

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo César Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. Tradução Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

MORAES, Marcelo. *Bolsonaro: "Serei o candidato da direita à Presidência em 2018"*. Estadão. 2014. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>. Acessado em 13/09/2015.

MOTA, Ana Elizabete. (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. (org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. *Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento*. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 17-27, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300003>.

380

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela Santana do. *Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000*. MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela Santana do. *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela Santana do. *A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho*. in: MOTA, Ana Elizabete (org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORI, Tomi. *Japão: governo derrotado mas japoneses viram à direita*. Esquerda.net. 2012. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/jap%C3%A3o-governo-derrotado-mas-japoneses-viram-%C3%A0-direita/25982>. Acessado em 05/06/2016.

MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Tradução Fábio Creder. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Pensamento moderno)

MUSTO, Marcelo. *O ameaçador avanço da extrema direita na Europa*. Carta Maior. 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/>

Editoria/Internacional/O-ameaçador-avanco-da-extrema-direita-na-Europa/6/34965. Acessado em 24/05/2016.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões de nossa época, v. 20).

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. *Apresentação*. in: LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

381

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NAKATANI, Paulo e MARQUES, Rosa Maria. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

NIEMEYER, Gerhart. *Russel Kirk e a ideologia*. in: KIRK, Russel. *A política da prudência*. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. (Abertura Cultural)

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. (Temas de ciências sociais).

NORUEGA. *Noruega-Eleições 2013*. Noruega.org. 2013. Disponível em: http://www.noruega.org.br/News_and_events/Assuntos-Atuais/Acontecimentos/Eleicoes-2013-na-Noruega/#.VoTm2r5r29w. Acessado em: 24/05/2016.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história*. Tradução Renato Rezende. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

OAKESHOTT, Michael. *Ser conservador*. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012. Disponível em https://direitasja.files.wordpress.com/2012/04/serconservador_oakeshott.pdf. Acessado em: 10/07/2014

OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às avessas*. in: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Estado de sítio).

POPPER, Karl R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. 3.ed. Tradução Milton Amado. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. (Biblioteca de cultura humanista)

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIMI, Lilian. *A crise pela periferia*. Caros Amigos. São Paulo, n. 229, p. 30-33, 2016.

RIBEIRO, João Ruela. *Extrema-direita espanhola tenta reunir tropas para as europeias*. Público.pt. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/jornal/extremadireita-espanhola-tenta-reunir-tropas-para-as-europeiasvaticano-quer-saber-o-que-pensam-catolicos-sobre-casamento-gay-e-divorcio-27345391>. Acessado em: 24/05/2016.

RIBEIRO, João Ruela. *UKIP ataca a direita e a esquerda da política britânica, já a olhar para as eleições de 2015*. Público.pt. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ukip-ataca-a-direita-e-a-esquerda-da-politica-britanica-1671112>. Acessado em: 25/05/2016.

RICUPERO, Bernardo. *História e política em Formação do Brasil contemporâneo*. in: PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. *O conservadorismo difícil*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. *Reverendo o pensamento conservador*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

ROCHA, João Manuel. *A Dinamarca virou à direita com subida de partido anti-imigração*. Esquerda.net. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-dinamarca-virou-a-direita-1699486>. Acessado em 24/05/2016.

RODRIGUES, Mavi. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Fania. *A nova direita*. Caros Amigos. São Paulo, n. 229, p. 18-21, 2016.

ROY, Ivan du. *Grécia: Aurora Dourada, a outra face da extrema direita europeia*. Esquerda.net. 2013. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/gr%C3%A9cia-aurora-dourada-outra-face-da-extrema-direita-europeia/28766>. Acessado em: 24/05/2016.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época, v.132)

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

SCRUTON, Roger. *O que é conservadorismo*. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É realizações, 2015 a. (Abertura cultural)

SCRUTON, Roger. *Pensadores da nova esquerda*. Tradução Felipe Garrafiel Pimentel. São Paulo: É realizações, 2014.

SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. Tradução Bruno Garschagen. Rio de Janeiro: Record, 2015 b.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan Fernandes*. in: PERICÁS, Luiz Bernardo. SECCO, Lincoln. (orgs.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SHIFRIN, Tash. *UKIP: Um terreno fértil para o racismo*. Esquerda.net. 2014. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/ukip-um-terreno-f%C3%A9rtil-para-o-racismo/31571>. Acessado em 25/05/2016.

384

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tatiana Teixeira da. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SMALE, Alison. *Ascensão neonazista preocupa Alemanha*. Folha de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1484828-ascensao-neonazista-preocupa-alemanha.shtml>. Acessado em 13/01/2016.

SOARES, José Miguel Nanni. *Introdução*. in: BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. *O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.

122, p. 199-223, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-66282015000200199&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>.

TEIXERA, Francisco José S. *Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004.

THE OBSERVER. *Frauke Petry, a nova cara da extrema-direita na Alemanha*

CARTA Capital. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/888/hitler-de-saias>. Acessado em: 24/05/2016.

TOBACE, Ewerthon. *Japão recebe críticas da ONU após onda de xenofobia nas ruas*. BBC Brasil. 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140908_discriminacao_etnica_japao_et_rm. Acessado em 07/06/2016.

VALERT, Sara. *O crescimento da ultradireita divide a Áustria em dois e inquieta a Europa*. El país. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/22/internacional/1463914210_060421.html. Acessado em 24/05/2016.

VAISMAN, Ester. *A ideologia e sua determinação ontológica*. in: COSTA, Gilmaisa. ALCÂNTARA, Norma. (orgs.) *Anuário Lukács 2014*. São Paulo: instituto Lukács, 2014.

VIDAL, Camila Feix. *O Movimento conservador norte-americano da década de 1950 e a percepção conservadora a respeito da sociedade, economia e política externa*. in: Tomo : revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe. – n. 23 (jul./dez. 2013).

VIEGAS, Patrícia. *Extrema-direita belga à procura de ganhos após os atentados*. Diário de notícias. 2016a. Disponível em: <http://www>.

dn.pt/mundo/interior/extrema-direita-belga-a-procura-de-ganhos-apos-os-atentados-5107012.html. Acessado em 24/05/2016.

VIEGAS, Patrícia. *PP e Ciudadanos conseguiriam maioria absoluta juntos*. El país. 2016 b. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/pp-e-ciudadanos-conseguiriam-maioria-absoluta-juntos-5110269.html>. Acessado em 24/05/2016.

VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

YÁRNOS, Carlos. *Sindicatos franceses declaram guerra à reforma trabalhista de François Hollande*. El país. 2016 a. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/07/internacional/1457367581_647096.html. Acessado em: 25/05/2016.

386

YÁRNOS, Carlos. *França enfrenta a contra-reforma trabalhista*. Outras mídias. 2016 b. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/franca-enfrenta-a-contra-reforma-trabalhista/>. Acessado em: 25/05/2016.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

Título Tendências ideológicas
do conservadorismo

Autor Jamerson Murillo Anunciação
de Souza

Revisão O autor

Capa e projeto gráfico Adele Pereira

Imagem da capa Douglas Pfeiffer Cardoso

Tipografia Chaparral e Futura PT

